

ISSN: 2318-9657

# MARX e o MARXISMO

revista semestral, v.11, n.21, jul/dez 2023

nleP  marx

 Universidade  
Federal  
Fluminense

  
CAPES

## **Editores**

Andrea Santos, UFABC | Brasil  
Eduardo Sá Barreto, UFF | Brasil  
Filipe Leite, UFF | Brasil  
João Leonardo Medeiros, UFF | Brasil

## **Conselho Editorial**

Alfredo Saad Filho, University of London | Reino Unido  
Álvaro Bianchi, UNICAMP | Brasil  
André Guimarães, UFF | Brasil  
André Martins, UFJF | Brasil  
Aparecida Tiradentes, Fiocruz | Brasil  
Demian Bezerra de Melo, UFF | UFRJ | Brasil  
Dermeval Saviani, UNICAMP | Brasil  
Diego Guerrero, Universidad Complutense de Madrid | Espanha  
Edison Riuitiro Oyama, UFRR | Brasil  
Eduardo Cardoso Daflon, UFF | Brasil  
Eurelino Coelho, UEFS | Brasil  
Fábio Frizzo, UFTM | Brasil  
Felipe Demier, UERJ | Brasil  
Franklin Trein, UFRJ | Brasil  
Gabriel da Silva Melo, UFF | Brasil  
Hugo Figueira Corrêa, UFF | Brasil  
João Leonardo Medeiros, UFF | Brasil  
José Rodrigues, UFF | Brasil  
Kênia Miranda, UFF | Brasil  
Lúcia Neves, UFPE | Brasil  
Luciana Requião, UFF | Brasil  
Maracajaro Mansor, UFF | Brasil  
Marcelo Badaró Mattos, UFF | Brasil  
Marcelo Carcanholo, UFF | Brasil  
Mario Jorge da Motta Bastos, UFF | Brasil  
Miguel Vedda, Universidade de Buenos Aires | Argentina  
Paulo Gajanigo, UFF | Brasil  
Raquel Varela, Universidade Nova de Lisboa | Portugal  
Ricardo Gaspar Muller, UFSC | Brasil  
Sara Granemann, UFRJ | Brasil  
Valdemar Sguissardi, UFSCAR | Brasil  
Virgínia Fontes, UFF | Brasil  
Xabier Montoro, Universidad Complutense de Madrid | Espanha

## **Comitê Científico**

Alexis Saludjian, UFRJ | Brasil  
Bianca Imbiriba Bonente, UFF | Brasil  
Carla Luciana Silva, UNIOESTE | Brasil  
Eduardo Sá Barreto, UFF | Brasil  
Eleuterio F S Prado, USP | Brasil  
Ellen Tristão, UFVJM | Brasil  
Ester Vaisman, UFMG | Brasil  
Eunice Trein, UFF | Brasil  
Flávio Ferreira de Miranda, UFRJ | Brasil  
Gelsom Rozentino de Almeida, UERJ | Brasil  
Gilberto Calil, UNIOESTE | Brasil  
João dos Reis da Silva Jr., UFSCAR | Brasil  
João Leonardo Medeiros, UFF | Brasil  
José Ernesto Moura Knust, IFF | Brasil  
Márcio Lupatini, UFVJM | Brasil  
Marcos Del Roio, UNESP | Brasil  
Mauricio Vieira Martins, UFF | Brasil  
Paula Nabuco in memoriam, UFF | Brasil  
Paulo Alentejano, UERJ | Brasil  
Paulo Pachá, UFRJ | Brasil  
Ricardo Antunes, Unicamp | Brasil  
Roberto Leher, UFRJ | Brasil  
Rodrigo Delpupo Monfardini, UFF | Brasil  
Rômulo Lima, NIEP-Marx | Brasil  
Sonia Maria Rummert, UFF | Brasil  
Vania Cardoso da Motta, UFRJ FE COLEMARX | Brasil

## **Revisão de texto**

Andrea Santos  
Bianca Imbiriba Bonente  
Eduardo Sá Barreto  
Filipe Leite Pinheiro  
João Leonardo Medeiros  
Marcio Roberto Oliveira Junior  
Maurício Vieira

## **Projeto Gráfico**

Carolina Noury

## **Diagramação**

João Leonardo Medeiros

ISSN: 2318-9657

# MARX e o MARXISMO

revista semestral, v.11, n.21, jul/dez 2023

Marx e o Marxismo. Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx) – v.11, n.21, jul/dez 2023. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2023.  
242 p.; il.

ISSN 2318-9657

Semestral  
Inclui bibliografia  
Resumo em inglês e português

1. Marx, Karl. 2. Marxismo. 3. Materialismo histórico. 4. Teoria social crítica. 5. Periódicos. I. Universidade Federal Fluminense (UFF).

## Política editorial

**Marx e o Marxismo – Revista do NIEP-Marx** é uma publicação marxista, aberta para todos os campos do conhecimento social e para a reflexão teórica. Somos um grupo interdisciplinar e defendemos que o rigor necessário, teórico e analítico, envolve o debate franco entre pesquisadores. Entendemos que a tradição materialista crítica do marxismo, com seu teor ontologicamente subversivo e revolucionário, sempre esteve aberta à polêmica e ao debate, ao mesmo tempo em que exige seriedade teórica, coerência na análise empírica e pertinência no enfrentamento ao capitalismo.

De maneira intransigente assumimos a riqueza da herança de Marx e Engels. Nossa Revista, expressando a proposta constitutiva do NIEP-Marx, defende uma *concepção materialista da história*, para a qual “o ser social determina a consciência social”: os homens fazem sua própria história, mas de acordo com condições que não são determinadas apenas por suas vontades, mas por situações objetivas, que envolvem dimensões materiais e sociais nas quais as ideias encontram seu pleno sentido.

Partilhamos uma concepção humanista em seu sentido mais pleno, aquele formulado por Marx em sua crítica ao humanismo burguês. Com efeito, desde 1845, em suas *Teses sobre Feuerbach*, Marx afirmava que “a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na realidade ela é o conjunto das relações sociais”. Somente poderemos ser plenamente singulares se imersos na fantástica riqueza de uma sociedade emancipada, que não se mede apenas em bens e índices econômicos, mas na plena socialização do conjunto da existência.

Temos estreito compromisso com a *historicidade* e sua compreensão como um *processo contraditório* não-linear, e sim conflitivo e complexo. Dentre as contradições que movem a transformação histórica, a principal é a oposição de interesses entre os grandes grupos de homens – as classes sociais – originada quando grupos minoritários se apropriam do excedente do trabalho produzido pela maioria, algo que ocorre pelo menos desde o surgimento da propriedade privada e do Estado. Por isso, nessa concepção, “toda a história da humanidade tem sido a *história da luta de classes*”, como afirmam Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*.

Nossa Revista está aberta para os que pretendem aprofundar o conhecimento teórico no âmbito do marxismo e, simultaneamente, enfrentar o duplo desafio da compreensão e da transformação do mundo contemporâneo.



# Sumário

9 Editorial

## Artigos

15 Descolonizar futuros palestinos: o papel da comunidade internacional para a resolução justa da Questão Palestina/Israel

*Bruno Huberman*

*Sabrina Fernandes*

35 Estratégia e política: de Marx à III Internacional

*Daniel Bensaïd*

63 História, política e Direito no tempo da *Gazeta Renana*

*Vitor Bartoletti Sartori*

78 Gramsci e a política cultural: Estado, cultura e hegemonia

*Bruno Borja*

94 Para além da obra da juventude de Lukács (ou a ainda desconhecida *Ontologia*)

*Álvaro Martins Siqueira*

*Sávio Freitas Paulo*

114 Reprodução social em disputa: um debate entre autonomistas e marxistas

*Paula Varela*

- 133 Mercado mundial e possibilidades de imperialismo no Livro II de *O capital*: investigando o ciclo do capital industrial e a reprodução do capital social  
*Leonardo Leite*
- 155 Ensaio para uma crítica da economia política da financeirização  
*Bruna Ferraz Raposo*
- 176 História e historiografia do trotskismo brasileiro  
*Marcio Lauria Monteiro*  
*Carlos Prado*
- 196 Uma análise marxista acerca da categoria corrupção  
*Ana Alice Marques*  
*Leonardo Carnut*

### Notas críticas

- 224 Resenha  
Deni Rubbo. *O labirinto periférico*: aventuras de Mariátegui na América Latina  
*Matheus de Carvalho Barros*
- 230 Resenha  
Sean Creaven. *The pandemic in Britain*: COVID-19, British exceptionalism and neoliberalism  
*Rodrigo Siqueira Rodriguez*

### Luta e memória

- 235 Há quase cem anos, longe e perto: Lênin, a negatividade e a política da imaginação  
*Felipe Demier*

## Editorial

No momento em que encerrávamos a etapa de preparação deste segundo volume de 2023 da *Revista Marx e o Marxismo* – Revista do NIEP-Marx, governantes, diplomatas, *lobistas* e ativistas do mundo inteiro estavam reunidos em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos (EAU), para a COP28, espetáculo encenado anualmente e, desde 1995, acompanhado pela humanidade com crescente interesse.

Entre as 28 edições, algumas são mais célebres, como a COP3, de 1997 (em Quioto, Japão) e, especialmente, a COP21, de 2015 (em Paris, França). A COP21 apresentou como resultado mais emblemático o *Acordo de Paris*, que estabeleceu como meta principal limitar o aquecimento do planeta a 2°C acima do período base de 1850-1900. O acordo ainda declarava a necessidade de mobilizar esforços para limitar o aquecimento a um nível ainda mais baixo, 1,5°C acima do período base (meta pela qual o acordo ficou mais conhecido).

Desde então – na verdade, desde muito antes, remontando à primeira Cúpula da Terra, em 1992 (no Rio de Janeiro, Brasil), e à COP1, em 1995 (em Berlin, Alemanha) – assistimos ao emprego massivo de esforços para a formulação e implementação de políticas públicas orientadas para a realização das transições preconizadas pelo melhor conhecimento científico à disposição a cada momento. É bem verdade que tal mobilização global ficou aquém das promessas e, especialmente, aquém do necessário (IPCC, 2023). Seria um equívoco, no entanto, sugerir que nada (ou quase nada) foi feito. O resultado realmente perturbador é que, apesar de tudo que foi feito, todas as trajetórias decisivas dos principais indicadores climáticos continuaram caminhando na direção da piora; em alguns casos, com aumento de velocidade.

A imagem que é possível extrair dessas tendências é de uma caminhada para frente que, porém, nos deixa cada vez mais distantes das metas mais básicas que precisaríamos atingir para garantir alguma chance de não desestabilizarmos catastróficamente os sistemas naturais do planeta. Uma espécie de *moonwalking* perverso, que podemos chamar de *doomwalking*, a *dança insana da humanidade à beira de um colapso*.

Todo esse atraso crescente em meio aos pequenos avanços pontuais nos obriga a conclusões muito duras. Hansen *et al.* (2023), por exemplo, examinando as tendências climáticas atuais, o aquecimento já “contratado” por emissões passadas e as emissões futuras já “contratadas” pelas políticas atuais e pelo contínuo avanço da infraestrutura de exploração e consumo de combustíveis fósseis, declaram que “a meta do Acordo de Paris está morta”. Repare que os autores não se referem à meta de 1,5°C, mas à de 2°C, um aquecimento que toda a comunidade científica considera catastrófico. Um mundo 2°C mais quente é um mundo extraordinariamente mais hostil e convulsivo do que o

que vivemos hoje, mesmo se tomarmos como referência 2023, o pior dos anos do registro histórico (Ripple *et al.*, 2023).

Tudo isso vai conferindo às COP um aspecto visivelmente teatral. A encenação dos mais elevados compromissos, contudo, cada vez menos consegue conter o transbordamento de sintomas muito claros das nossas reais impossibilidades. Em declaração hipercontroversa, Sultan al-Jaber, o chefe da petrolífera estatal dos EAU que está presidindo a atual conferência, afirmou que não há ciência por trás da demanda pela abolição do uso de combustíveis fósseis. Por um lado, trata-se de uma afirmação ostensivamente falsa. O melhor conhecimento científico disponível já demonstrou o vínculo entre o aquecimento global e as emissões de gases de efeito estufa a partir das atividades humanas, predominantemente originadas pela queima de combustíveis fósseis (IPCC, 2023).

Por outro lado, indo além do sentido mentiroso pretendido pelo emiradense, há uma nota de verdade no que foi dito. Se considerarmos as ciências sociais, especialmente a Economia, de fato não há sequer sombra de demonstração confiável de que a abolição dos combustíveis fósseis é viável. Não há, porque não poderia haver. A sociedade capitalista é absolutamente incapaz de abrir mão dessas fontes energéticas, tanto por suas peculiaridades qualitativas quanto pela escala compulsivamente crescente da oferta de energia necessária para alimentar a expansão insaciável da produção.

Alguns climatologistas eminentes, como o professor Michael E. Mann, argumentam que tal abolição seria possível porque num passado recente fomos capazes de abolir o uso de CFCs, gases destruidores da camada de ozônio, e DDTs, inseticidas que vinham dizimando populações de aves. O que não percebem é que essas abolições exigiram tão somente a “raspagem” de certas modalidades de consumo na ponta das atividades econômicas. Nem os CFCs nem os DDTs jamais tiveram algo sequer próximo da importância estrutural para as engrenagens do sistema quanto os combustíveis fósseis. Além disso, a abolição dos combustíveis fósseis varreria do mapa não apenas o capital fóssil (Malm, 2016), mas trilhões de ativos financeiros lastreados em produção futura de petróleo, carvão e gás (Sá Barreto, 2022). Em outras palavras, a demonstração científica da necessidade *e da possibilidade* de abolição dos combustíveis fósseis exige a crítica teórica e a negação prática da sociedade capitalista, algo que não está (e nem poderia estar) no horizonte de Sultan al-Jaber, dos EAU ou até mesmo da ONU.

A rigor, esse patamar de crítica e posicionamento político não poderia estar no horizonte nem mesmo do governo brasileiro (qualquer que seja a coloração política que ocupe momentaneamente o Planalto). A adesão à OPEP+ e a declaração do presidente da Petrobras de que a empresa brasileira seria uma das últimas a interromper a exploração de petróleo são evidências muito fortes disso. Para além do politicismo narcisista de Lula de achar que a OPEP é um espaço disputável para a assim chamada transição energética, encontramos aí mais um sintoma em linha com o que destacamos na fala de al-Jaber.

É recorrente a alegação de que a exploração de combustíveis precisa continuar por mais algum tempo para que suas receitas possam financiar a transição energética rumo a uma matriz inteiramente baseada em fontes de menor intensidade de emissões. Trata-se de uma alegação curiosa, porque sugere a necessidade de financiar abstenção

de consumo, o que à primeira vista é uma necessidade completamente absurda. Ela faz sentido apenas quando levamos em conta a incapacidade crônica do metabolismo próprio da sociedade do capital de conter ou recuar a escala geral da produção e do consumo, que por sua vez precisa ser abastecida e movida por uma escala necessariamente crescente de demanda energética. Nessa sociedade, a abstenção de certas modalidades de consumo *precisa* ser viabilizada pela expansão mais que proporcional de outras modalidades de consumo. Neste caso, combustíveis fósseis por renováveis. Daí a necessidade incontornável de financiar a transição; daí a perpetuação de nossa dependência dos combustíveis fósseis. Conforma-se assim um cenário que corresponde a beber água salgada do mar para matar a sede, o que equivale a dizer que nos encontramos em um beco sem saída específico desta sociabilidade trágica em que vivemos. Evidencia-se mais um aspecto (de uma lista interminável) que implica a urgência de sua superação.

Por tudo que foi dito aqui, a aposta das COP na concertação internacional em prol de ambições comuns (pouco importa se sincera ou cínica) é estruturalmente condenada ao fracasso. Na verdade, à medida que as condições materiais de suporte à vida vão se esfacelando, o oposto é o que tende a acontecer: a multiplicação dos conflitos, tal como temos acompanhado na guerra entre Rússia e Ucrânia e no genocídio palestino recentemente acelerado por Israel.

Este quadro muito sombrio certamente pode dar margem a várias versões de fatalismo. Contra a paralisia e o derrotismo que costumam acompanhar o fatalismo, é preciso enfatizar que o colapso, por enquanto, ainda não é um desmoronamento total do presente, mas uma destruição acelerada de futuros possíveis. Entre os futuros que ainda restam, é possível que ainda haja aqueles em que uma sociedade de produtores associados possa existir e, eventualmente, prosperar. Esse é o futuro que desejamos e por ele até o fim fará sentido lutar. Ao mesmo tempo, entre os futuros que ainda restam, há aqueles que, mais do que possíveis, são *prováveis*. Nesse grupo, dado tudo que foi dito aqui, encontramos futuros que podem ser facilmente descritos como distópicos. Contra eles, com a mesma energia de mobilização (e talvez até mais), precisamos nos preparar.

\*\*\*

Esta edição da Revista Marx e o Marxismo é aberta com o artigo “Descolonizar futuros palestinos”, de autoria de Bruno Huberman e Sabrina Fernandes. O texto parte de uma contextualização do conflito entre Israel e Palestina que pontua o caráter colonial da ocupação israelense na Palestina para questionar a normalização de Israel no plano das relações internacionais. Como principal encaminhamento, o autor e a autora propõem novas formas de solidariedade internacional com os palestinos que se colocam para além da realização de um cessar-fogo e da pacificação formal da região.

Em a “Estratégia e política – de Marx a III Internacional”, texto de Daniel Bensaïd traduzido por Pedro Gava, o autor explora a questão da tática e da estratégia nos escritos de Marx e Engels e ao longo do desenvolvimento da tradição marxista até a III Internacional. O autor organiza uma série de elementos fundamentais e também elabora um rol das principais hipóteses estratégicas para o processo revolucionário.

Já no artigo “História, política e Direito no tempo da Gazeta Renana”, de autoria de Vitor Sartori, o autor contesta a hipótese, muito difundida na crítica do direito brasileira, de acordo com a qual Marx seria um jusnaturalista. O argumento de Sartori destaca que nesses escritos há uma predominância da política em relação ao direito, sendo a política compreendida em sua relação com o desenvolvimento do gênero humano.

No artigo “Gramsci e a política cultural”, Bruno Borja procura fundamentar-se nos escritos de Antônio Gramsci para pensar os principais elementos da política cultural. O artigo enfoca tanto a relação entre o desenvolvimento do capitalismo, do Estado e da política cultural, como também a relação entre a política cultural e a disputa da hegemonia no capitalismo.

Em “Para além da obra da juventude de Lukács”, Álvaro Siqueira e Sávio Freitas se debruçam sobre a obra madura de Lukács para afirmar a validade da ontologia e da ética defendidas pelo autor. Como elemento mediador da defesa da ontologia proposta por Lukács, os autores submetem a uma crítica detida a interpretação de István Mészáros da obra lukácsiana. Com isso pretendem demonstrar o baixo grau de difusão do argumento original de Lukács, posto que foi descaracterizado inclusive por um amigo e discípulo.

Camila Carduz Rocha e María Josefina Mastropaolo trazem a tradução de “Reprodução social em disputa: um debate entre autonomistas e marxistas”, texto em que Paula Varela faz um balanço crítico da polêmica em torno das formulações de Thiti Bhattacharya, apresentada em dossiê do periódico britânico *Radical philosophy*, com contribuições de Silvia Federici, Alessandra Mezzadri, entre outras.

No artigo “Mercado mundial e possibilidades de imperialismo no Livro II de *O capital*”, Leonardo Leite se posiciona ao lado daqueles intérpretes de Marx que destacam a importância da categoria mercado mundial para a sua crítica, em detrimento das economias nacionais. A contribuição do texto se concentra na análise do Livro II de *O capital*, onde são exploradas as condições objetivas para a troca desigual do capital-mercadoria e as possibilidades de imperialismo.

O artigo “Ensaio para uma crítica da economia política da financeirização”, de Bruna Ferraz, apresenta uma análise crítica da teoria da dominância financeira, destacando suas limitações e apontando para a importância de uma análise mais aprofundada das dinâmicas do capitalismo contemporâneo. A autora destaca que a forma predominante de constituição do capital em todos os setores, e não somente no setor financeiro, tem sido a fictícia, o que vai além da mera hipertrofia financeira. Isto permite uma compreensão mais abrangente das relações entre produção, circulação e realização do valor.

No artigo “História e historiografia do trotskismo”, Márcio Lauria Monteiro e Carlos Prado apresentam a história do trotskismo no Brasil, percorrendo suas cinco gerações de organizações articuladas ao longo do século XX, desde a cisão com o PCB no final dos anos 20 e a criação do Grupo Comunista Lenine, em 1930. Paralelamente, mapeiam a produção historiográfica, acervos e fontes, procurando oferecer uma introdução sobre o tema capaz de municiar pesquisas futuras.

Encerrando a seção de artigos, temos “Uma análise marxista acerca da categoria corrupção”, em que Ana Alice Marques e Leonardo Carnut empreendem uma análise

crítica de conteúdo sobre a produção marxista a respeito da corrupção. Abrangendo 25 anos (entre 1995 e 2020) de publicações em 26 periódicos marxistas e 8 anais de congressos, a autora e seu coautor revelam que apenas uma fração muito pequena dos textos tratam sobre o tema corrupção. Conforme esperado, as abordagens ali encontradas desafiam a perspectiva hegemônica desde seus fundamentos mais elementares.

Neste número, a seção “Notas críticas” traz duas resenhas de trabalhos de expressão publicados recentemente. Em “Entre leitores e leituras: a circulação internacional de Mariategui”, Matheus Carvalho Barros apresenta uma resenha crítica de *O labirinto periférico: aventuras de Mariátegui na América Latina*, de autoria Deni Rubbo, publicado em 2021. Já na resenha de *The pandemic in Britain: COVID-19, British exceptionalism, and neoliberalism*, a obra do sociólogo marxista Sean Creaven, publicada em 2023, é apresentada por Rodrigo Rodriguez.

Na seção “Luta e memória”, temos “Há quase cem anos, longe e perto: Lênin, a negatividade e a política da imaginação”, contribuição de Felipe Demier em torno dos esforços de Lenin para divisar, em meio às turbulências da Primeira Guerra Mundial, os caminhos para a ação efetivamente transformadora em uma realidade em que essa possibilidade aparecia em toda parte bloqueada.

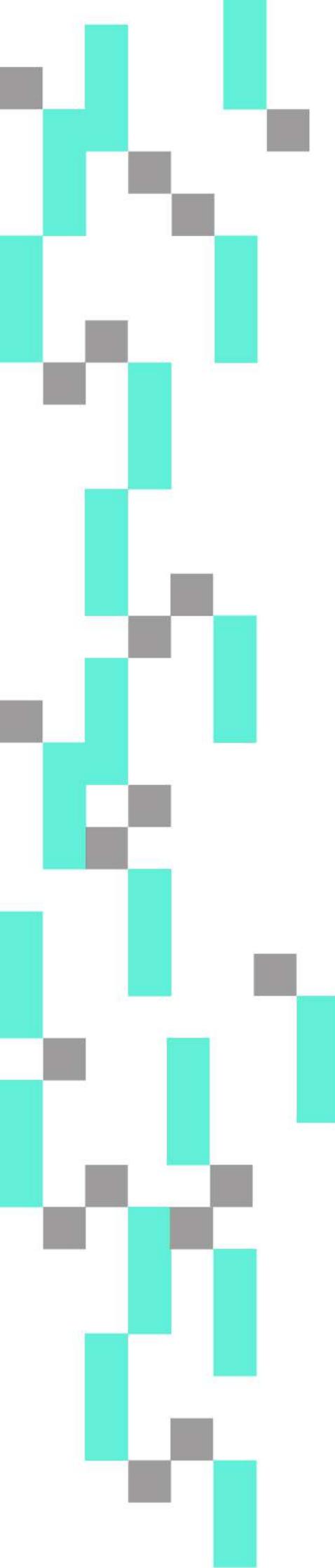
## Referências

- HANSEN, James; KHARECHA, Pushker; LOEB, Norman; SATO, Makiko; SIMONS, Leon; TSELIODIS, George; von SCHUCKMANN, Karina. *How we know that global warming is accelerating and that the goal of the Paris Agreement is dead*, 2023. Disponível em: <<https://www.columbia.edu/~jeh1/mailings/2023/Acceleration.2023.11.10.pdf>>. Acessado em 18 de dezembro de 2023.
- IPCC. *AR6 synthesis report: climate change 2023*. Genebra: IPCC, 2023.
- MALM, Andreas. *Fossil capital: the rise of steam power and the roots of global warming*. Londres: Verso, 2016.
- RIPPLE, William; WOLF, Christopher; GREGG, Jillian; ROCKSTRÖM, Johan; NEWSOME, Thomas; LAW, Beverly; MARQUES, Luiz; LENTON, Timothy; XU, Chi; HUQ, Saleemul; SIMONS, Leon; KING, David. “The 2023 state of the climate report: entering uncharted territory”, *BioScience*. Oxford, v. 0, n. 0, 2023.
- SÁ BARRETO, Eduardo. *Ecologia marxista para pessoas sem tempo*. São Paulo: Usina, 2022.

\*\*\*

Existe um segredo que poucos editores contam e nós vamos contar: as revistas se fazem quase sozinhas, ganham autonomia, fruto da conjuntura e também das diversas mãos que possibilitam sua publicação. Nossa revista é construída coletivamente no NIEP-Marx. Por isso, nunca é demais deixar aqui nosso agradecimento ao corpo de pareceristas, ao grupo de revisores e diagramadores que põem a revista de pé. Muito obrigado!

Esta edição contou com apoio da Capes Proex do Programa de Pós-graduação de Economia da Universidade Federal Fluminense.



# ARTIGOS

# Descolonizar futuros palestinos: o papel da comunidade internacional para a resolução justa da Questão Palestina/Israel

*Decolonizing Palestinian futures: the role of the international community in the fair resolution of the Palestine/Israel Question*

**Bruno Huberman\***

**Sabrina Fernandes\*\***

## Resumo

O novo estágio de genocídio e limpeza étnica perpetrado por Israel na Palestina desde 7/10/2023 se desenvolveu diante da falha da comunidade internacional, incluindo governos solidários aos palestinos, de agir materialmente para o cessar-fogo e a promoção real de paz. A inclusão de palestinos como dignos de direitos e liberdade segue aprisionada por retóricas vazias a partir de uma solução de dois Estados que, em vez de construir caminhos de descolonização, faz parte do arcabouço de normalização das relações com Israel, de fato, um estado único colonial. Israel não somente age com impunidade, mas tem o poder e ferramentas para oprimir palestinos por causa do apoio econômico e legitimidade política que recebe há muitas décadas de outros estados, incluindo aqueles que criticam a colonização, mas cedem à diplomacia de armas israelense e fecham acordos militares e comerciais. Neste artigo, argumentamos que medidas de solidariedade real que contribuam de fato para a paz exigem métodos de descolonização que incluem a desnormalização de Israel nas relações internacionais. Apontamos para ações recentes envolvendo bloqueios e a possibilidade de sanções e embargos como parte do caminho e o valor de movimentos sociais, sindicatos e sociedade civil organizada engajados em ação direta e pressão na arena internacional.

**Palavras-chave:** Palestina/Israel; colonialismo; descolonização; sanções; embargo militar

---

\* Professor do curso de Relações Internacionais da PUC-SP. Doutor e Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP). Vice-líder do Grupo de Estudos sobre Conflitos Internacionais (GECI/PUC-SP) e pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT/INEU). Autor de *The Palestinians and East Jerusalem: under neoliberal settler colonialism* (2023). Contato: bhuberman@pucsp.br

\*\* Sabrina Fernandes é socióloga e economista política com doutorado pela Carleton University, Canadá e Chefe de Pesquisa do Instituto Alameda. Pesquisa transições e ecologia, com especialidade em política latino-americana, e atua em frentes de solidariedade com a Palestina. Foi fellow de pós-doutorado da Rosa Luxemburg Stiftung e do CALAS em Guadalajara. Autora de *Sintomas Mórvidos* (2019) e *Se quiser mudar o mundo* (2020). Contato: sabrina.fernandes@alameda.institute

## **Abstract**

The new stage of genocide and ethnic cleansing perpetrated by Israel in Palestine since 7 October 2023 has developed in the face of the failure of the international community, including governments that show solidarity with the Palestinians, to act materially towards a ceasefire and the real promotion of peace in the region. The inclusion of Palestinians as worthy of rights and freedom continues to be imprisoned by empty rhetoric based on a two-state solution which, instead of building paths to decolonisation, is part of the framework for normalising relations with Israel, affirming a de facto colonial one-state reality. Israel not only acts with impunity, but has the power and tools to oppress Palestinians because of the economic support and political legitimacy it has received for many decades from other states, including those that criticise colonisation but give in to Israeli arms diplomacy and close military and trade deals. In this article, we provide this panorama to argue that measures of real solidarity that actually contribute to peace require methods of decolonisation that include the denormalisation of Israel in international relations. We point to recent actions involving blockades and the possibility of sanctions and embargoes as part of the way forward and the value of social movements, trade unions and organised civil society engaging in direct action and pressure in the international arena.

**Keywords:** Palestine/Israel; colonialism; decolonization; sanctions; military embargo

## **Introdução**

A reconfiguração do conflito na Palestina a partir de outubro de 2023 aqueceu debates tanto emergenciais, principalmente sobre as demandas diplomáticas por um cessar-fogo, quanto de cunho estratégico para a resolução da Questão Palestina/Israel. Tais debates não estão isolados, já que diversas tentativas pela comunidade internacional, especialmente a partir dos protocolos diplomáticos e canais de governança mundial, como a própria ONU, falharam em surtir o efeito imediato para pressionar Israel por um cessar-fogo e a ajuda humanitária adequada para o povo de Gaza. Com o aumento da violência israelense na Cisjordânia governada pela Autoridade Palestina (AP), sob a liderança do Fatah, onde a justificativa das forças militares de alvejar militantes do Hamas não se sustenta, fica evidente que a busca por uma resolução exige compreender a realidade palestina para além dos ataques pelo Hamas em 07 de outubro e o assalto intenso de Israel sobre Gaza com bombardeios, bloqueios e ameaças de limpeza étnica completa, assim como investidas militares no Líbano, no Egito e na Síria neste período.

Olhar somente para a história recente é um resultado conveniente para Israel pois torna mais difícil enxergar a raiz do problema. Quando o 07 de outubro aparece como marco inicial na imprensa, representantes do projeto israelense conseguem apresentar as ações na Palestina e na região como atos de defesa, descolando da narrativa qualquer preocupação com as mais de sete décadas de ocupação, o regime de apartheid e o enraizamento das práticas de limpeza étnica. Olhar para o passado é um exercício de desnormalização do Estado de Israel e é essencial para traçar qualquer perspectiva de futuro realmente pós-colonial na região. Mas a desnormalização não é apenas uma atividade teórica. Como afirmam Tuck e Wayne Yang (2012), “descolonização não é uma metáfora”. Descolonização deve ser uma diretriz para a comunidade

internacional que deseja avançar uma solução na região que escape de declarações idealistas sobre formatos estatais e resoluções na ONU que falham, vez após vez, em demonstrar força material. O mundo tem responsabilidade sobre o passado, o presente e o futuro de Palestina/Israel, o que implica a construção de um caminho sério de descolonização.

Neste artigo, reivindicamos a necessidade de a comunidade internacional começar a agir em relação a Palestina/Israel de forma a contribuir de fato para a paz para além de discursos críticos à morte de civis, aos ataques a hospitais e à desproporcionalidade do uso da força por Israel. A proteção que os EUA asseguram a Israel exige daqueles que são solidários à causa palestina ação condizente com a radicalidade de seu discurso. Isso significa interromper a normalização do Estado colonial de Israel nas relações internacionais. Diante do genocídio promovido por Israel em Gaza, apenas África do Sul, Bolívia e Belize cortaram relações com o país entre outubro e dezembro de 2023, enquanto Bahrein, Chade, Chile, Colômbia, Honduras, Jordânia e Turquia retiraram seus embaixadores de Israel. Isso demonstra como o Sul Global é o espaço de onde surgem as principais ações capazes de pressionar Israel pela descolonização da Palestina. Mas também mostra a limitação da solidariedade material das elites políticas do Sul com os palestinos. A descolonização de Palestina/Israel será necessariamente global, assim como tem sido o processo colonial israelense. Por essa razão, o envolvimento direto de Estados na solidariedade real que contribua verdadeiramente para a descolonização é fundamental. Afinal, a descolonização de Palestina/Israel afeta paradigmas da geopolítica, da economia política internacional e da relação entre povos e territórios, o que também contribui para a descolonização do Sul Global como um todo.

Na primeira parte deste artigo, trazemos a realidade colonial como a perspectiva mais apropriada para compreender o passado e o presente do Estado de Israel. Com isso, contextualizamos a problemática da legitimidade concedida ao Estado pela comunidade internacional. Na segunda seção, trazemos o histórico de normalização das relações diplomáticas de Israel no Oriente Médio e no Sul Global desde 1979, apesar da irresolução da Questão Palestina. Em seguida, apontamos para os limites trazidos pela legitimação do Estado de Israel e a normalização das relações, que resultam em debates infrutíferos sobre “soluções estatais” – comumente presos aos caminhos de um ou dois estados – sem que se discuta descolonização de fato e o que garantiria uma resolução justa na região. Por fim, reforçamos que o papel da comunidade internacional na descolonização de Palestina/Israel inclui ações materiais que envolvem rompimentos, sanções e bloqueios, especialmente quando o poder militar de Israel que o capacita para a promoção de limpeza étnica e genocídio de palestinos é garantido internacionalmente através da chamada “diplomacia das armas”.

## **1. Israel como realidade colonial**

O Estado de Israel é fruto de um processo de colonização por povoamento, isto é, um colonialismo no qual os colonos vieram de outros países e nunca foram embora (Wolfe, 2006; Salmanca *et al.*, 2012). Apesar da presença histórica de judeus e palestinos das demais fés e etnias em convívio mútuo na região, que foi colonizada ou controlada por diversas forças pelos séculos, é a partir do projeto de construção do Estado de Israel no início do século XX que os judeus – agora reconfigurados como colonos sionistas-israelenses – se estabelecem não apenas para morada nos territórios palestinos, mas

como população colona provida de direitos e privilégios que o Estado de Israel outorga através da destruição da nação nativa palestina e da expropriação constante da terra e do trabalho dos palestinos.

O resultado desse processo colonial foi o apartheid, uma solução que permite às elites israelenses equilibrarem três objetivos centrais: (1) o controle sobre todo o território da Palestina histórica conquistado à força nas guerras de 1948-49 e 1967; (2) a manutenção da maioria demográfica judaica no interior do Estado formal de Israel, assegurada a partir da limpeza étnica na Nakba de 1948, que expulsou milhares de palestinos, e da negação da cidadania aos milhões de palestinos sob ocupação militar na Cisjordânia e na Faixa de Gaza desde 1967; e (3) o exercício de um simulacro de democracia para os seus cidadãos judeus. A mesma estrutura colonial também permitiu a anexação de território sírio, as Colinas do Golã, e a discriminação de povos beduínos no Negev.

O apartheid como existe hoje não seria possível sem os processos de expulsão e anexação territorial desde o início do século XX. O movimento sionista na Palestina buscava construir uma comunidade política e uma economia colona em separado da nativa de forma a já construir as bases do que viria a ser um Estado étnico-racial de maioria judaica (Shafir, 1996). Este é o princípio da *hafrada*, termo em hebraico que significa separação e que tem constituído as políticas estatais de segregação entre judeus e palestinos (Sahd, 2022).

O desrespeito ao passado histórico e político na região por discussões que reduzem a responsabilidade pelo massacre em Gaza ao governo atual contribui para mascarar todos os massacres cometidos contra os palestinos ao longo da história, como Deir Yassin,<sup>1</sup> em 1948, e o projeto colonial em si. Marcadores como esquerda e direita para os governos de Israel não servem para indicar posturas moderadas versus extremistas contra os palestinos. Não foi Benjamin Netanyahu nem a extrema-direita israelense que fundaram o projeto colonial e o apartheid, mas a própria esquerda israelense. Por exemplo, os *kibbutzim*, conhecidas comunidades agrícolas protosocialistas, foram centrais para avançar a fronteira colonial sionista-israelense ao longo da história e sempre foram comunidades exclusivamente para os judeus (Shafir, 1996). Existem *kibbutzim* que ainda hoje têm o direito de vetar habitantes não judeus, isto é, principalmente palestinos. Foi a esquerda israelense a responsável por conquistar a Cisjordânia e Gaza em 1967, estabelecer a ocupação militar e construir os primeiros assentamentos civis para assegurar o controle do território (Gordon, 2008). Logo, o problema em Israel não seria uma conjuntura de governos de extrema-direita com ações mais ostensivamente racistas e coloniais, e sim uma estrutura social do Estado constituída por décadas de colonialismo incessante. A alternância entre forças de “esquerda” e “direita” no Knesset (o parlamento israelense) não desafia o colonialismo de Israel, mas disputa como executá-lo e reafirmá-lo.

Contudo, mesmo quando os 75 anos do Estado de Israel são reconhecidos como realidade colonial, apenas uma minoria de lideranças internacionais tem a coragem de questionar como essa atuação só foi possível pela legitimidade emprestada a um Estado

<sup>1</sup> Em 1948, milícias sionistas assassinaram pelo menos 100 palestinos, entre dezenas de crianças, no vilarejo de Deir Yassin durante a Nakba. O massacre foi um atentado terrorista contra civis palestinos que teve como objetivo incutir o medo entre moradores de vilarejos na região de Jerusalém durante a ofensiva militar dos israelenses para a conquista da cidade na Guerra Árabe-Israelense de 1948-49.

colonial construído sobre as ruínas da nação palestina e a obtenção de uma maioria demográfica a partir de limpeza étnica. Embora a denúncia dos processos de colonização, inclusive através dos termos de limpeza étnica e apartheid, tenha ganhado força no plano internacional, questionar o ato fundacional do Estado colonial com legitimidade para executar tais processos é praticamente impensável, mesmo no campo progressista. Por exemplo, o maior partido de esquerda do Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT), recusa-se a questionar a estrutura colonial do Estado de Israel e compor as manifestações populares em solidariedade com a causa palestina durante o massacre em Gaza, apesar das décadas de solidariedade do partido com os palestinos e das falas duras do presidente Lula da Silva, filiado ao PT, às ações israelenses em Gaza.

O Plano de Partilha da Palestina de 1947, aprovado pela ONU (naquele contexto, dominada por nações coloniais) na Resolução 181, concedeu à comunidade internacional o direito de intervir e partir um território em dois em detrimento da população nativa – os palestinos. O resultado foi a alteração da configuração política e de convivência dos povos habitantes, assim legitimando as ambições coloniais de Israel. Isso permitiu que Israel se constituísse com instituições, apoio estrangeiro e infraestrutura completamente desiguais a dos palestinos deslocados à força mundo afora. As demandas pelo reconhecimento de um Estado palestino nunca receberam apoio igual. A realidade atual é de um Estado de Israel inquestionável, enquanto o “Estado da Palestina” existe apenas no papel. A recusa em questionar a legitimidade da base estatal israelense parte da recusa da própria comunidade internacional em aceitar responsabilidade pelas atrocidades cometidas desde 1948 e não apenas no contexto contemporâneo. Nem mesmo o ataque a seus funcionários e infraestrutura por Israel no massacre de 2023 em Gaza faz a ONU ter a capacidade de se reconfigurar. Se o mero questionamento da soberania estatal de Israel ganhasse fôlego, já teria seu valor em perturbar a normalização sob a qual Israel é capaz de expropriar ainda mais território, desalojando mais de um milhão de pessoas e martirizando sem piedade milhares de crianças e adolescentes em pleno século XXI.

A associação do projeto colonial israelense à paz na região sob o argumento de que o povo judeu tem direito à sua autodeterminação torna inequívoca a existência do Estado de Israel em sua configuração colonial atual. É assim estabelecida uma armadilha fatal para a solidariedade material (além da simbólica) com os palestinos: qualquer defesa da autodeterminação palestina, seja via Estado próprio ou outra configuração, precisa passar também pelo reconhecimento do Estado de Israel. Para olhares gerais, aparece como solução razoável e equilibrada. Todavia, é a afirmação de um paradoxo formador do paradigma de catástrofe que aflige o povo palestino; afinal, não pode haver autodeterminação do povo palestino enquanto reconhecida a existência soberana do Estado executor das políticas coloniais no território. A normalização do Estado de Israel esvazia posturas críticas à colonização israelense dos palestinos, reduzindo as declarações de solidariedade a um tipo de anticolonialismo de perfumaria, que foge da análise do poder material por trás de cada ação colonizadora e efetivamente bloqueia a discussão sobre métodos e ferramentas concretas de descolonização.

Conseqüentemente, como argumenta David Lloyd (2012), torna-se impossível referir-se à libertação da Palestina no discurso sem atrelar o povo e nação palestinos à existência de Israel de alguma forma. “Palestina/Israel” aparece quase como um binômio símbolo do entrelaçamento de identidades e territórios na colonização por povoa-

mento. A afirmação da Palestina não escapa da referência a Israel, enquanto líderes políticos israelenses possuem a opção de simplesmente negar a existência Palestina até mesmo no púlpito da Assembleia Geral da ONU. Afinal, de que vale o reconhecimento da Palestina como um Estado sem soberania material efetiva no território?

Desse modo, é necessário mergulhar em como Israel consegue reivindicar a sua existência no cenário global ao ponto de sequestrar o debate e garantir que a maioria das discussões e caminhos propostos para um futuro palestino tenha que incluir e reconhecer o Estado algoz colonial que, por sua própria natureza, impede que tal futuro seja realmente pós-colonial.

## **2. A normalização de Israel nas Relações Internacionais**

O Estado de Israel foi fundado em meio a um impasse de governança mundial. Não surpreende que uma resolução de partilha territorial e formação de Estados distintos na região a partir da ainda jovem ONU, em 1947, tenha sido recebida pelo povo palestino e as nações árabes vizinhas como um ato ilegítimo. Essa ilegitimidade foi confrontada através da guerra. Todavia, com a vitória militar israelense contra Egito, Transjordânia, Líbano, Síria e Iraque que assegura a declaração do Estado de Israel em 1948, os israelenses passam a reivindicar legitimidade através do triunfo bélico. Israel age a partir da doutrina da “muralha de ferro”, que assegura a sua existência como Estado colonial através do exercício da força bruta contra todos os árabes (Shlaim, 2004). Se a partilha estabelecida pela ONU não traria credibilidade em um mundo onde a conquista territorial através da máquina de guerra é tão normalizada, quem poderia questionar a soberania do novo Estado sobre o território da Palestina?

O reconhecimento internacional do Estado de Israel veio em etapas. Os estados fronteiriços – Egito, Líbano, Síria e Jordânia – não reconheceram a fundação do Estado. No Grande Oriente Médio, a exceção foi a Turquia, aliada dos EUA após o governo de Mustafa Atatürk (1923-38). A América Latina foi a única região do Terceiro Mundo onde Israel obteve amplo reconhecimento imediato (boa parte da África e da Ásia ainda estava sob jugo colonial europeu). O Brasil, inclusive, foi parte fundamental na aprovação da partilha da Palestina na ONU em 1947. O seu representante na organização, Osvaldo Aranha, um notório antisemita que havia barrado a imigração de judeus para o Brasil quando era Ministro de Relações Exteriores do Estado Novo varguista (Iokoi, 2004), foi um ativista pela partilha e o pronto reconhecimento de Israel em 1948. Aranha presidiu a sessão da Assembleia Geral da ONU que aprovou a partilha da Palestina e conquistou o apoio de nações latino-americanas ao pleito (Bartel, 2016).

A força demonstrada pelos israelenses em envergonhar e derrotar o nacionalismo árabe na guerra de 1967 contra Egito, Síria e Jordânia, levando ao seu declínio e ao enfraquecimento da influência soviética na região em um contexto que o petróleo havia se tornado a principal mercadoria da economia global, está na raiz da aliança incondicional entre EUA e Israel (Shlaim, 2004). A Revolução Islâmica no Irã, em 1979, que derrubou o xá Reza Pahlevi, aliado dos EUA, fez de Israel o principal parceiro dos estadunidenses na região. Um aliado não apenas por conveniência estratégica na Guerra Fria, mas também uma nação que partilharia os mesmos valores liberais e ocidentais com os EUA no coração do Oriente Médio (Beinin, 2021).

Foi no mesmo ano de 1979 que aconteceu uma reviravolta na estratégia militarista de Israel e dos EUA no Oriente Médio. Após a derrota militar (seguida por uma

reação militar que impediu uma derrota política completa) de Israel na Guerra do Yom Kippur contra Egito e Síria, em 1973, que provocou pânico na população de Israel, a esquerda israelense veio a perder o poder para a direita do Likud sob a liderança de Menachem Begin, em 1977. Até então o maior inimigo de Israel, o Egito tornou-se a primeira nação árabe a reconhecer Israel nos Acordos de Camp David, firmados em 1979, sob a mediação dos EUA de Jimmy Carter<sup>2</sup>. Os acordos previam encaminhamentos para a resolução da Questão Palestina – nunca avançados – e uma robusta ajuda militar estadunidense para Egito e Israel (Shlaim, 1996). O acordo significou uma reorientação do imperialismo estadunidense no Oriente Médio: das guerras para os acordos de paz. Isto é, a combinação de guerra e paz havia assegurado a existência de Israel e alterado a balança de poder na região em favor dos EUA e de Israel.

A estratégia da paz se manteve ao fim da Guerra Fria, quando acontece a mudança mais decisiva para a normalização das relações de Israel no Oriente Médio e no Terceiro Mundo. No contexto da Guerra do Golfo, quando os EUA mobilizaram uma aliança multilateral com o apoio de praticamente todos os Estados árabes contra a invasão do Kuwait pelo Iraque de Saddam Hussein (exceção a Yasser Arafat, líder da Organização pela Libertação da Palestina (OLP)), o militarismo de Israel se tornou um problema. A revolta palestina da Intifada (1987-92) havia tornado a Questão Palestina incontornável para a construção da nova ordem internacional pelos EUA. A normalização das relações de Israel no Oriente Médio se tornou prioritária para o redesenho da região sob a hegemonia estadunidense. O objetivo era criar uma zona de livre comércio na região aos moldes do Nafta na América do Norte (Hanieh, 2013).

Os israelenses inicialmente se opuseram a negociar a paz com os palestinos. Mas os EUA do presidente George H. Bush (1989-92) pressionaram Israel com a ameaça de corte da ajuda militar. O resultado foi a Conferência de Madrid, de 1991, patrocinada por ONU, Banco Mundial e URSS. A conferência pretendia construir uma paz regional e contou com a participação de representantes de Israel, Egito, Síria, Líbano, Jordânia e Palestina. Contudo, a abertura de um canal diplomático secreto por noruegueses entre Israel e a OLP resultou no Acordo de Oslo, de 1993. Embora não tenha resultado na criação de um Estado da Palestina, o acordo serviu de demonstração de que Israel estaria comprometido com a paz na região.

Como resultado, houve a ampliação da normalização israelense no Oriente Médio e no Terceiro Mundo. Em 1991, a URSS restabeleceu relações com Israel depois de a ter interrompido por causa da guerra de 1967 – os soviéticos foram centrais para a aprovação da Partilha da Palestina, em 1947. A Rússia, especialmente sob Vladimir Putin, tornou-se grande parceira de Israel até a Guerra da Ucrânia (2022-). Em 1992, Índia e Israel estabeleceram relações diplomáticas completas apesar de já existirem relações desde 1950 – Israel foi parceiro militar da Índia em seu conflito contra o Paquistão em 1971. Ainda em 1992, Israel e China estabeleceram relações diplomáticas, tornando-se grandes parceiros econômicos e militares. Em 1994, Israel e Jordânia selaram a paz em um acordo bilateral.

Uma nova etapa da normalização de Israel no Oriente Médio aconteceu em 2020 com os Acordos de Abraão com Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Marrocos e Sudão. O acordo foi firmado pelo primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu (2009-

---

<sup>2</sup> O presidente do Egito, Anwar Sadat, veio a ser assassinado por um nacionalista egípcio que viu a paz com Israel como uma traição. O país também foi expulso da Liga Árabe.

2021), sob a mediação do presidente dos EUA, Donald Trump (2017-2021), em mais um esforço de redesenhar o Oriente Médio através da paz neoliberal. Esses acordos permitiram a aproximação entre os aliados estadunidenses na região em oposição ao Eixo da Resistência, aliança formada por Irã, Síria, Hezbollah, Hamas, Jihad Islâmica, PMF (Forças de Mobilização Popular) iraquianas e os Houthis no Iêmen (Huberman & Nasser, 2023).

Os interesses dos EUA em mediar os Acordos de Abraão aparecem ao oferecer e receber moedas de trocas específicas para cada Estado árabe durante as negociações. A assinatura do acordo de normalização entre Israel e os Emirados Árabes Unidos (EAU) permitiu que os EUA formalizassem sua própria venda de armas e equipamento militar para o país árabe no valor de 23 bilhões de dólares (Singer, 2021). Por outro lado, os países árabes também ganharam acessos e vantagens especiais ao aceitarem negociar através dos Estados Unidos. O caso do Marrocos é exemplar. A normalização de suas relações com Israel permitiu que o Estado marroquino também garantisse reconhecimento para os seus próprios interesses coloniais: ao contrário da ONU e da União Europeia, os EUA formalmente declararam reconhecer o Saara Ocidental como território sob soberania do Reino do Marrocos.

Em conjunto com os Acordos de Abraão, Netanyahu e Trump buscavam impor uma solução unilateral à Questão Palestina através do “Acordo do Século”, apresentado em conferência no Bahrein, em 2019, com a presença de representantes de nações árabes e de empresários palestinos. O projeto buscava formalizar a anexação de parcelas da Cisjordânia por Israel onde estão localizados blocos de assentamentos judeus em troca de pedaços de terra desérticos aos palestinos e recursos disponibilizados por nações do Golfo Árabe. Este acordo não prosperou por causa das derrotas eleitorais de Trump e Netanyahu, mas significou o período de maior isolamento político dos palestinos no cenário global (Huberman & Nasser, 2023).

Joe Biden, que se apresentou como o nêmesis de Trump, manteve boa parte das políticas estadunidenses para Palestina/Israel, como o reconhecimento de Jerusalém como a capital de Israel com a presença da embaixada dos EUA na cidade que os palestinos também reivindicam como a sua capital (Huberman & Nasser, 2023). Em meio às movimentações das nações do Golfo Árabe na direção de China e Rússia em meio à Guerra da Ucrânia, com Arábia Saudita, EAU, Irã e Egito se juntando aos BRICS+, em 2023, Biden almejava continuar o projeto de Trump através de um acordo entre Israel e a Arábia Saudita. Poucos dias antes do ataque do Hamas no 07/10, o príncipe-herdeiro saudita, Mohamaed Bin Salman, disse que a normalização das relações com Israel estava próxima (McKernan, 2023).

É nesse contexto histórico que as relações internacionais de Israel e dos palestinos devem ser interpretadas para compreender os esforços necessários para assegurar uma paz justa na região.

### **3. Os limites das soluções estatais para a descolonização**

O problema de não questionar as bases coloniais de Israel e a sua normalização no sistema internacional a partir de sua conexão com o imperialismo estadunidense é que isso impossibilita um futuro pós-colonial na região. São várias as razões, que se entrelaçam para formar um contexto que atrela qualquer política para palestinos ao legado colonial.

Primeiro, há um desafio de fundo no qual a normalização de um Estado colonial impede que enxerguemos como as disputas políticas em Israel podem alterar como se governa e se produz políticas públicas para os israelenses, ou seja, como as configurações de esquerda e direita afetam o governo para os israelenses. Todavia, no caso dos palestinos, a política de subjugação nos territórios é perene. O problema da colonização toma contornos táticos diferentes a cada governo, mas a estratégia de colonização – e o horizonte expansionista – é política de Estado. O ano de 2023 também foi marcado por uma série de protestos contra as reformas judiciais do governo de Benjamin Netanyahu. Todavia, por mais que alguns grupos ressaltassem que as reformas da extrema-direita piorariam também a vida de palestinos e avançariam o colonialismo de Israel, o poder judiciário israelense é responsável pelo *status quo* colonial, o que não foi questionado pela maioria das manifestações. Nas palavras de Yousef Munayyer (2023): “A própria Suprema Corte que os judeus israelenses estão protestando para salvar tem sido a parceira mais leal do Estado ao permitir esse tipo de repressão violenta e abuso contra os palestinos”.

Segundo, a normalização do Estado colonial estabelece que soluções alternativas tenham que passar pelo aceite deste Estado – criando-se um paradoxo, pois um Estado colonial não descoloniza a si mesmo. O Estado israelense prega a impossibilidade de uma Palestina e acusa o mundo solidário aos palestinos de violências imaginárias diante da possibilidade de dissolução estatal de Israel e caminhos que passem por outras configurações de governança além do Estado sionista. Mesmo que historicamente campanhas de boicote e sanções a Israel tenham alcançado poucas vitórias materiais, ações do tipo ainda apresentam ameaças simbólicas e discursivas no sentido da deslegitimação do Estado de Israel; ou seja, a crítica não somente ao regime de apartheid contra palestinos, mas também ao Estado colonial e seu direito de existir. Por isso, quando Israel denuncia e se esforça para criminalizar tais campanhas, identifica a deslegitimação como uma ameaça à segurança nacional (Olesker, 2019). Esse esforço passa por colaboração com outros Estados, como através de acordos com países do Ocidente contra a campanha palestina de Boicote Desinvestimento e Sanções (BDS) a Israel. Na França, legislação que proíbe boicotes a Estados é frequentemente usada como ferramenta específica contra o BDS Palestino, enquanto nos Estados Unidos, diversos estados possuem leis e normativas que orientam contra o boicote ou proíbem governos de fazer contratos com entidades que boicotam Israel. Para além disso, há vários atos simbólicos e declarações de repúdio e condenação ao BDS, como a moção do parlamento alemão que condena o movimento BDS como antissemita e que foi criticada por especialistas da ONU como uma tentativa de silenciar críticas ao Estados de Israel (Middle East Eye, 2020).

Embora o fim de Israel pudesse ser o resultado concreto de uma ameaça à sua soberania, a mera menção dessa possibilidade é abordada pela propaganda israelense como antissemitismo e a continuação do Holocausto contra os judeus. Essa manipulação é possível, porque, em terceiro lugar, ainda domina a narrativa de Israel que confunde o projeto colonial sionista com a proteção e paz para judeus na região. Automaticamente, o questionamento da legitimidade de Israel é lido como um ataque a direitos básicos de judeus ou, pior ainda, insinuações de que o fim do Estado colonial de Israel significaria uma tragédia de expulsão para todos os judeus na região. O fim de Israel não significaria a expulsão dos judeus, mas novas formas de permitir aos judeus se autode-

terminarem sem que isso signifique a negação da autodeterminação de todos os palestinos do rio Jordão ao mar Mediterrâneo, não somente daqueles que vivem nos territórios considerados ocupados pela comunidade internacional.

Em quarto lugar, a ausência de questionamento das estruturas coloniais do Estado de Israel permite que as pessoas fechem o debate sobre resolução da Questão Palestina/Israel dentro dos moldes estatais. Isso legitima a ideia de que é possível que um Estado étnico-nacionalista, militarizado e caracterizado pela contínua expansão colonial, simplesmente aceite uma partição territorial do mapa assim que uma fórmula mágica da diplomacia internacional seja encontrada. Isso ignora como o processo de Oslo de 1993-95, que pretendia implementar uma transição gradual para dois Estados, resultou em mais legitimidade para Israel controlar e colonizar os territórios de Gaza e da Cisjordânia (Gordon, 2008).

Quinto, o imaginário pós-colonial para a Palestina também fica preso no formato estatal, onde o modelo de dois Estados se apresenta como a única forma de ser justo com judeus e palestinos (ignorando, inclusive, outros povos locais). Isso normaliza a colonização sionista-israelense feita até 1967. Há falta de criatividade de agentes estatais em estabelecer discursos que defendam modelos de justiça decolonial, inclusive no Sul Global, onde a luta anti-colonial deixou legado. Não são poucos os governos que se pronunciam a favor de uma solução de dois Estados simplesmente como forma de indicar preocupação com a paz, como se a “solução” em si fornecesse uma fórmula de sucesso a ser explorada diplomaticamente – sem confrontar a realidade histórica e material na região. Isso ajuda, por último, a normalizar também as reivindicações racistas dos israelenses de manutenção de maioria demográfica judaica em Israel em detrimento da minoria palestina cidadã de Israel e do direito de retorno dos refugiados palestinos. Imagine se algum outro Estado do mundo reivindicasse abertamente a manutenção de uma maioria étnica-racial como objetivo legítimo?

O imaginário solucionista estatal possui apenas dois registros: solução de um Estado ou solução de dois Estados, como se um novo recorte territorial e algumas regras oferecessem a receita de sucesso que colocaria fim a mais de um século de colonização. Parece absurdo que uma lógica simplista seja tão amplamente aceita, mas a realidade é que ela capturou completamente o debate até do campo progressista. Em vez de se discutir métodos de descolonização, como a restituição da terra palestina expropriada, do trabalho palestino explorado e das vidas palestinas aprisionadas e ceifadas, somos obrigados a discutir modelos estatais imperfeitos. Isso quer dizer que estamos abordando o problema pela ponta errada da discussão. A insistência na ideia de dois estados impede esforços para um caminho de descolonização porque legitima roubo de terras palestinas onde estão hoje cidades israelenses e impede um processo de conciliação para os refugiados. Além disso, um mapa de dois Estados, como de 1967, não existe mais devido às crescentes colônias israelenses fortemente armadas na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental.

A descolonização não envolve somente os palestinos, mas também os israelenses. A sociedade israelense deve ser descolonizada material e subjetivamente para possibilitar a convivência com os palestinos não mais a partir da relação colonizador/colonizado. Como reivindica Fanon (2022), a descolonização envolve a destruição da sociedade colonial para a sua refundação. E essa destruição não significa mais expulsão e

deslocamento, nem a construção de um, dois ou três estados, mas a refundação das bases sociais da reconciliação pacífica e justa entre palestinos e judeus.

#### **4. A normalização como imperativo da comunidade internacional crítica a Israel**

O momento que o mundo assiste quase que passivamente a Israel realizar um genocídio em Gaza pode também ser apropriado para compreender os limites dos mecanismos internacionais de resolução da Questão Palestina/Israel aplicados até hoje e permitir uma reversão ampla da normalização das relações de Israel nos últimos anos. O que vemos desde o 7 de outubro tem sido ações ainda bastante moderadas que se apegam à possibilidade de dois Estados e ao binômio Palestina/Israel em vez de cortar fontes de apoio material, diplomático e simbólico a Israel. Mesmo quando há expressão de solidariedade com a Palestina, seja nos pedidos por cessar-fogo, até mesmo na denúncia de genocídio e apartheid, as ações concretas diplomáticas ficam presas ao paradoxo de exigir alívio para palestinos, emprestando reconhecimento simbólico a seus atores políticos, sem enfraquecer o Estado colonial que é autor daquilo que se denuncia.

Recentemente, três governos latino-americanos tiveram abordagens distintas e de grande destaque em relação ao conflito na Faixa de Gaza que merecem exame: o governo de Gustavo Petro, na Colômbia, o de Gabriel Boric, no Chile, e o governo de Lula da Silva, no Brasil. Todos se mostraram solidários aos israelenses cujos familiares foram assassinados ou sequestrados por ações do Hamas, assim como se movimentaram em preocupação com Gaza, pedindo cessar-fogo e apoio humanitário.

No caso brasileiro, a presidência do Conselho de Segurança da ONU ofereceu certo destaque para a sua diplomacia, tanto nos esforços de repatriação de nacionais, quanto na elaboração da resolução que foi notoriamente vetada pelos Estados Unidos, o maior aliado de Israel. Em seus posicionamentos, o governo brasileiro diz reconhecer Israel e a Palestina, advogando por uma solução de dois Estados — embora não fique claro, como em nenhum pronunciamento internacional dos governos que fazem tal afirmação, o que exatamente Lula quer dizer com dois Estados, quais seriam as suas fronteiras ou o que garantiria à Palestina “fronteiras seguras” ao lado do Estado sionista de Israel (Brasil de Fato, 2023). O que fica claro é que a normalização do Estado colonial de Israel não é questionada, mesmo que signifique a normalização da expulsão palestina e da limpeza étnica. Diante disso, o Comitê Nacional Palestino de BDS pediu ao presidente Lula que ao menos considere revogar os acordos de cooperação entre o Brasil e Israel que foram assinados durante o governo de Bolsonaro e aprovados na Câmara dos Deputados em 18 de outubro de 2023 (Seto, 2023). Um dos acordos na área de segurança pública normaliza uma relação militar brasileira com Israel em meio aos bombardeios a Gaza. O Brasil é um dos dez maiores compradores de armas israelenses de todos os tempos (Hever, 2018). Isso quer dizer que, caso Lula leve realmente a sério sua proposta por um cessar-fogo na ONU, deve começar rompendo laços de cooperação com os responsáveis israelenses pela destruição e morte em Gaza nas últimas semanas.

O caso chileno merece destaque pois no Chile mora a maior comunidade palestina fora do Oriente Médio. A composição de classe e consciência política dessa comunidade apresentou contradições na história chilena, como através do apoio financeiro de palestinos ricos à ditadura de Augusto Pinochet (Koutteineh, 2023). Isso significa,

porém, que a identificação com a causa palestina no Chile atravessa, mesmo que de maneira torta, as fronteiras entre esquerda e direita e o próprio entendimento do autoritarismo e da colonização. A Câmara de Deputadas e Deputados do Chile conta com um Grupo Interparlamentar Chileno-Palestino, composto por parlamentares de todo o espectro político, e representantes de partidos de esquerda e de direita chilenos possuem relações amigáveis com a Autoridade Palestina e fazem visitas periódicas a Jerusalém e à Cisjordânia (Representación de Chile, s.d.; Cámara de Diputadas y Diputados, s.d.). Diante desse contexto, em que até figuras da direita tradicionalmente pinochetista chilena têm se pronunciado pela libertação da Palestina, é possível imaginar um caminho fácil para que o governo progressista de Gabriel Boric pudesse tomar um caminho mais radical de desnormalização das relações entre Chile e Israel. Contudo, mesmo após quadros da direita chilena sugerirem declarar o embaixador israelense no Chile como *persona non grata*, Boric ofereceu apenas a retirada do embaixador chileno de Tel Aviv, de modo a demonstrar insatisfação com a situação atual, porém sem causar rompimentos diplomáticos. Há pressão para que o governo cancele os acordos de cooperação militar entre Chile e Israel, inclusive após chamados de lideranças mapuche que denunciam a conexão entre as violências coloniais estatal de Israel contra palestinos e do Chile contra os mapuche (Duda, 2023) – o segundo povo indígena mais afetado por conflitos socioambientais na América do Sul (Aliaga, 2023).

No caso colombiano, Petro tem usado as suas redes sociais para expressar grande preocupação com o desequilíbrio de forças entre palestinos e o Estado de Israel, apontando a necessidade de solidariedade internacional – não somente por meios diplomáticos – e de contextualizar o que acontece hoje dentro do histórico colonial de Israel. Suas afirmações criaram desconforto com Israel, ao ponto de que foi sugerido que talvez Petro viesse a expulsar o embaixador israelense (Bernat, 2023). Foi o mais perto que um governo na América Latina chegou de questionar a normalidade institucional de Israel desde que o presidente venezuelano Hugo Chávez expulsou o embaixador israelense, em 2009, e que o presidente boliviano Evo Morales rompeu relações diplomáticas com Israel, também em 2009<sup>3</sup>. Apesar de não haver rompimento diplomático entre Colômbia e Israel neste momento, Petro decidiu abrir uma embaixada colombiana em Ramallah. A decisão parte de um lugar de confronto com a narrativa colonial de Israel. O presidente colombiano busca conectar a violência em seu território com a histórica intervenção israelense na Colômbia e trata a Palestina como um paradigma de catástrofe que merece nossa atenção pelo risco global de conflito e colapso diante da crise climática. Porém, a ação de Petro demonstra que ainda é mais fácil para atores internacionais críticos de Israel investir em melhorar sua relação com a frágil Autoridade Palestina do que realmente interromper a sua relação com o Estado de Israel.

O primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez, fez movimento semelhante ao reconhecer o Estado da Palestina enquanto a sua ex-ministra dos Direitos Sociais, Ione Belarra, criticava o genocídio israelense em Gaza e reivindicava o corte de relações do seu país com Israel (Farinelli, 2023). O reconhecimento do Estado palestino é uma saída fácil para forças progressistas que não pretendem se engajar em formas de solidariedade concreta com os palestinos.

<sup>3</sup> Essas relações foram fragilmente reestabelecidas pelo governo de Jeanine Añez, de modo que a atitude do governo atual de Luis Arce de romper novamente as relações com Israel é a retomada da política anterior de solidariedade com a Palestina.

## 5. A diplomacia das armas de Israel e respostas alternativas

É preciso permitir que a compreensão do passado palestino influencie as políticas da comunidade internacional diante de Israel. Na campanha BDS, o tópico de sanções passa longe do arcabouço diplomático dos Estados. Foi justamente esse processo, liderado pela campanha de BDS sul-africana, que rompeu as relações da comunidade internacional, incluindo grandes potências como EUA e Reino Unido, e serviu de pressão externa para o fim do regime de apartheid na África do Sul. O embargo militar a Israel é um exemplo de sanção que afeta diretamente as relações internacionais do país e contribuiu para conter a violência na Palestina e em outras partes do mundo.

Israel historicamente expande a sua influência internacional por meio da chamada “diplomacia das armas” (Klieman, 1985; Halper, 2015). Através do desenvolvimento e venda de armas, tecnologia militar e sistemas de vigilância, o país obtém benefícios econômicos e políticos. A “diplomacia das armas” é um componente essencial para as relações exteriores de Israel pois usa as relações construídas a partir do comércio de armas e da cooperação militar para garantir que seus interesses geopolíticos prevaleçam em relação à Palestina e aos seus adversários no Oriente Médio, como o Irã (*ibidem*).

Israel tem servido como uma proxy dos Estados Unidos desde a Guerra Fria, quando passou a vender armas ou fornecer treinamento a regimes militares da Argentina, Chile e Brasil, além de outros países do Terceiro Mundo, como a Mobuto, no Zaire, Idi Amin, em Uganda, e ao regime de apartheid na África do Sul. Israel também ajudou a treinar as forças contrarrevolucionárias em El-Salvador, Honduras e Guatemala (Halper, 2015; Hever, 2018). Após o 11/09 de 2001 e o início da Guerra ao Terror, Israel recuperou a sua importância militar na política externa dos EUA, auxiliando nas operações estadunidenses no Oriente Médio. Os israelenses se especializaram na utilização de tecnologias para o controle de fronteiras, vigilância populacional, identificação biométrica e perfilamento de potenciais ameaças, especialmente as consideradas “terroristas”, que foram exportadas para policiais, militares e forças de inteligência do mundo inteiro através de treinamentos em contraterrorismo (*ibidem*).

Os conflitos assimétricos de “baixa intensidade” contra inimigos “irregulares” dominam o Sul Global e permitem Israel se aprofundar no mercado de segurança da região a partir da venda de conhecimentos e tecnologias capazes de auxiliar as elites estabelecerem uma ordem de mercado estável por meio da repressão de seus cidadãos nas “guerras” às drogas, ao crime, ao terror e aos imigrantes (Halper, 2015). Nos anos 2010, Israel foi o sétimo maior vendedor de armas para países do Sul Global, permitindo aproximação econômica e política com países como Índia, Azerbaijão, China, Rússia, Brasil e Colômbia (Halper, 2015, p. 193). O setor militar israelense alcançou um recorde de exportações no valor de US\$11,3 bilhões em 2021, principalmente devido aos Acordos de Abraão (Yaron, 2022).

A presença da diplomacia das armas de Israel na América Latina remonta à década dos 1960. Muito antes de qualquer outra região do mundo, a América Latina se converteu num laboratório para os israelenses. Nos anos 1980, a região concentrava 50% das exportações israelenses. Israel detinha inúmeros admiradores entre os ditadores latino-americanos, foi decisivo no desdobramento de diversos conflitos na região e conseguiu construir importantes relações políticas a partir do comércio de produtos

militares. Seus conhecimentos e equipamentos adaptam-se bem aos conflitos de baixa intensidade contra forças revolucionárias (Bahbah, 1986). Atualmente, Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, México, Honduras e Nicarágua são os maiores compradores de armas de Israel na região (Sipri, 2023).

Nos primeiros dois governos de Lula da Silva (2003-2010), o Brasil assumiu uma política externa de projeção global que envolvia aproximação com nações árabes, das questões geopolíticas do Oriente Médio, resolução das suas questões de segurança internas para receber eventos internacionais e modernização das Forças Armadas, que lideraram a Missão de Paz da ONU no Haiti. Este conjunto de fatores criou uma necessidade de aquisição de capacidades coercitivas no mercado internacional e Israel esteve bem posicionado para se tornar um dos maiores vendedores de armas para o país. Com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência em 2018, o comércio de segurança se tornou um dos elementos na aproximação entre os países.

A lentidão e recusa da diplomacia estatal em confrontar a diplomacia das armas israelense e de agir para desnormalizar relações com Israel segue mesmo diante do que especialistas têm chamado de um caso de genocídio, por definição, em Gaza (Segal, 2023). Sanções não estão em jogo. Para sancionar, os demais Estados têm que desnormalizar sua relação com Israel. Enquanto essa ferramenta é facilmente empregada pelo imperialismo diante de guerras militares e econômicas, como vemos nos casos de Rússia, Irã, Cuba e Venezuela, falta esforço de governos progressistas de explorarem como, via sanções ou não, poderiam desnormalizar as relações com Israel. Essa desnormalização em si não significaria questionar a legitimidade do Estado colonial, mas certamente enviaria um recado mais efetivo que resoluções da ONU que significam pouco ou nada para um Estado que tranquilamente viola artigos da Quarta Convenção de Genebra e embarca em crimes internacionais de guerra.

É limitante a crença de forças progressistas do Sul Global de que será possível desescalar o conflito militar e solucionar a Questão Palestina com uma atuação diplomática que supõe que o Estado de Israel cumprirá acordos – quanto mais bem escritos e negociados sejam no Conselho de Segurança da ONU. Israel viola cotidianamente dezenas de resoluções do Conselho de Segurança, como a Resolução 452 (20 de julho de 1979), que demanda que Israel pare imediatamente com a construção de colônias na Cisjordânia e em Jerusalém, ou a Resolução 1435 (24 de setembro de 2002), que demanda que Israel interrompa suas atividades militares, incluindo a destruição de infraestrutura civil, em Ramallah. A comunidade internacional insiste nos mesmos caminhos falidos que empoderam o descumprimento das demandas, mesmo sabendo que até quando os Estados Unidos não exercem seu poder de veto a favor de Israel, o Estado israelense ignora as resoluções. O fracasso contínuo tem raiz no tratamento de Israel como um Estado qualquer, em vez de uma força colonial que segue se expandindo. O fracasso da diplomacia internacional em reconhecer em Israel um Estado colonial, em contínua expansão, impede que se trace um horizonte que não seja apenas de apaziguamento, mas sim de descolonização. Um dos primeiros passos para construir futuros pós-coloniais é justamente reconhecer que um Estado colonial não descolonizará a si mesmo e que ferramentas de desnormalização se fazem necessárias para que a mesma comunidade internacional que habilitou Israel para massacrar palestinos finalmente assumira responsabilidade na solução justa.

Que nenhum país árabe tenha cortado as suas relações diplomáticas com Israel até dezembro de 2023 demonstra que a ação concreta de solidariedade aos palestinos na região depende dos lugares onde não há relações amigáveis com Israel e/ou onde prevalecem conflitos territoriais-militares históricos com o Estado sionista. Ao mesmo tempo em que bombardeia Gaza intensamente desde outubro de 2023, Israel age também com investidas militares no sul do Líbano e da Síria. Ambos os países também tiveram território e soberania usurpados por Israel desde o século 20, seja por conta da criação de fronteiras entre Palestina e Líbano que rompeu a infraestrutura de cooperação entre comunidades locais e que, subsequentemente, foram colonizadas na criação de Israel (Kaufman, 2006), seja através da ocupação e anexação israelense das Colinas do Golã sírio. O caso do Iêmen também chama a atenção, pois além do país não ter relações diplomáticas com Israel, o movimento Houthi, que controla a capital Sanaa, têm atacado embarcações israelenses ou ligadas a Israel como parte de apoio militar aos palestinos (Motamedi, 2023). Coincidentemente, em 05 de dezembro de 2023, o Programa Alimentar Mundial da ONU decidiu pausar a sua resposta humanitária nas regiões do Iêmen controladas pelo Houthi, alegando negociações infrutíferas há quase um ano e recursos insuficientes (World Food Programme, 2023).

Enquanto se espera que outros estados rompam relações com Israel, seguindo o exemplo da África do Sul, e trilhando o caminho para que o rompimento de acordos de cooperação militar, embargos de armas e sanções possam alterar o equilíbrio de forças que empodera a máquina colonial israelense, cabe lembrar que a comunidade internacional também é composta pela organização de pessoas solidárias à causa palestina. Através de coletivos, movimentos sociais e sindicatos, é possível implementar táticas de bloqueio físico que geram consequências imediatas e podem influenciar também estratégias a longo prazo. Bloqueios físicos, quando grupos de pessoas engajam em piquetes e ocupações para impedir transporte e/ou passagem de pessoas e/ou mercadorias com destino a Israel, podem funcionar rapidamente inclusive em lugares onde o boicote planejado via BDS tenha sido criminalizado e marginalizado. O estágio mais recente de limpeza étnica e destruição militar em Gaza por parte de Israel desencadeou protestos ao redor do mundo e mobilizou ativistas a planejar bloqueios e demandar rompimentos diplomáticos. Foi o caso das manifestações pela expulsão do embaixador israelense na Irlanda e de ativistas que bloquearam a saída de um navio da Califórnia para Israel (Middle East Monitor, 2023; Young & Sherlock, 2023).

Sindicatos e associações profissionais palestinos se uniram em um chamado para que outros sindicatos e organizações se recusem a produzir e transportar armas para Israel, encorajando também que a sociedade civil internacional pressione seus governos para cessar qualquer comércio militar com os israelenses (Workers in Palestine, 2023a). Desde então, mais sindicatos ao redor do mundo têm agido para atender o chamado, como várias organizações sindicais de transporte belgas (Reuters, 2023), que se recusaram a transportar armas, e o sindicato de ferroviários de Chiba, que organizou piquetes para pressionar que empresas de aviação japoneses encerrem acordos com a israelense Elbit Systems (Workers in Palestine, 2023b). No Reino Unido, grupos sindicais também ocuparam a entrada de fábricas de armas ligadas à Elbit e se declararam em solidariedade à campanha BDS (Sagir, 2023). Na Catalunha, não somente o sindicato de portuários paralisou o transporte de armas para Israel, como a legislatura da cidade de Barcelona decidiu suspender relações com Israel até que haja um cessar-fogo permanente (McMurtry, 2023). No Brasil, militantes fizeram atos simbólicos em frente

a fábricas subsidiárias da Elbit, mas sem poder material de interrupção das atividades (Redação RBA, 2023).

## Conclusão

A comunidade internacional não pode se prender às possibilidades de solução estabelecidas pelas grandes potências internacionais como as únicas alternativas realistas; muito menos ao considerar que o *status quo* diplomático é simultaneamente mantido e desrespeitado por países como os Estados Unidos, principal aliado e financiador do Estado de Israel. Imaginar e reivindicar a descolonização da Palestina significa atuar para descolonizar todos os Estados coloniais do mundo, do Brasil à Austrália, passando por EUA e Chile. É uma luta particular que expressa a libertação de povos oprimidos de todo mundo. Descolonizar o Brasil significa contribuir para a descolonização da Palestina e vice-versa. É possível criticar os processos de descolonização observados nas últimas décadas em Cuba, Venezuela e Bolívia, que são permeados por diversas contradições. Contudo, são somente estes Estados latino-americanos que conseguiram aprofundar a descolonização de suas estruturas estatais que encerraram as suas relações diplomáticas com Israel e se engajaram em ações de solidariedade mais efetivas com os palestinos.

Outros países que superaram regimes coloniais e de apartheid, como o caso de Irlanda e África do Sul, também tem demonstrado importante solidariedade aos palestinos. O caso sul-africano é particularmente relevante pois tem sido o exemplo de mobilização internacional dos palestinos desde a adoção da campanha de BDS, em 2005, e do esforço discursivo de enquadrar a situação na Palestina como uma de apartheid. Os esforços de solidariedade de povos que ainda estão sob o colonialismo ou conseguiram alcançar uma situação pós-colonial precisam ir além de declarações simbólicas para que a capacidade de expansão colonial de Israel seja freada, o que implica também interromper a normalização de Israel nas relações internacionais. O Sul Global pode e deve servir como este espaço de referência onde a solidariedade radical e material com os palestinos para auxiliar na pavimentação do caminho de libertação nacional sirva de contraponto à aliança de Israel com o Ocidente e elites coloniais do mundo. Futuros radicais envolvem modos de ação igualmente radicais.

## Referências

- ALIAGA, Carolina. *Proyectos extractivos y de desarrollo industrial amenazan futuro de los pueblos indígenas en Chile y el mundo*, 2023. Disponível em: <<https://uchile.cl/noticias/206008/proyectos-extractivos-amenazan-futuro-de-los-pueblos-indigenas>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- BAHBAH, Bishara. *Israel and Latin America: the military connection*. Berlin: Springer, 1986.
- BARTEL, Carlos Eduardo. *O movimento sionista e a comunidade judaica brasileira. 1901-1956*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.
- BEININ, Joel. “The Us-Israeli alliance”. In: HADDAD, Bassam; SEIKALY, Sherene; BEININ, Joel (Eds.). *A critical political economy of the Middle East and North Africa*. Stanford: Stanford University Press, 2021, pp. 196–214.
- BERNAT, Emma Jaramillo. *Petro se distancia más de Israel: llama a consultas a la embajadora*, 2023. Disponível em: <<https://elpais.com/america-colombia/2023-11-01/petro-se-distancia-mas-de-israel-llama-a-consultas-a-la-embajadora.html>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- BRASIL de Fato. *Gaza: Lula defende criação de Estado palestino como “única solução possível”; fechamento de embaixada em Israel é aprovado pelo congresso da África do Sul*, 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/11/21/gaza-lula-defende-criacao-de-estado-palestino-como-unica-solucao-possivel-fechamento-de-embaixada-em-israel-e-aprovado-pelo-congresso-da-africa-do-sul>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- CÁMARA de Diputadas y Diputados. *Grupo Interparlamentario Chileno-Palestino*. Disponível em: <[https://www.camara.cl/diputados/grupo\\_interparlamentario\\_integrantes.aspx?prmId=33&prmPage=5](https://www.camara.cl/diputados/grupo_interparlamentario_integrantes.aspx?prmId=33&prmPage=5)>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- DUDA, Nyki. “Somos Sur”: Mapuche and Palestinian Chileans stand in solidarity with Gaza, 2023. Disponível em: <<https://nacla.org/somos-sur-mapuche-and-palestinian-chileans-stand-solidarity-gaza>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.
- FARINELLI, Victor. *Ministra da Espanha defende cortar relações com Israel: “genocídio planejado a Gaza”*, 2023. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/guerra-israel-hamas/83799/ministra-da-espanha-defende-cortar-relacoes-com-israel-genocidio-planejado-a-gaza>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- GORDON, Neve. *Israel's occupation*. Berkeley: Univ of California Press, 2008.
- HALPER, Jeff. *War against the people: Israel, the Palestinians and global pacification*. Londres: Pluto Press, 2015
- HANIEH, Adam. *Lineages of revolt: issues of contemporary capitalism in the Middle East*. Chicago: Haymarket books, 2013.
- HEVER, Shir. *The privatization of Israeli security*. Londres: Pluto Press, 2018.
- HUBERMAN, Bruno; NASSER, Reginaldo. “Continuidades entre as políticas externas de Biden e Trump para Palestina/Israel”, *Conjuntura Internacional*. Belo Horizonte, v. 18, n. 3, 2023, pp. 9-21.

- IOKOI, Zilda. *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975)*. São Paulo: Editora Humanitas, 2004.
- KAUFMAN, Asher, “Between Palestine and Lebanon: seven Shi’i villages as a case study of boundaries, identities, and conflict”, *The Middle East Journal*. Washington D. C., v. 60, n. 4, 2006, pp. 685-706.
- KLIEMAN, Aaron S. *Israel’s global reach: arms sales as diplomacy*. Washington: Potomac Books Inc, 1985.
- KOUTTEINEH, Farrah. *50 yrs since coup against Allende: why were Palestinian-Chileans divided over Pinochet’s rule?*, 2023. Disponível em: <<https://www.newarab.com/opinion/chile-coup-class-divided-palestinian-chileans-over-pinochet>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- LLOYD, David. “Settler colonialism and the state of exception: Palestine/Israel”, *Settler Colonial Studies*, v. 2, n. 1, 2012, pp. 59–80.
- McKERNAN, Bethan. *Saudi Arabia “getting closer” to normalising relations with Israel, crown prince says*, 2023. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2023/sep/21/saudi-arabia-getting-closer-to-normalising-relations-with-israel-crown-prince-says>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- McMURTRY, Alyssa. *Barcelona suspends relations with Israel*. Disponível em: <<https://www.aa.com.tr/en/europe/barcelona-suspends-relations-with-israel/3063970>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- MIDDLE East eye. *UN experts publish letter criticising German anti-BDS law*, 2020. Disponível em: <<https://www.middleeasteye.net/news/un-special-rapporteurs-probe-germanys-anti-bds-law-limiting-freedom-expression>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- MIDDLE East monitor. *Activists block US arms shipment heading to Israel*, 2023. Disponível em: <<https://www.middleeastmonitor.com/20231103-activists-block-us-arms-shipment-heading-to-israel/>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- MOTAMEDI, Maziar. *Houthis target Israel-linked ships in Red Sea: here’s what you need to know*, 2023. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2023/12/4/yemens-houthis-target-israeli-linked-ships-in-red-sea-heres-what-to-know>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- MUNAYYER, Yousef. *Why Palestinians aren’t joining Israel’s protests*, 2023. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2023/04/07/israel-palestine-protests-judicial-reform-supreme-court-netanyahu-apartheid/>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- OLESKER, Ronnie. “Delegitimization as a National Security Threat”, *Israel Studies Review*, v. 34, n. 2, 2019, pp. 33–54.
- REDAÇÃO RBA. *Fábrica de Israel contratada por Bolsonaro é alvo de protestos*, 2023. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/fabrica-de-drones-de-israel-contratada-por-bolsonaro-e-alvo-de-protestos-em-porto-alegre/>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- REPRESENTACIÓN de Chile ante el Estado de Palestina. *Visita de Parlamentarios y políticos chilenos a Palestina*. Disponível em: <<https://www.chile.gob.cl/palestina/noticias/visita-de-parlamentarios-y-politicos-chilenos-a-palestina>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.

- REUTERS. *Belgian unions refuse handling arms shipments for Israel-Hamas conflict*, 2023. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/europe/belgian-unions-refuse-handling-arms-shipments-israel-hamas-conflict-2023-10-31/>>. Acesso em 9 de dezembro de 2023.
- SAGIR, Ceren. *U.K. activists and unions target three weapons factories to block Israeli arms shipments*, 2023. Disponível em: <<https://peoplesworld.org/article/u-k-activists-and-unions-target-three-weapons-factories-to-block-israeli-arms-shipments/>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- SAHD, Fabio B. “Ocupação ou apartheid? uma resignificação interpretativa necessária para o caso palestino/israelense”, *Outros Tempos: pesquisa em foco – História*. São Luís, v. 19, n. 34, 2022, pp. 92–122. DOI: 10.18817/ot.v19i34.986.
- SALAMANCA, Omar Jabary; QATO, Mezna; RABIE, Kareem; SAMOUR, Sobhi. “Past is present: settler colonialism in Palestine”, *Settler Colonial Studies*, v. 2, n. 1, 2012, pp. 1-8.
- SEGAL, Raz. *A textbook case of genocide*, 2023. Disponível em: <<https://jewishcurrents.org/a-textbook-case-of-genocide>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- SETO, Guilherme. *Movimento global pró-Palestina pede que Lula revogue acordos com Israel assinados por Bolsonaro*, 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2023/10/movimento-global-pro-palestina-pede-que-lula-revogue-acordos-com-israel-assinados-por-bolsonaro.shtml>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- SHAFIR, Gershon. *Land, labor and the origins of the Israeli-Palestinian conflict: 1882-1914*. Berkeley: Univ of California Press, 1996.
- SHLAIM, Avi. *A muralha de ferro: Israel e o mundo árabe*. Rio de Janeiro: Fissus, 2004.
- SINGER, Joel. “The Abraham Accords: normalization agreements signed by Israel with the U.A.E., Bahrain, Sudan, and Morocco”, *International Legal Materials*, v. 60, n. 3, 2021, pp. 448–463.
- SIPRI. *SIPRI Arms Transfers Database*. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases/armstransfers>>. Acesso em 5 de dezembro de 2023.
- TUCK, Eve; YANG, K. Wayne. “Decolonization is not a metaphor”, *Tabula Rasa*. Bogotá, n. 38, 2021, pp. 61-111.
- WOLFE, Patrick. “Settler colonialism and the elimination of the native”, *Journal of Genocide Research*, v. 8, n. 4, 2006, pp. 387-409.
- WORKERS in Palestine. *An urgent call from Palestinian trade unions: end all complicity, stop arming Israel*, 2023a. Disponível em: <<https://workers-in-palestine.webflow.io/the-calls-languages/english>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- WORKERS in Palestine. *Japanese railway workers union Doro Chiba picket arms factory*, 2023b. Disponível em: <<https://workers-in-palestine.webflow.io/news/doro-chiba-picket>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- WORLD food programme. *WFP pauses food distributions in northern areas of Yemen*, 2023. Disponível em: <<https://www.wfp.org/news/wfp-pauses-food-distributions-northern-areas-yemen>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.
- YARON, Oded. *Israeli arms exports skyrocket amid Ukraine war, Iran and Abraham Accords*, 2022. Disponível em: <<https://www.haaretz.com/israel-news/security->

[aviation/2022-11-22/ty-article/.premium/israels-arms-exports-flourish-amid-ukraine-war-iran-and-abraham-accords/00000184-81eb-dfe4-adff-b9fbbb840000](https://www.fox.com/aviation/2022-11-22/ty-article/.premium/israels-arms-exports-flourish-amid-ukraine-war-iran-and-abraham-accords/00000184-81eb-dfe4-adff-b9fbbb840000)>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.

YOUNG, David; SHERLOCK, Cillian. *Protesters call for expulsion of Israeli ambassador in Dublin*, 2023. Disponível em: <<https://www.breakingnews.ie/ireland/protesters-call-for-expulsion-of-israeli-ambassador-in-dublin-1552267.html>>. Acesso em 7 de dezembro de 2023.

# Estratégia e política: de Marx à III Internacional<sup>1</sup>

*Strategy and politics: from Marx to the Third International*

**Daniel Bensaïd\***

## Resumo

O texto que se segue é uma tradução do artigo “Stratégie et politique: de Marx à la troisième internationale”, de Daniel Bensaïd, no qual são abordados os principais debates estratégicos do movimento operário, desde Marx e Engels até as II e III Internacionais. Escrito por ocasião do seminário “Marx au 21<sup>ième</sup> siècle: l’esprit et la lettre”, de 2007, discute questões como a do caminho para a conquista do poder, a particularidade da contribuição de Lênin e as grandes hipóteses estratégicas do século XX (guerra popular prolongada e greve geral insurreccional), apoiando-se em uma reflexão sobre experiências revolucionárias concretas e seus debates.

**Palavras-chave:** classe trabalhadora; marxismo; estratégia política; revolução

## Abstract

The following text is a translation of the article “Stratégie et politique: de Marx à la troisième internationale”, by Daniel Bensaïd, in which the main strategic debates of the workers’ movement are addressed, from Marx and Engels to the II and III Internationals. Written on the occasion of the seminar “Marx au 21<sup>ième</sup> siècle: l’esprit et la lettre”, 2007, it discusses questions such as the path to the conquest of power, the particularity of Lenin's contribution and the great strategic hypotheses of the 20th century (prolonged popular war and insurrectional general strike), based on a reflection on concrete revolutionary experiences and their debates.

**Keywords:** working class; Marxism; political strategy; revolution

---

<sup>1</sup> [N.T.]: apresentado originalmente no Seminário “Marx au 21<sup>ième</sup> siècle: l’esprit et la lettre” em 19 de maio de 2007. Foi publicado originalmente em texto em Bensaïd, Daniel. *La politique comme art stratégique*. Paris: Syllepse, 2011. Sempre que possível, as respectivas publicações em português foram acrescentadas às referências. [N.E.]: Nas ocasiões em que não foi possível utilizar publicações em português, as referências incompletas de Bensaïd estão acompanhadas das publicações obtidas no mapeamento bibliográfico feito pelos editores da *Historical Materialism*, v. 28, n. 3, 2020. Agradecemos a Ugo Palheta pela autorização para publicar a tradução.

\* Professor de Filosofia da Universidade de Paris VIII, falecido em 12 de janeiro de 2010. Traduzido por Pedro Gava.

## Introdução

Em Marx e Engels, a questão estratégica está pouco desenvolvida. Existe um hiato entre a atenção que eles dão à espontaneidade social e às suas invenções (atenção para a extensão de sua desconfiança em relação ao voluntarismo blanquista e ao culto conspirativo da ação minoritária) e um pensamento estratégico por vezes reduzido a seu aspecto diretamente militar, pelo qual se apaixonava não somente Engels, mas também Marx em seus artigos sobre a Guerra de Secessão ou a Guerra da Criméia. Engels chega mesmo a evocar a revolução como “um fenômeno puramente natural comandado por leis físicas” (Marx; Engels, [1851]1982)<sup>2</sup>.

A questão estratégica emerge então de modo intermitente, em estreita relação com os momentos de intensidade revolucionária (revoluções de 1848, Comuna de Paris). O enigma da metamorfose do “nada” em “tudo” – de uma classe explorada, dominada e mutilada pelo trabalho em classe hegemônica capaz de mudar o mundo – parece resolvido por uma aposta sociológica no fato de que o crescimento e a concentração do proletariado provocariam mecanicamente uma elevação de sua consciência coletiva e um progresso de seus modos de organização.

A intermitência da organização política, que Marx também chama de “partido efêmero”, para distingui-lo do “partido histórico” que não seria nada mais que o movimento de autoemancipação da classe enquanto tal, aparece como a consequência de intermitências da ocasião revolucionária. É por isso que Marx defendeu por duas vezes a dissolução de partidos que ele havia contribuído para fundar, a Liga dos Comunistas em 1852 e a Associação Internacional dos Trabalhadores [AIT] em 1874:

Te farei observar que depois que a Liga (dos Comunistas) foi dissolvida, sob minha demanda, em novembro de 1852, eu não pertenci nem pertencerei a nenhuma organização secreta ou pública, ou seja, o partido no sentido totalmente efêmero do termo, deixou de existir para mim há 8 anos. Além disso, tentei evitar esse mal entendido que fez com que se entendesse por partido uma Liga morta há 8 anos ou uma redação de jornal dissolvida há 12 anos. Então, quando falo de partido, eu entendo o termo partido em seu sentido amplo, histórico (Marx; Engels, [1860]1985)<sup>3</sup>.

Em outras palavras, é necessário saber se desfazer de um partido supostamente revolucionário quando a derrota o transforma em um “viveiro de escândalos e baixarias”.

Quanto a Engels, é assim que ele comenta, numa carta a Becker<sup>4</sup>, a dissolução da AIT após o esmagamento da Comuna e a reação que se seguiu:

De resto, a Internacional continua efetivamente a subsistir. A ligação entre os operários revolucionários de todos os países, na medida em que possa ser eficaz, segue... e eu não vejo como o reagrupamento de todos estes pequenos centros em torno de um centro principal poderia dar uma nova força ao movimento; isso não faria mais que aumentar os atritos. Entretanto, quando chegar o momento, será importante reunir as forças por todas estas razões, será necessária uma longa preparação (Marx; Engels, [1882]1992).

<sup>2</sup> Carta a Marx, fevereiro de 1851.

<sup>3</sup> Carta a Freiligrath, 1860.

<sup>4</sup> Carta a Becker, de 10 de fevereiro, 1882.

Engels recomenda então não “desonrar” esta necessidade com a reconstituição prematura de uma “Internacional oficial”, reduzida por força das circunstâncias a uma sociedade de propaganda. A oposição entre “Internacional oficial” e “Internacional de fato” prolonga a distinção de Marx entre partido efêmero e partido histórico.

No início do século XX, o jovem Trótski e Rosa Luxemburgo continuaram em grande medida tributários deste determinismo sociológico. Para Trótski, “os interesses do proletariado [são] tão poderosos e inelutáveis que finalmente o obrigam a trazê-los para o seu campo de consciência, ou seja, a fazer da realização de seus interesses objetivos seu interesse subjetivo”. Perigosa dialética do objeto e do sujeito, do em-si e do para-si! Que desemboca em um verdadeiro credo: “a fé no destino revolucionário da classe operária [e] na recepção inevitável das ideias revolucionárias como aquelas que melhor convém ao movimento histórico do proletariado” (Trótski, [1904]1979). Trata-se aqui de um ato de fé no sentido da história. Do mesmo modo, para Rosa Luxemburgo, a social-democracia nada mais é que “o movimento próprio da classe operária”, fórmula afinal bastante próxima daquelas do *Manifesto do Partido Comunista*.

## 1. Debates fundacionais

Os debates estratégicos fundacionais, portanto, tomam forma no início do século XX nas fileiras da grande social-democracia alemã. O Estado parlamentar torna então a luta política mais complexa e parece abrir, graças ao sufrágio universal, uma perspectiva de conquista gradual do poder: torna-se assim imaginável que a maioria política (eleitoral) termine por se juntar, como François Mitterrand repetiria na noite de sua primeira eleição à presidência, à maioria social. Essa perspectiva traduz e mantém a ilusão de uma homogeneidade ou de uma continuidade entre o político e o social. De outro lado, o período de crescimento do capitalismo desmente as ilusões de seu colapso inevitável. Enfim, o crescimento do proletariado não leva ao desaparecimento das classes médias (da pequena-burguesia), que renasce incessantemente.

Eduard Bernstein extrai diversas consequências disso. De partida, aquela de uma longa marcha pelas instituições como via de acesso ao exercício do poder. Em seguida, a de uma continuidade ideológica entre liberalismo e socialismo: “Não há uma ideia liberal que não pertença ao mesmo tempo às ideias socialistas”. Ele relativiza, como consequência, a questão da propriedade, em todo caso crucial desde o nascimento do movimento socialista, em prol de uma simples regulação jurídica das relações sociais: “A menor lei de fábrica contém mais socialismo que qualquer nacionalização”. Ele extrai disso, por fim, a conclusão lógica: “Lá, onde o Estado é menos rentável, é preciso favorecer o privado”. Foi quase tão bonito quanto o que disse Rocard em 1977, diante do Fórum patronal de *L'Expansion*, ou Ségolène Royal. Este socialismo parlamentar repaginado dá uma nova importância à questão das alianças de classes – especialmente no terreno eleitoral – e diminui, por outro lado, a importância da espontaneidade operária.

A partir do momento em que o movimento é tudo, e o objetivo nada, essa visão deixa pouco espaço para a questão estratégica. Já é então a “força tranquila” que avança – sem ruptura! –, a passo de senador, pela via romana da história.

Angelo Tasca falou, a este respeito, de um “socialismo fora do tempo”, sem metas nem prazos, sem soluções de continuidade nem mudanças de ritmo. No entanto, o tempo estratégico é precisamente um tempo quebrado, “kairótico”, escandido por

instantes propícios e oportunidades que é necessário aproveitar, totalmente o contrário, portanto, de uma duração uniforme, “homogênea e vazia”.

Diante do que apareceu como uma grave revisão da ortodoxia, Kautsky se apresentou como o campeão contra Bernstein. Lênin, todavia um virtuoso da “leitura sintomal”, fez de *O caminho do poder* (Kautsky, [1909]1979) seu livro de cabeceira. Declarou-se em perfeito acordo e permaneceu cego a elementos que, quando se conhece sua lógica própria, deveriam ter lhe aparecido como absurdos:

O Partido Socialista é um partido revolucionário. Não é um partido que faz revoluções. Sabemos que nosso objetivo só pode ser alcançado por uma revolução, mas sabemos também que não depende de nós fazer uma revolução, nem de nossos adversários a impedir. Não sonhamos, então, inutilmente, em provocar ou preparar uma revolução. E como não podemos fazer uma revolução pela vontade, não podemos dizer nada sobre quando e sob que forma ela se realizará (Kautsky, [1909]1979).

Que não se pode decretar uma revolução, ou qualquer outro acontecimento, nem desencadear pela mera vontade um levante de massas, isso é de bom senso. Supor que os adversários não tenham nenhum meio de a impedir já é muito mais imprudente e excessivamente tranquilizador, como os golpes de Estado na Indonésia (1965) e no Chile (1973) cruelmente nos lembraram: deter o poder de Estado e seus órgãos repressivos permite aos dominantes em uma situação crítica tomar a iniciativa e esmagar desde o início uma revolução nascente. É uma das consequências estratégicas elementares da assimetria entre dominados e dominantes. Se é verdade dizer, como Kautsky, que não se “faz” uma revolução pela mera vontade, por outro lado, é fortemente discutível concluir disso, como ele faz, que nós não poderíamos então prepará-la e nos prepararmos para ela.

É esta posição passiva que lhe valeu, por parte de seus opositores, no caso por Pannekoek, a característica pertinente de “radicalismo passivo”. Para Kautsky, a revolução se limita de fato a “um deslocamento de forças no Estado” e à “conquista de poderes públicos”. A ditadura do proletariado, que ele reivindica de maneira ortodoxa, se reduz então à ocupação “de uma posição dominante no Estado” e à “expressão da hegemonia política do proletariado”. A conquista do poder significa a ocupação do Estado e das instituições existentes, na medida em que, embora o Estado moderno permaneça um “instrumento de dominação de classe”, suas funções sociais aumentam, provocando por outro lado a reação manchesteriana (liberal) contra o Estado social nascente: “A ação econômica do Estado moderno é a origem natural da evolução que conduz à sociedade socialista” (Kautsky, 2004, pp. 130 e 134). Trata-se então de transformar o Estado em uma “grande cooperativa econômica” de acordo com uma “necessidade implacável da evolução econômica”. Neste grande Estado moderno, não pode se tratar de tornar o parlamento supérfluo, mas antes de lhe corrigir a ação em certos casos particulares: “Enquanto existir o Estado moderno, o centro da ação política será sempre o parlamento”, e na república parlamentar a questão política crucial é a do sufrágio (*Ibidem*, p. 217).

Diferente de Bernstein, Kautsky relativiza a questão das alianças ao apostar no crescimento orgânico da massa operária que se tornaria “cada vez mais numerosa e poderosa”. Mas rejeita também o anarquismo como uma “utopia proletária” que “de-

semboca cedo ou tarde em um sindicalismo puramente corporativo ou em um corporativismo antipolítico”. Defende ainda uma “desconfiança total em relação a todos os partidos burgueses”, erigindo-se como guardião de um “socialismo puro” para o qual a lógica do progresso e a vitória prometida no “happy end” garantido da história poupariam os riscos. Seria suficiente então se entregar pacientemente a uma acumulação passiva de forças: “É necessário manter nossa pólvora seca para a próxima grande batalha” – isto é, para as próximas eleições para o Reichstag! Diferente de Kropotkin, que supunha que “o povo sente sempre corretamente a situação”, Kautsky desconfia por consequência das multidões em sua espontaneidade confusa, vulneráveis às provocações suscetíveis de perturbar a marcha tranquila nos caminhos do poder: “A massa só pode realizar ações que não duram mais que algumas horas, e só podem ser atos de destruição”; de sorte que a ação de massas pode vencer, “mas não pode colher os frutos da vitória” (Kautsky, 1983)<sup>5</sup>.

A controvérsia sobre a greve geral ilustra estas reticências. Diante das greves belgas e russas do início do século, Rosa Luxemburgo rapidamente compreendeu que havia ali a manifestação de uma energia social capaz de perturbar a inércia conservadora dos aparelhos. Diferente dos monges sindicais, claramente hostis a estes movimentos espontâneos, Kautsky adota uma posição mediana, que opõe a greve geral “coercitiva” ou ofensiva (russa ou oriental) à greve geral simplesmente “demonstrativa”, último recurso defensivo diante de um adversário que não jogaria mais o jogo. Pois “uma greve de massas política – coercitiva – e uma luta eleitoral se excluem totalmente uma à outra” (Kautsky, 1910a). Na ausência de direitos políticos, a greve era na Rússia o único meio de protesto, e ela representava em si uma vitória, mas na Alemanha os socialistas dispunham de outros meios, de modo que a greve seria “a última arma que permite dar o golpe decisivo”, chegando o momento (Kautsky, 1910b)<sup>6</sup>.

Não é surpreendente então que o termo evolução retorne sem cessar em sua formulação. Ele expressa uma inabalável confiança na teleologia histórica associada ao determinismo econômico: a agonia catastrófica do capitalismo é “necessária” e “inevitável”. A Comuna de Paris, por outro lado, teria fornecido a prova de que os tempos “da aniquilação estavam provisoriamente ultrapassados” (Kautsky, 1910c). Esta estratégia ultrapassada, cujo termo é emprestado da grande história militar de Delbrück, poderia ainda valer lá onde os transportes são pouco desenvolvidos e onde predomina uma grande metrópole urbana. Kautsky retoma assim, por sua conta, o famoso prefácio de Engels de 1895 a *Lutas de classe na França*, para defender uma “estratégia de desgaste”, correspondente ao sufrágio universal. Engels não pensa, entretanto, que o desgaste possa dispensar a luta final<sup>7</sup>. Insistindo na detenção, pelo Estado moderno, de um monopólio sobre as armas eficazes e refletindo sobre “a arquitetura

<sup>5</sup> Nesta desconfiança repulsiva de Kautsky em relação à espontaneidade e à improvisação ou aos instintos da multidão, há ecos que lembram a *Psicologia das multidões* de Le Bon, ou ainda a *Psicologia dos crimes das multidões e das massas* de Sighele.

<sup>6</sup> Por outro lado, Kautsky permanece então completamente ortodoxo no que concerne ao programa econômico: “Se se quer substituir a propriedade privada capitalista pela propriedade cooperativa dos meios de produção”, é necessário dar um passo a mais que os anarquistas e os liberais, “é necessário ir até a supressão da produção mercantil” pela reunião em uma só grande cooperativa (ou seja, um planejamento).

<sup>7</sup> Assim como a lógica da hegemonia em Gramsci não elimina a prova de força e a ruptura revolucionárias. Cf. Perry Anderson (1978).

das cidades modernas”, Engels teria pretendido falar a seus herdeiros sobre “a impossibilidade de uma insurreição armada”: o tempo dos “golpes de mão” e “das revoluções executadas por minorias à frente de massas inconscientes” estava dali em diante ultrapassado (Kautsky, 1914). A massa organizada dispõe no presente de suas próprias instituições, ainda que fosse provavelmente impossível organizar a totalidade da população no quadro do modo de produção capitalista.

A referência à guerra de desgaste ou de posição, em contraste com as insurreições de rápida decisão, coloca a ênfase sobre a dimensão da duração:

O destino de uma Revolução social não pode ser decidido em um só golpe [...]. As revoluções se preparam nas lutas políticas e econômicas que duram dezenas de anos; elas prosseguem através de alternâncias, de mudanças contínuas na força das classes e dos partidos, e são frequentemente interrompidas por longos períodos de reação (Kautsky, 2004).

É então Kautsky quem, antes de Gramsci, introduz o vocabulário militar no debate do movimento operário a partir da oposição entre guerra de desgaste e guerra de aniquilação: diante do Estado moderno, a questão seria enfraquecer e desgastar o adversário, e se colocar em situação de legítima defesa. Esta estratégia sonha com a possibilidade de não ter jamais de dar a batalha.

É assim que a guerra mundial e o fascismo serão de início percebidos como simples parênteses (desvios ou contratempos) no caminho retilíneo do progresso, na sua escada em que se sobe e jamais se desce, como já ironizava Péguy. É este quietismo histórico que Walter Benjamin acusa, em seu comovente testamento filosófico, de ter adormecido a vigilância revolucionária diante dos perigos:

Nada corrompeu mais o movimento operário alemão do que a convicção de nadar com a corrente [...]. Em sua teoria, e mais ainda em sua prática, a social-democracia foi guiada por uma concepção de progresso que não se vinculava ao real, mas emitia uma pretensão dogmática.

Este progresso, “tal como ele era retratado na cabeça dos social-democratas”, foi antes de tudo um progresso da humanidade enquanto tal e não simplesmente de seus conhecimentos e de suas capacidades; foi também um progresso ilimitado, respondendo a um dogma da perfectibilidade também toda ilimitada; foi enfim um progresso irresistível e irreversível, inscrito em “um tempo homogêneo e vazio”.

O que Benjamin não precisou foi que uma crítica comparável já poderia ser dirigida ao movimento comunista stalinizado e burocratizado (Benjamin, 1994, pp. 227-229).

Desde a polêmica de 1902 em torno de *Reforma e revolução*, Rosa Luxemburgo compreendeu o desafio e o perigo do conservadorismo do aparelho na política. Ela percebeu depois a espontaneidade operária como um antídoto: “1905 abre uma nova época para o movimento operário” graças à irrupção de um elemento novo, “a manifestação da luta proletária na revolução”. A greve geral não é então, para ela, um último recurso defensivo, mas a irrupção que torna pensável uma estratégia revolucionária. Kautsky lhe concede então a distinção entre “greve geral russa” e “greve geral ocidental”, que concretiza a diferença paradigmática entre Oriente e Ocidente<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Distinção banal em Lênin, Trótski, Radek e Gramsci.

Para Rosa, a oposição entre guerra de desgaste e de aniquilação é formal, e a oposição entre a Rússia asiática e a Europa parlamentar muito abrupta. Mas, alguns anos mais tarde, é o holandês Anton Pannekoek que faz um escândalo ao afirmar que não se trata de conquistar os poderes públicos, ministério após ministério, mas antes de quebrar o aparelho de Estado<sup>9</sup>. Este debate retorna, à luz do traumatismo de agosto de 1914, com um artigo de Bukharin recebido em um primeiro momento com incredulidade por Lênin<sup>10</sup>. Pannekoek insiste sobre a época do imperialismo, sobre a importância da corrida armamentista, sobre o aumento da pressão fiscal que joga a classe operária para a defensiva. Destaca a superioridade cultural e organizacional das classes dominantes por meio do controle do poder de Estado, enquanto, “em seu próprio ser, a organização do proletariado é algo de intelectual que representa uma transformação total da identidade de trabalhadores” (Pannekoek, 1912). A eliminação da dominação de classe só é então possível

porque existe um poder popular permanente, que se constrói passo a passo e de modo inexorável, até o ponto em que sua força será tal que esmagará o poder de Estado da burguesia e o dissolverá por completo.

Antes, bastava que uma parte das classes populares “se amotinasse na capital”, agora uma minoria agitadora pode incitar setores cada vez mais amplos, mas Kautsky ignora a composição social específica das classes modernas, o que o leva, ao erigir em sistema a “velha tática provada”, a desenvolver uma teoria da “expectativa passiva” e do “radicalismo passivo” opostos à atividade revolucionária.

Kautsky lhe responde que, em um contexto de aumento dos conflitos, “o elemento cataclísmico da situação” reside na combinação da ação de um proletariado organizado com a de grandes massas desorganizadas. Para Pannekoek, as massas, que eram ainda há pouco burguesas, se tornam proletárias, mas o instinto de classe não vai sempre na direção certa. Ele não dispõe, no entanto, de uma teoria da ideologia, do fetichismo, da reificação, que lhe permitiria compreender que só se sai do círculo vicioso da reprodução da relação social pela ruptura com a temporalidade homogênea e linear, por um pensamento das crises e das situações revolucionárias.

Para Anton Pannekoek, a nova tática se limitava a preconizar que “a direção do partido organiza a revolução”. Superando a controvérsia entre anarquistas e social-democratas (ou pretendendo fazê-lo), sugere ao mesmo tempo “tomar o poder de Estado e destruí-lo”. Mas o que se trata, de fato, de destruir? A centralização? Mas a velha Liga dos Comunistas de 1848 queria exatamente o contrário... Suprimir a administração? Ou antes elegê-la...? E quais ministérios suprimir? Para Kautsky a questão realmente não é a destruição do poder de Estado, mas antes a afirmação “de uma preeminência” do legislativo sobre o executivo e o judiciário, e a democratização do sistema eleitoral pela eliminação das câmaras altas, “mas jamais, nunca, este processo pode desembocar na destruição do poder de Estado, mas sempre em um deslocamento das relações de força no interior do poder de Estado” (Kautsky, 1912, p. 371). Contra o “cretinismo da ação de massa”, a via majestosa permanece então a conquista da maioria parlamentar.

<sup>9</sup> Em seus artigos de 1910 e 1912 na *Neue Zeit*.

<sup>10</sup> Ver Marian Sawer (1977).

Para Pannekoek, ao contrário, a revolução social havia sido apresentada, até então, como um objetivo “a uma distância inacessível”. O reformismo estava absorvido pela ação sindical e parlamentar, enquanto, “para nós, a revolução é um processo que, desde suas primeiras fases, permite ir em frente”. Nesta perspectiva, o partido é um “transformador de energia”, que realiza ações revolucionárias (Pannekoek, 1978). O erro de Kautsky é sua incapacidade de conceber a transição como processo dialético. Ele conseqüentemente reduz o partido a um papel de pedagogo que educa e organiza o proletariado, em vez de alguém que toma iniciativas:

Desenvolver a organização, arrancar todas as posições que podemos conquistar por nossas próprias forças, que podemos ter, estudar o Estado e a sociedade, educar as massas: não podemos nos atribuir e atribuir a nossas organizações, de modo consciente e metódico, outras tarefas hoje. Podemos refletir sobre o imprevisível, mas não podemos antecipar o futuro tomando de antemão decisões de caráter tático (Kautsky, 1914, p. 281).

O espírito de Erfurt procurou juntar o movimento operário real e a doutrina socialista que nasceram separadamente:

O socialismo e a luta de classes surgiram paralelamente e não engendram um ao outro; eles surgem de premissas diferentes. A consciência socialista, hoje, só pode surgir sobre a base de um profundo conhecimento científico [...]. Em todo caso, o portador da ciência não é o proletariado, mas os *intelectuais burgueses* (destacado por Kautsky). Assim, portanto, a consciência socialista é um elemento importado de fora (*von Aussen Hineingetragenes*) da luta de classes do proletariado e não algo que surge espontaneamente (Kautsky, 1901-2, p. 79).

Lênin cita esta página com aprovação. Mas, vinte páginas depois, ele a parafraseia dizendo completamente outra coisa:

A consciência política de classe só pode ser transmitida ao operário do exterior, isto é, do exterior da luta econômica, da esfera das relações entre operários e patrões. O único domínio onde se pode extrair este conhecimento é o das relações de todas as classes e categorias da população com o Estado e o governo, o domínio das relações de todas as classes entre si [...]. Para transmitir aos operários os conhecimentos políticos, os social-democratas devem ir a todas as classes da população, devem enviar em todas as direções destacamentos de seu exército... (Lênin, 2004, pp. 81 e 123).

Esta interpretação (bastante) livre é, de fato, coerente com sua compreensão das especificidades da luta política, irredutível à mera reivindicação social.

Saudado por Trótski como “eclético genial”, Jaurès desenvolve sua concepção de socialismo revisitando a herança da revolução francesa, mas também ecoando a controvérsia alemã. Princípio de organização da sociedade, a república é concebida como uma república social levada até o fim (Antonini, 2004). Sua tese doutoral já tinha sido dedicada às relações entre Estado e propriedade. A crítica luterana da usura prefigura, a seus olhos, a crítica socialista do “poder reprodutivo do dinheiro abandonado por si mesmo”. Disso resulta um “socialismo moral”, herdeiro da crítica cristã do dinheiro, e uma reabilitação do Estado como contrato racional e alavanca necessária da emancipação política:

Os direitos políticos e econômicos de cada cidadão não podem ser reconhecidos fora do Estado e do contrato social; portanto, o individualismo e o socialismo não se opõem, mas se unem e se conciliam (*Ibidem*, p. 71).

Entre socialismo de Estado e coletivismo subsiste, no entanto, um abismo: o primeiro é, de fato, “um capitalismo de Estado nos serviços públicos”, enquanto o socialismo é “a intervenção da sociedade nas relações econômicas que criam entre os homens a existência da propriedade”; o coletivismo é então o único meio de “restabelecer e universalizar a propriedade pessoal” no quadro da “soberania econômica da nação”.

Jaurès adere assim à perspectiva de afinamento do Estado, à medida que a função pública se torna “função social”. Reivindica a Constituição de 1793 e considera que tudo o que, nas constituições modernas, se afasta dela constitui uma concessão ao espírito de desconfiança conservadora e de privilégio onde sobrevivem os hábitos monárquicos. Enquanto para Rosa Luxemburgo a democracia burguesa não é mais do que uma “democracia imaginária abstrata”, ele se propõe a “enxertar a revolução proletária na revolução democrática burguesa”. Como bom cartesiano, ele concebe o “método socialista” como um método científico que “compreende a lei da evolução e impõe a todo pensamento revolucionário um longo período de preparação econômica e política”. “Evolucionário”, tanto ou mais do que revolucionário, o objetivo visado é para ele sempre pré-formado, e a transformação social pressupõe uma “ideia prévia da justiça e do direito”, um “ideal preconcebido perseguido pela humanidade”. Ele censura consequentemente em Blanqui, mas também em Marx e Engels, uma concepção conspirativa, ainda burguesa, de revolução, que manteria o proletariado em uma situação subalterna. É por isso que o *Manifesto do Partido Comunista* pertence ainda ao “período da utopia”: é “uma quimera esperar que o comunismo possa ser enxertado na revolução burguesa”. Ele não subscreve, entretanto, a orientação de Bernstein que lhe parece “dissolver nas brumas do futuro o objetivo final do socialismo” (*ibidem*, p. 187).

Apesar dessas críticas, Jaurès permanece discreto e evasivo na controvérsia estratégica. Durante a polêmica sobre a participação do socialista Millerand em um governo burguês, ele considera, com Kautsky, a questão como tática, enquanto para Rosa Luxemburgo o Estado republicano é a forma prática da hegemonia burguesa.

## 2. Revolução na revolução

Durante a controvérsia alemã, Lênin permanece fiel à ortodoxia incarnada por Kautsky, contra o revisionismo de Bernstein, mas também contra o radicalismo de Rosa Luxemburgo. Entretanto, sua própria abordagem o envolve em uma problemática muito diferente, o que ele próprio levará bastante tempo para compreender. Contra o economicismo que predomina no nascente socialismo russo, ele insiste bem cedo na necessidade de uma “ampla campanha política de denúncia da autocracia”. Afirma-se assim um primado da política contra os limites corporativos de uma visão estreita dos interesses de classe. Trata-se, para ele, de uma ideia-força cuja lógica é reencontrada na polêmica de 1921 contra a Oposição Operária. Para enfrentar o despotismo czarista no nível da organização estatal de sua dominação, as lutas econômicas locais não são suficientes, é necessário “um partido para toda a Rússia”. Sua crítica da espontaneidade (*stikhiinost*, em russo, entretanto, significa tanto desorganização

como espontaneidade) parece então se assemelhar às reticências de Kautsky em relação aos movimentos de multidão improvisados:

É completamente possível e historicamente provável que a autocracia tombe sob a pressão de uma destas explosões espontâneas ou complicações inesperadas que a ameaçam sem cessar de todos os lados. Mas, a menos que se caia no aventureirismo, nenhum partido político pode fundamentar sua atividade exclusivamente na espera de tais explosões e complicações. Devemos seguir nossa própria via, quanto menos especularmos sobre as oportunidades imprevisíveis, menos risco haverá de que uma virada histórica nos pegue desprevenidos (Lih, 2005, p. 310).

Até a guerra, Lênin permaneceu, portanto, um kautskista aparentemente ortodoxo. Será necessário o choque do voto dos créditos de guerra (que, em um primeiro momento, ele teve dificuldade de acreditar) para que ele tome consciência da fratura que havia se produzido entre sua própria abordagem estratégica e a orientação majoritária da II Internacional. Em *A falência da II Internacional*, a noção de “crise revolucionária”, amadurecida desde 1905 ao longo de seus artigos, assume então todo seu significado. Ela está em relação lógica com as de conjuntura e situação que singularizam politicamente o momento oportuno e quebram a linearidade temporal do socialismo fora do tempo: a luta tem seus próprios ritmos, batimentos e pulsações. É, portanto, o choque traumático de agosto de 1914 que faz o pensamento estratégico de Lênin saltar, dando um passo decisivo e conferindo-lhe sua coerência em diversas reflexões teóricas: uma tomada de consciência repentina a respeito da bancarrota socialdemocrata e de suas causas (formação de uma aristocracia operária, conservadorismo burocrático dos aparelhos, atolamento nas rotinas parlamentares); elaboração do conceito de imperialismo como sobredeterminação mundial das formações sociais nacionais; reexame da questão do Estado, que encontrará seu desfecho em *O Estado e a revolução*; redescoberta, registrada em seus *Cadernos filosóficos*, da dialética com a leitura da *Grande Lógica* de Hegel<sup>11</sup>.

É neste contexto que Lênin sistematiza a noção de crise revolucionária, que guiará sua abordagem entre fevereiro e outubro de 1917. Ela permite quebrar o círculo vicioso da submissão e torna enfim concebível a tomada do poder por uma classe submissa a todas as dominações (inclusive ideológica), enquanto se rompe a rotina da reprodução social. A descrição geral é conhecida: a crise surge quando os de cima não podem mais governar como antes...; quando os de baixo não suportam mais...; quando os do meio hesitam e oscilam para o campo da revolução... Estes três elementos são estreitamente interdependentes. Uma crise revolucionária é, portanto, uma crise política, e não o simples prolongamento de uma luta reivindicativa ou corporativa, mesmo que puramente operária. É uma “crise nacional” do conjunto das relações sociais (Lênin insiste sobre isso repetidamente). Ela está estreitamente associada a um outro conceito estratégico essencial, o de dualidade de poder entre duas legitimidades antagônicas. Uma tal situação só é concebível se surgem instrumentos que começam a realizar melhor ou de outro modo as funções que o velho aparelho de Estado paralisado, em vias de deslocamento, não consegue mais realizar.

---

<sup>11</sup> Ver Michael Löwy (1971).

É necessário ainda que as novas formas se mostrem não apenas mais democráticas, mas mais eficazes para realizar as funções necessárias para a vida cotidiana da maioria da população. A crise nacional implica, portanto, a questão da hegemonia.

Para que a crise possa resultar em um desenlace vitorioso, é necessário ainda que aos três elementos enumerados por Lênin se junte um quarto: um projeto consciente e uma força capaz de iniciativa – de decisão<sup>12</sup>. O partido, então, não é mais o pedagogo kautskiano, cuja tarefa se limita a tornar consciente a experiência inconsciente e esclarecer o caminho já traçado da história. Ele se torna um operador estratégico capaz de aproveitar o momento propício, de organizar, se necessário, uma retirada em boa ordem, de tomar a iniciativa do contra-ataque e de passar à ofensiva, de tomar decisão em relação aos fluxos e refluxos da luta de classes. Se a revolução é sobretudo um levante social, sua sorte se decide política e militarmente, em uma conjuntura em que as horas contam como meses e os dias valem por anos. É por isso que é necessário “preparar” (contrariamente ao que afirmava Kautsky) a revolução, construindo um coletivo capaz de agir nas situações extremas, sem ficar paralisado no primeiro teste, sem se dividir diante do primeiro obstáculo. O que permite decidir e agir não é a simples acumulação passiva de forças e a mera boa educação dos quadros do partido, é a qualidade dos laços tecidos com o movimento social e a legitimidade política e moral de sua direção<sup>13</sup>.

Uma estratégia revolucionária centrada nas noções de crise revolucionária e de dualidade de poder implica, portanto, uma concepção de partido bastante diferente da tradição erfurtiana. Esse partido não é mais simplesmente o produto do crescimento social e da maturidade do proletariado. Ele age para modificar as relações de força e tecer as alianças necessárias. Dito de outro modo, ele faz política. O pensamento estratégico de Lênin se distingue assim radicalmente do pensamento mecânico e esquerdista da “teoria da ofensiva”. Isso se verificará uma vez mais no balanço que ele fará da ação desastrosa de março de 1921 na Alemanha e na crítica a seus inspiradores por terem interpretado a “atualidade da revolução” não em um sentido de época, mas em um sentido imediato e permanente. Eles não refletiram em termos de ciclos econômicos, ciclos de experiência, de fluxo e refluxo das lutas (e da consciência), mas segundo uma linearidade temporal, simétrica à do reformismo parlamentar a passo de tartaruga. O tempo se tornou para eles tão irreversível quanto a acumulação eleitoral. A estratégia acabou então por se reduzir a uma ofensiva permanente fora do tempo, no terreno organizacional, político e militar, junto a uma concepção evolucionista do movimento operário<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> Ver Bensaïd (2003).

<sup>13</sup> Lênin retorna à noção de crise revolucionária em *A doença infantil do comunismo*. Cf. Lênin (2014).

<sup>14</sup> Ver o balanço da insurreição de Reval em Hans Neuberg (1970). A concepção evolucionista do movimento operário que percorre, como a humanidade, uma escala de idades, da pequena infância à maturidade, à qual corresponderiam formas de organização específicas, foi compartilhada em graus diversos por Görter, Pannekoek, Bordiga, os dirigentes do KPD na Alemanha, Zinoviev, Bela Kun e Rakosi na IC.

Face aos “economicistas” que são o objeto da polêmica, Lênin cita elogiosamente em *Que fazer?* um artigo de Kautsky publicado na *Neue Zeit*<sup>15</sup> sobre o novo programa do partido social-democrata austríaco. Esse texto se inscreve na estrita lógica erfurtiana, de fusão entre a realidade do movimento operário e a doutrina socialista:

O socialismo e a luta de classes surgiram paralelamente e não engendram um ao outro; eles surgem de premissas diferentes. A consciência socialista, hoje, só pode surgir sobre a base de um profundo conhecimento científico. De fato, a ciência econômica contemporânea é tanto uma condição da produção socialista quanto a técnica moderna, por exemplo, e apesar de todo o seu desejo o proletariado não pode criar nem uma nem outra; ambas surgem do processo social contemporâneo. Em todo caso, o portador da ciência não é o proletariado, mas os intelectuais burgueses [...] e é por eles que ela é transmitida aos proletários intelectualmente mais evoluídos. Assim, portanto, a consciência socialista é um elemento importado de fora (*von Aussen Hineingetragenes*) da luta de classes do proletariado e não algo que surge espontaneamente<sup>16</sup>.

Kautsky defende assim a autonomia relativa da teoria e o papel pedagógico do partido, reivindicando a relação desigual entre educador e educado.

Ao citá-lo como testemunha de sua própria causa, contra as correntes economicistas de seu partido, Lênin se protege atrás de uma autoridade então incontestada. Trinta páginas adiante, no entanto, ele transforma (conscientemente ou não) os termos e o sentido do texto:

A consciência política de classe só pode ser transmitida ao operário do exterior, isto é, do exterior da luta econômica, da esfera das relações entre operários e patrões. O único domínio onde se pode extrair este conhecimento é o das relações de todas as classes e categorias da população com o Estado e o governo, o domínio das relações de todas as classes entre si [...]. Para transmitir aos operários os conhecimentos políticos, os social-democratas devem ir a todas as classes da população, devem enviar em todas as direções destacamentos de seu exército. Se escolhermos esta fórmula angular, se nossa linguagem é afiada e simplificada de propósito, não é de modo algum pelo prazer de enunciar paradoxos, mas para incitar os ‘economicistas’ a pensar sobre as tarefas que eles desdenham de modo tão imperdoável, sobre a diferença entre a política sindical [*trade-unioniste*] e a política social-democrata que eles se recusam a compreender.

Esta passagem relembra claramente o contexto e o problema da polêmica com os economicistas. Paraphraseando Kautsky, e sem nenhuma dúvida convencido de lhe ter sido fiel, Lênin diz completamente outra coisa. Antes de mais nada, que a consciência política nasce do exterior da luta econômica, da mera esfera da produção, e não do exterior da luta de classes. Em seguida, que o conhecimento das relações sociais exige não uma ciência monopolizada pelos intelectuais, mas o conhecimento da relação recíproca de todas as classes entre si e com o Estado, ou seja, um ponto de vista da totalidade das relações de produção, de circulação e de reprodução que caracterizam

<sup>15</sup> Cf. Kautsky (1901-1902).

<sup>16</sup> [N.T.]: nesta citação e na seguinte, Bensaïd recupera de maneira sutilmente mais desenvolvida uma passagem à qual já havia se referido (ver Kautsky (1914; 1901-2). Cf. Lênin (2004, pp. 81; 123). [Edição brasileira: Lênin (2020, pp. 55-56; 95-96)].

o capital. Enfim, que para produzir um tal conhecimento a política de partido, diferentemente da política sindical, deve sintetizar a intervenção de seus destacamentos em todas as classes da população, e não apenas no âmbito da fábrica. Ele define assim uma lógica da hegemonia nas antípodas de um obreirismo ou de um determinismo econômico estreitos. Ele se afirma, assim, como um autêntico pensador da política como arte estratégica. No curso da sequência crucial de fevereiro a outubro de 1917, esse pensamento estratégico mostra toda a sua força, por sua capacidade de se adaptar aos fluxos e refluxos, de decifrar as relações de forças, de aproveitar o momento favorável para a ação, de variar as palavras de ordem e de passar à iniciativa<sup>17</sup>.

O entreguerras foi um período de efervescência e instabilidade, marcado pelas repercussões da revolução russa e pela luta contra o fascismo. As grandes controvérsias que resultaram então na separação entre a II e a III Internacionais se baseavam “nas lições de Outubro”, na concepção do Estado e da democracia, no tipo de partido revolucionário e na questão colonial. Para além das primeiras sínteses teóricas e organizacionais, as implicações estratégicas das experiências russa, alemã e italiana, no entanto, só foram parcialmente extraídas<sup>18</sup>. Desde o quinto congresso da Internacional Comunista (IC), o balanço da derrota, em 1923, do outubro alemão foi comprometido pela luta fracional iniciada desde o dia seguinte à morte de Lênin. O debate, que havia sido apenas iniciado, sobre as reivindicações transitórias, a frente única e o governo operário não se estendeu. Ele prosseguirá, no entanto, através de uma reflexão isolada de Gramsci ou das contribuições da Oposição de Esquerda.

A oposição paradigmática entre Oriente e Ocidente destaca a diferença entre Estados retraídos ao redor de seus aparelhos repressivos e Estados com fortes ramificações na sociedade, tendo por corolário uma forte institucionalização sindical e parlamentar do movimento operário. Disso emerge que o poder parece mais difícil de se tomar, mas mais fácil de se manter, no Ocidente, e que seria preciso distinguir o alcance universal das lições de Outubro e sua especificidade oriental ou russa. Assim, Trótski previu a eventualidade de um colapso brutal do Estado nacional, deixando um vazio de onde poderia surgir rapidamente uma forma alternativa de poder. Mas ele previu também a hipótese de uma crise longa e lenta, que permitiria uma aprendizagem progressiva do poder. O controle operário não está então reservado, como pretendia a ortodoxia nascente, ao momento paroxístico da dualidade de poder. Ele poderia começar a ser exercido em experiências locais. A diferença de abordagem vale no geral para as reivindicações transitórias, cooperativas etc. O importante, para Trótski, é evitar o fetichismo das formas organizacionais e das palavras de ordem, destacadas das relações de força e das situações concretas.

As grandes controvérsias inacabadas do entreguerras giram então em torno de uma sistematização estratégica das noções de reivindicações transitórias, frente única e hegemonia. A discussão sobre o Programa da IC se iniciará desde o verão de 1922, em vista do III Congresso, e prosseguirá até o quinto, à luz do Outubro alemão e de sua derrota (Raggioneri, 1977). Ela se cristaliza em larga medida nas “reivindicações transitórias”, que pretendiam superar o corte tradicional entre programa mínimo e programa máximo, e a antinomia formal entre reforma e revolução. Tratava-se de atribuir

---

<sup>17</sup> Cf. Lênin (2017) ou ainda os telegramas cominatórios, dirigidos à direção a partir de seu refúgio na Finlândia, para convocar à insurreição.

<sup>18</sup> Ver Lênin (2019); Luxemburgo (2017).

às reivindicações não mais um valor intrínseco, mas uma função dinâmica destinada a modificar as relações de força. Sua formulação e seu agenciamento estavam então ligados à questão da frente única na ação e seu desenlace governamental. A fórmula algébrica de “governo dos trabalhadores” iria dar lugar, duradouramente, às mais diversas e por vezes mais opostas interpretações.

A fórmula da frente única foi experimentada com a “carta aberta” de Radek e Paul Levi em janeiro de 1921, propondo uma ação comum aos aliados social-democratas. Precedendo a virada do III Congresso da IC, ela constitui um tipo de pré-estreia. Em suas “Observações provisórias”, de julho de 1922, “sobre a questão do programa da IC”, Radek tenta extrair as primeiras lições:

A época da revolução que, à escala mundial, durará provavelmente dezenas de anos, torna impossível, por sua própria duração, se situar em uma perspectiva geral. Isso coloca os partidos comunistas diante de uma série de questões econômicas e políticas como, por exemplo, a atitude em relação à defesa da democracia burguesa, a atitude em relação à política mundial do capitalismo [...]. Por trás de todas essas questões se coloca o problema do caráter da fase atual da revolução mundial, isto é, a questão de saber se nós devemos lançar reivindicações transitórias, que não são de forma alguma a concretização da ditadura do proletariado como eram, por exemplo, as reivindicações concretas do programa Spartacus, mas reivindicações que devem levar a classe operária a uma luta que poderá se tornar uma luta pela ditadura do proletariado.

Radek recusa, conseqüentemente, a separação entre tática e princípios programáticos: “Uma tal distinção rígida entre as questões táticas e as questões de programa foi até então uma característica do oportunismo, que preservava com prazer a limpeza do programa a fim de deixar as mãos livres para realizar todo tipo de sujeira no terreno da prática”.

Artesão do projeto de programa em 1922, mas oposto à experiência da NEP e à virada da frente única, Bukharin foi convertido à nova orientação após o X Congresso do Partido Comunista da União Soviética e após o III Congresso Mundial da IC. Ele retorna então para a luta entre marxismo ortodoxo e marxismo revisionista alemães para constatar a “total capitulação” do primeiro diante do segundo: “Não tínhamos observado antes, mas hoje podemos constatar de forma clara e transparente, e podemos também compreender porque isso aconteceu”. Ele coloca então a ênfase sobre o papel mal compreendido do Estado, mas continua a minimizar as reivindicações transitórias, reduzidas a simples palavras de ordem provisórias.

Em seu informe ao IV Congresso, Thalheimer retoma as razões da ruptura teórica que se produziu na social-democracia alemã a propósito da greve de massas:

Basta rever a história da II Internacional e de sua desagregação para reconhecer que é precisamente a separação entre as questões táticas e os grandes objetivos o que constitui o ponto de partida de sua derrapagem oportunista.

Isso começou com a controvérsia entre Bernstein e Kautsky sobre a tática, mas “ao longo do caminho, foram os objetivos finais que foram perdidos de vista”:

A diferença específica entre nós e os socialistas reformistas não consiste no fato de que nós queremos remover de nosso programa as reivindicações de

reformas, qualquer que seja o nome que se lhes dê, para colocá-las em “uma câmara separada”, mas no fato de que nós situamos estas reivindicações transitórias, estas palavras de ordem transitórias, na mais estreita relação com nossos princípios e objetivos.

Para resolver o confronto com Thalheimer, Lênin, Trótski, Radek, Bukharin e Zinoviev assinaram uma declaração conciliatória:

O debate sobre a questão de saber qual formulação deveria ser dada às reivindicações transitórias, e sobretudo qual lugar elas devem ocupar no programa, deu a impressão completamente falsa de que existia divergências sobre os próprios princípios. A delegação russa confirma que a inclusão de reivindicações transitórias no programa das seções nacionais, assim como sua formulação geral e sua justificação teórica na parte geral do programa, não podem ser consideradas como contaminadas por oportunismo.

Esta declaração ecumênica não resolve o debate em um sentido coerente com a abordagem de frente única, de conquista da maioria das massas, oposta às tentações *putschistas* reveladas pela ação de março de 1921.

No V Congresso, Bukharin e Thalheimer fazem frente comum contra a “virada à esquerda” e a “bolchevização” defendidas por Zinoviev em reação à derrota do Outubro alemão. O informe de Thalheimer se esforça para diferenciar as situações segundo o grau de desenvolvimento do capitalismo nos respectivos países para considerar suas consequências sobre a questão agrária, a questão nacional e o lugar dos intelectuais. Ele aborda pela primeira vez o problema do fascismo. Deixada em suspenso, a questão do programa ressurgue com a aproximação do VI Congresso, mas assume a forma de um manifesto, cuja forma proclamatória tende a repelir a discussão estratégica<sup>19</sup>. Gramsci e Trótski prosseguem paralelamente uma reflexão estratégica, cujo programa dito de transição constituirá, para o segundo, a síntese provisória<sup>20</sup>. Este programa “deve expressar as tarefas objetivas dos trabalhadores, em vez de refletir o seu atraso político”. Não se trata então de se adaptar à mentalidade das massas, mas de traçar uma perspectiva à altura da situação e de seus desafios:

Evidentemente, se eu fechar os olhos, posso redigir um belo programa bem cor-de-rosa, que todo mundo aceitaria, mas este programa não corresponderia à situação e o próprio de um programa é em primeiro lugar responder à situação objetiva.

Em sua discussão com os militantes americanos, Trótski insiste:

O objetivo do programa não está completo. O primeiro capítulo é só uma sugestão e não uma expressão acabada. O fim do programa também não está completo, porque nós não falamos ali da revolução social, da tomada do poder através da insurreição, da transformação da sociedade capitalista em ditadura e da ditadura em sociedade socialista. Isso só leva o leitor à porta: é um programa de ação atual até o início da revolução socialista [...]. Há dois perigos na elaboração do programa. O primeiro é de se manter em linhas gerais abstratas e repetir palavras de ordem gerais sem nenhuma relação com os sindicatos locais. Esta é a direção do sectarismo abstrato. O

<sup>19</sup> Ver Trótski (1970).

<sup>20</sup> Para a discussão com os membros do SWP, ver Trótski (1972).

perigo oposto consiste em se adaptar excessivamente às condições específicas e afrouxar a linha revolucionária.

Ele cita, por exemplo, as reticências nos meios militantes americanos a respeito do armamento dos piquetes de greve.

As discussões dos anos 1920 levaram a um esclarecimento relativo a nível de princípios. Elas não forneceram, no entanto, nem receita programática geral nem manuais de instrução ou discursos do método, por fora da análise concreta de situações concretas, da avaliação precisa das relações de força e dos níveis de consciência. Elas permanecem sobretudo confusas sobre a questão governamental e suas relações com as instituições, assim como sobre as relações entre classe, partido e Estado: a independência dos movimentos sociais e sindicais diante do Estado e dos partidos, assim como o problema de princípio do pluralismo político, só começarão a ser considerados nos anos trinta<sup>21</sup>.

### 3. Hipóteses estratégicas

A estratégia revolucionária articula uma pluralidade de tempos e espaços. Ela combina a história e o acontecimento, o ato e o processo, a tomada de poder e a “revolução em permanência”. As revoluções do século XX permitem extrair grandes hipóteses estratégicas. A da greve geral insurrecional se inspira na Comuna de Paris e na insurreição de Outubro. Ela implica um confronto de desenlace rápido, tendo por desafio central a tomada de controle de uma capital e de seus centros de poder estatal. A da guerra popular prolongada se inspira nas revoluções chinesa e vietnamita; ela implica a instauração duradoura de um duplo poder territorial e zonas liberadas autoadministradas. Da revolução alemã à revolução nicaraguense, passando pela guerra civil espanhola, pelas guerras de libertação nacional, ou pela revolução cubana, as experiências do século XX apresentam uma combinação variável destas grandes características. Mas todas as estratégias subversivas tomaram de empréstimo e retornaram às categorias políticas da modernidade: soberania, mas democrática e popular; cidadania, mas social; libertação territorial e internacionalismo; guerra, mas guerra popular. Não é, portanto, surpreendente que a crise do paradigma político da modernidade encontre seu reflexo na crise das estratégias de subversão, a começar pelo desarranjo de suas condições espaço-temporais.

Henri Lefebvre sustenta que o desenvolvimento dos conhecimentos requer a implementação de hipóteses estratégicas. Elas se estabelecem sem pretender uma verdade eterna: cedo ou tarde “o jogo estratégico se vê desmanchado”. O espaço estratégico é um campo de forças e um jogo de relações. O espaço da dominação estatal é aquele em que se desdobram estratégias que determinam os lugares a se ocupar, os alvos a se alcançar, os centros de decisão a se tomar (Lefebvre, 2000, p. 354)<sup>22</sup>.

A questão abordada aqui se limita à luta pela conquista do poder político à escala nacional, que chamaremos de “estratégia restrita” para distingui-la da “estratégia

<sup>21</sup> Especialmente em Trótski ([1937]1965).

<sup>22</sup> Conferir a iniciativa dos comandos de Amadora em novembro de 1975 em Portugal, o assalto da Telefônica de Barcelona em maio de 1937, a tomada do Palácio de Inverno em 1917 na Rússia, o assalto do La Moneda pelos *putschistas* em setembro de 1973 no Chile... ou ainda a tentativa de incêndio simbólico da Bolsa de Paris em 1968.

estendida” no tempo e no espaço, que remete à teoria da revolução permanente. No quadro da mundialização, os Estados nacionais estão enfraquecidos e certas transferências de soberania ocorrem em prol de instituições supranacionais. Mas o nível nacional estrutura juridicamente as relações de classe, articula um território a um Estado e permanece decisivo na escala móvel dos espaços estratégicos<sup>23</sup>.

As críticas que possuem uma visão “etapista” do processo revolucionário (que fazem da tomada do poder um “pré-requisito absoluto” de toda transformação social) são caricaturais ou ignorantes dos debates no interior dos movimentos revolucionários. Embora a questão estratégica possa ter sido, por vezes, resumida pela fórmula “como do nada tornar-se tudo?”, isto foi para destacar que a ruptura revolucionária é um salto perigoso, do qual pode se aproveitar um terceiro ladrão (a burocracia). É preciso, portanto, nuançá-la. Não é verdade que o proletariado não seja nada antes da tomada do poder – e é duvidoso que venha a tornar-se tudo! Tomada de empréstimo do canto da Internacional, esta alternativa do tudo e do nada visa apenas destacar a assimetria estrutural entre revolução (política) burguesa e revolução social, a primeira prolonga posições de poder, econômicas e culturais, adquiridas, enquanto a segunda tem de enfrentar uma dominação tanto econômica quanto política e cultural.

As categorias de frente única, reivindicações transitórias e governo operário, defendidas, cada um à sua maneira, por Trótski, Thalheimer, Radek e Clara Zetkin nos debates programáticos da Internacional Comunista até o seu VI Congresso, visavam precisamente articular o acontecimento revolucionário com suas condições de preparação, as reformas com a revolução, o movimento com o objetivo. As noções de hegemonia e de “guerra de posição” iam no mesmo sentido<sup>24</sup>. A oposição entre Oriente (onde se supunha que o poder seria mais fácil de conquistar, mas mais difícil de manter) e o Ocidente expressam a mesma preocupação. Estas abordagens se opunham à teoria fatalista do colapso (*Zusammenbruch Theorie*) defendidas no fim dos anos vinte por economistas e ideólogos da ortodoxia stalinista nascente.

Contra as visões espontaneístas do processo revolucionário e contra o imobilismo estruturalista, nós colocamos a ênfase nos anos 60 no papel do “fator subjetivo” e na importância não de modelos, mas de “hipóteses estratégicas”. Não se tratava ali de um capricho terminológico. Um modelo é para ser copiado, com um manual de instruções. Uma hipótese é um guia para a ação, nutrido de experiências passadas, mas aberto e modificável à luz de novas experiências e circunstâncias inéditas. Não se trata de especulações, mas do que se pode reter de experiências passadas (que são o único material disponível), sabendo que o futuro não é jamais sua simples repetição: os revolucionários correm sempre um risco análogo ao dos militares, onde se diz que eles estão sempre com um atraso de uma guerra. A partir dos acontecimentos revolucionários do século XX (a revolução russa e a revolução chinesa, mas também a revolução alemã, as frentes populares, a guerra civil espanhola, a guerra de libertação vietnamita, maio de 68, a revolução portuguesa dos cravos, a Unidade Popular e o golpe de Estado no Chile, as revoluções na América Central...), duas grandes hipóteses são então extraídas. Elas correspondem a dois grandes tipos de crises, duas formas de duplo poder, dois modos de desenlace do antagonismo de classe.

<sup>23</sup> Ver *Critique communiste*, n° 179 (março, 2006) e 180 (novembro, 2006).

<sup>24</sup> Ver o pequeno livro de Perry Anderson (1996) sobre *Les Antinomies de Gramsci*.

Na hipótese da greve insurrecional, a dualidade de poder se reveste de uma forma principalmente urbana de tipo Comuna (não apenas a Comuna de Paris, mas também o soviete de Petrogrado, a insurreição de Hamburgo, a insurreição de Cantão, as de 36 e 37 em Barcelona...). Dois poderes opostos não podem coexistir por muito tempo em um espaço concentrado. Um desenlace rápido se impõe, que pode resultar em um enfrentamento prolongado: a guerra civil na Rússia, a guerra de libertação no Vietnã após a insurreição de 1945... Nesta hipótese, o trabalho de organização de soldados e de desmoralização do exército (na maior parte dos casos, de recrutamento) desempenha um papel importante<sup>25</sup>.

Na hipótese da guerra popular prolongada, o duplo poder se reveste de uma forma mais territorial (de zonas liberadas e auto-administradas) que pode coexistir em conflito com a ordem estabelecida de modo mais durável. Mao resumiu algumas condições disso em sua brochura de 1927, “Por que o poder vermelho pode existir na China”. A experiência da república de Yan’an forneceu a ilustração disso nos anos 30. Enquanto na greve geral insurrecional os órgãos do poder alternativo são socialmente determinados pelas condições urbanas (Comuna de Paris, sovietes, conselhos operários, comitês de milícia da Catalunha, cordões industriais e comandos comunais no Chile...), na guerra popular eles se concentram em um “exército do povo” predominantemente camponês.

Entre essas duas hipóteses puras, apresenta-se toda uma gama de variantes e combinações intermediárias. A despeito de sua lenda foquista (simplificada entre outras coisas pelo livro de Debray, *Revolução na revolução*), a revolução cubana articula assim o foco de guerrilha, como núcleo do exército rebelde, e as tentativas de organização sindical e greves gerais urbanas em Havana e Santiago. A relação entre os dois foi problemática, como testemunha a correspondência de Frank País, de Daniel Ramos Latour e do próprio Che sobre as tensões recorrentes entre “a selva” e “a planície”<sup>26</sup>. A narrativa oficial, que magnifica a epopeia heroica do *Granma* e seus sobreviventes, teve como função reforçar a legitimidade do Movimento 26 de Julho e do grupo castrista dirigente em detrimento de uma compreensão mais complexa do processo e de seus atores. Erigindo a guerrilha rural em modelo, esta versão mitificada da revolução cubana inspirou as experiências dos anos sessenta (no Peru, na Venezuela, na Nicarágua, na Colômbia e na Bolívia). As mortes em combate de De la Puente e Lobaton, de Camilo Torres, de Yon Sosa, de Lucio Cabanas no México, de Marighella e Lamarca no Brasil, a expedição trágica de Che na Bolívia, o quase aniquilamento dos sandinistas em 1967 em Pancasán e o desastre de Teoponte na Bolívia marcaram o fim desse ciclo.

No início dos anos 70, a hipótese estratégica do PRT argentino e do MIR chileno se inspirava bastante no exemplo vietnamita da guerra popular (e, no caso do PRT, de uma visão mítica da guerra de libertação argelina). A história da Frente Sandinista até a sua vitória de 1979 sobre a ditadura somozista ilustra a combinação destas diferentes orientações. A da tendência “guerra popular prolongada” (GPP) de Tomas Borge colocava a ênfase no desenvolvimento da guerrilha na montanha e na necessidade de um

<sup>25</sup> Cf. Brossat; Potel (1975-1976) e a obra coletiva “Crosse en l’air: le mouvement ouvrier et l’armée”, Anônimo (1970). Ver também a experiência dos comitês de soldados na França, dos SUV em Portugal e em uma perspectiva mais conspirativa o trabalho do MIR no exército chileno.

<sup>26</sup> Ver Franqui (1980).

longo período de acumulação gradual de forças. A da tendência proletária (dirigida por Jaime Wheelock) insistia nos efeitos sociais do desenvolvimento capitalista na Nicarágua e no fortalecimento da classe operária, mantendo a perspectiva de uma acumulação prolongada de forças na perspectiva de um “momento insurrecional”. A da tendência “terceirista” (dos irmãos Ortega), que sintetizava as duas outras, permitiu articular a frente do sul e o levante de Manágua.

*A posteriori*, Humberto Ortega resumiu as divergências nestes termos:

Eu chamo política de acumulação passiva de forças a política que consiste em não intervir nas conjunturas, em acumular forças a frio. Esta passividade se manifestava no nível das alianças. Havia também passividade no fato de que pensávamos que se podia acumular armas, se organizar, reunir recursos humanos sem combater o inimigo, sem fazer as massas participarem (Ortega, 1982)<sup>27</sup>.

Ele também reconheceu que as circunstâncias haviam apressado os planos de uns e outros:

Nós convocamos a insurreição. Os acontecimentos se precipitaram, as condições objetivas não permitiram nos prepararmos antes. De fato, não podíamos dizer não à insurreição. O movimento de massas tomou tal amplitude que a vanguarda era incapaz de dirigi-lo. Não podíamos nos opor a este rio; tudo o que podíamos fazer era tomar a frente para lhe conduzir até certo ponto e lhe fornecer uma direção.

E concluiu: “Nossa estratégia insurrecional sempre gravitou em torno das massas e não em torno de um plano militar. Isto deve estar claro”. A opção estratégica implica, com efeito, uma ordenação das prioridades políticas, das áreas de intervenção e das palavras de ordem e determina a política de alianças.

De *Os dias da selva* a *O trovão na cidade*, o relato de Mario Payeras do processo revolucionário guatemalteco marca um retorno da floresta para a cidade e uma mudança de relações entre luta militar e luta política, cidade e campo. Desde 1974, *A crítica das armas* de Régis Debray registrou o balanço e a evolução das estratégias no continente latino-americano após a revolução cubana. Na Europa, as histórias desastrosas da RAF (fração armada vermelha, mais conhecida como “bando Baader-Meinhof”)<sup>28</sup> e as outras tentativas de traduzir em “guerrilha urbana” a experiência da guerrilha rural

---

<sup>27</sup> “La stratégie de la victoire”, entrevista para Martha Harnecker. Interrogado sobre a data da convocação à insurreição, Ortega responde: “Porque se apresentou toda uma série de condições objetivas cada vez mais favoráveis: a crise econômica, a desvalorização monetária, a crise política. E porque após os acontecimentos de setembro nós compreendemos que era necessário conjugar ao mesmo tempo e em um mesmo espaço estratégico o levante de massas a nível nacional, a ofensiva das forças militares da frente e a greve nacional na qual o patronato estava engajado ou que aprovava. Se não tivéssemos conjugado estes três fatores estratégicos em um mesmo tempo e em um mesmo espaço estratégico, a vitória não teria sido possível. Havia se convocado várias vezes a greve nacional, mas sem conjugá-la com a ofensiva das massas. As massas já estavam levantadas, mas sem que isto estivesse conjugado com a greve e quando a capacidade militar da vanguarda estava muito fraca. E a vanguarda já havia atacado o inimigo, mas sem que os outros dois fatores estivessem presentes”.

<sup>28</sup> Sem falar da efêmera tragicomédia da Esquerda Proletária na França – e das teses de July e Geismar em seu inesquecível *Vers la guerre civile* (Geismar, July e Morane, 1969).

se encerram de fato com os anos 70. Os movimentos armados significativos que conseguiram então perdurar foram aqueles que encontraram sua base social em lutas contra a opressão nacional (na Irlanda ou em Euskadi)<sup>29</sup>.

As hipóteses estratégicas evocadas não são redutíveis a uma orientação militar. Elas determinam um conjunto de tarefas políticas. Assim, a concepção do PRT da revolução argentina como guerra nacional de libertação levava a privilegiar a construção do exército (o ERP – Exército Revolucionário do Povo) em detrimento da auto-organização nas empresas e bairros. Do mesmo modo, a orientação do MIR colocando a ênfase, sob a Unidade Popular, na acumulação de forças (e de bases rurais) na perspectiva de uma luta armada prolongada levou a relativizar a prova de força imposta pelo golpe de Estado e a subestimar as consequências duradouras. Miguel Enriquez, no entanto, compreendeu bem, no dia seguinte ao golpe de Estado abortado (*tankazo*) de junho de 1973, que foi um ensaio geral para o golpe bem sucedido de setembro, o curto momento propício para a formação de um governo de combate que preparasse a prova de força.

A vitória sandinista de 1979 marcou uma nova virada. É o que sustenta Mario Payeras. Ele afirma que, na Guatemala (e em El Salvador), os movimentos revolucionários não foram mais, dali em diante, confrontados com ditaduras fantoches em decomposição [*vermoulues*], mas com conselheiros israelenses, taiwaneses, estadunidenses e com estratégias sofisticadas de “baixa intensidade” e de “contra-insurreição”. Esta assimetria crescente da luta se ampliava depois à escala mundial com as novas doutrinas estratégicas do Pentágono, os novos armamentos e a guerra “fora dos limites” contra o “terrorismo”. É uma das razões (junto das revelações sobre o gulag stalinista, dos danos da revolução cultural na China e da hiper-violência da tragédia cambojana) pelas quais a questão da violência revolucionária, ainda ontem entendidas como inocente e libertadora (através das epopeias do Granma e de Che, ou através dos textos de Fanon, Giap e Cabral), tornou-se tão espinhosa.

Assistimos, assim, a certas buscas tateantes de uma estratégia assimétrica do fraco diante do forte que realizaria a síntese de Lênin e Gandhi<sup>30</sup> ou se orientaria claramente na direção da não violência<sup>31</sup>. Depois da queda do Muro de Berlim, o mundo, no entanto, não se tornou menos violento e seria imprudentemente angelical apostar hoje em uma hipotética “via pacífica” que nada, no “século dos extremos”, veio a validar.

A hipótese estratégica que serviu de fio condutor para a maior parte dos movimentos revolucionários nos países desenvolvidos é a da greve geral insurrecional. Ele se opunha, nos anos sessenta e setenta, às variantes de maoísmo aclimatado e às interpretações imaginárias da revolução cultural. É desta hipótese que estaríamos “órfãos”.

Ela teria tido ontem uma “funcionalidade” hoje perdida. De um lado, nos países com relações de classe complexas e de longa tradição parlamentar, uma dualidade de poder não poderia surgir repentinamente, do nada, sob a forma de uma pirâmide de soviets ou conselhos em total exterioridade com relação às instituições existentes.

<sup>29</sup> Ver Dissidences (2006).

<sup>30</sup> É o tema de textos recentes de Étienne Balibar.

<sup>31</sup> O debate sobre a não violência na revista teórica (*Alternative*) da Rifondazione Comunista possui relação com seu curso atual.

Embora uma visão como esta possa ter existido no esquerdismo juvenil de 68, ela foi muito rapidamente corrigida<sup>32</sup>. Está claro, *a fortiori*, nos países de tradição parlamentar mais que centenária, onde o princípio do sufrágio universal está solidamente estabelecido, que não se poderia imaginar um processo revolucionário sem uma transferência de legitimidade em prol de formas de democracia direta ou participativa, em interação com as formas representativas. Na revolução nicaraguense, o fato de se organizarem eleições “livres” em um contexto de guerra civil e de estado de sítio pode ser discutido, mas não o princípio de tais eleições. Por outro lado, os sandinistas poderiam ser criticados pela supressão de um “conselho de Estado” dos movimentos sociais que poderia ter constituído um tipo de segunda câmara social e um polo de legitimidade alternativa diante do parlamento eleito<sup>33</sup>.

O problema essencial não é o das relações entre democracia territorial e democracia no local de trabalho (a Comuna, os soviets e a assembleia popular de Setúbal em 1975 também eram estruturas territoriais), nem mesmo o das relações entre democracia direta e democracia representativa (toda democracia é parcialmente representativa, e o próprio Lênin jamais sustentou a ideia de um mandato imperativo), mas o da formação de uma vontade geral. A crítica dirigida (pelos eurocomunistas ou por Norberto Bobbio nos anos setenta) à democracia de tipo soviético visava sua lógica corporativista: uma soma (uma pirâmide) de interesses particulares (locais, de empresa, de escritório), vinculados por mandato imperativo, não poderão formar uma vontade geral. A subsidiariedade democrática tem igualmente seus limites: se os habitantes de um vale se opõem à passagem de uma estrada ou os de uma cidade a um aterro sanitário, para lhes remeter ao vale ou cidade vizinhos, uma forma de centralização arbitral parece necessária para resolver os litígios buscando, sem garantia de alcançá-lo, o interesse comum<sup>34</sup>. A mediação de partidos (e sua pluralidade) é necessária para produzir proposições sintéticas a partir de pontos de vista particulares.

Também se critica a abordagem transitória por parar no limiar da questão do poder e por confiar em um improvável *deus ex machina*; ela suporia que a questão do poder seria resolvida pela espontaneidade efusiva das massas e pela irrupção generalizada da democracia soviética. Uma discussão sobre a formulação das reivindicações transitórias e sobre sua variação em função das relações de força e dos níveis de consciência é legítima. Mas as questões que concernem à propriedade dos meios de produção, de comunicação e de troca ocupam um lugar central, quer se trate de uma pedagogia do serviço público, da temática dos bens comuns da humanidade ou da ques-

---

<sup>32</sup> Ver Ernest Mandel, especialmente em suas polêmicas contra as teses eurocomunistas. Ver seu livro sobre o eurocomunismo na pequena coleção Maspero, sua resposta a Althusser e Ellenstein (La Brèche) e sobretudo sua entrevista na *Critique communiste* (Mandel, 1978). [N.T.]: a entrevista mencionada foi realizada por Henri Weber e foi publicada em 1976 no nº 8-9 da revista *Critique Communiste* sob o título “Sobre a estratégia revolucionária na Europa ocidental”. Ela encontra-se traduzida como primeiro capítulo do livro *Marxismo Revolucionário Atual* (Rio de Janeiro: Zahar, 1981).

<sup>33</sup> Em uma escala mais modesta, seria útil voltar à dialética entre a instituição municipal eleita pelo sufrágio universal e os comitês do orçamento participativo de Porto Alegre.

<sup>34</sup> A experiência do orçamento participativo à escala de Estado do Rio Grande do Sul oferece exemplos concretos de atribuição de créditos, de hierarquia de prioridades, de repartição territorial de equipamentos coletivos etc.

tão cada vez mais importante da socialização dos saberes (oposta à propriedade privada intelectual). Do mesmo modo é importante explorar as formas possíveis de socialização do salário através de sistemas de proteção social, para caminhar na direção do desaparecimento do salariato. Enfim, à mercantilização generalizada se opõem as possibilidades abertas pela extensão das esferas de gratuidade (ou de “desmercantilização”) não somente aos serviços, mas também a certos bens de consumo necessários.

A questão mais espinhosa de uma abordagem transitória, deixada de lado pelas discussões e experiências do entreguerras, é a do “governo operário” ou “governo dos trabalhadores”. Os debates sobre o balanço da revolução alemã e do governo da Saxônia-Turíngia, durante o V Congresso da Internacional Comunista, mostram toda a ambiguidade não resolvida das fórmulas dos primeiros congressos da IC e o leque de interpretações a que elas deram lugar. Em seu informe diante dos delegados desse congresso, Treint destacou que “a ditadura do proletariado não cai do céu: ela deve ter um começo, e o governo operário é sinônimo do início da ditadura do proletariado”. Ele denuncia, por outro lado, a “saxonização” da frente única:

A entrada dos comunistas em um governo de coalização com pacifistas burgueses para impedir uma intervenção contra a revolução não era errada em teoria, mas governos como o do Partido Trabalhista ou o do Cartel das Esquerdas fazem com que a democracia burguesa reencontre um eco em nossos próprios partidos.

No debate sobre a atividade da Internacional, Smeral declara diante deste mesmo congresso:

Quanto às teses dos comunistas tchecos, de fevereiro de 1923, sobre o governo operário, nós estávamos todos convencidos, ao redigi-las, de que elas estavam em conformidade com as decisões do IV Congresso. Elas foram adotadas por unanimidade.

Mas, acrescenta ele, “no que pensam as massas quando elas falam de governo operário?”:

Na Inglaterra, elas pensam no Partido Trabalhista, na Alemanha e nos países em que o capitalismo está em decomposição, a frente única significa que os comunistas e os social-democratas, em vez de se combaterem quando a greve irrompe, marcham ombro a ombro. O governo operário tem, para essas massas, o mesmo significado, e quando se utiliza esta fórmula elas imaginam um governo de unidade de todos os partidos operários.

E Smeral prossegue: “Em que consiste a profunda lição da experiência saxônica? Antes de tudo, nisto: não se pode saltar com os pés juntos de um só golpe, sem tomar impulso”.

Ruth Fisher lhe responde que enquanto coalizão de partidos operários, o governo operário significaria “a liquidação de nosso partido”. Mas em seu informe sobre a derrota do Outubro alemão, Clara Zetkin afirma o inverso:

A propósito do governo operário e camponês, não posso aceitar a declaração de Zinoviev segundo a qual ele se trataria de um simples pseudônimo, sinônimo ou deus sabe que homônimo da ditadura do proletariado. Isso pode ser apropriado para a Rússia, mas não ocorre o mesmo nos países em que o

capitalismo está vigorosamente desenvolvido. Lá, o governo operário e camponês é a expressão política de uma situação em que a burguesia já não pode mais se manter no poder, mas onde o proletariado não está ainda em condição de impor sua ditadura.

Com efeito, Zinoviev definiu como “objetivo elementar do governo operário” medidas tão pouco elementares como o armamento do proletariado, o controle operário sobre a produção, a revolução fiscal...”.

Relendo essas intervenções, e ainda de outros, tem-se uma impressão de grande confusão. Ela traduz uma contradição real e revela um problema não resolvido, ainda que a questão tenha sido colocada “à quente”, em uma situação realmente revolucionária ou pré-revolucionária. Ela não poderia ter sido solucionada por um manual de instruções válido para todas as circunstâncias. No entanto, é possível extrair critérios combinados de participação em uma coalizão governamental: que essa participação se inscreva em uma situação de crise e de ascenso significativo da mobilização social; que o governo em questão se comprometa a iniciar uma ruptura com a ordem estabelecida (por exemplo, mais modestamente que o armamento exigido por Zinoviev, uma reforma agrária radical, “incursões despóticas” no domínio da propriedade privada, abolição de privilégios fiscais, uma ruptura com as instituições – as da V República na França, as dos tratados europeus os dos pactos militares...); enfim, que a relação de forças permita aos revolucionários, se não garantir a manutenção dos compromissos estabelecidos por seus aliados, ao menos lhes fazer pagar um preço forte por eventuais descumprimentos.

A questão do governo operário ecoa a da ditadura do proletariado. Hoje, esse termo ditadura evoca bem mais as ditaduras militares ou burocráticas do século XX do que a venerável instituição romana de um poder de exceção devidamente mandatado pelo Senado por um tempo limitado. Marx viu na Comuna de Paris “a forma enfim encontrada” desta ditadura, de modo que é melhor, para ser compreendido, evocar a Comuna, os soviets, os conselhos ou a autogestão do que se apegar a uma palavra fetiche que se tornou uma fonte de confusão pela história<sup>35</sup>.

No entanto, com isso não ficamos livres da questão de fundo levantada pela fórmula de Marx e da importância que ele lhe atribuía. A ditadura do proletariado evoca geralmente a imagem de um regime autoritário sinônimo de ditaduras burocráticas. Ela se trata, ao contrário, no espírito de Marx, da solução democrática de um velho problema graças ao exercício, pela primeira vez majoritário, do poder de exceção reservado até então a uma elite virtuosa ou a um “triumvirato” de homens exemplares<sup>36</sup>. O termo ditadura se opunha então ao de tirania enquanto expressão do arbitrário.

A ditadura do proletariado possui assim um alcance estratégico, frequentemente evocado nos debates em torno de seu abandono pela maior parte dos partidos (euro)comunistas no fim dos anos setenta. Para Marx, está claro, com efeito, que um direito novo, expressando uma nova relação social, não pode nascer na continuidade

---

<sup>35</sup> A Comuna, dizia, não é uma Assembleia Constituinte, mas um conselho de guerra. Ela só deve ter uma lei, “a da salvação pública”. L. Trótski prossegue: “A comuna foi a negação viva da democracia formal, pois em seu desenvolvimento ela marcou a ditadura da Paris operária sobre a nação camponesa”.

<sup>36</sup> Ver Galante-Garrone (1975).

do direito antigo, por um tipo de auto-engendramento jurídico: “entre dois direitos iguais” e duas legitimidades sociais contrárias, “é a força que decide”.

A revolução implica então, para os socialistas da II Internacional (inclusive para Kautsky, e para o Blum do Congresso de Tours) uma passagem obrigatória pela ditadura como forma proletária de um estado de exceção ligado a um estado de guerra ou de guerra civil<sup>37</sup>. O que permite perenizar essas medidas de urgência é a confusão entre a exceção e a regra, confusão tão mais tenaz sendo a revolução também um processo permanente do ponto de vista internacional, e a questão das relações entre partido, Estado e conselhos ou sovietes permanecendo um ponto obscuro dos primeiros congressos da Internacional Comunista. A ditadura do proletariado pode então ser interpretada como ditadura do partido, ou mesmo do partido único, como o faz Trótski em *Terrorismo e comunismo*:

Fomos acusados mais de uma vez por ter substituído a ditadura dos sovietes pela do partido [...]. Nesta substituição do poder da classe operária pelo poder do partido não há nada de fortuito, e mesmo, no fundo, não há aí nenhuma substituição. É completamente natural que em uma época em que a História coloca na ordem do dia a discussão destes interesses em toda a sua extensão, os comunistas se tornem os representantes da classe operária em sua totalidade (Trótski, 1963, p. 170).

A ditadura do proletariado significa então “em substância” – no fogo da guerra civil – “a dominação imediata de uma vanguarda revolucionária que se apoia sobre as massas pesadas e que obriga, quando necessário, os retardatários a se juntarem”. Isso também se relaciona com os sindicatos:

após a conquista do poder pelo proletariado, os sindicatos assumem um caráter obrigatório [...]. Quanto mais se avança, mais os sindicatos compreendem que são os órgãos produtores do Estado soviético [...]. Eles se encarregam de estabelecer a disciplina de trabalho, exigem dos operários um trabalho intensivo nas mais penosas condições [...]. A obrigação do trabalho seria impossível sem a aplicação, em uma certa medida, de métodos de militarização do trabalho (*ibidem*, p. 173).

Ter-lhe-á sido necessário compreender em toda a sua amplitude os perigos profissionais do poder e a lógica do monopólio burocrático do poder para que Trótski

---

<sup>37</sup> Para Trótski, é “evidente” que se a revolução se atribui como tarefa a abolição da propriedade individual, “não fará isso por outro meio senão pela realização da concentração de todos os poderes de Estado nas mãos do proletariado, criando um regime de exceção durante o qual a classe governante não se deixará guiar pela observação de normas calculadas por um tempo muito longo, mas por considerações revolucionárias em conformidade com o objetivo [...]. A ditadura é indispensável porque ela se trata não de uma mudança do caráter privado, mas da própria existência da burguesa. Sobre esta base, nenhum acordo é possível [...]. Renegando à ditadura revolucionária, Kautsky dissolve a questão da conquista do poder pelo proletariado na da conquista de uma maioria durante uma futura campanha eleitoral [...]. O fetichismo da maioria parlamentar não implica apenas o renegar brutal da ditadura do proletariado, mas também o do marxismo e da revolução em geral” (Trótski, 1963, pp. 46-47). Trótski se pronuncia contra a pena de morte infligida pelas cortes marciais, mas ao executar conspiradores contrarrevolucionários ele afirma agir “conforme às leis da guerra” (*ibidem*, p. 105).

chegue, em *A revolução traída*, a uma crítica teórica do regime de partido único e a uma defesa de princípio do pluralismo.

No período da guerra civil, Lênin permanece mais próximo do espírito de Marx. Diante da resistência desesperada dos possuidores, a vitória do proletariado “só pode ser uma ditadura”, mas esta deve ser uma “ditadura democrática”, cujo objetivo é “introduzir a democracia de forma total e conseqüente, até a proclamação da república”, e “extirpar os restos do despotismo asiático” (Lênin, 1970, p. 105)<sup>38</sup>. Ele recorda especialmente que as tarefas atribuídas por Marx à ditadura em 1848 não implicam “nada diferente da ditadura democrática revolucionária”. Ele insiste, então:

Em um período de guerra civil, todo poder vitorioso só pode ser uma ditadura, mas pode haver uma ditadura da minoria sobre a maioria, de um grupúsculo policial sobre o povo, e pode haver também uma ditadura da imensa maioria sobre um grupúsculo de opressores (*ibidem*, p. 129).

Ele define a ditadura como “um poder que não é limitado por nenhuma lei”, ou como “um poder ilimitado, por fora da lei, que se apoia na força no sentido mais direto da palavra”, ou ainda como “nada diferente de um poder sem nenhuma limitação, que nenhuma lei, nenhuma regra, vem a restringir, que se apoia diretamente na violência” (*ibidem*, pp. 131-133). Essas fórmulas evocam uma dialética da força e do direito, e o papel da violência como momento de fundação do direito: “A ditadura é um poder que se apoia diretamente sobre a violência e não está amarrado por nenhuma lei” (*ibidem*, p. 279). Isso pode ser a definição exata da “ditadura soberana”, distinguida por Schmitt da ditadura comissária. A fonte do poder não é a lei parlamentar, mas a “iniciativa das massas”, “um golpe de força direto”, ou seja, o exercício de um poder constituinte (*ibidem*, p. 185).

Na medida em que a “supressão das classes” supõe a do Estado burguês e a derrubada da ditadura do capital, “a questão da ditadura do proletariado é a questão essencial do movimento operário moderno em todos os países capitalistas” (*ibidem*, p. 436). Isso mostra até que ponto, para Lênin como para Marx, esta questão “essencial” diz respeito menos às formas institucionais e à duração do regime de exceção (Lênin chega a afirmar, fiel ao espírito de *O Estado e a revolução*, que esta ditadura é um poder “sem nenhuma polícia” (*ibidem*, p. 133)) do que à necessária ruptura de continuidade, inclusive jurídica, entre duas dominações e duas legitimidades. Por mais paradoxal que isso possa parecer, não apenas a ditadura do proletariado assim compreendida não é incompatível, para Lênin, com a perspectiva de desaparecimento do Estado, como ela é o seu primeiro episódio.

19 de maio, 2007

---

<sup>38</sup> Andreu (2004); Lênin (1970, p. 105).

## Referências

- ANDREU, Maurice. *L'Internationale communiste contre le capital*. Paris: Actuel Marx, Puf, 2004.
- ANDERSON, Perry. *Sur Gramsci*. Paris: PCM, 1978.
- ANDERSON, Perry. "The antinomies of Antonio Gramsci", *New Left Review*, I, 100, 1996, pp. 5-78.
- ANÔNIMO. *Crosse en l'air: le mouvement ouvrier et l'armée, 1900/1914*, Paris: Maspero, 1970.
- ANTONINI, Bruno. *État et socialisme chez Jean Jaurès*. Paris: Éditions L'Harmattan, 2004.
- BENJAMIN, Walter. *Thèses sur le concept d'Histoire*. [BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito da história". In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, vol. 1. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994].
- BENSAID, Daniel. "La politique comme art stratégique". In: BENSAID, Daniel. *Un monde à changer: mouvements et stratégies*. Paris: Textuel, 2011.
- BROSSAT, Alain; POTEL, Jean-Yves. *Anthologie de l'antimilitarisme révolutionnaire*. Paris: Union générale d'éditions, 1975-1976.
- DEBRAY, Régis. *La critique des armes*. Tome I. Paris: Seuil, 1974.
- DEBRAY, Régis. *Révolution dans la révolution?: lutte armée et lutte politique en Amérique latine*. Paris: Maspero, 1967.
- DISSIDENCES. *Révolution, lutte armée et terrorisme*, Volume 1. Paris: Éditions L'Harmattan, 2006.
- FRANQUI, Carlos. *Diary of the Cuban Revolution*. New York: Viking Press, 1980.
- GALANTE-GARRONE, Alessandro. *Philippe Buonarroti et les révolutionnaires du XIXe siècle, 1828-1837*. Paris: Champ libre, 1975.
- GEISMAR, Alain; JULY, Serge; MORANE, Erlyne. *Vers la guerre civile*. Paris: Éditions et publications premières, 1969.
- KAUTSKY, Karl. "Die revision des programms der Sozialdemokratie in Oesterreich", *Die neue Zeit*, 20. Jahrgang, 1. Band: 68-82, 1901-1902.
- KAUTSKY, Karl. *O caminho do poder*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- KAUTSKY, Karl. "Zwischen Baden und Luxemburg", *Die neue Zeit*, 28. Jahrgang, 2. Band: 652-667, 1910a.
- KAUTSKY, Karl. "Une nouvelle stratégie", *La voie occidentale*, 1910. [KAUTSKY, Karl. "Eine neue Strategie", *Die neue Zeit*, 28. Jahrgang, 2. Band: 332-341, 364-374, 412-421, 1910b].
- KAUTSKY, Karl. "Et maintenant?", *La voie occidentale*, 1910. [KAUTSKY, Karl. "Was nun?", *Die neue Zeit*, 28. Jahrgang, 2. Band: 33-40, 68-80, 1910c].
- KAUTSKY, Karl. *The Class Struggle (Erfurt Program)*. Chicago: Charles H. Kerr & Co. 1910d [1892].
- KAUTSKY, Karl. "La nouvelle tactique", *La voie occidentale*, 1912. [KAUTSKY, Karl, "Die neue Taktik", *Die Neue Zeit*, 30. Jahrgang, 2. Band: 654-664, 688-698, 723-733, 1911-1912].

- KAUTSKY, Karl. “L’action des masses”. [KAUTSKY, Karl. *Der politische Massenstreik. Ein Beitrag zur Geschichte der Massenstreikdiskussionen innerhalb der deutschen Sozialdemokratie*, Berlin: Buchhandlung Vorwärts Paul Singer GmbH, 1914].
- KAUTSKY, Karl. *Le Programme socialiste, commentaire du programme d’Erfurt, 1892-1898*. Paris: Les bons caractères, 2004
- KAUTSKY, Karl. “L’action de masse”, *La voie occidentale*. [KAUTSKY, Karl. *Karl Kautsky: selected political writings*. London: Macmillan, 1983.
- LEFEBVRE, Henri. *La Production de l’espace*. Paris: Anthropos, 2000.
- LÊNIN, Vladimir I. *Que faire?*, Paris: Éditions Science marxiste, 2004, pp. 81 e 123. [LÊNIN, Vladimir I. *Que fazer?: questões candentes de nosso movimento*. São Paulo: Boitempo, 2020]
- LÊNIN, Vladimir. *A falência da II Internacional*. São Paulo: Kairós, 1979.
- LÊNIN, Vladimir. *Cadernos filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- LÊNIN, Vladimir I. *O esquerdismo: doença infantil do comunismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- LÊNIN, Vladimir I. “Teses de abril”. In: MARX, K.; ENGELS, F.; LÊNIN, V. *Manifesto Comunista / Teses de abril*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LÊNIN, Vladimir I. “A revolução proletária e o renegado Kautsky”. In: LÊNIN, Vladimir I. *Democracia e luta de classes*. Textos escolhidos. São Paulo: Boitempo, 2019.
- LÊNIN, Vladimir I. *La Dictature du prolétariat*. Paris: UGE 10/18, 1970.
- LÊNIN, Vladimir. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LEVI, Paul. “Two Documents by Paul Levi (16 March 1920–8 January 1921)”. *Historical Materialism*, v. 25.1, pp. 175–183, 2017.
- LIH, Lars T. *Lenin rediscovered: ‘What is to be done?’*. Leiden: Brill, 2005.
- LÖWY, Michael. *De la Grande Logique de Hegel à la gare de Finlande à Petrograd*. Paris: Anthropos, 1971. [LÖWY, Michael. “Da grande lógica de Hegel à estação finlandesa de Petrogrado”. In: LÖWY, Michael. *Método dialético e teoria e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978].
- LUXEMBURGO, Rosa. *A revolução russa*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2017.
- MANDEL, Ernest. *Critique de l’eurocomunisme*. Paris: Maspero, 1978. [MANDEL, Ernest. *Crítica do eurocomunismo*. Lisboa: Antídoto, 1978]
- MARX, K.; ENGELS, F. *Collected works*, Volume 38, 1844–51, Letters, London: Lawrence and Wishart, 1982.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Collected works*, Volume 41, 1860–64, Letters, London: Lawrence and Wishart, 1985.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Collected works*, Volume 46, 1880–83, Letters, London: Lawrence and Wishart, 1992.
- NEUBERG, Hans. *L’Insurrection armée*. Paris: Maspero, 1970 [1931].
- ORTEGA, Humberto. “Nicaragua: the strategy of victory, interview conducted by Martha Harnecker”. In: BORGE, Tomás *et al.*, *Sandinistas speak*. New York: Pathfinder Press, 1982.

- PANNEKOEK, Anton. "Action de masse et révolution", *La Voie occidentale*, 1912. [PANNEKOEK, Anton. "Massenaktion und Revolution", *Die Neue Zeit*, 30. Jahrgang, 2. Band: 541–550, 585–593, 609–616, 1911–1912].
- PANNEKOEK, Anton. "Marxist theory and revolutionary tactics", *In: SMART, D. A. Pannekoek and Gorter's Marxism*. London: Pluto Press, 1978.
- RAGONIERI, Ernesto. "Le programme de l'Internationale Communiste", *Cahiers d'Histoire de l'Institut Maurice Thorez*, 22: 8–52, 1977.
- SAWER, Marian. "The genesis of State and Revolution", *Socialist register 1977*, Londres: Merlin Press, 1977.
- TRÓTSKI, Leon. "Terrorisme et communisme", *UGE 10/18*, 1963. [TRÓTSKI, Leon. *Terrorismo e comunismo: uma resposta a Karl Kautsky*. São Paulo: Lavra Palavra, 2023].
- TRÓTSKI, Leon. "The lessons of October", *In: The essential Trotsky*. Londres: Allen & Unwin, 1963 [1924]. [TRÓTSKI, Leon. *As lições de outubro*. Lisboa: Antídoto, 1979].
- TRÓTSKI, Leon. *A revolução de outubro*. São Paulo: Boitempo, Edições Iskra, 2006.
- TRÓTSKI, Leon. *La révolution trahie*, 1965 [1937]. [TRÓTSKI, Leon. *A revolução traída: o que é e para onde vai a URSS?*. São Paulo: Sundermann, 2020].
- TRÓTSKI, Leon. *L'Internationale communiste après Lénine*. Paris: PUF, 1970. [TRÓTSKI, Leon. *Stálin, o grande organizador de derrotas: a Internacional Comunista depois de Lênin*. São Paulo: Iskra, 2020].
- TRÓTSKI, Leon. "Discussion sur le Programme de transition", *Classique rouge*, n. 11, Paris: Maspero, 1972. [TRÓTSKI, Leon. "(Discussions with Leon Trotsky) On the Transitional Program", *In: The Transitional Program for Socialist Revolution*. New York: Pathfinder Press, 1974].
- TRÓTSKI, Leon. *Nos tâches politiques*, 1904. [TRÓTSKI, Leon. *Our political tasks*. London: New Park Publications, 1979 [1904]].

Texto traduzido sob encomenda da Equipe Editorial

# **História, política e Direito no tempo da *Gazeta Renana***

*History, politics and Law in the time of Renish Gazette*

**Vitor Bartoletti Sartori\***

## **Resumo**

Analisaremos a centralidade do Direito na *Gazeta Renana*. Intentamos demonstrar que, por mais que Marx se refira diversas vezes ao Direito, aquilo que vem a ter maior proeminência no periódico é a política. Essa é compreendida em sua correlação com o desenvolvimento histórico do gênero humano, expresso no que o autor alemão chama de Estado racional, reconhecido nos direitos humanos. Com isso, não é possível afirmar, como quer Márcio Naves, maior especialista na crítica marxista ao Direito, que Marx seria um jusnaturalista no tempo da *Gazeta Renana*.

**Palavras-chave:** Marx; *Gazeta Renana*; gênero humano; história; política

## **Abstract**

We will analyze the centrality of Law in the *Renish Gazette*. We intend to show that, even though Marx refers several times to Law, what comes to have greater prominence in the newspaper is Politics. This is understood in its relationship with the historical development of humankind, which would be expressed in what the German author calls the rational State and is recognized in human rights. With that, it is not possible to affirm, as Márcio Naves, the greatest specialist in the Marxist critique of Law, suggests, that Marx defends some sort of natural law at the time of *Renish Gazette*.

**Keywords:** Marx; *Renish Gazette*; humankind; history; politics

---

\* Professor da UFMG, doutor em filosofia e teoria geral do Direito. E-mail: vitorbsartori@gmail.com.

## Introdução

O ano de 1842 é muito importante no itinerário teórico de Karl Marx. Como o próprio autor viria a relatar posteriormente sobre si mesmo, em 1859, no famoso prefácio à *Contribuição para a crítica da economia política*: foi na *Gazeta Renana*, nesse ano, que, em embates sobre livre-câmbio e protecionismo, “encontrei-me, pela primeira vez, na embaraçosa obrigação de ter que opinar sobre os chamados interesses materiais” (Marx, 2009, p. 46). Ou seja, um elemento essencial para todo o pensamento marxiano – os interesses materiais – já aparece no tempo do periódico do qual foi editor. Um fato, porém, é que, na época, ele ainda não dispunha de qualquer rudimento de uma crítica da economia política e, assim, acabava por opinar sobre os interesses materiais sem compreendê-los em sua especificidade econômica. Assim, outras dimensões ganham a dianteira na época e acabam por ser proeminentes nos artigos do periódico.

A rigor, portanto, Marx já se encontra opinando sobre o solo em que permaneceria durante toda a vida, aquele que envolve a “a anatomia da sociedade [civil]-burguesa” e que, como ficaria claro depois, “deve ser procurada na economia política” (Marx, 2009, p. 47). A peculiaridade, porém, é que, no tempo da *Gazeta Renana*, ele ainda não domina a economia política, ou crítica a essa. E, com isso, o autor não tem bases sólidas para tratar do objeto que se lhe impõe. Esses dois aspectos, ligados às relações materiais e aos interesses materiais, em verdade, apareceriam de modo contundente em sua obra somente em 1844, nos chamados *Manuscritos econômico-filosóficos* (Marx, 2004a), embora o contato com o texto engelsiano *Esboço para uma crítica da economia política* (Engels, 2020), de final de 1843, um pouco anterior aos manuscritos de Marx, tenha sido um divisor de águas para o pensamento marxiano<sup>1</sup>. Marx (2009, p. 49), inclusive, não cansa de mencionar o “genial esboço das categorias econômicas” de Engels. Ou seja, a análise das determinações gerais da *Gazeta Renana*, a que nos propomos aqui, não é fácil. E demanda a compreensão do pensamento de Marx em um momento em que seu processo formativo ainda não está sequer no solo materialista.

Tal tarefa passa pela apreensão de um pensamento que está em meio a sua gênese e que se encontra no meio do caminho para aquilo que José Chasin (2009) chamou de pensamento propriamente marxiano. Trata-se, assim, de ver como Karl Marx lida

---

<sup>1</sup> José Paulo Netto destaca que que Marx, já em 1844, pretende escrever uma crítica da economia política, muito influenciada pelo Esboço de Engels e pelas leituras sobre o tema que Marx realizou. Diz o pensador brasileiro que “a obra – para a qual Marx chegou a firmar [...] um contrato editorial – reuniria parte de sua *Crítica à filosofia do Direito de Hegel – introdução e extratos de seus Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*” (Netto, 2020b, p. 44). Em 20 de janeiro de 1845, Engels diz a Marx em uma carta: “disponha-te a terminar teu livro sobre economia política; pouco importa que muitas páginas não te satisfaçam: os espíritos estão maduros e temos que golpear o ferro agora que ele se apresenta em brasa” (Marx & Engels, 2020, p. 44). Em 1846, em uma carta a Leske, Marx afirma que Joseph Arnold Weymeyer “praticamente garantiu a publicação da minha crítica da economia” (Marx & Engels, 2020, p. 48). Como se sabe, tal livro não chegou a ser publicado e o projeto marxiano vai tomando forma paulatinamente, passando pela *Miséria da filosofia* (2004b) e ganhando maturidade daí para frente, tendo-se destaque os *Grundrisse* (2011), *O capital* (1996a, 1996b, 1987, 1986a, 1986b) e as *Teorias do mais-valor* (1980). Para uma análise geral dos projetos da crítica à economia política em Marx, cf. De Deus (2014b); Rosdolsky (2001); Volgraff (2018).

com a moderna sociedade civil-burguesa anteriormente às suas descobertas posteriores, que redundariam em sua crítica à política, à especulação e à economia política. (Chasin, 2009). Em meio a essa sociedade, coloca-se o desenvolvimento do Estado moderno, que também é tematizado pelo autor nos artigos do periódico e que se encontrava marcado por diversas feudalidades (Marx, 1998) no caso da Alemanha e, em especial, da Prússia<sup>2</sup>. Outra dificuldade ao se tratar dos textos da *Gazeta Renana* está no caráter, de certo modo, circunstancial e localizado dos textos. Isso certamente é típico de textos jornalísticos, mas essa característica se coloca de modo contundente na época, em que o desenvolvimento europeu é bastante desigual<sup>3</sup>.

Aqui, a partir daquilo que José Chasin chamou de análise imanente<sup>4</sup>, pretendemos explicitar as determinações gerais dos fundamentos filosóficos de Marx em 1842. Fazemos isso passando por suas relações com a generidade, com o Direito, com o Estado e com a especificidade do desenvolvimento alemão da época. Intentamos demonstrar a ligação desses temas com a posição marxiana sobre os direitos humanos à época. Temos como objetivo tratar somente do aspecto ligado ao modo pelo qual a arquitetura categorial marxiana se sustenta nesse momento. Buscaremos, assim, debater com uma posição forte na crítica marxista ao Direito, aquela segundo a qual se tem na *Gazeta Renana*, em verdade, um “conjunto de argumentos de fundo jusnaturalista” (Naves, 2014, p. 17). Se isso é verdade, o processo de formação marxiana tem como *télos* superar a ilusão jurídica, bem como a concepção jurídica, e a crítica ao Direito é uma espécie de pedra de toque no entendimento do pensamento de Marx e, no limite, no próprio marxismo.

### 1. A importância do Direito na *Gazeta Renana*: um movimento dúbio

Márcio Naves, maior nome da crítica marxista ao Direito brasileira, diz sobre a *Gazeta Renana* que lá “Marx sustenta uma posição jusnaturalista e liberal radical” (Naves, 2014, p. 17). Nesse sentido, haveria no autor alemão “o conjunto de argumentos de fundo jusnaturalista que dão suporte a um programa de defesa do Estado de Direito” (Naves, 2014, p. 17). De acordo com o filósofo althusseriano (e pachukaniano), Marx,

<sup>2</sup> Sobre a situação alemã na época, é extensa a bibliografia. Para que mencionemos estudos clássicos, vale destacar *A destruição da Razão*, de Lukács (2020) bem como *Razão e revolução* de Herbert Marcuse (2004). Para bibliografia nacional, cf. Chasin (2009); De Deus (2014a); Netto (2020a); Löwy (2002).

<sup>3</sup> Esse caráter desigual do desenvolvimento europeu ainda será tratado de modo muito detido por Marx. Isso se dá, principalmente, em meio às revoluções de 1848 – abordadas justamente na *Nova Gazeta Renana*, em 1848-49 – e ao modo pelo qual cada país passa pelas revoluções do tipo europeu (Marx, 2020) de modo distinto. Para uma análise sobre o assunto, cf. Sartori (2022); Sales (2018).

<sup>4</sup> Como diz Chasin sobre a análise imanente: “tal análise, no melhor da tradição reflexiva, encara o texto – a formação ideal – em sua consistência autossignificativa, aí compreendida toda a grade de vetores que o conformam, tanto positivos como negativos: o conjunto de suas afirmações, conexões e suficiências, como as eventuais lacunas e incongruências que o perfaçam. Configuração esta que em si é autônoma em relação aos modos pelos quais é encarada, de frente ou por vieses, iluminada ou obscurecida no movimento de produção do para-nós que é elaborado pelo investigador, já que, no extremo e por absurdo, mesmo se todo o observador fosse incapaz de entender o sentido das coisas e dos textos, os nexos ou significados destes não deixariam, por isso, de existir [...]” (Chasin, 2009, p. 26).

em verdade, teria por central o Direito nesse momento. Sua posição seria, essencialmente, jusnaturalista e, com isso, o movimento rumo à maturidade de Marx traria uma superação do jusnaturalismo e do liberalismo como algo central.

De acordo com Naves, portanto, no tempo da *Gazeta Renana*, os argumentos jusnaturalistas que dariam uma base e um fundamento à posição marxiana diante do Estado e da sociedade. Naves ainda insiste, nesse sentido, que “Marx foi, de fato, adepto do jusnaturalismo e, com base nele, sustentava todo um conjunto de reivindicações políticas democrático-radicalis contra o Estado prussiano”. Com isso, continua o professor da Unicamp, “seus textos apoiam-se em uma teoria racionalista do Estado em que se tem por finalidade a realização da liberdade” (Naves, 2014, p. 18). Ou seja, a posição, por assim dizer, “canônica” na crítica marxista ao Direito no Brasil é aquela segundo a qual o jusnaturalismo de Marx toma a dianteira em 1842. Isso ocorreria ao passo que as próprias reivindicações políticas de Marx estariam subordinadas à sua visão sobre o Direito, à sua concepção jurídica. No caso, essa concepção seria aquela de uma teoria racionalista e jusnaturalista do Estado, a qual faria frente à situação alemã marcada pelo atraso e pelo privilégio em nome da defesa do Estado de Direito (Naves, 2014).

Aqui, portanto, há de se ver se esse posicionamento é confirmado pelos textos marxianos. Isso se dá, inclusive, ao passo que certa centralidade do Direito seria decisiva nos artigos da *Gazeta Renana*. E é preciso dizer: as referências aos direitos e ao Direito são realmente muitas nesses textos (Pereira Neto, 2018). Há também uma ênfase bastante grande na racionalidade do Estado (Eidt, 1998). E esses fatos certamente acabam por trazer ainda mais credibilidade à posição do filósofo althusseriano.

Porém, é necessário observar com cuidado a afirmação de Márcio Bilharinho Naves, que traz o Direito ao centro da cena marxiana em 1842. Há de se analisar até que ponto, por exemplo, a política tem importância proeminente nesse momento da obra de Marx.

Que as credenciais do autor de *A questão do Direito em Marx* sejam as melhores, não há dúvidas. Ele é responsável pelos estudos mais sérios sobre Pachukanis, aquele que ainda figura como principal autor da crítica marxista ao Direito (Naves, 2000). Porém, não é possível deixar de notar que as poucas linhas que dedica à *Gazeta Renana* – que é tratada conjuntamente com os textos dos *Anais franco-prussianos* na esteira da classificação de Althusser da obra de Marx<sup>5</sup> – são sintéticas e bastante categóricas sobre certa centralidade do Direito. Nesse sentido, precisamos analisar com calma essa ênfase na concepção jurídica e no jusnaturalismo, para Naves, essenciais aos textos da *Gazeta Renana*. Até mesmo porque o autor que dá fundamento filosófico à leitura de Naves sobre Marx, Althusser, não traz tal ênfase na ilusão jurídica e na concepção jurídica que permearia o pensamento do “jovem Marx”. Ou seja, estamos diante de uma inovação na leitura de Marx, a qual foi vista como, sobretudo, filosófica, em oposição ao Direito (Xifaras, 2002). Naves, assim, de certo modo, atribui o idealismo de Marx à sua posição marcada pela ilusão jurídica, pelo liberalismo e pelo jusnaturalismo.

<sup>5</sup> Para que sejamos mais precisos, tem-se, de acordo com Althusser (2015, p. 25): “1840-1844: obras de juventude. 1845: obras de corte. 1845-1857: obras de maturação. 1857-1883: obras de maturidade. O período das obras de juventude de Marx (1840-1845), ou seja, de suas obras ideológicas, pode também ser dividido em dois momentos: a) o momento racionalista-liberal dos artigos da *Gazeta Renana* (até 1842), b) o momento racionalista comunitário dos anos 1842-1845”.

## 2. Direito, história, política e gênero humano na *Gazeta Renana*

Ao se deparar com essa inovação de Naves, primeiramente, é preciso apontar que, em uma primeira visada, certamente, o Direito parece ser fundante na posição de Marx no tempo da *Gazeta Renana*. As referências a ele talvez sejam mais numerosas que em qualquer outro momento da obra marxiana (Pereira Neto, 2018). Na *Gazeta Renana*, de 1842, efetivamente, o Direito parece ser um centro organizador.

Isso se dá não só porque há muitas referências à relação entre liberdade e direito universal, ou à oposição entre Direito e privilégio. Em grande parte, a partir da relação opositiva entre a animalidade feudal e o caráter humano e genérico que é possibilitado na sociedade moderna, isso vem se delineando e traz consigo a noção de direitos humanos.

Porém, é preciso ver mais de perto a questão, buscando compreender a razão das seguidas remissões de Marx ao Direito, bem como a fundamentação marxiana nessas menções. Naves fala do “conjunto de argumentos de fundo jusnaturalista” (Naves, 2014, p. 17). E há de se observar se o fundo da argumentação marxiana é efetivamente esse.

Para tratar da oposição entre Direito e privilégio, diz Marx que “o feudalismo, em sentido lato, é o reino espiritual animal, o mundo da humanidade dividida em oposição ao mundo da humanidade diferenciada, cuja desigualdade nada mais é do que a difração da igualdade” (Marx, 1998, p. 258). Já no tempo da *Gazeta Renana*, a historicidade – que não teve um papel central em autores como Feuerbach, que também utilizaram a noção de gênero humano (Engels, 1982; Marx & Engels, 2007) – mostra-se como fundamental à análise marxiana. Nesse sentido, a oposição entre o feudalismo e a sociedade moderna ganha um espaço grande no argumento de Marx. Isso se dá, inclusive, com a diferenciação entre o feudalismo em sentido lato e o feudalismo que se manifesta de modo mais específico<sup>6</sup>. Para os fins marxianos da passagem, porém, destaca-se que o feudalismo (em ambos os sentidos) não teria propriamente a humanidade colocada em um só gênero. Por isso, não poderia trazer a universalidade do Direito. Há, dessa maneira, uma impossibilidade de uma espécie de Direito universal porque a universalidade do gênero humano, um fruto do processo histórico, ainda não está posta no feudalismo.

No reino animal do espírito (entendido aqui como pertencente ao feudalismo e não à sociedade civil-burguesa, como em Hegel)<sup>7</sup>, os homens estariam relacionados

---

<sup>6</sup> Aqui não podemos tratar da questão, mas podemos dizer que há uma rejeição de qualquer uniformização abstrata das formações sociais já no tempo da *Gazeta Renana*.

<sup>7</sup> Tal aspecto é essencial para a análise dos textos da *Gazeta Renana*, pois, nesse momento, Marx opina sobre os interesses materiais sem ver o caráter inelutavelmente conflituoso da sociedade civil-burguesa. Por isso, parece ser possível resolver a oposição entre sociedade civil-burguesa e Estado na figura de um Estado racional. Em relação a sua posição frente a Hegel, há de se notar que, explicitamente, Marx não adota as posições hegelianas, trazendo, desde 1841, “uma posição de reflexão” (Marx, 1972, p. 158) diante de Hegel e do sistema hegeliano. Ou seja, por mais que se utilize de categorias do pensamento hegeliano, ele destaca que Hegel “estava em uma relação imediata e substancial com seu sistema” e ainda destaca que seria possível perceber como que tal posição do autor da Fenomenologia redundava “numa insuficiência ou numa consciência insuficiente do princípio de que parte” (Marx, 1972, p. 158).

quase que como animais, incapazes de conviver com as diferentes espécies de animais trazendo uma ligação imediata e aviltante estabelecida pelo gênero (no caso, o gênero “animal” em oposição ao “humano”). E, no texto, há uma ligação entre os privilégios, a feudalidade e esse aspecto animal de um lado e o gênero humano, o Estado racional e os direitos humanos doutro. Vemos, portanto, que o Direito certamente aparece aqui. Porém, a malha categorial que o permeia parece ser de grande importância, não sendo possível tratar da posição de Marx quanto ao Direito sem tratar de todas essas categorias. Tal evolução entre o elemento animal da feudalidade e o aspecto humano ganha centralidade. No que é preciso olhar tais relações trazidas na *Gazeta Renana* com cuidado.

Um primeiro aspecto a se ressaltar é que há uma historicidade específica no gênero humano trazido por Marx. Só com a sociedade moderna é que ele aparece como uma realidade; ou seja, nesse sentido específico, há uma relação importante das categorias marxianas com a história. E é preciso dizer: isso vai no sentido oposto ao que se conforma na ilusão e na concepção jurídicas, trazidas por Naves (2014) em sua análise de Marx.

Se o gênero humano, em oposição ao que se dá nos animais, pode ser destacado, isso ocorre porque no processo de desenvolvimento histórico é superada uma situação típica “do período no qual a história da humanidade fazia parte da história natural” (Marx, 1998, p. 258). Ou seja, esse processo histórico destacado por Marx não pode ser desconsiderado nos textos da *Gazeta Renana*. Em verdade, ele é suposto para que se possa dar destaque tanto a algo como o Estado racional quanto à universalidade do Direito.

E mais: a ênfase na história da humanidade e na conformação do gênero humano somente em meio ao processo de desenvolvimento do mundo moderno parece distanciar-se de qualquer forma de jusnaturalismo, o qual toma as determinações do gênero humano como um elemento ligado à natureza, à razão, ou a qualquer instância vista de modo a-histórico. A argumentação marxiana, assim, é histórica e traz argumentos relacionados à necessidade de superação “do período no qual a história da humanidade fazia parte da história natural” (Marx, 1998, p. 258), aquele que ele caracteriza como feudal.

Já na *Gazeta Renana*, Marx destaca que as possibilidades que emergem modernamente trariam a potencialidade de a desigualdade não significar compartimentação e isolamento dos homens entre si, mas uma unidade colocada no gênero humano em ligação harmônica com a individualidade. Nesse sentido, ao contrário do jusnaturalismo moderno, o homem já é tomado aqui como um ser social, e não como um átomo; em verdade, pode-se dizer que a sociabilidade se transforma historicamente.

Individualidade e gênero humano, assim, aparecem como determinações reflexivas desenvolvidas no devir da história. Isso ocorreria na medida em que, no feudalismo, haveria uma similitude entre esse isolamento dos diferentes e aquele que ocorre nas espécies de animais: “a única igualdade que emerge da efetiva vida dos animais é a igualdade do animal com os outros da mesma espécie, a igualdade de determinada espécie consigo mesma”, no que continua Marx, “porém não a igualdade do gênero animal” (Marx, 1998, p. 258). Ou seja, tem-se o destaque do caráter histórico do desenvolvimento da relação humano genérica, que supera a situação que se coloca na vida dos animais e traz, cada vez mais, determinações inerentes à vida propriamente humana.

E, com isso, novamente há oposição à concepção a-histórica de gênero humano como algo simplesmente dado, inclusive à posição trazida por um autor bastante admirado na época por Marx, Feuerbach. Em Marx, as possibilidades humano genéricas são, já em 1842, um fruto do processo de desenvolvimento histórico, no caso, ligado a uma sociabilidade moderna— depois, já em 1843 e 1844, com *Sobre a questão judaica* (Marx, 2010a), com as *Glossas marginais* (Marx, 2010b), bem como com os *Manuscritos* (Marx, 2004a) e *A sagrada família* (Marx & Engels, 2003), claramente caracterizada como burguesa. Antes que se tenha qualquer mal-entendido, é preciso destacar, porém: o autor alemão ainda não capta as oposições classistas que marcam a sociedade civil-burguesa, de modo que aparece como um defensor do Estado moderno (Estado racional, na dicção da *Gazeta Renana*) e do Direito universal, do Direito humano, contra o privilégio e a feudalidade. Ou seja, no lugar da crítica da política, da especulação e da economia política, há uma concepção ontopositiva sobre a política e a centralidade do Estado racional (Eidt, 1998). Mesmo com uma concepção que tem a história por central, em 1842, não há uma crítica à política que propicie a análise reta do solo social.

Ou seja, pelo que vemos, a posição de Marx sobre o Direito depende dessa visão sobre o processo histórico, marcado pela oposição ao reino animal do espírito feudal, e pela defesa do momento em que o gênero humano se coloca em uma relação de igualdade na diferença: “o mundo da humanidade diferenciada, cuja desigualdade nada mais é do que a difração da igualdade” (Marx, 1998, p. 258). Esse mundo seria aquele que demandaria uma posição sobre o Estado e sobre a política em geral, por sua vez.

Isso ocorre até mesmo porque a defesa marxiana dos direitos se relaciona necessariamente ao Estado e à preponderância do Estado sobre a sociedade civil-burguesa. Como diz o autor sobre o assunto: “o direito do cidadão individual é uma tolice, se o direito do Estado não é reconhecido” (Marx, 1998, p. 219). A defesa do caráter universal do Direito em oposição ao privilégio se coloca subordinada à visão segundo a qual o Estado é capaz de reconciliar as oposições que se colocam na sociedade. E, com isso, tanto a história quanto a política parecem ter uma importância decisiva em relação à esfera jurídica; o Direito, em verdade, reconhece, mesmo que de modo profundamente mediado, aquilo que se coloca no plano histórico e político. Também nesse sentido, é preciso dizer que a visão de Naves sobre o tema precisa, no mínimo, de complementos, bem como de ressalvas. Se o autor brasileiro aponta com razão como o Direito é valorizado no tempo da *Gazeta Renana*, há certa pressa ao apontar certa centralidade do Direito, bem como uma visão jusnaturalista no autor alemão. Antes, como notamos, a política e o processo histórico de desenvolvimento do gênero humano é que têm destaque.

Marx está procurando compreender o processo histórico que redundava no presente, em que, na Alemanha, a oposição entre Direito e privilégio se mostra com toda a força.

É verdade que nesse momento a concepção de formação social é estranha a Marx ainda, de modo que ele fala somente de feudalismo em sentido amplo e em sentido estrito. O autor alemão considera tanto países que fariam parte do que posteriormente chamaria de modo asiático de produção, como a Índia e o Egito, quanto dos países europeus, mais propriamente ligados ao feudalismo. Na feudalidade, os indivíduos, por vezes, relacionam-se com seus semelhantes de modo harmônico, mas não com

aqueles que, mesmo diferentes, fariam parte do mesmo gênero. A harmonia estaria restrita à pequenas comunidades ou raças, por exemplo. E, assim, ter-se-ia o reino animal do espírito. Ele se caracterizaria por essa forma de oposição entre os diferentes, trazendo consigo uma espécie de Direito que Marx não tardará a chamar de direito animal e que, se ainda vigente, como no caso da Alemanha, precisaria ser superado em nome do Direito humano.

Note-se que o Direito aparece realmente como uma espécie de elo importante quando se trata de distinguir entre o reino animal do espírito e o momento em que o gênero humano pode aparecer de modo explícito e eivado pela liberdade. Nesse sentido, Marx fala sobre o feudalismo que: ali, a liberdade não teria vez, em oposição ao que se dá com o Direito humano que é propiciado pela efetivação da sociedade moderna, do Estado racional e do gênero humano. De um lado, o autor aponta a existência da desigualdade reconhecida na lei; doutro, a universalidade da liberdade colocada no patamar de Direito humano por meio do Estado racional, que traz consigo os direitos humanos.

Há de se notar que, ao contrário do que acontece no jusnaturalismo (identificado por Naves como parte da concepção marxiana na época), a abordagem histórica dá a tônica. Mesmo que o autor alemão traga uma concepção idealista de história e de política, isso não faz imediatamente com que traga a forma idealista da concepção jurídica e da ilusão jurídica como o centro de seu pensamento. Como notamos, a posição de Marx sobre a história, bem como sobre a política, é que se destacam, mesmo ao tratar do Direito. Que a *Gazeta Renana* tenha uma concepção idealista sobre o Direito é verdade (Pereira Neto, 2018). Porém, o central na conformação dessa concepção está no posicionamento sobre a história e a política, do desenvolvimento do gênero humano e do Estado racional; são eles que se destacam e que dão base àquilo que é trazido sobre a esfera jurídica.

Veja-se o que diz Marx sobre a feudalidade na *Gazeta Renana*:

A humanidade aparecia despedaçada em determinadas raças animais, cuja relação não era a igualdade mas a desigualdade, uma desigualdade fixada por leis. O mundo da não-liberdade comporta direitos da não-liberdade. Enquanto o direito humano é a existência da liberdade, o direito animal é a existência da não-liberdade (Marx, 1998, p. 258).

A processualidade da conformação do gênero humano, já em 1842, é de enorme relevo para Marx, como mencionado. E um dos índices de maturação desse processo se coloca na oposição entre a animalidade e o gênero humano, manifesto na contraposição entre direito animal e direito humano. A generidade não é algo dado ao homem, mas um fruto de sua história, em que se supera a separação e a contraposição que existe nas raças animais. E mais: somente em meio a esses destaques é que o autor estipula que a atividade humana precisaria estar marcada pelo Direito, e não mais pelo privilégio. Enquanto o primeiro representa o Direito humano e, de modo mais específico, os direitos humanos, o segundo traz consigo o Direito animal, ligado à oposição entre os diferentes e à perpetuação dessa oposição. De acordo com a posição defendida na *Gazeta Renana*, na Alemanha, a rigor, a liberdade não teria espaço, ao contrário do que poderia ocorrer noutros lugares. Marx, desse modo, fala do atraso alemão identificando figuras específicas e criticáveis do Direito; porém, o central aqui não está na oposição

entre um Direito posto e um direito não posto, como no jusnaturalismo. A ênfase marxiana está na superação do mundo da não-liberdade, identificado com a feudalidade, com o reino animal do espírito. Ou seja, é necessário que se apreenda o processo histórico de emergência universal da liberdade ao gênero humano, processo esse que é somente reconhecido, e não criado, pelo Direito humano. Mesmo na *Gazeta Renana*, o Direito é muito mais o fruto do reconhecimento do desenvolvimento histórico e político do que algo que dá base e fundamentação ao pensamento marxiano<sup>8</sup>. E, também nesse sentido, não podemos, de modo algum, concordar com a posição de Márcio Naves, que, ao fim, traz a fundamentação da posição marxiana no jusnaturalismo e na concepção jurídica.

Na época, e na Alemanha em específico, de acordo com Marx, há a possibilidade, e não a necessidade, da vigência dos direitos humanos. Na Alemanha, tratada na *Gazeta Renana*, o Estado não se colocaria como um Estado racional (Eidt, 1998), nem o Direito estaria amparado por direitos humanos e pela correspondência ao momento do presente marcado pela superação da feudalidade pela igualdade do gênero; antes, ter-se-ia os privilégios e a vigência do reino animal do espírito, mesmo que isso se desse, por vezes, com uma veste legal das leis positivas. No que se tem um ponto importante: seria essa oposição a essa veste legal um elemento do mencionado jusnaturalismo de Marx?

Marx fala, inclusive da possibilidade de se contrapor ao direito legal, o qual não necessariamente traria consigo um conteúdo ligado ao grau de desenvolvimento humano genérico, mas à animalidade feudal. O Direito que defende Marx na *Gazeta Renana* é aquele que corresponde à superação da feudalidade, do mundo da não liberdade. Ele diz que “o mundo da não-liberdade comporta direitos da não-liberdade” (Marx, 1998, p. 258). Com isso, ele está trazendo como algo central o conteúdo que é reconhecido no Direito, conteúdo esse que remete à oposição entre desenvolvimento humano genérico e o reino animal do espírito, em que a diversidade necessariamente traria desigualdade. Marx não se contrapõe aos direitos da não-liberdade porque traz um conceito de Direito pressuposto, como no jusnaturalismo. Antes, ele tem um juízo sobre esses direitos essencialmente ligado à história e a crítica ao momento dessa em que “a humanidade aparecia despedaçada em determinadas raças animais, cuja relação não era a igualdade mas a desigualdade, uma desigualdade fixada por leis” (Marx, 1998, p. 258).

O autor alemão se opõe às leis positivas da Alemanha porque ali prospera a desigualdade oriunda do não-reconhecimento da generidade que emerge como possibilidade na sociedade moderna. O desenvolvimento real e efetivo do gênero humano é que está subjacente aqui. E o que Marx demanda é que emergja um Estado racional (e não tanto um Estado de Direito como quer Naves) em oposição às instituições que não fossem verdadeiramente políticas e que não tivessem consigo o espírito público, mas o puro interesse. Ele fala que “uma assembleia verdadeiramente política só prospera sob a grande égide do espírito público, assim como a vida só se desenvolve ao ar livre” (Marx, 1998, p. 200). E, com isso, há uma subordinação da produção jurídica das leis às instituições políticas racionais e ao modo pelo qual elas se colocam em meio ao desenvolvimento histórico do gênero humano. Sob pena de sermos repetitivos, vale destacar:

<sup>8</sup> Sobre a importância da categoria “reconhecimento” na *Gazeta Renana*, cf. Pereira Neto (2018).

o central aqui é a correlação entre a história, o gênero humano e o Estado racional. Somente com essa concatenação é que seria possível uma contraposição entre o Direito (por vezes qualificado de racional) e o privilégio, recorrente na *Gazeta Renana*.

Ao tratar do caso do furto da madeira, ligado à propriedade fundiária da nobreza, Marx diz tratar-se do momento “quando os privilegiados pelo direito legal apelam ao próprio direito consuetudinário, querem impor, em vez do conteúdo humano, a forma bestial do direito, que agora é degradado à mera máscara animalesca” (Marx, 1998, p. 258). Na Alemanha, portanto, ter-se-ia uma não correspondência com a generidade humana, desenvolvida modernamente, ao passo que o país parecia ainda marcado pela feudalidade e, no limite, pelo apego ao “período no qual a história da humanidade fazia parte da história natural” (Marx, 1998, p. 258). Ou seja, a superação da própria animalidade ainda não teria se dado e a lida com a diferença seria muito próxima daquela dos animais. O Direito alemão, desse modo, reconheceria a animalidade, e não o gênero humano; ele seria, em verdade, uma mera veste legal, que traria à tona o privilégio.

Nos artigos marxianos, assim, a contraposição à forma bestial do Direito, bem como aos direitos da não-liberdade, tem por base a maturação do gênero humano, que apareceria tanto no caráter universal da liberdade do Direito quanto teria por fundamento um Estado capaz de reconhecer tais direitos humanos, o Estado racional. Marx, com isso, critica a organização política alemã ao tratar dos direitos e dos privilégios. Ele, inclusive, ataca frontalmente a assembleia (que não seria verdadeiramente política) que traz tais legislações que se opõem ao conteúdo humano do Direito e acabam por trazer tanto um conteúdo quanto uma forma bestial e animalesca. Não só a história, mas também a política subordina o Direito. E tudo isso se dá tratando da especificidade alemã da época.

Ao criticar a censura vigente na Alemanha da época, diz o autor, como já mencionamos, que “uma assembleia verdadeiramente política só prospera sob a grande égide do espírito público, assim como a vida só se desenvolve ao ar livre” (Marx, 1998, p. 200). A ênfase de Marx, aqui, não está no conteúdo ou na forma das leis, mas naquela assembleia que pode promulgar as leis. Ela, no caso, precisaria de uma adjetivação essencial: ela precisaria ser “verdadeiramente política” (Marx, 1998, p. 200) de modo a poder, com isso, reconhecer o processo de desenvolvimento humano genérico, que emerge somente na sociedade moderna e encontra seu *locus* no Estado racional. Tal qual o gênero humano, a política aparece no sentido forte somente nessa sociedade; a política, em verdade, ganha uma força muito grande no texto marxiano nesse momento.

A ênfase de Marx no Direito advém do processo político por que passa a Alemanha. Ainda sobre o tema, nesse ímpeto, ele diz que “a censura mata o espírito do Estado” (Marx, 1998, p. 215). O centro da questão, portanto, está no Estado, inclusive ao passo que ele se colocaria como uma espécie de refém de um governo específico: “no país da censura, é verdade, o Estado não tem liberdade de imprensa, mas um segmento a tem, o governo” (Marx, 1998, p. 203). Tal situação seria aquela em que prospera o puro interesse, ligado por Marx à animalidade à medida que, de acordo com o autor, “o interesse é por sua natureza cego, desmedido, unilateral, numa palavra, instinto natural sem lei” (Marx, 1998, p. 285). Na Alemanha, portanto, ter-se-ia o privilégio, e não o Direito porque ainda se tem o apego ao reino animal do espírito, à feudalidade. Com isso,

não se tem uma assembleia verdadeiramente política, nem um espírito público vigente. O espírito do Estado estaria morto e o Estado racional não seria uma realidade, tendo-se a arbitrariedade do governo colocada na forma do interesse, o qual, por seu turno, aparece claramente ligado à animalidade, e não ao gênero humano marcado pela igualdade.

A referência de Marx ao instinto natural sem lei, inclusive, coloca-se, não tanto ao se destacar o sentido jurídico da lei, mas ao trazer a contraposição entre a necessidade histórica do desenvolvimento do gênero humano, reconhecida na forma de lei, e a unilateralidade e o arbítrio. Ao tratar da liberdade – que Marx relaciona com o Direito –, tem-se justamente o reconhecimento dessa situação histórica e política que mencionamos, de modo que a superação do instinto, da animalidade, da feudalidade e do reino animal do espírito ganham destaque. É, inclusive, interessante destacar que não há na *Gazeta Renana* um conceito de liberdade pronto e unitário, como acontece geralmente nas diversas formas de jusnaturalismo. A relação da liberdade com o Direito seria clara; porém ela poderia aparecer seja no “mundo da não-liberdade” (Marx, 1998, p. 258) expresso e reconhecido no Direito animal, seja na conformação plena do gênero humano, reconhecido no Direito humano e amparada no Estado racional. Como já mencionado “enquanto o direito humano é a existência da liberdade, o direito animal é a existência da não-liberdade” (Marx, 1998, p. 258). Em um momento, tem-se o instinto natural sem lei; noutro, aparece como possibilidade e necessidade a superação da situação em que “a história da humanidade fazia parte da história natural” (Marx, 1998, p. 258).

Marx diz ainda sobre a liberdade que “ninguém combate a liberdade, no máximo, combate a liberdade dos outros. Todas as formas de liberdade, portanto, tem existido sempre, uma vez como privilégio particular, outra como direito universal” (Marx, 1998, p. 204). A ligação entre liberdade e Direito fica clara aqui. Porém, também há figuras específicas da liberdade trazidas à tona pelo autor; numa delas, tem-se o privilégio particular, ligado ao interesse e, como vimos, a uma espécie de Direito animal. Contraditoriamente, e ligada a um momento da história que já pode ser ultrapassado, tem-se a liberdade colocada como não-liberdade nesse caso. Tem-se, de outro lado, o Direito universal, correspondente ao desenvolvimento do gênero humano, que reconhece a igualdade (bem como a difração da igualdade na figura da desigualdade) e se coloca na história do gênero humano que já superou a história natural. E, também aqui, não se encontra nada parecido com uma espécie de jusnaturalismo na *Gazeta Renana*. Antes, a tematização marxiana da liberdade traz, de modo enfático, relação entre o desenvolvimento moderno, a emergência do gênero humano e superação da feudalidade.

A oposição entre o Direito e o privilégio, bem como a defesa da racionalidade do conteúdo a ser positivado nas leis, depende da emergência e efetividade do tempo em que o gênero humano e o Estado racional ganham força, sendo o elemento jurídico do Direito humano, bem como dos direitos humanos, aquele a reconhecer tal situação.

## Conclusão

Em 1842, Marx ainda não tem domínio da crítica da economia política. Então, o que aparece na dianteira de seu pensamento é a argumentação histórica sobre a necessidade do Estado racional, capaz de trazer um Direito humano, que reconhece o desenvolvimento histórico do gênero. A história e a política é que são centrais na *Gazeta Renana*, não se observando, em momento algum, argumentos de fundo jusnaturalista.

Dessa maneira, aquilo que Marx superaria na conformação futura de sua posição não é tanto a ilusão jurídica e a concepção jurídica de mundo. Antes, ele precisaria superar sua posição quanto ao Estado e à política; ele também precisaria compreender os interesses materiais em sua especificidade econômica e social. Destacamos tais aspectos porque não é correto trazer certa centralidade do Direito na obra marxiana, mesmo na época da *Gazeta Renana*. Assim, a futura superação de uma posição idealista – em nossa opinião, já presente em 1843 (Chasin, 2009) – não depende tanto de uma crítica às ilusões jurídicas, mas da crítica à especulação e à política, críticas essas que se amparam na crítica à sociedade civil-burguesa, que se desenvolveria gradualmente nos anos seguintes. Desse modo, por mais que existam vários méritos na análise de Márcio Naves sobre a obra de Marx, há no autor certa hipertrofia do papel do Direito e da crítica ao Direito no processo formativo do pensamento propriamente marxiano. São os meandros da crítica marxiana à política que precisam ser compreendidos para que se entenda o percurso do autor que se delineia posteriormente à *Gazeta Renana*, e ao ano de 1842.

## Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Por Marx*. Trad. Maria Leonor Loureiro. Campinas: Unicamp, 2015.
- CHASIN, José. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- DE DEUS, Leonardo. *O jovem Marx: 50 anos*. Ouro Preto: UFOP, 2014a.
- \_\_\_\_\_. *No meio do caminho tinha a mercadoria*. Ouro Preto: UFOP, 2014b.
- EIDT, Celso. *O Estado racional: lineamentos do pensamento político de Karl Marx nos artigos da Gazeta Renana (1842 – 1843)*. Dissertação (Mestrado), 181f. Universidade Federal de Belo Horizonte, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Belo Horizonte, 1998.
- ENGELS, Friedrich. “Esboço para a crítica da economia política”, *Revista On Line de Filosofia e Ciências Humanas*. Rio das Ostras, v. 26, n. 2, 2020.
- \_\_\_\_\_. *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. Trad. José Barata-Moura. In: ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Moscovo, 1982. Disponível em <www.marxists.org>. Acessado em 10 de dezembro de 2023.
- FEUERBACH, Ludwig. *A essência do cristianismo*. Trad. José da Silva Brandão. Petrópolis: Vozes, 2013.
- LÖWY, Michael. *A teoria da revolução no jovem Marx*. Trad. Anderson Gonçalves. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LUKÁCS, György. *A destruição da razão*. Trad. Rainer Patriota. Alagoas: Instituto Lukács, 2020.
- MACIEL, Lucas de Oliveira. *A busca pela anatomia da crítica da terra: Estado e sociedade civil-burguesa na obra de Karl Marx entre 1843-44*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Belo Horizonte, Programa de Pós-Graduação em Direito, Belo Horizonte, 2021.
- MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução*. Trad. Marília Barroso. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2004.
- MARX, Karl.
- \_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da economia política*. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão popular, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Crítica da filosofia do Direito de Hegel*. Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2003a.
- \_\_\_\_\_. “Crítica à filosofia do Direito de Hegel – introdução”. In: MARX, Karl. *Crítica da filosofia do Direito de Hegel*. Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2003b.
- \_\_\_\_\_. “Gazeta Renana”. Trad. de Celso Eidt. In: EIDT, Celso. *O Estado racional: lineamentos do pensamento político de Karl Marx nos artigos da Gazeta Renana (1842 – 1843)*. Dissertação (Mestrado), 181f. Universidade Federal de Belo Horizonte, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Belo Horizonte, 1998.
- MARX, Karl. *Nova Gazeta Renana*. Trad. Livia Cotrim. São Paulo: Expressão popular, 2020.
- \_\_\_\_\_. *Grundrisse*. Trad. Mario Duayer. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a questão judaica*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010a.

- \_\_\_\_\_. *Glossas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano*. Trad. Ivo Tonet. São Paulo: Expressão Popular, 2010b.
- \_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004a.
- \_\_\_\_\_. *Miséria da filosofia*. Trad. J. C Morel. São Paulo: Icone, 2004b.
- \_\_\_\_\_. *O capital*, Livro I, Tomo I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe São Paulo: Nova Cultural, 1996a.
- \_\_\_\_\_. *O capital*, Livro I, Tomo II. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe São Paulo: Nova Cultural, 1996b.
- \_\_\_\_\_. *O capital*, Livro I, Tomo II. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- \_\_\_\_\_. *O capital*, Livro III, Tomo I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe São Paulo: Nova Cultural, 1986a.
- \_\_\_\_\_. *O capital*, Livro III, Tomo II. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe São Paulo: Nova Cultural, 1986b.
- \_\_\_\_\_. *Teorias da mais-valia*. Trad. Reginaldo Sant’Anna. São Paulo: Civilização brasileira, 1980.
- \_\_\_\_\_. *A diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro*. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa: Editorial Presença, 1972.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Cartas sobre O capital*. Trad. Leila Scorsim. São Paulo: Expressão popular, 2020.
- \_\_\_\_\_. *A ideologia alemã*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2007.
- \_\_\_\_\_. *A sagrada família*. Trad. Marcelo Backers. São Paulo: Boitempo, 2003.
- NAVES, Márcio Bilharinho. *A questão do Direito em Marx*. São Paulo: Expressão popular, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Marxismo e Direito: um estudo sobre Pachukanis*. Boitempo: São Paulo, 2000.
- NETTO, José Paulo. *Karl Marx: uma biografia*. São Paulo: Boitempo, 2020a.
- \_\_\_\_\_. “Notas”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Cartas sobre O capital*. Trad. Leila Scorsim. São Paulo: Expressão popular, 2020b.
- PALU, Marco Aurélio. *Estado, democracia e gênero humano: a crítica de 1843 e a fundação do pensamento marxiano*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Belo Horizonte, Programa de Pós-Graduação em Direito, Belo Horizonte, 2019.
- PEREIRA NETO, Murilo. *A posição de Marx quanto ao Direito nos escritos de 1837-1842*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Belo Horizonte, Programa de Pós-Graduação em Direito, Belo Horizonte, 2018.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital*. Trad. César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- SALES, José Roberto Almeida Jr. *O direito como “freio irracional” na formação do capitalismo na Prússia revolucionária: a analítica marxiana do território jurídico na Nova Gazeta Renana*. Dissertação (Mestrado), 294f. Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-graduação em Direito e Inovação, Juiz de Fora, 2018.

SARTORI, Vitor Bartoletti. “Karl Marx diante da miséria e da constituinte alemãs em 1848”, *Libertas*. Juiz de Fora, v. 22, n. 1, 2022.

\_\_\_\_\_. “Política, gênero e direitos humanos na formação do pensamento de Karl Marx”, *Direito e práxis*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 11, 2020a.

\_\_\_\_\_. “Acerca de Sobre a questão judaica”, *Revice*. Belo Horizonte, v. 5, n. 1, 2020b.

VOLGGRAF, Carl-Erich. “O ‘plano de seis livros’ novamente? Sobre a falta de perspectiva de uma lenda”, *Revista On Line de Filosofia e Ciências Humanas*. Rio das Ostras, v. 26, n. 2, 2018.

XIFARAS, Mikhail. “Marx, justice et jurisprudence: une lecture des ‘Vols de bois’”, *Revue Française d’Histoire des idées Politiques*. Paris, n° 15, 2002, pp. 63-112.

Recebido em 17 de abril de 2023

Aprovado em 12 de julho de 2023

# Gramsci e a política cultural: Estado, cultura e hegemonia

*Gramsci and cultural policy: State, culture, and hegemony*

**Bruno Borja\***

## Resumo

Antonio Gramsci dedicou grande parte do seu trabalho à reflexão e à atuação nos campos da política e da cultura. Nesse artigo, buscamos explorar essas duas vertentes de sua crítica ao capitalismo, focando especialmente na política cultural. Tratamos da interpretação de Gramsci sobre a relação entre o desenvolvimento histórico do Estado e a política cultural, quando se percebe como o desenvolvimento do capitalismo colocou a necessidade do Estado *stricto sensu* abarcar novas funções, com destaque para a função educativa, quando implementa sua política cultural e se torna um Estado de cultura. Avançaremos para a interpretação de Gramsci sobre o âmbito da sociedade civil, onde ocorre uma luta pela hegemonia através da política cultural das classes em disputa, com papel decisivo dos aparelhos privados de hegemonia, atuando para a formação do senso comum e da opinião pública.

**Palavras-chave:** Gramsci; política cultural; cultura

## Abstract

Antonio Gramsci dedicated much of his work to reflection and action in the fields of politics and culture. In this article, we seek to explore these two aspects of his critique of capitalism, focusing especially on cultural policy. We deal with Gramsci's interpretation of the relation between the historical development of the State and cultural policy, when it is perceived how the development of capitalism has placed the need for the State *stricto sensu* to embrace new functions, with emphasis on the educational function, when it implements its cultural policy and becomes a State of culture. We will move on to Gramsci's interpretation of civil society, where a struggle for hegemony occurs through the cultural policy of the classes in dispute, with the decisive role of the private apparatuses of hegemony, acting for the formation of common sense and public opinion.

**Keywords:** Gramsci; cultural policy; culture

---

\* Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, Nova Iguaçu). Coordenador do Observatório Baixada Cultural (OBaC – IFRJ/UFRRJ). Integrante do Coletivo Marxista da Rural (MAR – UFRRJ). Coordenador da Escola Popular de Artes (EPA – UFRRJ). E-mail: borja.bruno@gmail.com

“criação” cultural [...] não deve ser confundida com a criação artística, mas deve ser aproximada, ao contrário, das atividades políticas, e, de fato, neste sentido, pode-se falar de uma “política cultural”.

Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere* (v. 6), 2021, p. 71 – C23 (1934), §7

## Introdução

Internacionalmente reconhecido como um dos mais importantes intelectuais marxistas do século XX, Antonio Gramsci dedicou grande parte do seu trabalho à reflexão e à atuação nos campos da política e da cultura. Nesse artigo buscamos explorar essas duas vertentes de sua crítica ao capitalismo, focando especialmente na política cultural, entendida como uma síntese entre a política e a cultura no pensamento e na prática de Gramsci.

Partimos de uma definição abrangente de política cultural, que não se restringe à atuação do Estado *stricto sensu*, mas se desdobra em políticas culturais também no âmbito da sociedade civil. Além da política pública de cultura vinculada ao Estado, podemos avançar para a investigação das ações das organizações privadas na esfera cultural, em particular a ação do capital através das empresas de comunicação de massa, que caracterizam a indústria cultural<sup>1</sup>.

Ademais, também exploramos a política cultural nas duas dimensões da cultura: enquanto modo de vida, em sua dimensão antropológica; e enquanto produção cultural, em sua dimensão sociológica<sup>2</sup>. Nossa abordagem parte de uma tradição marxista que busca a interpretação da cultura em termos da produção da vida material, vinculada ao modo de vida e à produção cultural. Nesse sentido, podemos dizer que cultura é o modo de vida de uma comunidade humana e que, dentro desse modo de vida, distingue-se, como campo específico, sua produção cultural<sup>3</sup>.

No intuito de alcançar tais objetivos, o artigo está dividido em duas seções, além dessa introdução e da conclusão. Na primeira seção, tratamos da interpretação de Gramsci sobre a relação entre o desenvolvimento histórico do Estado e a política cultural. Ali poderemos perceber como o desenvolvimento do capitalismo colocou a necessidade do Estado *stricto sensu* abarcar novas funções, exercidas através de meios materiais específicos. Destacamos o que Gramsci denomina de função educativa do Estado, quando implementa sua política cultural e se torna, no entender de Gramsci, um Estado de cultura, atuando nas dimensões do modo de vida e da produção cultural.

Na segunda seção, avançaremos para a interpretação de Gramsci sobre o âmbito da sociedade civil, onde ocorre uma luta pela hegemonia através da política cultural das classes em disputa. Propomos aqui uma concepção de socialização da cultura, na esteira do que Marx qualificou como socialização da produção e do que Gramsci entendeu como socialização da política. Assim, a socialização da cultura está vinculada à necessidade de as classes dominantes construírem uma identidade nacional, difundindo sua ideologia e estabelecendo a hegemonia. Os aparelhos privados de

---

<sup>1</sup> Para uma definição ampla de política cultural, ver García Canclini (2019).

<sup>2</sup> Para uma interpretação da relação entre a política cultural e as dimensões da cultura, ver Botelho (2001).

<sup>3</sup> Para uma abordagem marxista das duas dimensões da cultura, ver Borja (2020).

hegemonia desempenham um papel decisivo nesse processo, com destaque para a indústria cultural e seus meios materiais de formação do senso comum e da opinião pública.

### **O desenvolvimento histórico do Estado e a política cultural**

Tendo na política um de seus campos preferenciais de pesquisa e atuação, Gramsci vai buscar em Marx e Engels os elementos fundamentais de análise do Estado moderno, enquanto Estado de classe burguês. No entanto, partindo da concepção de Marx e Engels, Gramsci alcança um desenvolvimento do conceito marxista de Estado, formulando uma teoria ampliada do Estado. Para Gramsci, o Estado ampliado seria composto por duas esferas: a sociedade política e a sociedade civil – cada qual com funções e materialidades sociais próprias. Assim, o Estado ganha maior complexidade e Gramsci busca captar seu desenvolvimento histórico, interpretando as profundas mudanças ocorridas no início do século XX. A partir de sua pesquisa sobre a política e o Estado ampliado, nos parece que Gramsci avança para uma interpretação da política cultural, num sentido abrangente de dimensão política da cultura.

Com base em seu método, o materialismo histórico, Marx e Engels elaboraram uma teoria do Estado de classe. O Estado não seria o representante do interesse universal, mas sim a sociedade civil condicionaria as características do Estado, impregnando-o de seus interesses de classe particulares e antagônicos. Sendo constituída de acordo com o grau de desenvolvimento das forças produtivas e pelas relações sociais de produção vigentes, a base econômica, ou a sociedade civil, seria o elemento condicionante do sistema. Marx estabelece, portanto, a autodeterminação da sociedade civil: “família e sociedade civil se fazem, a si mesmas, Estado. Elas são a força motriz” (Marx, [1843] 2010, p. 30). A sociedade civil se apresenta como o “verdadeiro palco da história”, isto é, há uma prioridade ontológica da sociedade civil em relação ao Estado.

Logo, pode-se afirmar que, para Marx, a sociedade civil condiciona o Estado político. As classes sociais formadas na base econômica se organizam e se fazem representar no seio do Estado, onde inserem seus interesses particulares. Da disputa política pelo controle do Estado sairá o conteúdo do interesse universal, como expressão do interesse particular de determinada classe que consegue se alçar à condição de classe dominante, transformando seu interesse de classe em interesse universal.

Esta é uma contribuição fundamental de Marx, e também de Engels, no campo da teoria política, a identificação do caráter de classe do fenômeno estatal, a exposição da teoria do *Estado de classe*, derivado da sociedade de classes. Como na conhecida definição do Manifesto do Partido Comunista de 1848: “Um governo moderno é tão-somente um comitê que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx; Engels, [1848] 2007, p. 27).

Assim, o Estado seria um momento superior da organização de classe originada na sociedade civil, uma expressão da dominação de classe exercida através do monopólio da violência, do controle direto dos meios materiais de coerção. Cujas funções é garantir a propriedade privada, fonte da divisão da sociedade em classes, de modo a reproduzir e conservar a dominação dos proprietários dos meios de produção sobre os não-proprietários. Como define Carlos Nelson Coutinho, uma concepção “restrita” do Estado: “Está assim formulada a essência da concepção ‘restrita’ do Estado: esse seria

a expressão direta e imediata do domínio de classe ('comitê da burguesia') exercido através da coerção ('poder de opressão')" (Coutinho, 1985, p. 19).

Toda argumentação de Marx aponta também num sentido muito claro de historicizar o fenômeno estatal. O Estado passa a ser visto não só como uma expressão da dominação de classe posta na sociedade civil, atuando em função dos interesses particulares da classe dominante através do poder de coerção, mas, além disso, apresenta um caráter histórico e transitório, na medida em que surgiu na história e poderia se modificar e, porventura, desaparecer ao longo do processo de desenvolvimento histórico.

Gramsci segue essencialmente esta tradição aberta por Marx e Engels no campo da teoria política, incorporando esses elementos em suas próprias formulações. No entanto, embora partindo das categorias de Marx e Engels, Gramsci teria realizado uma superação dialética de sua teoria política, ao apreender da realidade novas categorias e formular uma teoria do *Estado ampliado*, com um maior número de determinações.

Isso seria derivado do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo, já que o Estado analisado por Gramsci nos anos de 1930, não era o mesmo analisado por Marx e Engels nas proximidades de 1848. De acordo com Coutinho (2007), ambos teriam expressado o grau de desenvolvimento da esfera política ao seu tempo e lugar, sendo determinante na teorização de Gramsci a intensa socialização da política observada entre fins do século XIX e início do século XX nos países da Europa ocidental, como, por exemplo, a conquista do sufrágio universal, a criação de partidos políticos de massa e a ação dos sindicatos profissionais e das associações de classe.

É a percepção dessa socialização de política que permite a Gramsci elaborar uma teoria marxista *ampliada* do Estado. E cabe lembrar que se trata de uma ampliação *dialética*: os novos elementos aduzidos por Gramsci não eliminam o núcleo fundamental da teoria 'restrita' de Marx, Engels e Lênin (ou seja, o caráter de classe e o *momento* repressivo de todo poder de Estado), mas o *repõem* e *transfiguram* ao *desenvolvê-lo* através do acréscimo de novas determinações (Coutinho, 1985, pp. 59-60; grifos no original).

Essas novas determinações dizem respeito essencialmente à maneira como Gramsci constrói seus conceitos de sociedade política e sociedade civil. Por sociedade política se entende o "Estado em sentido estrito", isto é, o governo e os aparelhos coercitivos de Estado, identificados pelas forças armadas e policiais, pelo direito e a aplicação das leis, através dos quais a classe dominante exerce o monopólio da violência e assegura sua dominação fundada na coerção – momento privilegiado da análise de Marx e Engels em 1848.

Já por sociedade civil se entende a trama privada, isto é, os aparelhos privados de hegemonia, através dos quais uma classe tenta exercer a hegemonia fundada na direção intelectual e moral e na busca do consenso. A sociedade civil compreenderia o conjunto dos aparelhos privados de hegemonia, organismos de participação política aos quais se adere privadamente, por vontade própria e independentemente do recurso à força. Instituições – tais como igrejas, escolas, partidos, sindicatos, organizações de classe, meios de comunicação, jornais, centros culturais etc. – conduzidas pelos intelectuais, responsáveis pela organização da cultura e pela elaboração e difusão de ideologias.

Teríamos, então, uma distinção funcional entre os dois momentos do Estado ampliado, no interior do qual a sociedade civil representaria a função de hegemonia, enquanto a sociedade política representaria a função de dominação, ou, respectivamente, consenso e coerção. Além disso, se registraria também uma distinção quanto aos portadores materiais destas funções específicas, sejam eles, os aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil e os aparelhos coercitivos do Estado *stricto sensu*<sup>4</sup>. Portanto, caberia compreender dentro do conceito de Estado essas duas esferas, em suas funções e materialidades específicas.

Esta independência material garantiria a autonomia relativa das distintas esferas do Estado ampliado, possibilitando uma separação metodológica entre elas – porém não uma separação orgânica, já que são partes constituintes de uma mesma unidade dialética. Em realidade, Gramsci considera que uma classe social só garante o efetivo controle do Estado quando alcança a supremacia, síntese de hegemonia e dominação, consenso e coerção.

[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente” (Gramsci, 2011, p. 290).

Logo, afirma-se o momento de síntese na supremacia, com a necessidade de a classe dominante ser também dirigente, ou seja, exercer tanto o domínio pela força e coerção, quanto a hegemonia pela conquista do consenso e do consentimento dos grupos socialmente subalternos. Nesse equilíbrio tênue entre coerção e consenso seria conduzida a supremacia de uma classe social, colocando a necessidade tanto do uso da força, quanto da busca da hegemonia por meio do Estado, enquanto Estado de classe. Isso nos ajuda a compreender por que governos autoritários e ditatoriais também precisam fazer uma política cultural ativa de busca do consenso, para se precaver de uma possível crise de autoridade e de uma confrontação aberta ao domínio de classe<sup>5</sup>.

Embora Gramsci privilegie em suas análises a função coercitiva do Estado *stricto sensu*, ou seja, a sociedade política exercendo o domínio através dos aparelhos estatais de coerção, podemos notar que sua ampliação do Estado também se refere à

<sup>4</sup> “[...] além dessa distinção funcional, as duas esferas distinguem-se ainda por *uma materialidade (social) própria*: enquanto a ‘sociedade política’ tem seus portadores materiais nos ‘aparelhos coercitivos de Estado’, os portadores materiais da ‘sociedade civil’ são o que Gramsci chama de ‘aparelhos privados de hegemonia’, ou seja, organismos sociais relativamente autônomos (por isso, ‘privados’) em face do Estado em sentido estrito. Gramsci registra assim o fato novo – historicamente novo – de que a esfera ideológica ou simbólico-axiológica, nas sociedades capitalistas mais avançadas, ganhou uma autonomia *material* (e não só funcional) em relação ao Estado *stricto sensu*” (Coutinho, 1985, pp. 61-62; grifos no original).

<sup>5</sup> Por exemplo, nas interpretações da história da política cultural no Brasil há um consenso sobre a importância da política cultural feita durante a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas e durante a ditadura civil-militar iniciada em 1964. Ver: Rubim (2007) e Calabre (2009).

atribuição de novas funções e ao desenvolvimento de novos meios materiais no interior da própria sociedade política. O autor formula, assim, a concepção do *Estado ético ou de cultura*, na qual também a sociedade política deve exercer uma função educativa no sentido de busca da hegemonia e do consentimento das classes subalternas. O Estado de cultura promoveria, portanto, uma política cultural com objetivo de modificar o nível cultural da população, sempre no intuito de adaptar os modos de vida das classes subalternas a uma melhor efetivação do interesse particular das classes dominantes, tornado interesse universal do Estado.

Parece-me que o que de mais sensato e concreto se pode dizer a propósito do Estado ético e de cultura é o seguinte: todo Estado é ético na medida em que uma de suas funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes. A escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa são as atividades estatais mais importantes neste sentido: mas, na realidade, para este fim tende uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades chamadas privadas, que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes (Gramsci, 2014, p. 288).

O Estado de cultura, ao assumir sua função educativa, promove uma política cultural tanto pela via negativa dos tribunais quanto pela via positiva da escola. De forma mais ampla, poderíamos dizer que o Estado *stricto sensu* faz política cultural tanto através de seus aparelhos de coerção, quanto através de outros meios materiais, como os sistemas públicos de educação e cultura, entendidos aqui como aparelhos estatais de hegemonia<sup>6</sup> – embora Gramsci não use essa denominação.

Interessante observar que Gramsci atribui um papel educador também à ação repressiva do direito, da lei, da polícia e das forças armadas. Ou seja, também a lei e a ordem são uma forma de política cultural, quando determinam o que pode e o que não pode ser feito em certa sociedade: o que é considerado ilegal e criminoso, e o que é aceito socialmente como uma conduta dentro da legalidade. Assim, se conformam os modos de vida e as produções culturais das classes subalternas no limite da lei, criminalizando parte de sua cultura, tida como indesejável para os interesses das classes dominantes<sup>7</sup>. A função educativa negativa atuaria tanto na dimensão antropológica, ao conformar os modos de vida, quanto na dimensão sociológica, ao reprimir ou autorizar certas produções culturais das classes subalternas.

Por outro lado, a função educativa positiva busca formar uma cultura comum entre as diferentes classes sociais, uma cultura nacional que gere um sentido de uni-

---

<sup>6</sup> “No período em que [Gramsci] escreve, o Estado assumia progressivamente o papel de pedagogo, construindo sistemas públicos de educação e cultura [...]. Este movimento de ampliação do Estado é, portanto, feito em direção aos aparelhos privados de hegemonia, agora tornados estatais. Pode-se chamá-los, assim, de aparelhos estatais de hegemonia” (Castelo, 2013, pp. 54-55).

<sup>7</sup> Na história cultural do Brasil também podemos observar como, em diversos momentos, a cultura das classes subalternas foi criminalizada e a lei e a ordem exerceram sua política cultural negativa, particularmente no caso da criminalização da cultura afro-brasileira. Ver: Ortiz (2006).

dade entre grupos sociais com interesses antagônicos. Momento fundamental, segundo Gramsci, seria o estabelecimento de uma língua nacional unificada, de modo que toda a população do Estado tivesse um meio único de comunicação, uma forma comum de elaborar e expressar sua concepção do mundo, elemento determinante da política cultural em sua dimensão antropológica de modo de vida.

O papel da escola e da alfabetização em massa da sociedade é central nessa questão, mas, no entanto, a via positiva da educação e da cultura não se restringe estritamente ao sistema escolar público, abrangendo também outros meios materiais pelos quais o Estado faz sua política cultural<sup>8</sup>. Gramsci aponta uma série de instituições que deveriam ser objeto de uma política de cultura do Estado – o que atualmente poderíamos chamar de equipamentos culturais públicos.

Serviços públicos intelectuais: além da escola, nos vários níveis, que outros serviços não podem ser deixados à iniciativa privada, mas – numa sociedade moderna – *devem* ser assegurados pelo Estado e pelas entidades locais (municipais e provinciais)? O teatro, as bibliotecas, os museus de vários tipos, as pinacotecas, os jardins zoológicos, os hortos florestais, etc. É preciso fazer uma lista das instituições que devem ser consideradas de utilidade para a instrução e a cultura públicas e que são consideradas como tais numa série de Estados, instituições que não poderiam ser acessíveis ao grande público (e se considera, por razões nacionais, que devam ser acessíveis) sem uma intervenção estatal (Gramsci, 2022, p. 183; grifo no original).

Avançamos, assim, para a dimensão sociológica da cultura, quando a política cultural deve fortalecer a produção cultural por meio da gestão pública dos equipamentos culturais. Para Gramsci, compete ao Estado assegurar a viabilidade econômica desses equipamentos, com amplo acesso garantido ao público em geral. Pela função educativa positiva, a política cultural do Estado *stricto sensu* passa a contemplar, então, as duas dimensões da cultura: tanto sua dimensão antropológica do modo de vida, quanto a dimensão sociológica da produção cultural.

Essa função educativa do Estado, da qual deriva sua política cultural, se apresenta como uma expressão do desenvolvimento histórico do capitalismo, modificando as características do Estado. O desenvolvimento do capitalismo fez com que o Estado se ampliasse, ganhando novas funções e novos meios materiais, em suas diferentes esferas da sociedade política e da sociedade civil<sup>9</sup>. Colocou-se, para as classes dominantes, a necessidade de buscar uma hegemonia cultural junto às classes subalternas, daí a função educativa que adquire o Estado, fazendo sua política cultural. Mas qual seria o critério para formular uma política cultural pública?

Todo governo tem uma política cultural e pode defendê-la de seu ponto de vista e demonstrar ter elevado o nível cultural nacional. Tudo consiste em ver qual é a medida desse nível. Um governo pode organizar melhor a alta

---

<sup>8</sup> “Na condição de educador, o Estado capitalista desenvolve uma pedagogia da hegemonia que redefine e atualiza em cada conjuntura política e social suas estratégias, com vistas a manter viva a dominação de classe” (Martins; Neves, 2021, p. 128).

<sup>9</sup> “Aos poucos Gramsci vai enfatizando não apenas a complexidade da formação da sociedade civil moderna, mas também o paralelo desenvolvimento da complexidade do Estado moderno. O Estado não é mais concebido simplesmente como um aparato administrativo ou coercitivo – é também ‘educativo e formador’” (Hall, 2013, p. 352).

cultura e negligenciar a cultura popular. E mais: da alta cultura, pode organizar melhor o setor correspondente à tecnologia e às ciências naturais, pondo de modo paternalista à sua disposição somas de dinheiro como antes não se fazia etc. O critério de julgamento só pode ser este: um sistema de governo é repressivo ou expansivo? [...]. Um sistema de governo é expansivo quando facilita e promove o desenvolvimento a partir de baixo, quando eleva o nível de cultura nacional-popular e, portanto, torna possível uma seleção de “excelências intelectuais” numa área mais ampla (Gramsci, 2022, pp. 143-144).

Gramsci nos apresenta um critério de avaliação das políticas públicas de cultura, classificando os sistemas de governo como repressivos ou expansivos. Acompanhando seu argumento, poderíamos dizer que a partir da política cultural um governo pode atuar de forma elitista, favorecendo a produção cultural das classes dominantes, entendida como alta cultura; ou pode atuar de forma democrática, apoiando a produção cultural das classes subalternas, no sentido de expansão da cultura popular. Desta forma, Gramsci aponta para a necessidade de atuação do Estado *stricto sensu* na consolidação de uma cultura nacional-popular.

### **Socialização da cultura e política cultural: luta pela hegemonia na sociedade civil**

Vimos até aqui como Gramsci elabora uma interpretação do Estado ampliado e, a partir dela, avança no sentido de formular uma compreensão distinta sobre as funções do Estado *stricto sensu*, dentre as quais destacamos a função educativa, que se expressa nos termos de uma política cultural pública. No entanto, de fato, em termos de política cultural, Gramsci dedica mais tempo ao estudo da sociedade civil e seus aparelhos privados de hegemonia. Embora aponte a relevância do Estado *stricto sensu* na execução da política cultural, afirma que “na realidade, para este fim tende uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades chamadas privadas, que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes” (Gramsci, 2014, p. 288).

Retomemos brevemente a teoria do Estado ampliado, para captar uma especificidade do tempo histórico de Gramsci, quando ele pode vislumbrar as novas características do Estado burguês. Em diversos trabalhos, Carlos Nelson Coutinho (1985; 2007; 2011) observa que Gramsci amplia sua concepção de Estado a partir da percepção do processo de socialização da política entre fins do século XIX e início do século XX, quando se constituíram algumas democracias de massa na Europa ocidental. Se Marx havia captado a socialização da produção a partir da revolução industrial inglesa, Gramsci teria captado a socialização da esfera política com as democracias de massa.

A partir disso podemos refletir sobre o processo subsequente de *socialização da cultura*, promovido pelo desenvolvimento do capitalismo. Vejamos. A formação da grande indústria gerou a socialização da produção, quando um grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras se viu unido num único processo produtivo, comandado por um único proprietário dos meios de produção. Essa experiência comum da exploração capitalista fomentou uma unidade de classe, com a passagem da classe em si à classe para si, organizada em sindicatos e partidos políticos. Ou seja, da base econômica se ergue uma sociedade civil politicamente organizada, com a classe trabalha-

dora reivindicando espaço e participação política. Ocorre, então, a socialização da política, quando, através da luta de classes, há uma conquista de direitos políticos por parte dos/as trabalhadores/as.

Essa socialização da política, fundante da democracia de massas, coloca novas necessidades para as classes dominantes: elas agora teriam de conquistar o consenso e, claro, os votos da classe trabalhadora organizada. As classes dominantes passaram a ter de contemplar parcialmente alguns interesses das classes subalternas, no sentido de garantir seu consentimento. Isto é, as classes dominantes tiveram que afirmar sua liderança moral e intelectual sobre as classes subalternas, de modo a viabilizar sua supremacia no contexto das democracias de massas.

Em termos de cultura e política cultural, podemos interpretar esse movimento como uma *socialização da cultura*, quando as classes dominantes buscam produzir uma identidade nacional que solde a unidade político-cultural entre as classes sociais antagônicas que compõem a população do Estado-Nação, estabelecendo sua hegemonia<sup>10</sup>. Ou seja, acima dos conflitos inerentes à sociedade de classes, deve pairar um sentimento de unidade nacional, expressão dos elementos culturais comuns ao povo em geral, na forma de uma identidade nacional. Nesse intuito o Estado *stricto sensu* desempenha sua função educativa, quando unifica a língua nacional através do sistema escolar e conforma os modos de vida e a produção cultural das classes subalternas através dos aparelhos hegemônicos e coercitivos de Estado.

A revolução provocada pela classe burguesa na concepção do direito e, portanto, na função do Estado consiste especialmente na vontade de conformismo (logo, eticidade do direito e do Estado). As classes dominantes precedentes eram essencialmente conservadoras, no sentido de que não tendiam a assimilar organicamente as outras classes, ou seja, a ampliar “técnica” e ideologicamente sua esfera de classe: a concepção de casta fechada. A classe burguesa põe-se a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado é transformada: o Estado torna-se “educador” etc. (Gramsci, 2014, p. 275).

Mais uma vez, Gramsci reforça que a função educativa do Estado, sua política cultural, atua com objetivo de gerar o conformismo das classes subalternas, para que vigore plenamente a hegemonia política e cultural das classes dominantes. Isso se deve ao momento histórico de socialização da política, do qual deriva também, em nossa interpretação, uma socialização da cultura: a classe burguesa busca assimilar toda a sociedade a seu nível cultural.

---

<sup>10</sup> “A hegemonia é isso: capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe. Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que – através de sua ação política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder” (Gruppi, 2000, p. 70).

Em certa passagem, Gramsci inclusive se refere ao seu tempo histórico como uma “época de socializações”, com consequências sobre a política cultural<sup>11</sup>. À essa necessidade política das classes dominantes se tornarem também dirigentes, isto é, de alcançarem a hegemonia por meio do estabelecimento de uma cultura comum à toda população, do estabelecimento de uma identidade nacional, nós chamamos aqui de *socialização da cultura*.

Mas o que significa “cultura” neste caso? Significa, indubitavelmente, uma coerente, unitária e nacionalmente difundida “concepção da vida e do homem”, uma “religião laica”, uma filosofia que tenha se transformado precisamente em “cultura”, isto é, que tenha gerado uma ética, um modo de viver, um comportamento cívico e individual (Gramsci, 2021, pp. 63-64).

Gramsci expressa um conceito de cultura próximo ao que contemporaneamente se entende como cultura enquanto modo de vida, sua dimensão antropológica. Assim, quando a burguesia se vê na necessidade de formar uma identidade nacional, buscando uma cultura comum do Estado-Nação, ela estabelece relações culturais com as classes subalternas. Por um lado, assimilar toda a sociedade ao seu nível cultural seria difundir nacionalmente sua ideologia, sua concepção do mundo, transformando o modo de vida das classes subalternas. Por outro lado, colocaria para as classes dominantes o imperativo de abrir espaço para a representação da cultura das classes subalternas na consolidação da identidade nacional, fazendo-se permeável à incorporação da cultura popular<sup>12</sup>.

Evidentemente, essa socialização da cultura, com a formação de uma identidade nacional, é um processo de luta política, no qual a tendência é de difusão da ideologia das classes dominantes e conquista da hegemonia política e cultural. Para tanto concorrem a formação do senso comum e da opinião pública, através da atuação dos intelectuais na organização da cultura<sup>13</sup> e na condução política dos diferentes meios materiais da sociedade civil, chamados por Gramsci de aparelhos privados de hegemonia.

Tais aparelhos privados de hegemonia são os meios materiais específicos pelos quais as classes dominantes fazem difundir sua ideologia na sociedade civil, de modo que ela se enraíze nas classes subalternas, que passam a adotar a concepção do mundo dominante. Gramsci identifica diferentes níveis da ideologia: um nível mais elevado de uma filosofia coerente, elaborada pelos intelectuais vinculados às classes dominantes; e um nível mais baixo, quando a ideologia se difunde para formar o senso comum popular. Assim, para Gramsci, o “senso comum é a concepção do mundo difusa em uma época histórica na massa popular” (Gramsci *apud* Liguori, 2017, p. 135).

---

<sup>11</sup> “[...] nesta época de ‘socializações’ (em sentido amplo) e de intervenções de forças centrais visando a organizar as grandes massas contra os resíduos de individualismos e de estéticas do individualismo na política cultural” (Gramsci, 1978, p. 32).

<sup>12</sup> Raymond Williams (2011) chama esse movimento de processo de incorporação cultural, que garantiria a consolidação de uma cultura dominante efetiva, através de uma tradição seletiva. Isto é, uma seleção das tradições culturais que se incorporam à cultura dominante de forma a não perturbar seu domínio, mas, pelo contrário, fazendo-o se enraizar nas classes subalternas.

<sup>13</sup> “A ‘organização da cultura’, em suma, é o sistema de instituições da sociedade civil cuja função dominante é a de concretizar o papel da cultura na reprodução ou na transformação da sociedade como um todo” (Coutinho, 2011, p. 17).

Além do senso comum, Gramsci também atribui um papel central aos intelectuais e aos aparelhos privados de hegemonia na formação da opinião pública. Diante das pautas políticas da conjuntura se forma uma opinião pública sobre o sentido e a interpretação dessas pautas, essa seria uma das dimensões da organização da cultura. Ou seja, caberia aos intelectuais, na condução dos aparelhos privados de hegemonia, exercer um papel de mediação entre sociedade civil e sociedade política, consolidando uma vontade política nacional que apoiasse as ações do Estado *stricto sensu*. A opinião pública teria um papel central na produção do consenso, arregimentando as classes subalternas para apoiar as ações políticas do Estado em função do interesse das classes dominantes.

O que se chama de “opinião pública” está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. [...]

A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe uma luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública – jornais, partidos, Parlamento –, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica (Gramsci, 2014, p. 269).

A luta pela hegemonia na sociedade civil depende, portanto, do controle e da efetividade dos aparelhos privados de hegemonia. Daí a centralidade da política cultural também na esfera da sociedade civil, uma política cultural conduzida por “instituições civis e pelos grupos comunitários organizados”, como afirma García Canclini (2019, p. 56), para além da política cultural do Estado *stricto sensu*.

Assim, temos as diferentes formas de fazer política cultural nas diferentes esferas sociais que compõem o Estado ampliado. E, claro, temos seus diferentes meios materiais, com destaque para as organizações civis diretamente políticas, como os partidos, sindicatos, organizações de classe. Mas também outras instituições que a princípio não parecem exercer uma função política direta, como as igrejas, as escolas privadas, os jornais, os equipamentos culturais privados e a produção cultural em geral. Gramsci formula a concepção de estrutura ideológica, para pensar os meios materiais de difusão da ideologia dominante e formação da opinião pública.

Um estudo de como se organiza de fato a estrutura ideológica de uma classe dominante: isto é, a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a “frente” teórica ou ideológica. A parte mais considerável e mais dinâmica dessa frente é o setor editorial em geral: editoras (que têm um programa implícito e explícito e se apoiam numa determinada corrente), jornais políticos, revistas de todo tipo, científicas, literárias, filológicas, de divulgação etc., periódicos diversos até os boletins paroquiais. [...]

A imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não a única: tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura. Dela fazem parte: as bibliotecas, as escolas, os círculos e os clubes de variado tipo, até a arquitetura, a disposição e o nome das ruas (Gramsci, 2022, pp. 77-78).

Vemos aqui o destaque dado pelo autor à indústria editorial em geral e ao jornalismo em particular na produção do consenso, com a formação da opinião pública. Enquanto aparelhos privados de hegemonia, o setor editorial e a imprensa criam uma percepção comum sobre as pautas políticas em disputa, encaminhando a posição a ser adotada por seus leitores e suas leitoras. Na condição de meios de comunicação, poderíamos entender que esse setor produz a esfera pública de debates, o que o coloca em condições inclusive de influir nas próprias pautas em disputa. Isto é, não só apresentam uma visão baseada na concepção do mundo dominante sobre como encaminhar a solução das pautas, mas condicionam mesmo o que será considerado uma pauta política relevante em termos nacionais ou não. Segundo o autor, “possibilitam suscitar extemporaneamente explosões de pânico ou de entusiasmo fictício, que permitem o alcance de objetivos determinados, como, por exemplo, nas eleições” (Gramsci, 2011, p. 283).

Ao tempo e lugar de Gramsci, na Itália dos anos 1920 e 1930, o desenvolvimento do que hoje chamamos de indústria cultural ainda dava seus passos iniciais. A indústria editorial era um dos principais meios materiais de difusão da produção cultural, artística simbólica e intelectual. Ainda assim, o autor consegue captar o sentido de mudança que só se consolidaria no pós segunda guerra mundial, quando o rádio e o cinema se tornaram o centro do que veio a ser conhecido como indústria cultural, fundada nos meios de comunicação de massa.

Podemos relacioná-lo, portanto, com outros autores seus contemporâneos que refletiram sobre a questão e se tornaram a interpretação canônica do fenômeno, como Theodor Adorno, Max Horkheimer e Walter Benjamin. Um ponto em comum entre esse grupo da Escola de Frankfurt e Gramsci diz respeito ao desenvolvimento técnico da produção cultural, formando os novos meios de comunicação de massa. Embora Gramsci formule a questão por outro caminho, podemos ver que ele também demonstra grande preocupação com o desenvolvimento técnico e instrumental da organização cultural.

A arte da imprensa, em seguida, revolucionou todo o mundo cultural, dando à memória um subsídio de valor inestimável e permitindo uma extensão inaudita da atividade educacional. Nesta investigação, portanto, está implícita uma outra, a das modificações qualitativas, além das quantitativas (extensão de massa), trazidas ao modo de pensar pelo desenvolvimento técnico e instrumental da organização cultural.

Também hoje a comunicação falada é um meio de difusão ideológica que tem uma rapidez, uma área de ação e uma simultaneidade emotiva enormemente mais amplas do que a comunicação escrita (o teatro, o cinema e o rádio, com a difusão de alto-falantes nas praças, superam todas as formas de comunicação escrita, desde o livro até a revista, o jornal, o jornal mural), mas na superfície, não em profundidade (Gramsci, 2001, p. 67).

Nessa passagem, Gramsci expressa inclusive um julgamento negativo sobre os novos meios de comunicação, sinalizando, de forma relativamente próxima à crítica da Escola de Frankfurt, a superficialidade dos novos produtos culturais, frente à suposta maior profundidade dos meios impressos. À parte isso, o que interessa destacar aqui são as novas possibilidades postas, pela passagem da comunicação escrita para a comunicação falada, para a difusão da ideologia dominante e formação do senso co-

90

num e da opinião pública. Segundo Gramsci, o maior alcance dos novos meios de comunicação falada potencializaria e daria maior capilaridade à hegemonia política e cultural das classes dominantes. “Para estabelecer uma política cultural, estas observações são indispensáveis; para uma política de cultura das massas populares, são fundamentais” (Gramsci, 2021, p. 72).

Os novos meios técnicos da produção cultural – o que hoje interpretamos como o momento de consolidação da indústria cultural – colocaram novas questões para a luta de classes, sendo necessária a atuação incisiva dos intelectuais orgânicos das classes subalternas também nesse campo, disputando a formação do senso comum e da opinião pública. Mais do que isso, as formulações de Gramsci apontam no sentido de reivindicar a cultura como elemento central da luta de classes, colocando como uma tarefa primordial das organizações políticas das classes subalternas a construção de seus aparelhos privados de hegemonia, visando a disputa contra-hegemônica. Ou seja, Gramsci enxerga a necessidade de uma política cultural específica das classes subalternas, como um meio de alcançar a hegemonia na sociedade civil, passo fundamental para a conquista do poder.

Assim sendo, compete aos intelectuais orgânicos e aos intelectuais coletivos das classes subalternas lutar por uma nova cultura, formando uma vontade coletiva nacional-popular que busque a transformação da realidade e a superação do capitalismo. Isso se apresenta também no plano da produção cultural, com a criação de novos artistas que venham a expressar a nova sensibilidade e a nova linha política originada no seio das classes subalternas.

Parece evidente que, para ser exato, deve-se falar de luta por uma “nova cultura” e não por uma “nova arte” (em sentido imediato). [...] Deve-se falar da luta por uma nova cultura, isto é, por uma nova vida moral, que não pode deixar de ser intimamente ligada a uma nova intuição de vida, até que esta se torne um novo modo de sentir e ver a realidade e, conseqüentemente, mundo intimamente relacionado com os “artistas possíveis” e com as “obras de arte possíveis”. [...] pode-se afirmar que do movimento nascerão novos artistas (Gramsci, 2021, p. 70).

O movimento político das classes subalternas, da mesma forma que produz seus intelectuais orgânicos, produz também artistas organicamente vinculados à sua concepção do mundo, à sua ideologia, contribuindo para a construção de uma nova hegemonia político-cultural. Na verdade, podemos perceber que os próprios artistas, ao surgirem de dentro do movimento, são também intelectuais orgânicos das classes subalternas, legítimos organizadores da cultura. Aqui Gramsci toca na distinção entre as duas dimensões da cultura: do modo de vida, dimensão antropológica da cultura, surge sua produção cultural, dimensão sociológica da cultura. Somente uma mudança no modo de vida pode originar a nova produção cultural, da nova cultura surgirá a nova arte, “do movimento nascerão os novos artistas”.

Temos, portanto, um campo aberto à luta cultural na sociedade civil, onde se faz necessária uma política cultural contra-hegemônica das classes subalternas. A partir de Gramsci, podemos formular uma diretriz política, na qual a crítica cultural às classes dominantes visa primeiro desfazer o consenso e gerar uma crise de hegemonia, desestabilizando a supremacia e levando ao apelo às forças da repressão direta, explicitando a coerção das classes dominantes. Ao mesmo tempo, a política cultural das classes subalternas deve produzir e difundir sua ideologia, no intuito de afirmação de

uma nova hegemonia político-cultural, onde o papel dos aparelhos privados de hegemonia e dos intelectuais orgânicos, enquanto organizadores da cultura, se faz primordial.

### **Conclusão**

Ao longo do artigo pudemos acompanhar como Antonio Gramsci qualifica a política cultural, num sentido de dimensão política da cultura. Se já são relativamente conhecidas e metodologicamente diferenciadas as dimensões antropológica e sociológica – modo de vida e produção cultural – cabe reconhecer também a dimensão política da cultura. Desta forma, podemos dizer que Gramsci nos traz novas determinações sobre o campo da cultura, tornando o fenômeno mais complexo e abrindo novos temas de pesquisa, sem, no entanto, desvincular a cultura de suas outras dimensões, na qual podemos incluir também a dimensão econômica, territorial, étnico-racial etc., ou seja, a cultura interpretada como uma totalidade complexa de múltiplas determinações.

Partindo da distinção entre Estado restrito e Estado ampliado, percebemos como Gramsci traz contribuições inestimáveis para o entendimento da política cultural, tanto no âmbito do Estado *stricto sensu* quanto na sociedade civil. Um dos destaques fica por conta da identificação de funções e materialidades sociais específicas em cada uma das esferas, cabendo ao Estado *stricto sensu* assumir a função educativa e fazer política cultural através de seus materiais de coerção e dos sistemas públicos de educação e cultura. Enquanto na esfera da sociedade civil vigora a formação do senso comum e da opinião pública através dos meios materiais denominados por Gramsci de aparelhos privados de hegemonia, um campo aberto à luta de classes.

Busquei construir no artigo a interpretação de que há um processo de *socialização da cultura* com o desenvolvimento da luta de classes no capitalismo. Algo distinto da socialização na cultura, característico de qualquer grupo humano vivendo em sociedade. Podemos, inclusive, generalizar e argumentar que toda sociedade promove a socialização de seus integrantes no seu modo de vida, na sua cultura. No entanto, o que se torna característico do desenvolvimento do capitalismo no século XX é a necessidade de socialização da cultura hegemônica, tornada cultura comum a toda a sociedade nacional, se sobrepondo às disputas de classe e gerando uma identidade nacional que corrobora a dominação de classe e forma uma sólida hegemonia.

Nesse terreno viceja a luta de classes, cabendo às classes subalternas elaborarem uma política cultural própria, de caráter contra-hegemônico. Tarefa importante compete aos intelectuais orgânicos e aos intelectuais coletivos das classes subalternas, ao elaborarem uma nova concepção do mundo, uma ideologia que se contraponha à ideologia das classes dominantes e dispute a hegemonia na sociedade civil. Para Gramsci, a política cultural das classes subalternas deve buscar a construção de uma nova cultura, de onde sairá a nova arte, trazendo em si a semente do novo mundo e anunciando a superação do capitalismo e da sociedade de classes.

## Referências

- BORJA, Bruno. “O capital e a cultura: elementos de economia política da cultura em Marx”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Niterói, n. 56, mai.-ago., 2020, pp. 83-109
- BOTELHO, Isaura. “Dimensões da cultura e políticas públicas”, *São Paulo em perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 2, abr., 2001.
- CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- CASTELO, Rodrigo. *O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A dualidade de poderes: introdução à teoria marxista de Estado e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- COUTINHO, Carlos Nelson. “Os intelectuais e a organização da cultura”. In: COUTINHO, C. N. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. “Políticas culturais e crise de desenvolvimento: um balanço latino-americano”. In: GARCÍA CANCLINI, N. *Política cultural: conceito, trajetória e reflexões*. Organização e tradução de Renata Rocha e Juan Ignacio Brizuela. Salvador: EDUFBA, 2019.
- GRAMSCI, Antonio. *Literatura e vida nacional*. Tradução e seleção de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 4. Temas da cultura. Ação Católica. Americanismo e fordismo. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 3. Maquiavel: notas sobre o Estado e a política. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 6. Literatura. Folclore. Gramática. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.
- HALL, Stuart. “A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade”. In: HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Organização de Liv Sovik. Tradução de Adelaine La Guardia Resende *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

- LIGUORI, Guido. “Concepção do mundo”. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). *Dicionário gramsciano (1926-1937)*. Tradução de Leandro de Oliveira Galastri et al. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARTINS, Angela; NEVES, Lúcia. *Cultura e transformação social: Gramsci, Thompson e Williams*. Campinas, SP: Mercado de letras, 2021.
- MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo Editorial, (1843) 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. Tradução de Sueli Tomazini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, (1848) 2007.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasilense, 2006.
- RUBIM, Antonio Albino. “Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios”. In: RUBIM, Antonio Albino; BARBALHO, Alexandre (orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.
- WILLIAMS, Raymond. “Base e superestrutura na teoria da cultura marxista”. In: WILLIAMS, R. *Cultura e materialismo*. Tradução de André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Recebido em 31 de maio de 2023

Aprovado em 30 de novembro de 2023

# **Para além da obra da juventude de Lukács (ou a ainda desconhecida *Ontologia*)**

*Beyond Lukács' early writings (or the still unknown  
Ontology)*

**Álvaro Martins Siqueira\***  
**Sávio Freitas Paulo\*\***

## **Resumo**

O objetivo deste artigo é avaliar e contestar os motivos levantados por István Mészáros para que a ética e ontologia de György Lukács sejam rejeitadas. O argumento está dividido em três partes. Na primeira parte, contra a ideia de que Lukács nutre um otimismo ético e que o trabalho representa uma nova identidade entre sujeito e objeto, discutimos o escopo geral de sua ontologia e o papel que o trabalho assume nela. Na segunda, desenvolvemos alguns elementos da teoria do estranhamento lukácsiano. Na terceira, mostramos como o agir teleológico é condicionado ao campo de ação de possibilidades e às decisões tomadas “sob pena de ruína”. Com isso concluímos que a obra considerada “madura” do filósofo ainda é desconhecida até por intelectuais próximos a ele, e que a crítica do modo de produção capitalista pode se beneficiar de uma leitura que vá além das obras da juventude de Lukács.

**Palavras-chave:** ontologia social; ética; trabalho; estranhamento

## **Abstract**

The purpose of this article is to evaluate and contest the reasons put forward by István Mészáros for rejecting György Lukács' ethics and ontology. The argument is divided into three parts. In the first part, against the idea that Lukács nurtures an ethical optimism and that labor represents a new identity between subject and object, we discuss the general lines of his ontology and the role that labor plays in it. In the second part, we develop some elements of Lukács' theory of estrangement. In the third, we show how teleological behavior relates to concrete determinations such as the field of possibilities for action and decisions made “at the price of defeat”. We conclude that the philosopher's work considered as “mature” is still unknown – even to intellectuals close to him – and that the critique of the capitalist mode of production can benefit from insights that go beyond Lukács' early works.

**Keywords:** social ontology; ethics; labor; estrangement

---

\* Pós-doutorando em Sociologia Política na UENF. Membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ontologia Crítica (GEPOC), ambos da UFF. E-mail: alvaromsiqueira@gmail.com.

\*\* Doutorando e professor substituto de Economia na UFF. Membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ontologia Crítica (GEPOC), ambos da UFF. Bolsista FAPERJ nota 10. E-mail: savio.freitas37@gmail.com.

## Introdução

Na última década de sua vida, György Lukács troca correspondências com diversos intelectuais<sup>1</sup>, além de manter vivo o debate com seus discípulos da “Escola de Budapeste”. Era de seu interesse debater e revisar o conteúdo dos manuscritos da *Ontologia*<sup>2</sup>, publicada postumamente e formulada como base para uma *Ética* jamais escrita. Lukács, como sabemos, não costumava ser poupado de críticas, inclusive daqueles ao seu redor<sup>3</sup>. Um bom exemplo disso pode ser visto na relação de Lukács com István Mészáros, que deixou um legado teórico volumoso e bastante significativo na direção da necessária renovação do marxismo, defendida por Lukács face à vulgarização stalinista. Mas não são poucas as críticas que Mészáros faz a seu antigo mestre, sobretudo em *Para além do capital* (Mészáros, 2002 [1995]).

Mészáros, assim como Lukács, nasceu em Budapeste e vivenciou um atribulado período histórico na Hungria: desde a aliança com a Alemanha nazista para a conquista dos povos eslavos (1939-1945), passando pela derrota dessa frente para a URSS e a consequente instauração de uma democracia popular revolucionária, até o estabelecimento de uma ditadura de caráter stalinista em 1949 (Del Roio, 2017, p. 2). A partir do pós-Segunda Guerra Mundial, Mészáros aprofunda seus estudos na filosofia marxista, tendo Lukács como orientador. De acordo com Del Roio (*ibidem*), era provável que Mészáros substituísse Lukács em seu posto na Universidade de Budapeste, mas a crise stalinista que ocorre após a divulgação do relatório Krushev, em 1956, mudaria a situação de ambos. Lukács foi deportado para a Romênia, voltando para a Hungria logo após o apaziguamento da condição política em seu país natal – o que não impediu que o autor continuasse a sofrer ataques de opositores políticos e intelectuais até a sua morte; já Mészáros vai primeiramente para a Itália e depois se estabelece no Reino Unido. Contudo, o contato entre os dois pensadores nunca cessou, seja por meio da troca de correspondências ou em encontros ocasionais. Por isso, em que pesem suas divergências teóricas, é evidente que Lukács influenciou a produção de Mészáros.

Mészáros escreveu obras importantes ao menos desde a década de 1960, como *A teoria da alienação em Marx* (Mészáros, 2016 [1970]) e *O conceito de dialética em Lukács* (Mészáros, 2013). Nesta última, é discutida a originalidade e a evolução que a “dialética” adquire nos textos de Lukács durante sua extensa trajetória política e intelectual. No prefácio é reconhecido que a análise não estaria completa sem incorporar profundamente os argumentos da última obra lukácsiana, sendo que as vagas referências feitas à ontologia são retiradas apenas de suas entrevistas. É na monumental *Para*

<sup>1</sup> Do que resultam materiais como a coletânea *Essenciais são os livros não escritos* (Lukács, 2020) e *Conversando com Lukács* (Lukács, 2014).

<sup>2</sup> Aqui considerando os dois volumes de *Para uma ontologia do ser social* (Lukács, 2012; 2013) e os *Prolegômenos para uma ontologia do ser social* (Lukács, 2010).

<sup>3</sup> Após a morte de Lukács, mas antes da publicação da *Ontologia*, vieram a público as anotações extremamente críticas e polêmicas de Agnes Heller, Ferenc Fehér, György Márkus e Mihály Vajda. Esses autores foram discípulos e fizeram parte da esfera de convívio de Lukács, mas acharam oportuno que suas críticas permeadas de percepções de cunho pessoal (para ficarmos aqui com um eufemismo) em *Notes on Lukács' Ontology* (Feher *et al*, 1976) fossem publicadas antes da publicação da última grande obra do filósofo. Não é nenhuma surpresa que essas notas tenham provocado um clima extremamente desfavorável para a apreciação da própria obra de Lukács. O leitor, como ressalta Tertulian (1996, p. 54), ainda não tinha qualquer possibilidade de contrastar a obra e as suas críticas.

*além do capital* (2002 [1995]) que Mészáros dialoga de forma crítica (e polêmica) com as teses desenvolvidas por Lukács desde a sua juventude pré-marxista até o fim de sua vida, evidenciando uma série de contrapontos em relação à resolução ética/ontológica lukácsiana.

Em *Para além do capital*, o autor busca determinar as especificidades assumidas pelo caráter incontrolável do capital em sua relação com o Estado e o conjunto da vida social. Mészáros oferece uma leitura na qual o Estado funciona como garantidor da hierarquia social geradora do estranhamento e da exploração (Del Roio, 2017, p. 4). Como esclarece Oliveira (2021, p. 36-37), nessa obra, o filósofo húngaro pretende capturar as determinações mais íntimas do capitalismo pós-1970, evidenciando que a incontrolabilidade proveniente do movimento de acumulação esbarra em limites absolutos, o que caracterizaria a crise estrutural do capital.

Todo esse argumento é construído com base em uma leitura crítica do Estado, incluindo as formas que emergem das experiências socialistas, sobretudo a stalinista. Nesse sentido, são muitos os interlocutores de Mészáros, sendo que a Lukács são abertamente dedicados nada menos do que cinco capítulos inteiros. É sobretudo no último deles que Mészáros se debruça sobre as teses da *Ontologia*, com objetivo de evidenciar problemas ético-filosóficos que acompanham Lukács desde sua “juventude romântica” até a maturidade teórica. Neste trabalho sustentamos que as críticas de Mészáros a Lukács são muitas vezes imprecisas e que uma apreciação justa da obra lukácsiana ainda é um expediente a ser cumprido.

Para isso, dividiu-se este texto em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção são discutidos os problemas apresentados na crítica de Mészáros sobre o suposto “otimismo ético” de Lukács. Na segunda, contestamos as críticas de Mészáros à teoria do estranhamento lukácsiana. Na terceira seção, apresentamos como se vinculam o agir teleológico e o surgimento de determinações concretas, relação pouco compreendida por Mészáros.

### **1. O suposto otimismo ético de Lukács e problemas da categoria trabalho na *Ontologia***

O eixo central da crítica de Mészáros a Lukács refere-se à manutenção de alguns elementos ético-filosóficos relacionados ao caminho para a emancipação humana, perseguidos por ele desde a juventude. O argumento de Mészáros, ao nosso ver, pode e precisa ser dividido em pelo menos duas linhas, que serão discutidas nesta seção: i) há, em Lukács, uma espécie de otimismo romântico quanto ao papel da esfera ética na emancipação humana e ii) essa atitude é mantida – e até se acentua – no fim da vida do autor com sua obra ontológica. O objetivo desta parte do artigo é defender que, ainda que Mészáros ofereça argumentos convincentes para i), podemos levantar motivos para recusar a proposição ii). Diante da volumosa e instigante obra de Mészáros, que, em várias ocasiões, se debruça sobre as questões que este artigo visa discutir, foi preciso reduzir a análise a momentos específicos e, esperamos, representativos de seu argumento.

Em primeiro lugar, Mészáros oferece uma crítica das obras da juventude pré-marxista de Lukács: *A alma e as formas* e *A teoria do romance*. O autor destaca que a primeira dessas obras, em especial o ensaio “A metafísica da tragédia”, expressa o ide-

alismo extremamente acentuado e paradoxal do jovem Lukács, que muito embora estivesse, no fundo, inconformado com a situação concreta de seu tempo, só era capaz de exprimir suas contestações no plano ético abstrato. Os limites da perspectiva lukácsiana são destacados por Mészáros: tanto a defesa de uma individualidade levada ao extremo, quanto a visão determinista de história. Ambos seriam, segundo ele, derivados da concepção de Lukács sobre a metafísica da tragédia (Mészáros, 2002, pp. 352-353). Nesse contexto, afirma, Lukács formulava uma ética ausente de dimensão histórica, sem objeto e inaplicável, cuja “força” seria presumidamente independente de essa ética ser ou não realizável (*ibidem*, p. 357).

Com *A teoria do romance*, Lukács teria sido capaz de romper em parte com esse discurso filosófico, oferecendo um quadro de referência “mais tangível e de intenção mais radical”, ainda que utópico. Essa obra foi escrita no início da Primeira Guerra Mundial, o que estimulou Lukács a formular sua ética como uma ética “de esquerda”: não era mais possível, conforme apontavam suas conclusões de *A alma e as formas*, “esquecer a existência de tudo que fosse problemático” (Lukács *apud* Mészáros, 2002, p. 358). Lukács agora, em lugar de uma “rebelião ética, ainda vaga e sem direção, que lentamente emergia” (Mészáros, 2002, p. 356), assumiu uma ética de esquerda combinada com uma epistemologia de direita, como o próprio autor veio a diagnosticar posteriormente<sup>4</sup>.

Mas Lukács só conseguiu conceber caminhos concretos para que o indivíduo se apropriasse da história ao testemunhar a Revolução de Outubro, dois anos após finalizar a redação de *A teoria do romance*. Pela primeira vez, Lukács visualizava uma saída não-abstrata para a crise. Ela ocorreria através “da intervenção consciente de um sujeito histórico tangível no processo histórico real” (*ibidem*, p. 359). Essa visão foi expressa, como se sabe, em sua famosa *História e consciência de classe* (daqui em diante *HCC*). Mészáros, por um lado, reconhece o mérito da obra, que investiga a “‘estrutura ideológica fundamental do capitalismo’ e as formas mais abstratas de consciência que dela emanam” (*ibidem*, p. 361), já que sem uma crítica precisa sobre a ideologia dominante seria impossível empreender as tarefas históricas específicas capazes de objetivar a emancipação.

Contudo, Mészáros destaca diversos aspectos problemáticos no que diz respeito ao “caminho da emancipação”. Um deles é que, para solucionar a “crise ideológica” do proletariado internacional – em grande medida derivada da problemática práxis adotada pela Segunda Internacional –, Lukács atribui ao Partido Comunista e aos “intelectuais responsáveis comprometidos política e moralmente” (*ibidem*, p. 367) a função messiânica de vanguarda da revolução. Além disso, Mészáros destaca o fato de que *HCC* representou teoricamente, no plano histórico, os anseios despertados pela perspectiva de revolução na Rússia, um país extremamente atrasado e considerado o “elo mais fraco da corrente”<sup>5</sup>. Esta situação impôs a Lukács, na avaliação de Mészáros, um dilema: ele só foi capaz de superar o “pessimismo romântico” exaltador da tragédia das obras anteriores com a adoção de um “otimismo romântico” messiânico em *HCC* (Mészáros, 2002, p. 83).

<sup>4</sup> No prólogo de 1962 de *A teoria do romance*, Lukács avalia a obra como “síntese de ética de esquerda e epistemologia de direita” (Lukács *apud* Vaisman, 2005, p. 304).

<sup>5</sup> Uma expressão formulada originalmente por Lênin, muito usada por Mészáros (2002) para indicar a inspiração leninista de Lukács.

Na leitura de Mészáros, o problema presente nos textos da juventude de Lukács refere-se precisamente à forma como a superação do estranhamento é conjecturada: o indivíduo, por um lado, assume compromissos éticos em prol da superação do estranhamento. Cabe ao Partido, por outro lado, ser o guardião desse valor moral capaz de orientar a classe trabalhadora sobre as tarefas necessárias à emancipação, exercendo contrapeso aos estranhamentos gerados pela sociabilidade do capital (*ibidem*, p. 368). Uma formulação muito clara deste ponto de vista também se encontra no ensaio *Tática e ética*, escrito dois anos após a Revolução de Outubro.

Até aqui as críticas de Mészáros parecem convincentes, e encontram certo respaldo tanto na avaliação dos comentadores quanto nas avaliações do próprio Lukács. Contudo, um problema, a nosso ver, da argumentação de Mészáros é que ele parece transpor inadvertidamente essas mesmas atitudes para o final da vida de Lukács, sustentando que uma similar sobrevalorização da ética estende-se até *Para uma ontologia do ser social* e para as notas preparatórias da *Ética*.

Por exemplo, Mészáros afirma que a “A metafísica da tragédia” expressa uma visão trágica sobre a conexão entre necessidade histórica e a luta pela individualidade, que foi o pano de fundo para a adesão de Lukács ao marxismo, e diz que essa mesma visão trágica “jamais o abandonou” (*ibidem*, p. 354). Mais adiante, Mészáros afirma que Lukács continuou a defender transformações no modo de viver por meio da intervenção ética de maneira “tão forte quanto antes, ainda que [essa defesa] tivesse que soar tão abstrata como nunca nos últimos anos de sua vida” (*ibidem*, p. 372).

Entendemos, ao contrário, que as formulações da *Ontologia* sobre o estranhamento não podem ser consideradas “românticas” como as das obras pré-marxistas ou mesmo “messiânicas” como aquelas presentes em *HCC* – a próxima seção do artigo trata desse assunto. Parece-nos razoável dizer desde já que Lukács efetivamente abandonou suas visões trágicas da juventude e que, além disso, as concepções sobre ética deixadas por ele na *Ontologia* possuem um fundamento filosófico realista, diferentemente das formulações em abstrato que marcaram sua juventude. O fato é que, para Mészáros, o argumento da *Ontologia* essencialmente preserva os elementos negativos presentes nos primeiros textos filosóficos de Lukács, sobretudo no que se refere ao aspecto da ética enquanto mediadora de um agir humano que supere a generidade em si. Nas palavras do autor:

Em sua *Ontologia do ser social*, assim como nos delineamentos fragmentários de sua *Ética*, ele se apoia – esperança sem esperança – no poder postulado da “ética como mediação”, reafirmando sua eficácia na ausência de forças sociais identificáveis e de movimentos políticos viáveis engajados na luta para romper o círculo vicioso das mediações de segunda ordem do capital (*ibidem*, p. 369).

Mészáros defende, portanto, que em sua fase de maturidade Lukács conserva – e aprofunda – o mesmo otimismo romântico quanto à esfera ética, reiterando em diversas ocasiões que a concepção lukácsiana de “ética como mediação” faz com que o autor considere secundários ou irrelevantes os estranhamentos. Contra isso argumentamos que Mészáros parece não levar em conta que a reflexão proposta por Lukács para compreender a ontologia social toma como ponto de partida a gênese do ser social e o exame dessa gênese mostra vínculos entre os problemas da ontologia e da ética. Mas a

gênese do ser social não se deu na sociedade capitalista. Por isso o problema dos estranhamentos da sociedade capitalista não é discutido desde o início da *Ontologia*. Revela-se no texto de Mészáros o entendimento de que a contribuição de Lukács seria uma teoria compromissada exclusivamente com o entendimento da sociedade contemporânea.

Mészáros alega que seu antigo mestre se vê obrigado a abstrair da realidade do processo de trabalho sob o comando do capital para poder afirmar que um aspecto importante e permanente do processo de trabalho são as alterações que o trabalho faz surgir no indivíduo, entre elas o controle dos instintos, das emoções *etc.* Ao contrário do que ele considera, Lukács está considerando a realidade do trabalho de um ponto de vista ontológico, como aquilo que marca não apenas a sociedade capitalista, mas toda a sociedade. O alvo dessa crítica de Mészáros (2002, pp. 448-90) é o capítulo do trabalho, mas, no contexto por ele indicado, Lukács tem como referente concreto principal a história remota da humanidade, cronologicamente muito antes do capitalismo. Isso porque esses estágios da humanidade são os que melhor podem iluminar o salto ontológico da existência inorgânica e orgânica para uma existência propriamente social – esse sim, um dos grandes objetivos da *Ontologia* de Lukács<sup>6</sup>, mas que Mészáros não considera nessas passagens.

Neste capítulo inicial do segundo volume da *Ontologia*, a principal abstração feita é quanto a outros complexos que também são constitutivos da socialidade desde seu surgimento, especialmente a linguagem. Neste âmbito da análise, a sociedade capitalista oferece a chave analítica para a compreensão de períodos menos complexos, porque não seria possível identificar um ponto exato na história, com dia, mês e ano, para o salto ontológico – mas isso certamente ocorreu cronologicamente antes da consolidação da sociedade capitalista, de modo que não faz sentido criticar esse âmbito da análise lukácsiana por desconsiderar ou abstrair das condições específicas do capitalismo.

É evidente que Lukács pretende dizer algo sobre a sociedade contemporânea. Mas o capitalismo moderno aparece como referente empírico de forma mais direta nos últimos capítulos da obra. Além disso, mesmo quando o filósofo aborda questões de fato relativas ao capitalismo, muitas vezes se trata mais de um expediente ilustrativo do que um tratamento específico e centrado na sociedade capitalista. Em outros termos, a *Ontologia* não tem como objetivo principal explicar a existência social sob o capitalismo, e sim apreender o que for possível da existência social em geral, ainda que, para isso, seja necessário, evidentemente, compreender muitos aspectos característicos e exclusivos da sociedade capitalista, contrastando-os com as possibilidades contidas no desenvolvimento social em geral.

---

<sup>6</sup> É de conhecimento geral que Lukács queria escrever uma *Ética* depois de sua *Estética*, mas ele se deu conta de que uma concepção sobre o agir ético, para que não fosse idealista como suas obras da juventude, exigiria uma concepção concreta sobre o sujeito que age, isto é, uma ontologia do ser social. Procurando extrair essa ontologia dos escritos de Marx, Lukács se deu conta de que uma apreensão concreta do ser humano não pode ser feita sem conceber uma série de categorias que são necessárias para a existência desse ser. Ou seja, que a ontologia do ser social pressupõe, por sua vez, uma ontologia geral, incluindo também as esferas do orgânico (animais e plantas) e inorgânico (processos físico-químicos).

Pode-se dizer que o mesmo vale para o intuito de Marx ao analisar a economia da Inglaterra do século XIX: seu objetivo era compreender a sociedade capitalista em geral, e para isso não poderia deixar de compreender a situação particular da Inglaterra enquanto país com as relações capitalistas mais desenvolvidas. Um argumento sobre o papel da sociedade capitalista como caso clássico no plano de uma teoria sobre a sociedade em geral foi levantado recentemente por Bonente e Medeiros (2022), que acrescentam que de fato Lukács não oferece a seu leitor indicações suficientemente claras sobre isso<sup>7</sup>.

Por um lado, portanto, Mészáros não distingue com muita atenção esse sentido geral da obra ontológica de Lukács, o que torna frágil uma parte da sua crítica quanto ao fato de Lukács não considerar, desde o capítulo do trabalho, aspectos desenvolvidos e opressivos próprios do capitalismo (as “relações tirânicas do capital!”). Por outro lado, é sim preciso que uma análise do porte da que oferece Lukács seja capaz de dar conta dos aspectos específicos do capitalismo. Mas Mészáros também deixa escapar aspectos importantes nesse sentido, como no caso da teoria do estranhamento, como veremos na seção seguinte.

Mészáros afirma que abstrair do capital na configuração do trabalho é um expediente necessário para que Lukács sustente sua ética, implicando, ademais, uma suposta reformulação da identidade sujeito-objeto de *HCC*. Em suas palavras, essa abstração

[...] é necessária para os próprios objetivos de Lukács, inseparáveis do papel que ele deseja atribuir à ética. Nesse contexto, ele realiza seu objetivo teórico 1) ao descrever “o sujeito que trabalha” como trabalho em geral (ou a raça humana em si, identificada sem problemas com seus membros individuais), e 2) ao apresentar a forma de consciência – tal como em *História e consciência de classe* onde, como vimos, o proletariado poderia ser tratado como consciente mesmo quando “completamente inconsciente” – que pode ser rapidamente conciliada, na busca do nobre objetivo ético, com a ausência real de consciência (Mészáros, 2002, p. 489).

A identidade entre o “trabalho em geral” e o “sujeito que trabalha” seria uma formulação para a nova identidade sujeito-objeto que Mészáros quer atribuir a Lukács. Para Mészáros, na *Ontologia*, o trabalho, categoria fundante do ser social, foi tomado por Lukács como “sujeito-objeto idêntico do mundo da postulação teleológica” (*ibidem*, p. 488). Isso significa afirmar que este último não teria superado as próprias concepções hegelianas apresentadas em *HCC*.

Diga-se de passagem que o leitor do capítulo de Lukács sobre Hegel sabe bem que a identidade entre sujeito-objeto é veementemente rejeita pelo autor, justamente como a “falsa ontologia” de Hegel. Em lugar de expor a densa crítica de Lukács à identidade sujeito-objeto, podemos simplesmente mostrar como o autor entende a relação e *separação* entre sujeito e objeto em seus contornos gerais.

Para que o trabalho exista enquanto categoria que diferencia o ser social dos demais seres orgânicos é necessário que haja uma *separação* entre sujeito consciente e o

<sup>7</sup> “Mais do que isso, Lukács deveria ter alertado o leitor que o capitalismo está para a sua *Ontologia* como a Inglaterra está para *O capital* de Marx: trata-se do caso clássico, isto é, da forma mais desenvolvida do objeto em análise, razão pela qual é tomada como referente empírico do argumento” (Bonente e Medeiros, 2022, p. 12).

objeto (o mundo). Isso porque somente esse distanciamento permite que o sujeito seja capaz de, através do ato do pôr teleológico, pôr uma finalidade, isto é, realizar algo no mundo que seja distinto das legalidades que naturalmente se apresentam. Cabe ao sujeito pensante conhecer as causalidades presentes nos processos puramente naturais e, no âmbito de suas necessidades, utilizar conscientemente do trabalho para a criação do novo. Nesse sentido, o trabalho representa a categoria mediadora por excelência de sujeito e objeto, cujo *distanciamento* explicita o característico do ser social na realidade: a formação de uma consciência não mais epifenomênica (Duayer, Ecurra e Siqueira, 2013, pp. 20-21; Lukács, 2013, p. 63).

Resgatando um argumento dos *Prolegômenos* também é possível compreender o modo como Lukács percebe a relação entre aspectos subjetivos e objetivos na conformação de uma práxis peculiar do ser social no mundo. Ao tratar das chamadas categorias modais, mais especificamente da possibilidade, Lukács revela que todo pôr teleológico realizado pelo sujeito refere-se a uma escolha entre duas ou mais alternativas e a sua realização prática<sup>8</sup>, isto é, trata-se da execução objetiva de algo, tendo em vista a possibilidade escolhida (Lukács, 2010, p. 209). Desse modo, Lukács é capaz de defender que somente na esfera social é possível falar sobre o surgimento do “par opositivo sujeito/objeto”.

Como esclarece Araújo (2023), para Lukács, a práxis do trabalho é orientada para a transformação de determinado objeto que já existe na natureza enquanto ser-em-si. É através do trabalho que os seres humanos são habilitados a realizar variados tipos de objetivação<sup>9</sup>. Os objetos que derivam dessa dinâmica tornam-se socialmente úteis, mas é na consciência dos produtores que um vir-a-ser para-nós desses objetos pode ser formulado e obtido (*ibidem*, p. 3). Contra o argumento de Mészáros, portanto, é possível perceber que, por mais que os momentos subjetivos e objetivos que atravessam o agir dos seres humanos estejam inseparavelmente ligados pela práxis do trabalho, não seria correto afirmar que esses momentos representam uma identidade no sentido hegeliano, e é mais difícil ainda sustentar que Lukács oferece um argumento constituído de tal forma para explicar o trabalho em sua *Ontologia*.

Mészáros, em sua interpretação, deixa de identificar aspectos essenciais na formulação madura de Lukács sobre a categoria trabalho, alegando que a concepção de seu antigo mestre não passa de uma “verdade abstrata”, um recurso teórico necessário para que Lukács afirmasse o papel da ética na superação do estranhamento. Ao contrário do que sustenta Mészáros, defendemos que a categoria do trabalho, tal como concebida por Lukács, é apresentada desde sua gênese e busca compreender as características fundantes e gerais em diferentes formações sociais, não circunscrevendo sua análise à sociedade do capital. Também parece ser possível sustentar que a compreensão do trabalho como uma identidade sujeito-objeto é, no máximo, um recurso necessário para que Mészáros reivindique a inutilidade de mobilização do plano ético.

<sup>8</sup> Conforme veremos melhor na terceira seção deste artigo.

<sup>9</sup> “Sabemos que na realidade da prática do trabalho, objetivação e alienação são inseparáveis: ao efetivar a prévia ideação o produtor objetiva e aliena simultaneamente” (Araújo, 2023, p. 3).

## 2. Problemas na solução lukácsiana do estranhamento

Outra questão delicada do argumento de Mészáros é que ele não dedica muito esforço à análise dos estranhamentos na *Ontologia*, mas atribui ao último Lukács uma visão romântica sobre as possibilidades de superá-los. Sem pretender oferecer uma exposição exaustiva dos estranhamentos, na presente seção temos como objetivo rejeitar a proposição crítica de Mészáros enfatizando, por exemplo, que, para o Lukács da *Ontologia*, a superação de um estranhamento frequentemente traz consigo outros (e até piores) estranhamentos – ao contrário de uma suposta e romântica noção de superação definitiva.

Para Lukács, os estranhamentos (no plural) têm por base o antagonismo entre o desenvolvimento das capacidades sociais e o desdobramento da personalidade (Lukács, 2013, p. 582) o que, em outras palavras, significa dizer que os estranhamentos são movidos por momentos em que conquistas sociais se dão às custas da degradação de seus indivíduos e vice-versa. Além disso, na análise de Lukács, o estranhamento (no singular) consiste, também, em um complexo de opressões<sup>10</sup> que faz parte do ser social, com avanços, recuos, desenvolvimentos contraditórios *etc.* Por exemplo, do ponto de vista histórico, Lukács ressalta que a superação de estranhamentos específicos não é garantia de sua absoluta eliminação. Ao contrário,

Certamente [...] desapareceu a predominância da miséria brutal e do sobretabalho antropofágico com o auxílio dos quais Marx há mais de cem anos deu evidência aos problemas do estranhamento. Porém, os estranhamentos que passaram para o segundo plano foram substituídos por novos, a brutalidade manifesta daqueles atenuou-se, mas apenas para dar lugar a uma brutalidade aceita “voluntariamente” (Lukács, 2013, p. 725).

Ainda que passemos por tempos nos quais a “brutalidade manifesta” não pareça se atenuar em absoluto, o importante a reter é que Lukács concebe uma linha evolutiva complexa para os estranhamentos. Contudo, ele também considera que é um erro confundir o estranhamento com uma condição humana. Os estranhamentos podem ser clara e concretamente descritos no cotidiano, ainda que também nunca seja possível atribuí-los a um plano meramente individual: a luta de uma mulher contra violência não é um problema individual, o racismo é uma questão estrutural e assim por diante. Ao menos na concepção de Lukács, o estranhamento não é, por um lado, uma condição supra-histórica, e nem é um fenômeno “puramente” individual, pois em todos os casos ele ocorre sob certas condições sociais, e os indivíduos, como ele costuma afirmar, sempre oferecem respostas a problemas que são postos no plano social. Trata-se, em síntese, de um fato social que possui a qualidade de se manifestar aos indivíduos num nível individual e concreto (Araújo, 2023, p. 5). Algo decisivo para a teoria do estranhamento de Lukács, e que Mészáros não observa adequadamente, é que, para o autor da *Ontologia*, trata-se de um problema que aparece aos indivíduos como pluralidade:

[...] compreender adequadamente esse fenômeno implica entender que estranhamento no singular representa apenas um conceito teórico puramente abstrato [...]. Se quisermos penetrar intelectualmente até o seu ser autêntico, temos de chegar à compreensão de que o estranhamento como fenômeno

---

<sup>10</sup> Esta é uma ênfase que pode ser encontrada em Pinheiro (2020).

real do ser social real só pode aparecer na forma da pluralidade (Lukács, 2013, p. 607).

Além disso, os estranhamentos singulares, na visão de Lukács, são capazes de assumir uma aparência de autonomia tão significativa que não é raro que os indivíduos, ao se opor a algum(ns) estranhamento(s), acabem aceitando outros de maneira incontestável. Portanto, trata-se de um argumento que passa muito longe da concepção que Mészáros atribui a Lukács, segundo a qual o combate aos estranhamentos individuais assegura, por si só, a “vitória” ou “o sucesso da luta contra o poder [do estranhamento]” (Mészáros, 2002, p. 490). Seria possível, ainda nessa linha de argumentação, discorrer sobre a compreensão de Lukács acerca de um campo de ação concreto de possibilidades, e como esse conceito também confere a seu argumento uma orientação realista – e não romântica. Reservamos a apresentação desse conceito para a próxima seção, onde será importante enfatizar como os indivíduos, para Lukács, sempre se defrontam com condições concretas ao tomar decisões alternativas.

Neste momento, assinalamos que Lukács defende que as lutas contra estranhamentos individuais só ganham sentido realmente emancipatório quando estão dirigidas a um plano da generidade para-si, isto é, voltadas também e/ou principalmente para uma disputa sobre o tipo de sociedade que é não apenas possível, mas sobretudo desejável. Para Lukács, por um lado, a importância de um agir ético deriva do fato de que “não existe luta de classes em que o pró e o contra perante cada forma importante do estranhamento não tenha importância direta ou indireta, decisiva ou episódica” (Lukács, 2013, p. 624). Contudo, “permanece decisivo onde, como e quando sucede de fato uma atuação exemplar a favor da generidade para si, a favor da personalização autêntica dos homens, contra o seu estranhamento” (Lukács, 2013, p. 623).

Uma leitura que julgamos mais condizente com estes apontamentos é a de Duayer (2012), que também sustenta que o combate a uma forma de estranhamento – ainda que importante – não resulta imediatamente no combate a outros estranhamentos, e que tais lutas ganham sentido efetivamente crítico quando reivindicam também uma forma de sociabilidade diferente da capitalista.

Queremos um capitalismo melhor, com saúde pública universal de qualidade, mas que, ainda assim, fora dessa esfera, pode continuar presidindo todas as outras dimensões da vida social? E se a luta for ecológica? Queremos um capitalismo limpo, que respeite a natureza, mas que, respeitoso, continue a comandar um processo infinito de acumulação? E se a luta for educacional? Educação pública de qualidade para todos seria a razão da luta? Mas, atendida a demanda, poderia o capitalismo continuar educando sujeitos aptos a reproduzir suas relações sociais mantidas intactas nas outras esferas? Conclusão: se nada além do capitalismo é crível e, sobretudo, desejável, capaz de seduzir as pessoas, o que exatamente queremos quando fazemos a crítica e lutamos contra o *modus operandi* do capitalismo? (Duayer, 2012, p. 36).

Em resumo, Mészáros aponta para o caráter romântico da “mediação através da ética” de Lukács e alega que os efeitos das alternativas individuais são nulificados por um “modo necessário de operação dos sistemas do capital” (Mészáros, 2002, p. 490).

Ele sustenta sua crítica, sobretudo, na importância das mediações de segunda ordem<sup>11</sup> – que, como também veremos na próxima seção, não são exatamente ignoradas por Lukács. Porém, concordar com as críticas de Mészáros significa descartar, também, a possibilidade de que os indivíduos possam agir no sentido de enfrentar de modo consistente seus estranhamentos. É esse posicionamento que figura no centro da crítica de Mészáros a Lukács, mas nesse ponto a discordância – uma discordância a princípio legítima, como é de se esperar para dois intelectuais de relevo – não é suficiente para atribuir a Lukács uma concepção abstrata e romântica, como a que ele possuiu na juventude. Trata-se, por parte de Mészáros, de um expediente que simplifica uma teoria na verdade muito mais abrangente e complexa do que ele apresenta ao leitor.

Por fim, ao se referir à *Ontologia*, Mészáros reconhece o mérito da obra de Lukács ao desvendar a “relação entre a base material da sociedade e as várias formas de consciência social” (*ibidem*, p. 469). O problema, para Mészáros, é que a solução ética para a emancipação proposta por Lukács está atrelada a formas ideológicas (como a arte, a filosofia, a política, a ciência *etc.*) que atuam sobre uma base material – porque, neste âmbito, alega, as intervenções são nulificadas pelas mediações de segunda ordem<sup>12</sup>. Assim, seria preciso observar que “a margem de manobra ou o espaço de ‘autonomia’ para incorporar os interesses da sociedade civil” aparece cada vez mais limitada/o, devido ao processo de crise estrutural do capital (Oliveira, 2021, p. 45). Para Mészáros, essa situação debilita o poder desfetichizador de esferas ideológicas, como a da arte e da filosofia, sobrevalorizadas na teoria de Lukács.

De acordo com Mészáros, uma vez que essas esferas se encontram circunscritas ao sistema do capital, seus “poderes” de transformação social estariam bastante reduzidos. Assim, torna-se incoerente depositar esperanças nos complexos em que o “interesse emancipatório é particularmente forte, como acontece sem dúvida no domínio do discurso estético” (Mészáros, 2002 p. 469), pois estes não poderiam responder diretamente às exigências materiais da sociedade. Seriam, portanto, incapazes de influenciar a dinâmica da estrutura social já estabelecida, uma vez que “quanto mais articulada se torna a superestrutura legal e política, mais abrangentemente ela abarca e domina não apenas as práticas materiais reprodutivas da sociedade, mas também as mais variadas ‘formas ideais’ de consciência social” (*ibidem*, p. 469).

Similarmente, Mészáros argumenta sobre o Lukács da *Ontologia*, parece ser possível postular a superação da atual vida estranhada recorrendo-se apenas à tomada

<sup>11</sup> De acordo com Oliveira (2021), Mészáros compreende o intermédio dos seres humanos com o seu meio sobre dois aspectos, a partir do que ele denomina mediações de primeira e de segunda ordem. As mediações de primeira ordem “são funções inevitáveis da reprodução da vida material e cultural de qualquer ‘modo de intercâmbio social’” (Oliveira, 2021, p. 38). Já as mediações de segunda ordem surgiriam do processo de acumulação de capital: “No processo de ascendência histórica, o sistema do capital apropriou-se do controle do metabolismo primário” (*ibidem*).

<sup>12</sup> Todavia, é interessante notar como o argumento do próprio Mészáros se encaminha para uma solução inserida no plano político-ideológico. Para o autor, dado o elevado grau de autonomia adquirido pelas mediações de segunda ordem no capitalismo, seria preciso realizar uma ruptura definitiva com a *superestrutura legal e política* que legitima a acumulação capitalista. Ou seja, consistiria em realizar uma crítica dessa estrutura estatal estabelecida, sobretudo durante a época de transição, garantindo o fortalecimento do papel de um Estado novo, em um cenário pós-revolucionário (Mészáros, 2002, p. 470).

de consciência individual contra os autoestranhamentos presentes na vida cotidiana. Nessa crítica, escapa a Mészáros a dimensão de que atos de consciência individual orientados ao devir humano também não são considerados suficientes na visão de Lukács<sup>13</sup>. Para Mészáros, a ênfase em mobilizar as formas de consciência social representa uma hipostasia do papel da ética na superação do capitalismo, articulada, segundo o autor, de modo inadequado por Lukács. Todavia, mostramos que Lukács sustenta que as lutas contra as manifestações dos estranhamentos podem (ou não) adquirir um sentido emancipatório, e alguns elementos de sua teoria do estranhamento que foram muito brevemente considerados nesta seção parecem-nos suficientes para negar que haja em Lukács um simples voluntarismo no plano da ética.

### 3. O caminho concreto do agir teleológico e das escolhas entre alternativas

Para Mészáros, Lukács teria concebido de forma abstrata a relação entre o agir teleológico individual e a consolidação de estruturas que escapam ao controle dos indivíduos (relação entre o singular e o universal). Mészáros critica principalmente a formulação lukácsiana de que o indivíduo que age na realidade “escolhe” entre alternativas, uma vez que as alternativas estariam, no atual sistema do capital, atravessadas por mediações de segunda ordem que obstruem ou tornam nula a real capacidade de escolha. Com isso, torna-se impossível alterar o plano econômico/real a partir de decisões entre alternativas. Para o autor:

O modelo de Lukács, pelo qual indivíduos isolados, na qualidade de indivíduos autoconscientes, podem – com as consequências radicalmente reformativas previsíveis – “escolher entre alternativas”, simplesmente não funciona, pois, no que ele denomina “assuntos econômicos”, a questão não é de modo algum realmente “econômica” mas uma questão de relações estruturais de poder politicamente articulada (Mészáros, 2002, p. 484).

No contexto dessa passagem, que condensa muitos pressupostos que precisam e serão discutidos nesta seção, o principal alvo de Mészáros é *O presente e o futuro da democratização*<sup>14</sup>, um trabalho escrito por Lukács entre setembro e dezembro de 1968 (ou seja, no mesmo período em que escrevia a *Ontologia*). Lukács enviou o manuscrito

---

<sup>13</sup> Uma discussão sobre a teoria do estranhamento, alienação e reificação na *Ontologia* pode ser encontrada em Paulo (2022).

<sup>14</sup> O título original da obra é *Demokratisierung heute und morgen*, traduzido para o inglês como *The process of democratization*, cf. Lukács (1991). *O presente e o futuro da democratização* é um escrito redigido às pressas, tanto porque Lukács sentia a urgente obrigação de combater uma adesão irrestrita à democracia capitalista que batia à porta da Hungria, quanto porque era seu desejo terminar logo esse texto para retomar a redação da *Ontologia*, que era para o filósofo a tarefa mais importante de sua última década de vida. Na primeira parte, uma das preocupações do filósofo é sustentar que cada formação econômica concreta faz emergir um tipo específico e característico de democracia: “O ser real de todos os cidadãos, sua cooperação na vida democrática, está intimamente associado a uma formação econômica específica” (Lukács, 1991, p. 72). Partindo disso, ele declara que, para sociedades socialistas, a alternativa pró democracia burguesa é falsa, e mais adiante acrescenta que “a democracia socialista é o imediato oposto da democracia burguesa” (*ibidem*, p. 102). Em resumo, Lukács defende que, na sociedade socialista e comunista, ao contrário da capitalista, há a possibilidade de formulação da vida conforme os anseios dos seres humanos, colocando à sua disposição escolhas reais sobre o desenvolvimento econômico (*ibidem*, p. 99).

ao Partido, que prontamente o censurou e determinou que não fosse publicado. Só em 1988 ele veio à tona “como se a tinta do escritor tivesse secado havia pouco no manuscrito” (*ibidem*, p. 347). Neste artigo, não há espaço para comentários mais exaustivos sobre esse texto de Lukács, mas fica claro que, nesse caso, as críticas Mészáros ao escrito sobre democratização repousam sobre (ou melhor, se voltam contra!) as teses elaboradas na *Ontologia*, cuja redação foi interrompida entre setembro e dezembro de 1968 para elaborar o manuscrito sobre a democratização.

Em *Para além do capital*, é possível notar o empenho de Mészáros em afirmar duas proposições, intimamente relacionadas à citação com a qual abrimos esta seção, sobre o “modelo de Lukács”: i) que se trata de uma formulação que permanece em um plano abstrato; ii) que os indivíduos seriam, segundo Lukács, “autoconscientes”. Isso leva a concluir que o fenômeno de escolher entre alternativas é considerado como algo que compete a indivíduos como se estes fossem completamente autônomos em relação à sociedade ou, mais especificamente, como se fossem imunes às relações políticas que tornariam completamente nulos esses atos de escolhas. Para Mészáros, a disputa no plano da ética pela escolha entre essa ou aquela realidade não pode ser efetivada na prática porque nos encontramos “num mundo preso no círculo vicioso das mediações de segunda ordem do capital” (*ibidem*, p. 491).

Mais uma vez, parece ser possível rejeitar as críticas de Mészáros à Lukács simplesmente apresentando aspectos da teoria desenvolvida na *Ontologia*. Para isso enfatizamos a interrelação entre os complexos da economia e do direito, a delimitação estabelecida pelo conceito de campo de ação de possibilidades e a dinâmica do agir “sob pena de ruína”. Após comentar esses tópicos, teremos mostrado que a perspectiva do autor da *Ontologia* não é nem abstrata, nem desconsidera fatores como as relações de poder, que são caras ao argumento de Mészáros (2002).

Para entender a relação entre dois complexos como economia e direito, é preciso considerar o tratamento metodológico que Lukács confere à sua análise. Sua investigação sobre o trabalho no capítulo homônimo, como mencionamos na primeira seção, cumpre o objetivo principal de mostrar como o ser humano pôde vir a ser o que ele é: um ser dotado de existência propriamente social. Em seguida, ao conjunto muito amplo de determinações do trabalho, que ganha o nome de complexo, Lukács acrescenta a linguagem, a educação, a ciência, a religião, o cotidiano, a economia, a guerra, a ideologia, o estranhamento *etc.*, que compõem a existência social, entendida portanto como um “complexo de complexos”<sup>15</sup>.

Em passagens extremamente instrutivas do capítulo sobre a ideologia, Lukács explica que mesmo que o movimento global unitário, ou seja, a totalidade, tenha uma relevância ontológica sempre decisiva, é possível examinar cientificamente relações entre fenômenos e conjuntos de fenômenos isolados, isto é, as partes. No quadro da

---

<sup>15</sup> “Até o estágio mais primitivo do ser social representa um complexo de complexos, onde se estabelecem ininterruptamente interações, tanto dos complexos parciais entre si quanto do complexo total com suas partes. A partir dessas interações se desdobra o processo de reprodução do respectivo complexo total, e isso de tal modo que os complexos parciais, por serem – ainda que apenas relativamente – autônomos, também se reproduzem, mas em todos esses processos a reprodução da respectiva totalidade compõe o momento predominante nesse sistema múltiplo de interações” (Lukács, 2013, p. 162).

análise dos complexos, Lukács afirma que investigar as partes sem perder de vista a totalidade envolve, resumidamente, três coisas. Primeiro, um esboço adequado da constituição interior dos complexos. Segundo, mostrar como os componentes desse complexo são autônomos em algum nível, isto é, analisar seus elementos mais concretos e específicos. Terceiro, mostrar como, apesar dessa autonomia, sempre relativa, os complexos separados no pensamento ainda se encontram conectados por conta do caráter ontologicamente prioritário da sua constituição interna.

Prioridade ontológica significa antecedência na relação de existência, em outras palavras, “algo” que só pode existir por conta de “outro algo” que veio antes, e não uma posição hierárquica diretamente superior ou inferior. Em síntese, a análise de complexos individuais não apaga a relação entre eles e outros complexos e nem com a totalidade. Mas é necessário, afirma Lukács, considerar a dinâmica particular de cada complexo: “não basta o simples ater-se abstrato à totalidade última do processo total e à sua influência determinante sobre os grupos singulares de fenômenos. Fazendo isso, facilmente se pode ficar preso a uma fraseologia abstrata” (Lukács, 2013, p. 554).

Ou seja, conforme o procedimento metodológico empregado por Lukács, é justamente para estabelecer conexões entre as partes componentes do ser social que não sejam uma “fraseologia abstrata” que ele investiga mais pormenorizadamente elementos específicos, como o complexo do estranhamento, o agir individual, as posições teleológicas *etc.* Isso significa que, quando o autor trata de escolhas entre alternativas, não está, em momento nenhum, se referindo a “indivíduos isolados” construindo sua própria história<sup>16</sup>.

Enfim, sem nunca perder esse caráter global de vista é que Lukács analisa complexos em suas particularidades e conexões. Dessa forma ele relaciona a reprodução material geral da vida, isto é, o complexo da economia, e a consolidação de estruturas ideológicas voltadas à regulação dessa reprodução, como é o caso do aparato jurídico e do direito, em que se manifestam as estruturas de poder muito destacadas por Mészáros. Lukács não se refere ao direito, ou à jurisdição, como um “complexo”, mas como uma “esfera” do ser social. Nomenclaturas à parte, o fato é que ele explica o direito e a jurisdição pelo mesmo procedimento que mencionamos nos parágrafos anteriores: como algo dotado de constituição própria, diferenciável e relativamente autônomo em relação ao plano de onde surgiu (a economia), sem nunca, contudo, deixar de estar intimamente conectado a essa origem. Ao contrário, a autonomia relativa que o direito é capaz de obter é justamente o que o torna mais apto a cumprir sua função reguladora da reprodução da vida de forma correspondente às “relações estruturais de poder politicamente articuladas”, como prefere Mészáros. Mas isso só torna essas relações ainda mais vinculadas às questões econômicas, e não algo separado delas<sup>17</sup>. Conforme destaca Lukács:

---

<sup>16</sup> Pelo contrário, no capítulo sobre Marx, onde Lukács também discute questões metodológicas, não há muito espaço para dúvida. A história se desenrola no âmbito dos complexos, e não num âmbito individual: “só um complexo pode ter história” (Lukács, 2012, p. 353).

<sup>17</sup> Uma afinidade muito interessante entre direito e economia, apontada por Lukács, é que os indivíduos, em seu cotidiano, medem as consequências jurídicas de seus atos, chances de sucesso, os riscos de fracasso *etc.* de maneira muito semelhante a como se faz nas relações econômicas (Lukács, 2013, p. 236). Isso ocorre, por exemplo, quando se avalia o risco de

O próprio desenvolvimento social providencia que daí não resulte nenhuma autonomia absoluta, naturalmente não de modo automático, mas na forma de tarefas a serem cumpridas em cada caso, na forma de reações, atividades etc. humanas que surgem a partir delas, não importando se, nessas questões, essa autonomia se torne mais ou menos consciente, não importando o quanto ela seja mediada ou o quanto seja desigual o modo como ela se impõe (Lukács, 2013, p. 249).

Por isso, a recusa de Mészáros, na medida em que separa rigidamente a economia e as estruturas de poder que dela emergem, é que está sustentada em uma concepção isoladora. Tais estruturas nunca se autonomizam totalmente de questões econômicas. O que Lukács sustenta é que “em cada sistema de inter-relações dentro de um complexo de ser, como também em cada interação, há um momento predominante” (Lukács, 2013, p. 85), e no caso da interação que acabamos de destacar, o filósofo reconhece, muito firmemente apoiado em Marx, que a economia é o momento predominante<sup>18</sup>.

Por fim, para mostrar como toda essa argumentação chega ao plano mais concreto das escolhas entre alternativas, pode-se assinalar, primeiro, que, para Lukács, o ser humano é um ser que responde a condições de vida, sociedade, família *etc.* muito bem determinadas e que influenciam seus atos, crenças e sentimentos “do nascimento ao túmulo”. Essas influências compõem um campo de ação previamente estabelecido para as respostas que o indivíduo pode oferecer a cada situação concreta. O que Lukács diz é simplesmente que, ao indivíduo que responde, sempre é permitido, no limite, “um sim ou um não (ou uma ‘abstenção do voto’) à pergunta posta pela sociedade” (*ibidem*, p. 287). Além disso, as relações de necessidade só podem se efetivar quando atuam sobre e através da escolha entre alternativas por parte dos indivíduos (*ibidem*, p. 590). Lukács frequentemente alerta que conceber a necessidade social como algo irresistível é característico ou de concepções materialistas vulgares, ou de sistemas categoriais como o hegeliano – concepções das quais ele procura se afastar<sup>19</sup>.

Quando a necessidade é imposta aos indivíduos, alternativas e decisões são feitas “sob pena de ruína”. Tendências econômicas atuam de forma tão intensa que as tarefas e questões levantadas na vida das pessoas singulares exigem respostas e soluções “de modos bem determinados, economicamente prescritos” (*ibidem*, p. 618). Marx, considerando essas relações, no primeiro prefácio de *O capital*, alerta que não retrata capitalistas e proprietários fundiários “com cores róseas”, mas eles, assim como os trabalhadores, são indivíduos portadores de determinadas relações e classes.

Meu ponto de vista, que apreende o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode menos do que

---

atravessar um sinal vermelho para ganhar tempo, ou quando a decisão é sobre prolongar uma greve além do período legalmente estipulado. No mundo moderno, a relação do indivíduo com as leis da sociedade está indissociavelmente atrelada ao aspecto econômico.

<sup>18</sup> Note-se que essa mesma compreensão geral sustenta a ideia de que tipos diferentes de democracia estejam associadas a formações específicas.

<sup>19</sup> Lukács, ao comentar o sistema categorial hegeliano, enfatiza ainda mais a importância de conceber o âmbito da necessidade causal em sociedade como algo não-automático porque “nessa generalização surge o fantasma da identidade” (Lukács, 2013, p. 144), do qual Lukács claramente se afasta, conforme discutimos, por exemplo, na primeira seção do artigo.

qualquer outro responsabilizar o indivíduo por relações das quais ele *continua a ser socialmente uma criatura, por mais que, subjetivamente, ele possa se colocar acima delas* (Marx, 2013, p. 80; grifos adicionados).

Em outras palavras, um capitalista pode até deixar de se comportar e tomar decisões como capitalista, mas isso o empurrará para a falência, ao passo que o trabalhador que não trabalhe será empurrado para a miséria e, no limite, para a morte. Quando fala das possibilidades que a alternativa coloca para o indivíduo são também esses aspectos que Lukács leva em conta, o que o coloca muito distante da concepção extremamente voluntarista e abstrata que Mészáros lhe atribui. Isso poderia ser exaustivamente reforçado neste texto com muitas outras passagens e trechos da *Ontologia*.

Por fim, devemos ainda destacar que, para Lukács, a “autoconsciência”, no sentido de serem oniscientes quanto às consequências de seus atos, não é, de forma nenhuma, uma propriedade intrínseca dos indivíduos. Para isso basta citar apenas uma frase: “a práxis cotidiana está sempre envolta pelo amplo círculo do incognoscível, impossível de ser totalmente controlado” (Lukács, 2013, p. 658). Sendo assim, limites quanto às alternativas sempre fizeram parte da realidade humana, seja por um desconhecimento dos processos básicos da natureza (sobretudo nas primeiras organizações sociais humanas), seja em decorrência da dominação de ideologias místicas (como a operada pelo catolicismo), ou mesmo decorrentes de outros modos de produção não capitalistas fundados na exploração do trabalho (como a escravidão antiga).

O argumento de Lukács indica que o avanço da humanidade, que pode (ou não) ser em direção à superação da generidade-em-si, é possível por causa das escolhas entre alternativas, juntamente com fato de que grupos humanos selecionam aquelas consideradas “corretas” e as empregam como ideologias capazes de resolver conflitos em sociedade. Também no prefácio da primeira edição de *O capital* Marx afirmava, observando transformações ocorridas na Europa e América do Norte, que “a sociedade atual não é um cristal inalterável, mas um organismo capaz de transformação e em constante processo de mudança” (Marx, 2013, p. 80).

Para finalizar, procuramos apresentar a inter-relação das decisões individuais e a transformação social conforme os *Prolegômenos*. Segundo Lukács:

Vemos, de um lado, que cada decisão alternativa de cada trabalhador tornado individualidade pressupõe como base um determinado estágio do desenvolvimento do ser social, e, por outro lado e ao mesmo tempo, que a práxis coletiva assim originada (síntese prática de muitas decisões alternativas pessoais imediatas) não pode ser, em absoluto, mera consequência mecânico-causal direta do desenvolvimento (econômico) social objetivo, e sim pressupõe a decisão individual – por esse motivo variada – de muitos [...] (Lukács, 2010, p. 94-95).

Essa condição da mudança em sociedade faz com que, mesmo que sempre acompanhado pelo “círculo do incognoscível” nas relações do cotidiano, o ser humano tenha que refletir sobre “o presente e o futuro da sociedade na qual, mediado por tais decisões, ele se reproduz individualmente, como ele a deseja enquanto ser, que direção do processo corresponde a suas ideias sobre o curso favorável de sua própria vida e da de seus semelhantes” (*ibidem*, p. 95). Portanto, o essencial da ética lukácsiana que é rejeitado por Mészáros parece ter origem numa incompreensão sobre o verdadeiro significado da economia, do trabalho e do agir individual na *Ontologia* de Lukács, responsáveis pela mediação de cada singularidade com a formação da generidade.

Neste texto, mostramos que Lukács não considera o indivíduo em abstrato, com capacidades que independem da sociedade, e que tampouco há razão em alegar uma espécie de autoconsciência inata do indivíduo. O que autor sustenta é que as pessoas são chamadas a tentar compreender em maior ou menor medida como suas ações repercutem em um plano histórico-social: o que ele chama de democratização socialista (Lukács, 1991), por exemplo, cumpriria um papel no sentido de potencializar esses efeitos e a apreensão deles por parte das pessoas.

É importante recordar que Mészáros recusa o argumento de Lukács, sustentando que este não considerou as “mediações de segunda ordem”, mas a ideia não é estranha à Lukács: “quanto mais desenvolvida, quanto mais social for uma formação econômica, tanto mais complexos são os sistemas de mediação que ela precisa construir dentro e em torno de si” (Lukács, 2013, p. 384; grifos adicionados). A diferenciação de mediações cada vez mais complexas, portanto, também é uma questão analisada pelo autor. A diferença é que ao invés de entender que estruturas de mediação como a ideologia, a política *etc.* se desvinculam do agir individual, Lukács entende (adequadamente, ao nosso ver) que tais estruturas sempre repousam sobre práticas que as afirmam ou negam.

### Considerações finais

O leitor que conhece a relação pessoal e profissional construída por Mészáros e Lukács pode se surpreender com o teor das críticas dirigidas pelo primeiro ao segundo. Como procuramos destacar neste texto, a argumentação de Mészáros é pautada pela rejeição da luta no campo da ética que, como se sabe, ocupa papel central na teoria de Lukács. Sabemos inclusive que o plano de Lukács seria apresentar uma discussão profunda sobre o assunto em uma *Ética*, como desdobramento das conclusões dos seus textos ontológicos. Como o autor não pôde realizar esse empreendimento, não há uma ética lukácsiana concluída. Mas também não se pode afirmar que não há uma reflexão do autor sobre a ética na *Ontologia*. Na analogia proposta por Tertulian (2010, p. 21), a ética de Lukács não toma a forma de um edifício acabado, mas tampouco é possível dizer que o projeto permaneceu um esboço. Há uma linha coerente e discernível na *Ontologia* para problemas de natureza ética. Trouxemos apenas alguns desses elementos para rebater as críticas de Mészáros, mas há ainda um amplo caminho a percorrer para que se possa apreciar adequadamente as contribuições de Lukács no campo da ética<sup>20</sup>.

Vimos neste artigo que Mészáros recusa as proposições de Lukács no campo da ética tendo por base uma série de incompreensões sobre significado do trabalho e do agir teleológico na obra ontológica. Estes, como sustenta Lukács, permitem a escolha entre alternativas – ainda que não de forma indiscriminada, abstrata, autoconsciente *etc.* Incompreensões quanto a esse tema impregnam todo o argumento de Mészáros contra seu antigo professor e amigo, de modo que foram resgatadas diversas passagens da *Ontologia* para evidenciar que suas críticas não a atingem. Para Mészáros, como apresentamos, a posição supostamente romântica de Lukács em relação à ética, as (fal-

<sup>20</sup> Um conjunto já expressivo de reflexões abordam esse tema, das quais mencionamos aqui apenas algumas: Tertulian (2010), Medeiros (2011), Duayer e Medeiros (2015), Sartori (2018, 2022) e Albinati (2015).

sas) abstrações utilizadas para compreender categorias essenciais da *Ontologia* e a suposta desconsideração das “mediações de segunda ordem do capital” seriam responsáveis por inabilitar o pensamento de Lukács.

Um pensador do porte de Mészáros certamente foi capaz de notar as mudanças na perspectiva teórica de Lukács durante as muitas décadas em que o filósofo produziu no interior da tradição marxista. Contudo, as discussões indicaram, em maior ou menor medida, uma associação exagerada, por parte de Mészáros, entre a juventude e as últimas obras de Lukács. Como considerações conclusivas, mas que ainda precisam ser trabalhadas, podemos sugerir que as considerações de *Para além do capital* estão muito profundamente vinculadas à tese de Mészáros segundo a qual não há nenhuma “ruptura radical” na concepção teórica de Lukács – uma tese que ele defende, pelo menos, desde *O conceito de dialética em Lukács*. Esse texto manifesta o esforço do autor em buscar correspondências entre a produção da juventude e a da maturidade de Lukács. Conforme vimos, um exemplo dessa perspectiva que salta aos olhos em *Para além do capital* é a tese de que há um novo sujeito-objeto idêntico na formulação lukácsiana sobre o trabalho, apresentada na *Ontologia*.

É no mínimo curioso que Mészáros, ao se referir ao ensaio *O presente e o futuro da democratização* (que, como se sabe, só obteve aval para ser publicado 20 anos após Lukács tê-lo escrito), reclame que o texto fosse tomado “como se a tinta tivesse acabado de secar”. Isso porque o próprio Mészáros age de forma semelhante, quando resgata diversos elementos das obras da juventude de Lukács e os hipostasia em suas considerações sobre o último grande trabalho de seu antigo orientador. Como consequência disso, podemos dizer que o significado da obra ontológica de Lukács é ainda um tanto desconhecido por Mészáros (o que também se revela, diga-se de passagem, para muitos dos ex-alunos de Lukács frequentadores da “Escola de Budapeste”). Por isso, neste texto, acentuamos a necessidade de livrar as teses ontológicas de Lukács das equivocadas críticas que a elas foram dirigidas e que aqui foram sumariamente apresentadas. Reforçamos que um resgate acurado do argumento da *Ontologia* é imprescindível para que se compreenda as possibilidades de ação concretas do ser social em direção à emancipação, sendo impossível eliminar a ética desta investigação.

## Referências

- ALBINATI, Ana Selva C. B. “Lukács: pensar a ética a partir de Marx”, *Sapere Aude*. Belo Horizonte, v. 6, n. 11, 2015, pp. 17-30.
- ARAÚJO, Paulo Henrique Furtado de. “Glosas sobre alguns aspectos gerais do estranhamento (*Entfremdung*) em *Para uma ontologia do ser social* de Lukács”. In: CORRÊA, Ana Laura et alii (orgs.). *Anuário Lukács*. Brasília: Comissão Editorial do Anuário Lukács, 2023, pp. 362-395.
- BONENTE, Bianca Imbiriba; MEDEIROS, João Leonardo. “Lukács e o teste de Rorschach da *Ontologia*: a ‘lei do valor’ como fundamento dinâmico da vida social”. In: Encontro Nacional de Economia Política, XXVII, 2022, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2022. Disponível em: <[https://www.sep.org.br/01\\_sites/01/index.php/enep-2/trabalhos- aprovados](https://www.sep.org.br/01_sites/01/index.php/enep-2/trabalhos- aprovados)>. Acesso em 07 de março de 2023.
- DEL ROIO, Marcos. “Mészáros e Lukács, artigo-homenagem”, *Revista Novos Rumos*. Marília, v. 54, n. 2, 2017.
- DUAYER, Mario. “Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho”, *Em Pauta*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 29, 2012, pp. 35-47.
- DUAYER, Mario; ESCURRA, Maria Fernanda; SIQUEIRA, Andrea Vieira. “A ontologia de Lukács e a restauração da crítica ontológica em Marx”, *Revista Katálysis*. Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 17-25, jun. 2013.
- DUAYER, Mario; MEDEIROS, João Leonardo. “A ontologia crítica de Lukács: para uma ética objetivamente fundada”. In: MIRANDA, Flávio; MONFARDINI, Rodrigo. *Ontologia e estética*. Coleção NIEP-Marx volume 2. Rio de Janeiro: Consequência, 2015, pp. 17-44.
- FEHER, Ferenc; HELLER, Agnes; MARKUS, Gyorgy; VAJDA, Mihaly. Notes on Lukacs’ Ontology. *Telos*, n. 29, p. 160-181, 1976.
- LUKÁCS, György. *The process of democratization*. Tradução de Susanne Bernhardt e Norman Levine. Albany: State University of New York Press, 1991.
- LUKÁCS, György. *Prolegômenos Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- LUKÁCS, György. *Conversando com Lukács*. Tradução de Giseh Vianna. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.
- LUKÁCS, György. *Essenciais são os livros não escritos: últimas entrevistas (1966-1971)*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da Economia Política*, Livro I. São Paulo: Boitempo editorial, 2013.
- MEDEIROS, João Leonardo. “As implicações da teoria do valor de Marx para a ética: uma interpretação a partir da ‘obra ontológica’ de Lukács”, *Política & Sociedade*. Florianópolis, v.10, n. 19, 2011, pp. 275-304.

- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- MÉSZÁROS, István. *O conceito de dialética em Lukács*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016 [1970].
- OLIVEIRA, Marcio Roberto. *A guerra às drogas como complexo ideológico do capitalismo contemporâneo*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Economia, Niterói, 2021.
- PAULO, Sávio Freitas. Estranhamento, alienação e reificação: uma análise da primeira e da última obras marxistas de Lukács. *Marx e o Marxismo*. Niterói, v. 10, n. 18, pp. 52-68, 2022.
- PINHEIRO, Filipe Leite. *Marx como teórico da luta contra as opressões: uma análise a partir da teoria do estranhamento de Lukács*. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Economia, Niterói, 2020.
- SARTORI, Vitor. “A obra madura de Lukács: sobre a correlação entre ética e ontologia”, *Revista Katálysis*. Florianópolis, v. 25, n. 2, 2022, pp. 337-345.
- SARTORI, Victor. “Lukács e a especificidade da questão da ética: Apontamento sobre a crítica lukacsiana ao direito e à moral”, *Revista de direitos humanos e democracia*. Ijuí, v. 6, n. 11, 2018, pp. 281-327.
- TERTULIAN, Nicolas. “O grande projeto da Ética”, *Verinotio*. Belo Horizonte, n. 12, 2010, pp. 21-29.
- TERTULIAN, Nicolas. “Uma apresentação à *Ontologia do ser social*, de Lukács”, *Crítica Marxista*. Campinas, Brasiliense, v. 1, n. 3, 1996, pp. 54-69.
- VAISMAN, Ester. O “jovem” Lukács: trágico, utópico e romântico? *Kriterion*. Belo Horizonte, n. 112, pp. 293-310.

Recebido em 05 de outubro de 2023

Aprovado em 30 de novembro de 2023

# Reprodução social em disputa: um debate entre autonomistas e marxistas<sup>1</sup>

*Social reproduction in dispute: a debate between autonomists and Marxists*

**Paula Varela\***

## Resumo

Este texto aborda o debate teórico-político entre a perspectiva autonomista e a marxista da reprodução social. Para isso, baseamo-nos no recente dossiê publicado pela revista *Radical Philosophy* “Social reproduction theory”, cuja apresentação foi escrita por Silvia Federici e seu artigo teórico por Alessandra Mezzadri. O núcleo duro do dossiê tem o objetivo de polemizar com as posições sustentadas no livro de Tithi Bhattacharya, *Teoria da reprodução social*: remapeando a classe, recentralizando a opressão. Apresentamos aqui uma “crítica da crítica”, a fim de propor uma leitura sobre a Teoria da Reprodução Social como uma teoria da relação entre produção e reprodução na sociedade capitalista.

**Palavras-chave:** feminismo; marxismo; reprodução social; classe trabalhadora

## Abstract

This article addresses the theoretical-political debate between the autonomist vision and the Marxist vision of social reproduction. To do so, we base on the recent dossier published by the journal *Radical Philosophy* “Social reproduction theory”, whose presentation is written by Silvia Federici and its theoretical article by Alessandra Mezzadri. The hard core of the dossier’s argument is aimed at polemizing with Tithi Bhattacharya’s book *Social reproduction theory*: remapping class, recentring oppression. This is a “critique of criticism” that propose a reading of the Theory of Social Reproduction as a theory of the relationship between production and reproduction in capitalist society.

**Keywords:** feminism; Marxism; social reproduction; working class

---

<sup>1</sup> Título original “La reproducción social en disputa: un debate entre autonomistas y marxistas”, publicado na revista *ARCHIVOS de historia del movimiento obrero y la izquierda*, ano VIII, n° 16, março de 2020-agosto de 2020, pp. 71-92. Pode ser consultado em: <<https://doi.org/10.46688/ahmoi.n16.241>>. Agradecemos à autora por fazer uma revisão final e autorizar a publicação, assim como ao Comitê Editorial da revista por permitir esta publicação em português brasileiro.

\* Paula Varela é pesquisadora do Centro de Estudios e Investigaciones Laborales del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Universidad de Buenos Aires (Argentina). E-mail: paula.varela.ips@gmail.com. Traduzido por Camila Carduz Rocha e por María Josefina Mastropaolo, ambas investigadoras do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social (GE-TRS), registrado no Diretório do CNPq em: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7534263257506461](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7534263257506461). Esta versão foi lida e comentada pela autora Paula Varela que auxiliou na escolha dos termos mais adequados. [N. T.] As citações de trabalhos que não foram publicados no Brasil e, portanto, estão referenciados em idiomas que não o português brasileiro, foram traduzidas de maneira livre pelas tradutoras.

## Introdução

Em abril de 2019, a revista *Radical Philosophy* publicou um dossiê chamado “Teoria da reprodução social”, cuja apresentação foi escrita por Silvia Federici, e seu conteúdo visa, basicamente, polemizar com a perspectiva marxista da Teoria da Reprodução Social (TRS), criticando o livro de Tithi Bhattacharya, *Teoria da reprodução social: remapear a classe, centralizar a opressão*<sup>23</sup>. O artigo que concentra os argumentos teóricos é “On the value of social reproduction”, de Alessandra Mezzadri, e, portanto, irei me basear nele para elaborar uma “crítica da crítica”<sup>4</sup> e propor *uma leitura da Teoria da Reprodução Social como uma teoria da relação entre produção e reprodução na sociedade capitalista*.

O artigo de Mezzadri tem três virtudes. A primeira é que destaca algo que estava pairando no ar, mas que ainda não havia sido abertamente expresso: que há uma disputa teórico-política sobre o que queremos dizer com “reprodução social” e que há dois contendores nessa disputa: a *perspectiva autonomista* e a *perspectiva marxista* da reprodução social. Uma atualmente representada por Silvia Federici e outras teóricas; a outra expressa (para este debate) no livro compilado por Bhattacharya, que retoma as propostas de Lise Vogel e inclui contribuições de teóricas contemporâneas como Susan Ferguson e Cinzia Arruzza (entre outras). A segunda virtude do artigo é que ele situa o cerne do debate teórico onde este deveria estar: a definição do que é o trabalho de reprodução social e o papel que desempenha no capitalismo contemporâneo, e qual é a sua relação com o trabalho de produção de mercadorias, ou, em termos marxistas, com a produção de valor. Para isso, o artigo de Mezzadri leva o debate de volta às suas origens: as elaborações de Mariarosa Dalla Costa e Selma James (2018), como teóricas fundadoras da perspectiva autonomista, e as elaborações de Vogel, como aquela que consegue conceber o núcleo duro da perspectiva marxista na qual se baseiam as elaborações posteriores, e se concentra, particularmente, na definição de um ponto crucial: se o trabalho de reprodução social produz ou não valor. Essa discussão, que pode parecer quase um preciosismo (e que muitos criticaram na década de 1970 por ser “abstrata demais”), recupera toda a sua centralidade aqui. A terceira virtude é que Mezzadri estabelece nitidamente qual é a consequência política desse debate teórico: nem mais nem menos do que a caracterização dos territórios da luta contra o capital, quem são os sujeitos que devem protagonizá-la e qual é o papel das mulheres nessa luta. Ou seja, qual seria a forma política que uma perspectiva, que busca transcender o capitalismo, assumiria hoje?

Definitivamente, além dos argumentos que a própria Mezzadri defende e da forma como o faz (tudo isso é objeto de minha crítica), seu artigo é importante em si mesmo porque consegue deixar evidente que estamos diante de um debate central para o feminismo (em um momento em que milhares de mulheres, especialmente jovens, se identificam com essa identidade heterogênea) e, sobretudo, para um feminismo que entende que a luta contra a opressão às mulheres é indissociável da luta

---

<sup>2</sup> Para uma entrevista com Tithi Bhattacharya sobre seu livro, consulte Varela (2018a).

<sup>3</sup> [N. T.] Título original: *Social reproduction theory: remapping class, recentering oppression*.

<sup>4</sup> Para a elaboração desta crítica, foram fundamentais as trocas de ideias com Susan Ferguson e Gastón Gutiérrez Rossi. Todas as afirmações são de minha inteira responsabilidade.

contra o capitalismo, na medida em que não são sistemas de opressão separados (patriarcado e capitalismo), mas um único sistema construído sobre a base dessa dupla opressão (de gênero e de classe)<sup>5</sup>.

### 1. Todo trabalho produz valor?

Mezzadri começa assim sua crítica:

Partindo de uma revisão do debate sobre a reprodução social, antigo e novo, e concentrando-se no aumento e na expansão do trabalho informal e não formalizado, a análise a seguir argumenta que somente as interpretações das atividades e dos âmbitos da reprodução social como *produtores de valor* podem melhorar nossa compreensão das relações de trabalho do capitalismo contemporâneo (Mezzadri, 2019, p. 33; grifos no original).

Para fazer essa afirmação, Mezzadri se apoiará em dois pilares: o primeiro, a tradição teórica iniciada por Dalla Costa e James (inscrita no *operaismo* italiano), que deu origem à Campanha por Salários para o Trabalho Doméstico<sup>6</sup>, e da qual fazem parte Leopoldina Fortunati e Silvia Federici<sup>7</sup>, entre outras; o segundo, estudos que se concentram no “trabalho informal ou informalizado” e/ou nas “economias de subsistência” em países periféricos, entre os quais a autora destaca os de Maria Mies (Mies, 1982; 2019; Mies e Bennholdt-Thomsen, 1999). Assim, a tese, que no âmbito da Segunda Onda Feminista visava argumentar especificamente que o trabalho doméstico produz valor, é ampliada aqui em direção a uma tese mais geral sobre “o papel desempenhado pela reprodução social nos processos de extração do mais-trabalho e de geração de valor” (Mezzadri, 2019, p. 34), que vai além do campo do feminismo e se justapõe às discussões que estão sendo realizadas na historiografia, sociologia e antropologia contemporâneas. Essas discussões têm um núcleo comum: a problematização da ideia de Marx do “trabalhador livre” (“livre” dos meios de produção e “livre” para vender sua força de trabalho no mercado) e da relação de assalariamento como a relação social fundamental a partir da qual se explica a produção de valor e de mais-valor e, portanto, a acumulação de capital e a reprodução do sistema capitalista como um todo. Parte dessas discussões pode ser encontrada no livro de Marcel van der Linden (2013), *Trabalhadores do mundo*, entre outros. Com base nesses estudos e em sua própria pesquisa sobre *sweatshops* (Mezzadri, 2017), a autora identificará três canais pelos quais as atividades e esferas reprodutivas contribuem para os processos de geração de valor: (a) a extensão dos padrões de controle do trabalho para além do tempo de trabalho, o que também expande as taxas de exploração; (b) a absorção, pelos e pelas trabalhadores/as, da externalização sistêmica dos custos de reprodução social, que opera, de fato, como um subsídio ao capital; (c) o aumento da subsunção formal do trabalho ao capital, uma forma endêmica no capitalismo periférico e, portanto, na maior parte do mundo (Mezzadri, 2019, p. 33). Embora neste artigo não iremos nos

<sup>5</sup> Essa compreensão é a base das teorias unitárias, em oposição às teorias de sistema duplo que explicam a opressão de gênero e a exploração de classe como consequência de dois sistemas distintos. Para uma reconstrução desse debate, consulte Ferguson e McNally (2022).

<sup>6</sup> Campanha internacional que começou em 1972 nas cidades de Nova Iorque, Trivento, Toronto e outras. Para conhecer uma historicização do Comitê de Nova Iorque, do qual Silvia Federici participou, consulte Federici e Austin (2019).

<sup>7</sup> Consulte Fortunati (1981) e Fortunati e Federici (1984).

deter nessa discussão, mas naquela que se refere, particularmente, ao feminismo autonomista que Mezzadri identifica como a tradição originária, é pertinente ressaltar o que dissemos durante um “debate” com Marcel van der Linden e sua categoria de “trabalhadores subalternos”: a descrição da heterogeneidade e das formas intermediárias de trabalho que existem (nas quais os tempos de produção de valor e de reprodução da força de trabalho se sobrepõem) não constitui, por si só, uma negação do predomínio da relação salarial como estruturante (não totalizante) da acumulação de capital hoje. Por outro lado, expressa a maneira desigual e combinada pela qual o capitalismo contraditoriamente mercantiliza os e as trabalhadoras (Varela, 2014).

Apoiando-se nesses dois pilares, Mezzadri argumentará que há *uma indefinição da fronteira entre os âmbitos da produção de “valor” e da reprodução da “vida”*, o que significaria que todos os âmbitos onde existe “trabalho” podem ser pensados como âmbitos de fonte de valor e, portanto, a própria distinção entre o espaço da produção e o espaço da reprodução se torna irrelevante a tal ponto que sustentá-la é quase um capricho “produtivista” das marxistas da TRS (e de marxistas em geral). Em suas próprias palavras: “abordagens do valor que propõem uma separação nítida entre o que produz e o que não produz excedente se baseiam em uma informação imprecisa e altamente dualista para a compreensão do funcionamento do capitalismo” (Mezzadri, 2019, p. 39).

Antes de fundamentar os problemas que vejo na abordagem de Mezzadri, gostaria de desvendar uma série de questões que não fazem parte da discussão (embora tendam a aparecer e gerar confusão). Em primeiro lugar, definir se o trabalho de reprodução social produz ou não valor não é o mesmo que dar “valor ou importância” a esse trabalho, realizado principalmente por nós, mulheres, porque o valor na teoria de Marx não é um conceito moral, é um conceito (central) de sua crítica à economia política. Pelo contrário, estabelecer o papel do trabalho de reprodução social e sua relação com o trabalho produtivo *implica atribuir-lhe a maior importância no capitalismo*, porque ajuda a compreender, entre outras coisas, o ponto exato em que o gênero e a classe se cruzam, não por acaso, não aleatoriamente, mas *de uma forma necessária* para que esse sistema (de opressão e exploração) se reproduza. Portanto: não estamos discutindo a importância do trabalho de reprodução social. Reconhecer essa importância vital (inclusive econômica) para o capitalismo é *o ponto de partida do debate, não sua conclusão*. Em segundo lugar (e derivado do que foi dito antes), não se trata de um debate que possa ser resolvido “politicamente”, no sentido de argumentar que a determinação do caráter produtivo do trabalho de reprodução é uma posição política correta porque dá visibilidade tanto a um trabalho reconhecidamente invisibilizado e desvalorizado quanto aos sujeitos que o realizam. Infelizmente, a política não resolve os problemas da teoria<sup>8</sup>. O objetivo de visibilizar essa metade da classe trabalhadora relegada à escuridão por seu trabalho de reproduzir a força de trabalho é, sem dúvida, um objetivo político de primeira ordem (um ponto com o qual concordam todas as teóricas marxistas da reprodução social). Mas, em vez de fazer isso equiparando esse trabalho ao realizado pelos e pelas operárias no ponto da produção, a melhor maneira de combater as posições que fetichizam o operário de macacão (homem e certamente branco) e o local da produção como o único *lócus* da luta de classes não

<sup>8</sup> O mesmo poderia ser dito em sentido inverso: uma boa teoria não resolve problemas da política, embora dê mais chances para que isso aconteça.

é amalgamar um tipo de trabalho com o outro (a cozinha e a fábrica), mas tentar compreender a diferença entre ambos para também compreender sua relação. Em terceiro lugar, argumentar que o trabalho de reprodução social não produz valor não significa, de forma alguma, considerar que existe algo como um modo de produção doméstico (diferente do modo de produção capitalista) no qual as mulheres são as “proletárias” desse modo de produção paralelo<sup>9</sup>. Longe desse dualismo (característico das teorias do sistema dual que Vogel critica veementemente), uma das maiores riquezas do livro *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária* (Vogel, 2022) é se situar explicitamente no campo das teorias unitárias e, a partir daí, compreender a relação entre produção e reprodução como uma *unidade diferenciada*. Por fim, e embora possa parecer um exagero deixar isso explícito, estabelecer que o trabalho de reprodução social não produz valor não significa (sob nenhum ponto de vista) considerar as mulheres (que o realizamos majoritariamente) como não fazendo parte da classe trabalhadora ou como “cidadãs de segunda” da nossa classe. Como Arruzza aponta nesse dossiê, a definição de classe trabalhadora nunca se restringiu, para Marx, aos trabalhadores produtivos (embora existam aqueles que, em nome do marxismo, tenham feito isso). Em outro artigo, apontamos, seguindo a definição de Daniel Bensaïd, que a classe trabalhadora está definida por *suas relações com o capital e pelo conflito social que se opõe ao mesmo* (Varela, 2019). Essa dupla determinação está, por sua vez, imbricada em diferentes níveis nos quais o conflito social se desdobra: o âmbito da produção, o da circulação e o da reprodução social como um todo. A relação salarial, cujo *locus* da luta de classes é o âmbito da produção, na medida em que ali se disputa o tempo de trabalho necessário e o mais-trabalho (por meio da luta pelo tempo de trabalho e pelas condições de trabalho), *é uma determinação necessária, mas não suficiente*. O outro conjunto de determinações (que Bensaïd organiza em torno dos volumes II e III de *O capital*) está ligado a essa primeira determinação (ou seja, sem ela perdem o sentido), mas a complexificam. Como veremos no final deste texto, longe de qualquer cidadania de segunda, é possível considerar que as mulheres da classe trabalhadora ocupam uma posição privilegiada, não por uma idealização das “cozinhas” ou do âmbito da “subsistência”, mas por *seu lugar como pontes entre a produção e a reprodução*, entre a fábrica e a comunidade, um lugar que pode ser configurado como um local estratégico para uma perspectiva anticapitalista que não pode ser somente das mulheres, mas deve ser (sim ou sim) de todos os e as trabalhadoras (uma classe heterogênea que possui gêneros, raças, etnias, nacionalidades e sexualidades). Dito isso, vamos nos deter nos problemas que a abordagem de Mezzadri levanta.

---

<sup>9</sup> Como aponta Paul Smith (1978), durante o debate sobre o trabalho doméstico na década de 1970, muitas críticas marxistas a Dalla Costa e James (o que ficou conhecido como posições “ortodoxas”) argumentavam que o trabalho doméstico não produzia valor porque pertencia a um sistema de produção diferente do capitalista (o doméstico), que constituía um resquício do passado (ou seja, um sistema de produção pré-capitalista). Esses tipos de posições (reconhecidamente dualistas) tornaram o debate difícil e polarizado. Foi Lise Vogel que, a partir do campo do marxismo, retomou a discussão sobre o trabalho doméstico e criticou a tradição *operaísta* a partir de uma perspectiva unitária.

## 2. A liquidação das fronteiras (ou o problema da indistinção)

Como já dissemos, Mezzadri afirma que qualquer abordagem do valor que estabeleça uma fronteira nítida entre o trabalho que produz e o trabalho que não produz excedente interpreta mal a realidade. Agora, qual é, de acordo com Mezzadri, a maneira pela qual os marxistas estabelecem essa fronteira? Pela diferenciação entre os trabalhadores que recebem salários e os que não recebem. Nos termos de Mezzadri, o salário é a expressão da produção de valor para os marxistas, razão pela qual a diferença entre o trabalho produtivo e o não produtivo seria equivalente à diferença entre o trabalho assalariado e o não assalariado. “Sem dúvida, é a *reificação e a fetichização do salário como valor, e não como custo do trabalho*, o que proporciona as premissas para a compreensão produtivista da geração de valor” (Mezzadri, 2019, p. 36; grifos adicionados).

Como pode ser percebido (e se torna mais evidente ao ler o texto completo), a afirmação concentra uma série de equívocos sobre a teoria marxista que são de primeira ordem. O principal deles (do qual derivam os demais) é a *confusão sobre a distinção entre trabalho e força de trabalho*. Na teoria marxista, o salário não é nem o custo nem o valor do trabalho, na medida em que o que é comprado e vendido não é o “trabalho”, mas a “*força de trabalho*” que, como capacidade de produzir valor (e mais-valor), é, mesmo antes de ser efetivamente vendida e comprada, uma mercadoria. Esse caráter de mercadoria da força de trabalho é central, porque a força de trabalho como mercadoria não é *qualquer* capacidade de trabalhar (posso fazer um bolo em casa e não por isso coloco a *força de trabalho* em jogo, mesmo que coloque em jogo a capacidade requintada de trabalhar). A mercadoria *força de trabalho* é a capacidade de trabalhar *na medida em que o trabalho que eu realizo seja mensurável em termos de tempo de trabalho socialmente necessário*. Ou seja, é a capacidade de realizar um trabalho abstrato, que, evidentemente, também é sempre um trabalho concreto e útil. *O salário não paga o trabalho* (se pagasse, não haveria mais-valor), *mas paga a mercadoria força de trabalho* que, como uma capacidade de trabalho abstrato e, portanto, mensurável, *produz valor*. Por isso, a produção de valor é indissociável, na teoria marxista, da distinção entre trabalho e força de trabalho.

A interpretação particular de Mezzadri sobre o salário *questiona, de fato, a distinção entre trabalho e força de trabalho* e, por meio dela, questiona a teoria do valor-trabalho de Marx. Infelizmente, isso não é dito explicitamente, fazendo com que Mezzadri perca a oportunidade de argumentar os fundamentos de uma nova teoria do valor (um debate absolutamente legítimo e explícito em outros autores) e, em vez disso, o texto assume a forma de um paradoxo: por um lado, afirma que “a reprodução social é, de fato, geradora de valor, e em um sentido marxiano” (*ibidem*, p. 34). Por outro lado, afirma que o que se deve fazer “é simplesmente aceitar o alcance muito mais limitado da teoria do valor-trabalho, cuja aplicação, para a análise marxista, sempre foi pensada como algo que funcionava no âmbito da produção capitalista de mercadorias” (*ibidem*, pp. 36-37). A esta altura do texto, é muito difícil saber o que é valor para Mezzadri.

Mas a autora acrescenta outro elemento importante à discussão: essa fetichização e reificação do salário explicaria a ideia (que, segundo Mezzadri, tanto nós, marxistas, quanto a economia política clássica compartilhamos) de que o valor do trabalho (representado no salário) é algo *exógeno* ao processo de produção de valor, ou seja,

algo determinado pelas “condições gerais de reprodução de uma determinada sociedade em um determinado momento no tempo” (*ibidem*, p. 36). Uma nova confusão soma-se à anterior. Efetivamente, em Marx, o custo da força do trabalho (não do trabalho) não é fixo, mas é resultado da luta de classes na medida em que aquilo que é “necessário” para a reprodução da força de trabalho tem um “componente histórico-moral” que se dirige em função das relações de força conquistadas pelos e pelas trabalhadoras por meio das suas lutas. Agora, dizer que o salário (como expressão do valor da *força de trabalho* e não do trabalho) é o resultado da luta de classes não significa, de forma alguma, afirmar que é “exógeno” ao processo de produção de valor. Pelo contrário, é tão endógeno quanto a própria luta de classes como uma luta entre capital e trabalho. O que é exógeno aos processos de produção de valor em Marx é *o trabalho de reprodução da força de trabalho*, na medida em que, no capitalismo (e não no feudalismo, por exemplo), há uma separação entre o âmbito da produção e o da reprodução. A fronteira entre produção e reprodução é uma parte necessária da criação violenta do trabalhador assalariado como uma relação social. Marx diz: “O trabalhador pertence ao capital ainda antes de vender-se ao capitalista. Sua *servidão econômica* é a um só tempo mediada e escondida pela renovação periódica de sua venda de si mesmo [...]” (Marx *apud* Bhattacharya, 2023b, p. 28; grifos adicionados). Essa servidão econômica (não possuir os meios de produção e reprodução que lhe permitiriam viver sem ter de vender-se como mercadoria) é *uma condição necessária para o funcionamento do capitalismo, uma condição que exige a separação entre a produção e a reprodução*. Como afirma Vogel: “Como em nenhum outro modo de produção, as tarefas de manutenção diária e de reposição geracional estão espacial, temporária e institucionalmente isoladas da esfera da produção” (Vogel, 2022, p. 405). A manutenção diária e a renovação geracional da mercadoria força de trabalho é o que Vogel chama de reprodução social<sup>10</sup>: “[...] eu restringi o conceito de reprodução da força de trabalho aos processos que mantêm e repõem a força de trabalho *capaz de produzir um excedente para uma classe apropriadora*” (*ibidem*, p. 399; grifos adicionados).

Dizer que a separação entre produção e reprodução é necessária (não aleatória) no capitalismo não é o mesmo que afirmar que seja absoluta ou que não existam formas não livres de trabalho (como aquelas em que Mezzadri se especializa e com as quais nós, que vivemos em países periféricos, estamos especialmente familiarizados). Como Susan Ferguson ressalta:

A classe dominante e seu Estado estão constantemente negociando a separação entre a produção da vida e a produção de valor capitalista. Não se trata de uma separação pré-estabelecida, estática ou estável que possa ser facilmente mapeada em termos espaciais. Em vez disso, é dinâmica e relacional, com duas tendências opostas de separação e convergência (Ferguson, 2020).

Mas o desconhecimento da fronteira entre produção e reprodução por parte de Mezzadri arrasta consigo, como um efeito dominó, a distinção entre trabalho e força de trabalho e, com isso, a especificidade do que se produz no âmbito da reprodução social: a “vida” não é produzida em um sentido abstrato e a-histórico, *a vida é produzida e reproduzida como portadora da mercadoria força de trabalho*. Essa é a *segunda especificidade da mercadoria força de trabalho*: se com Marx sabemos que se trata da

---

<sup>10</sup> Vogel diferencia a reprodução geracional da força de trabalho de outras formas, como a imigração.

única mercadoria que produz mais valor do que ela mesma, com Vogel sabemos que se trata *da única mercadoria que é produzida fora do âmbito da produção*. Por quê? Porque, dada a inseparabilidade do trabalhador e de sua força de trabalho, sua produção não pode estar amarrada às regras da produção de mercadorias. Como diz Paul Smith:

Embora a mercadoria força de trabalho possa ser vista como o produto do trabalho doméstico, não se pode dizer que o caráter de mercadoria desse produto incide sobre o processo de trabalho doméstico, que seu caráter de valor está sendo levado em conta (isso fica evidente no fato de que o trabalho doméstico não deixa de ser realizado quando há uma superprodução relativa do produto que produz). Sem essa indiferença à forma concreta particular de trabalho, o trabalhador doméstico não assume o caráter econômico de produtor de mercadorias. Conseqüentemente, o trabalho doméstico não pode ser visto como trabalho abstrato, a substância do valor (Smith, 1978, p. 206).

Se o lar fosse uma fábrica de força de trabalho (em um sentido literal), deveria ser regido pela mesma lógica da produção de qualquer outra mercadoria: a busca pela redução do tempo de trabalho socialmente necessário para que a mercadoria seja plausível de ser vendida no mercado (ou seja, competitiva). Nada disso acontece com a mercadoria força de trabalho: sua dificuldade ou impossibilidade de ser vendida no mercado não interrompe sua produção: em tempos de alto desemprego, as crianças continuam a ser alimentadas, banhadas, educadas, vestidas; certamente será um trabalho realizado em condições mais precárias e sofridas, mas não há “suspensões” devido ao excesso de estoque no âmbito da reprodução social<sup>11</sup>. Por outro lado, seu valor não depende do tempo de trabalho necessário para sua produção: se uma mulher leva duas horas ou 30 minutos para fazer o ensopado que alimenta sua filha, isso não incide sobre o salário que a filha pode obter com a venda da sua força de trabalho. De fato, a força de trabalho é a única mercadoria que ajusta seu valor ao seu preço<sup>12</sup>: nas épocas de grande desemprego, o preço da força de trabalho cai e o valor se ajusta a essa queda.

Mas caberia ainda chamar atenção para o fato de que enfatizar que a reprodução da força de trabalho requer um trabalho (invisibilizado, desvalorizado e generificado) que se realiza fora do âmbito da produção de mercadorias *não é o mesmo que dizer que a força de trabalho se reproduz inteiramente fora do âmbito da produção de valor*. Isso seria um grande erro: a reprodução da força de trabalho não é nem completamente endógena nem completamente exógena ao âmbito da produção de valor, mas dual: no que se refere ao salário (como expressão do custo mensurável da reprodução da força de trabalho), é endógena ao âmbito da produção de valor e mais-valor; no que se refere à grande maioria do trabalho de reprodução da força de trabalho, é exógena

---

<sup>11</sup> Isso não significa que não existam políticas estatais destinadas a promover ou limitar a maternidade (existem, e algumas são das mais violentas). Mas o fato de o Estado ter de intervir (como mediação) prova justamente que a “produção da mercadoria força de trabalho” não pode regular-se da mesma forma que as demais mercadorias.

<sup>12</sup> Nesse sentido, poderíamos dizer que a força de trabalho é uma mercadoria triplamente única: é a única que produz mais valor do que ela mesma, é a única que é produzida fora do âmbito da produção e é a única que ajusta seu valor ao seu preço (é evidente que esse ajuste tem limites biológicos, como Marx já disse).

ao âmbito da produção<sup>13</sup>. Em outras palavras, a força de trabalho (e nós trabalhadores que a portamos) é reproduzida pelo que ocorre dentro e fora do âmbito da produção de valor. Portanto, para entender a reprodução da força de trabalho, é necessário analisar ambos os âmbitos (da produção e da reprodução) e, acima de tudo, analisar *a relação entre eles*.

São as características do trabalho assalariado como uma relação social fundamental que requer um trabalhador “livre” (dos meios de produção e para vender sua força de trabalho no mercado), e as particularidades da mercadoria força de trabalho (indissociável de seu portador), que separa e diferencia o âmbito da produção e o da reprodução, ao mesmo tempo em que os torna indissociáveis. É a essa unidade diferenciada que se refere Vogel com o conceito de duas dimensões do trabalho necessário: a dimensão social e a doméstica, que se desdobram em duas esferas da produção social no seu conjunto.

### **3. Na origem, era o doméstico (ou a reprodução como *oikos*)**

Uma das críticas de Mezzadri ao livro de Bhattacharya é a de que não remete ao debate sobre as origens: as elaborações feministas nas quais se baseou a Campanha por Salários para o Trabalho Doméstico em 1972. Embora a crítica seja um pouco enganosa, porque a discussão sobre o trabalho doméstico e seu valor já fazia parte dos debates da época e envolvia diferentes autores<sup>14</sup>, a Campanha foi de fato um divisor de águas e foi, sem dúvida, *a origem da perspectiva autonomista sobre a reprodução*. Retomaremos o núcleo duro dessas elaborações por meio da contribuição de Silvia Federici<sup>15</sup>, porque é aí que se encontram as bases para compreender a posição de Mezzadri.

---

<sup>13</sup> Apontar que a grande maioria do trabalho de reprodução da força de trabalho é exógena ao âmbito da produção não é o mesmo que dizer que esse trabalho não é assalariado: uma das observações mais sagazes de Vogel no debate original da Segunda Onda foi apontar que havia todo um conjunto de tarefas de reprodução que o Estado capitalista havia “socializado” por meio das escolas, hospitais, casas de repouso para idosos etc. É interessante observar as quatro formas de trabalho de reprodução social mencionadas por Arruzza no artigo que ela compartilha com Bhattacharya nesse mesmo dossiê: trabalho não-produtivo e não-assalariado (lar/bairro/comunidade); trabalho não-produtivo assalariado estatal (serviços públicos); trabalho não-produtivo assalariado em serviços pessoais (trabalho doméstico); trabalho produtivo assalariado (McDonald’s).

<sup>14</sup> Ao localizar as origens nessa Campanha, Mezzadri omite, por exemplo, obras muito importantes para essa discussão, como a de Margaret Benston, que em 1969 escreveu *The political economy of women’s liberation* [A economia política da libertação das mulheres], na qual discute expressamente o trabalho doméstico e sua produção de valor. Para uma historicização detalhada, consulte Ferguson (2020).

<sup>15</sup> Federici foi uma das dirigentes do Comitê de Nova Iorque da referida Campanha. Recentemente, foi publicado um livro que recupera essa experiência (Federici e Austin, 2019).

Como aponta Federici, a primeira formulação do trabalho doméstico como produtor de valor foi feita por Dalla Costa<sup>16</sup> em seu texto “Potere femminile e sovversione sociale” [Mulheres e a subversão da comunidade]<sup>17</sup>, em 1971, e esteve diretamente relacionado aos desenvolvimentos teóricos que vinham ocorrendo na Itália no calor do que ficou conhecido como *operaísmo*, particularmente a noção de “fábrica social” de Mario Tronti<sup>18</sup>.

Igualmente importante para o desenvolvimento da nossa perspectiva foi o conceito operaísta de “fábrica social”. Isso se traduziu na teoria de Mario Tronti em *Operai e capitale* [Operários e capital] (1966), segundo a qual, a partir de uma certa fase de desenvolvimento capitalista, as relações capitalistas tornam-se tão hegemônicas que toda relação social é subsumida pelo capital e a distinção entre sociedade e fábrica entra em colapso, e então a sociedade converte-se em fábrica e as relações sociais tornam-se diretamente relações de produção. Tronti se referia à crescente reorganização do “território” como um espaço social estruturado em função das necessidades da produção fabril e da acumulação de capital. Entretanto, para nós, logo ficou claro que o circuito da produção capitalista e a “fábrica social” produzida por ele começavam e estavam centrados, acima de tudo, na cozinha, no quarto, na casa (na medida em que esses eram os centros de produção da força de trabalho), e a partir daí mudaram-se para a fábrica, passando pela escola, pelo escritório, pelo laboratório (Federici, 2019, p. 25-26).

Este parágrafo concentra a *matriz operaísta* que está na base das posições de Mezzadri e Federici. Quando Mariarosa Dalla Costa escreveu que o trabalho doméstico não só contribuía para reduzir o custo da força de trabalho (algo inegável)<sup>19</sup>, mas que também *produzia mais-valor*, ela foi a primeira *obreirista* que, levando ao extremo a noção de fábrica social de Tronti, postulou a existência de extração de mais-valor fora do ambiente da fábrica. A partir de então, o conceito de Tronti será apropriado nessa acepção particular pelas feministas da Campanha, não mais para pensar os espaços extra-fábrica em geral, mas para pensar especialmente o espaço doméstico como um espaço de relações de produção.

Mas medir o trabalho pelo salário também esconde a extensão da subordinação das nossas relações familiares e sociais às relações de produção – *elas se tornaram relações de produção* (Federici, 2019, p. 77; grifos adicionados).

---

<sup>16</sup> Mariarosa Dalla Costa foi uma militante operaísta da região do Vêneto, professora assistente do Instituto de Ciência Política da Universidade de Pádua (dirigido por Toni Negri) e impulsionadora do grupo Lotta Femminista.

<sup>17</sup> Esse texto e o de Selma James “Il posto della donna” [Lugar de mulher], também de 1971, são os que darão origem ao livro em inglês de Dalla Costa e Selma James (1972).

<sup>18</sup> Mario Tronti foi um intelectual comunista italiano que desempenhou um papel central no desenvolvimento no *operaísmo* na década de 1960, primeiro na revista Quaderni Rossi (sob a direção de Raniero Panzieri, do PSI) e, depois, a partir de 1964, na Classe Operaia, juntamente com R. Alquati, A. Negri e A. Rosa. Em 1966, publicou o livro *Operários e capital*, no qual desenvolveu o conceito de “fábrica social”.

<sup>19</sup> De fato, há muitas formas pelas quais a classe capitalista reduz o custo da força de trabalho: subsídios, legislação antigreve ou antissindical etc.

Aqui está o núcleo duro teórico: enquanto se afirma com certeza que o trabalho doméstico produz valor, o conceito de “fábrica social” (ou, melhor dizendo, a apropriação particular desse conceito) opera como uma proteção contra a dificuldade de estabelecer com precisão o modo específico pelo qual as atividades envolvidas na reprodução social contribuem para a criação de valor.

No capitalismo, a produção de valor nunca deriva de um lugar concreto, mas está socialmente determinada. Em outras palavras, trata-se de uma “linha de montagem extensa” (uso o termo em sentido figurado), necessária para a geração de mais-valia. Obviamente, a mais-valia é gerada quando os produtos do trabalho são vendidos no mercado. Se você tem uma fábrica que produz uma dúzia de carros que nunca são vendidos, não há geração de mais-valia. O que quero dizer com isso é que as atividades envolvidas na reprodução do trabalhador assalariado fazem parte dessa linha de montagem: são parte de um processo social que determina a mais-valia. *Mesmo que não possamos estabelecer uma relação direta entre o que acontece em uma cozinha e o valor que se gera*, por exemplo, pela venda de um carro ou de qualquer outro produto, quando contemplamos a natureza social da produção de valor, uma “fábrica social” se desdobra para além da própria fábrica (Federici, 2014; grifos adicionados).

Se, do ponto de vista marxista, a mensurabilidade do trabalho de reprodução não é possível porque, como dissemos antes, *esse trabalho não pode ser trabalho abstrato*, a posição teórica de Federici e Mezzadri não oferece um modo alternativo de comensurabilidade, o que torna a noção de valor extremamente elusiva.

Sobre essa base conceitual (e sua ambiguidade), Federici se apoiará para, após uma série de deslocamentos teóricos, chegar à ideia de que *as mulheres, como protagonistas da reprodução social, são os sujeitos mais explorados nessa sociedade transformada em uma fábrica social e, portanto, são os sujeitos prioritários da luta contra o capitalismo*. Descreveremos brevemente esses deslocamentos.

O primeiro é aquele que se desloca do trabalho doméstico como produtor de valor para identificá-lo como *o pilar central dessa “fábrica social”*, pois é nele que se reproduzem os seres humanos e a força de trabalho. Esse caráter de *oikos* (unidade básica) o transforma, nos termos de Federici, no “ponto zero” da revolução e, portanto, no território privilegiado da luta de classes e da construção de uma sociedade para além do capitalismo. Esse deslocamento implica um salto muito importante: se a discussão original das feministas da Segunda Onda era contra a fetichização do operário de macacão (homem e branco) como o único sujeito da classe trabalhadora (invisibilizando o trabalho não-remunerado das mulheres), aqui o lar começa a se configurar não apenas como *outro território* de trabalho produtivo (que deveria ser reconhecido por meio do salário), mas como um *território prioritário da produção*, uma priorização que acabará (paradoxalmente) na desvalorização (e, nas versões mais radicais, na invisibilização) do trabalho assalariado dos trabalhadores homens (e das trabalhadoras mulheres). Como Peter Linebaugh sintetiza na forma de um slogan: “A reprodução precede a produção social. Se você mexe com as mulheres, você mexe na base”<sup>20</sup>.

<sup>20</sup> Como Tithi Bhattacharya aponta em seu livro (2017), essa anterioridade “histórica” (no sentido de que, de fato, sem produção e reprodução de seres humanos não há trabalho assalariado) não diz muito sobre a base da acumulação de capital, que ainda (e infelizmente) reside na extração de mais-valor no ponto da produção.

Mas aqui vem o segundo deslocamento: aquele que vai “da cozinha para o jardim e a terra”. Se, no debate da década de 1970, esse *oikos* foi pensado do ponto de vista do lar, o processo de globalização (e sua mecânica de constante mercantilização de diversas esferas da vida social) faz com que a reprodução social deva ser pensada a partir de todo âmbito em que a atividade de subsistência seja realizada, tanto nas cidades (hortas comunitárias ou panelas comunitárias) quanto no campo (agricultura de subsistência). Este deslocamento também é muito importante, pois é o que permite estabelecer vínculos entre o debate original feminista e os estudos sobre economias de subsistência, como os da escola de Bielefeld (Alemanha)<sup>21</sup>, entre os quais se destacam os trabalhos da feminista Maria Mies, citada por Mezzadri no texto. São esses estudos, concentrados em países periféricos e/ou ex-colônias, que permitem que o conceito de reprodução social seja levado a um nível mais amplo em uma abordagem “comunitária”. É nesse espaço, no que Mies chama de espaço de construção “dos comuns”, que o olhar deve repousar (da mesma forma que antes repousava no lar). Contudo, também permite estabelecer o vínculo com leituras do neoliberalismo ou da globalização como um processo de “acumulação primitiva permanente ou constante”, no qual o capitalismo tenta salvar sua crise de acumulação por meio de novos processos de despossessão<sup>22</sup>, seja na forma de deslocamento de comunidades que ainda vivem em algum tipo de economia de subsistência (os chamados novos *enclousures* [cercamentos]); seja na forma de endividamento dos países periféricos (dívida externa como procedimento de despossessão), cujos planos de ajuste expandem o mecanismo da dívida (e seu disciplinamento) para os setores populares empobrecidos pelas políticas de ajuste estrutural. Em síntese, esse deslocamento teórico do doméstico para o territorial permite que a leitura original que colocava as mulheres e seu trabalho de reprodução social no lar no centro da “fábrica social” capitalista seja transformada em *uma chave de leitura do capitalismo global, no qual o epicentro são as economias de subsistência como espaços de resistência à lógica da mercantilização capitalista, e as mulheres dessas economias (principalmente as mulheres do “terceiro mundo”)*<sup>23</sup> como *o fio condutor da história*.

Em suma, com essa chave de leitura, a globalização acaba sendo analisada como um ataque às economias de subsistência e às mulheres, e não como um ataque à classe trabalhadora como um todo por meio da combinação de políticas voltadas para ambos os territórios. No âmbito da produção de mercadorias (múltiplas formas de precarização do trabalho assalariado, combinação entre aumento da jornada de trabalho – e do mais-valor absoluto – e alto desemprego, aumento da informalidade e

<sup>21</sup> Para uma análise da escola de Bielefeld e suas pesquisas sobre economia de subsistência, consulte Van der Linden (2019).

<sup>22</sup> [N. T.] No texto, a expressão utilizada pela autora é “desposesión”. Em traduções para o português, o termo aparece tanto como despossessão, expropriação ou espoliação. Apesar de haver um extenso debate conceitual sobre o assunto e de na tradução de *O novo imperialismo* (2003), de David Harvey, pela editora Loyola, o termo estar traduzido como “espoliação”, mantivemos as variações exatamente como aparecem na versão original.

<sup>23</sup> Essa ideia pode ser observada de forma primorosa em um autor como John McMurtry, retomado por Federici em suas reflexões: “O fator libertador que emerge do Terceiro Mundo é a força das mulheres não assalariadas que ainda não se viram desconectadas da economia vital por meio do emprego. Elas servem à vida, não à produção de mercadorias. Elas são a coluna vertebral oculta da economia mundial” (McMurtry *apud* Federici, 2014, p. 153).

formas híbridas de trabalho assalariado e não assalariado e, como consequência geral, uma queda brutal do salário real e das condições de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras). E no âmbito da reprodução social (ajustes nos serviços de saúde, educação e todas as formas pelas quais o Estado capitalista havia “socializado” a reprodução social por meio do assalariamento; privatização dos antigos serviços públicos, como transporte, moradia, acesso à água e outros bens básicos; mercantilização dos recursos naturais e expulsão das comunidades de suas terras; extensão do mecanismo de espoliação do endividamento etc.).

O resultado dos deslocamentos teóricos que mencionamos e da chave de leitura que constituem é algo que estava inscrito na Campanha por Salários para o Trabalho Doméstico como uma possibilidade: que o que foi apresentado como uma perspectiva política “começando pelas mulheres, para depois atingir toda a classe trabalhadora” (Federici, 2019, p. 66), se transforme em uma perspectiva onde a classe trabalhadora como sujeito (heterogêneo em termos de gênero, mas também de raça, etnia e sexualidade) se dilui e, em seu lugar, aparece um sujeito de “mulheres populares” ou “mulheres da subsistência” que, por sua proximidade com a “reprodução da vida”, encarnam a possibilidade de transcender o capital como o “reino da morte”.

#### **4. O problema da unidade entre as lutas da produção e da reprodução**

Nesta última seção, gostaria de me referir à terceira dimensão que Mezzadri introduz em seu texto: a forma como as diferenças teóricas condicionam as estratégias políticas. Isso é importante porque, embora Mezzadri encontre na perspectiva autonomista a possibilidade de unir os diversos setores de trabalhadores ao considerar suas lutas como “em última instância” reprodutivas (Mezzadri, 2019, p. 39), é precisamente essa reificação do âmbito da reprodução que, a meu ver, afasta a possibilidade de unidade. Vejamos.

Ao pensar sobre as perspectivas políticas de um feminismo anticapitalista hoje, Federici afirma:

Inevitavelmente, tal ataque histórico contra a vida de pessoas, eternizado pelas políticas de “crise permanente”, levou muitos de nós a repensar nossas estratégias e perspectivas políticas. No meu caso, isso me impeliu a reconsiderar a questão do “salário para o trabalho doméstico” e a investigar o significado do apelo crescente de diferentes grupos internacionais radicais do mundo inteiro para a produção de “comuns” (Federici, 2019, p. 32).

O horizonte da busca pelo “comum” (que, nos termos de Caffentzis e Federici (2018), implica uma construção consciente de formas de produção da subsistência que não respondem à lógica do lucro, mas à das necessidades) não nega, nessa proposta política, a reivindicação de um salário do Estado, mas a pressupõe. Mas em vez de ser,

como na década de 1970, um “Salário para o Trabalho Doméstico”, é um “salário social” que garante a reprodução, entendida como subsistência<sup>24</sup>. Diferentemente de outras formulações de renda básica<sup>25</sup>, a ideia aqui não é a de um subsídio a ser pago de maneira “universal”, mas para quem garante essa subsistência: as mulheres. Esse subsídio seria a base (pelo menos essa é a hipótese) a partir da qual se desdobrariam formas comunitárias de reprodução social no caminho para a criação dos “comuns” mencionados por Federici.

A exposição dessa estratégia de “salário social + construção do comum” torna mais transparente uma série de elementos que estão presentes no debate teórico, mas nem sempre de forma explícita. O primeiro é que, a partir dessa perspectiva, a luta contra o capitalismo acaba sendo equiparada à luta pela “subsistência *para além* do trabalho assalariado”. É evidente que ninguém pode ser contra o objetivo político de “subsistir”, especialmente em uma situação em que milhões de trabalhadores e trabalhadoras estão morrendo de fome, em decorrência da poluição ambiental ou de desastres ecológicos, de doenças curáveis ou em cárceres estatais. Entretanto, considerar a subsistência como um objetivo de primeira ordem e transformá-lo em um horizonte político não é o mesmo. Um dos elementos interessantes da Campanha Salários para o Trabalho Doméstico da década de 1970 era a consideração de que, longe de ter como finalidade a obtenção de um salário em si, o objetivo era que ao tornar o trabalho doméstico visível, isso abriria a possibilidade de as mulheres *se recusarem a realizá-lo*, ou seja, abriria a possibilidade para *a crítica do trabalho de reprodução social não-remunerado pelas mulheres*.

O documento [Teses sobre salários para o trabalho doméstico (1974)] aborda a reivindicação pelo salário como uma estratégia, não como um fim em si mesmo, mas como uma forma de rejeitar o trabalho não remunerado e como um instrumento para a construção de relações de poder mais favoráveis; o veículo material para rejeitar o trabalho doméstico tal como está organizado no capitalismo (Federici e Austin, 2019, p. 48).

Esse horizonte de crítica ao trabalho de reprodução social se torna menos nítido na estratégia política de subsistência e é substituído, *de facto*, por uma espécie de revalorização das tarefas de reprodução e uma inevitável romantização das mulheres

---

<sup>24</sup> Na apropriação dessa ideia por Cavallero e Gago, o que é exigido do Estado é um “salário feminista”: “Esse é um ponto fundamental que está sendo discutido hoje em várias organizações: a gestão dos recursos públicos na forma de subsídio ou salário social como uma ferramenta que o movimento feminista está disputando a partir de uma lógica própria” (Cavallero e Gago, 2019, Tese X).

<sup>25</sup> A própria Federici reconhece que “a reflexão sobre os salários do trabalho doméstico foi estimulada pela reivindicação de uma renda básica universal, que nos últimos anos ganhou popularidade na esquerda europeia” (Federici e Austin, 2019, p. 44). O ponto em comum entre a estratégia das feministas autonomistas e a de organizações que não apenas não são anticapitalistas, mas emanam de instituições que operam como pilares fundamentais do capitalismo contemporâneo (como setores da Igreja Católica ou setores das organizações multilaterais e ONGs globais, que Federici critica acidamente), é o fato de considerarem, como centro de sua estratégia política, a garantia da subsistência dos “perdedores” do capitalismo neoliberal.

que as realizamos<sup>26</sup>. O espírito de rejeição ao trabalho doméstico que emanava da Campanha se dilui aqui e *a demanda por um salário social aparece como a condição de possibilidade para que esse trabalho seja garantido pelas mulheres nos bairros ou comunidades*. Com base nessa garantia estatal, a aposta na construção dos “comuns” é o que estabeleceria a diferença entre as formas atuais (alienadas) com que nós mulheres realizamos esse trabalho e as formas “alternativas” pelas quais poderiam ser realizadas. Este é precisamente o segundo problema: o que significa a aposta nos “comuns”? A pergunta não se refere à capacidade das mulheres (e dos homens, assim como de outras orientações de gênero) de construir laços sociais que sejam melhores do que o individualismo competitivo promovido pelo capitalismo. Isso está fora de questão, a história da luta de classes é um belo (e doloroso) exemplo dessa capacidade. A pergunta está direcionada a discutir a hipótese geral implicada na aposta pelos “comuns”: é uma aposta para que um setor da população subsista sob “outras regras”, enquanto o restante da humanidade se reproduz sob as regras do capitalismo e em função da lógica de produção de valor (uma espécie de economia completamente dualizada entre a economia de mercado e a de subsistência)? É uma aposta para que milhares de microeconomias de subsistência (urbanas e rurais) se propaguem de forma que nós, os e as trabalhadoras, recuperemos os meios de vida dos quais fomos apropriados e não tenhamos necessidade de vender nossa força de trabalho para viver? Porque se a subsistência sob as regras dos “comuns” continuar sendo um âmbito de produção da mercadoria força de trabalho que o capital irá explorar no ponto de produção, essas experiências comunitárias (por mais ricas que sejam) serão funcionais ao capitalismo, que continuará tendo a mercadoria força de trabalho garantida (e a um baixíssimo custo). Essa e muitas outras perguntas sobre a construção dos “comuns” (para as quais não é simples encontrar respostas) fazem com que, na prática, a estratégia que prevalece seja a do “salário social”. E isso coloca um último problema na mesa: quais são as pontes que essa política estabelece com a situação de exploração cada vez mais precária de bilhões de trabalhadores e de trabalhadoras assalariadas?

O desejo de construir o âmbito da reprodução-subsistência como o *locus* “originário” da luta anticapitalista e as mulheres como seu “novo sujeito” secundariza o que acontece no âmbito da produção (e do trabalho assalariado em geral) e acaba erigindo uma barreira entre ambos os espaços. Se, no início, a fronteira entre produção e reprodução era eliminada, o raciocínio apresentado cria uma nova fronteira, teórica e política. A necessidade urgente de pensar a solidariedade que Mezzadri expõe em seu texto (e que compartilhamos plenamente) encontra, na própria teoria que a autora defende, um obstáculo.

Em contrapartida, uma perspectiva que coloque o foco *na relação entre produção e reprodução*, sem diluir suas diferenças (como faz a tradição iniciada por Vogel e retomada por Bhattacharya em seu livro), dá mais chances (nunca garantias) de se

---

<sup>26</sup> Federici adverte sobre o perigo de que essa visão implica em uma romantização das mulheres como “doadoras da vida” ou “cuidadoras dos comuns” (o que significaria um retrocesso às visões reacionárias sobre as mulheres e seu papel na sociedade), mas não estabelece a relação entre essa romantização e os fundamentos teóricos dessa perspectiva. Em vez disso, ela nos chama a sempre ter em mente que as formas de reprodução da vida que se opõem à mercantilização são uma construção política que deve ser feita de forma consciente.

pensar em políticas que ativem as solidariedades internas de uma classe constitutivamente heterogênea e fortemente fragmentada.

A feminização da força de trabalho (como característica central do neoliberalismo) é, em si, uma expressão dessa relação. *Quanto ao âmbito da reprodução*, expressa a tentativa do capital de transformar a manutenção diária da força de trabalho em *um nicho de produção de valor* por meio da mercantilização do trabalho reprodutivo: prestação privada de serviços de cuidados em clínicas, casas de repouso para idosos, jardins de infância, escolas, mas também de comida pronta, como as grandes cadeias. Esse processo implica uma “externalização” das tarefas de reprodução fora do âmbito doméstico e/ou comunitário, mas não para serem assumidas pelo Estado capitalista na forma de prestação de serviços públicos gratuitos, mas para serem privatizadas e incluídas no circuito de produção de valor. As principais vítimas desse ataque no terreno da reprodução são, sem dúvida, as mulheres da classe trabalhadora, que são obrigadas a dispor de recursos (dinheiro) para pagar por esses trabalhos reprodutivos no mercado privado ou a multiplicar as horas de trabalho reprodutivo não-pago no lar ou na comunidade, na ausência de serviços públicos. *Quanto ao âmbito da produção*, ele expressa a necessidade do capital de explorar cada vez mais trabalho vivo (contra qualquer teoria sobre o fim do trabalho), mas em condições de ultraprecarização, que são as que predominam nesses setores “feminizados” do mercado de trabalho: jornadas de trabalho *part-time* (ligadas justamente à necessidade de se ter mais tempo para cuidar dos filhos), baixos salários, baixas taxas de sindicalização, intensificação das jornadas e péssimas condições de trabalho<sup>27</sup>. Esse ataque no campo da produção tem, sem dúvida, como suas principais afetadas as mulheres da classe trabalhadora, que são a maioria empregada nesses setores, mas, junto com elas, destina-se também a toda a classe trabalhadora, que assiste à queda de seus salários reais (e relativos) e das condições de sua reprodução. Essa localização das mulheres trabalhadoras dada pela feminização da força de trabalho (uma localização que não existia na década de 1970, quando o debate sobre o trabalho doméstico se desenvolveu) nos permite pensar nas mulheres como uma *ponte entre a produção e a reprodução*. A “trabalhadora assalariada da reprodução social” é uma condição trabalhadora de crescente importância, que combina dois tipos de elementos diferenciados: a) aqueles próprios do “trabalho assalariado”: um local de trabalho onde se concentram centenas ou milhares de trabalhadores (como grandes centros de ensino ou de saúde), possibilidade de negociação coletiva e sindicalização, identificação de um patrão a quem apresentar as reivindicações trabalhistas e contra quem lutar, relações com outros setores de assalariados etc.; b) aqueles próprios da reprodução social: não apenas pela natureza das tarefas, mas também pela relação que se estabelece com os territórios da reprodução social: lares, bairros, comunidades, vilarejos. Pensar nas mulheres da classe trabalhadora como *pontes* nos permite pensar nas lutas (de classe) que vão “da fábrica para o bairro” e “do bairro para a fábrica”, na medida em que a reprodução da força de traba-

<sup>27</sup> Como Kim Moody analisa em seu excelente livro sobre a classe trabalhadora estadunidense *On new terrain*: “Esses empregos de serviços que cresceram ao longo dos anos foram, em grande parte, o produto da dinâmica interna da acumulação de capital e de dois de seus problemas de custos atuais, resultado do crescimento da economia dos Estados Unidos da pós-guerra: a reprodução social da força de trabalho e a manutenção da expansão de instalações fixas” (Moody, 2017, p. 19).

lho é, como já dissemos, exógena e endógena ao local de produção. A Greve Internacional de Mulheres, que, ao que tudo indica, veio para ficar, abre a possibilidade (como outros conflitos contemporâneos) de exercitar *essa luta de classes anfíbia*: uma greve da classe trabalhadora como um todo, em seu *locus* da produção e da reprodução, sob a direção das mulheres trabalhadoras.

## Referências

- BENSTON, M. “The political economy of women’s liberation”, *Monthly Review*. New York, v. 21, n. 4, 1969.
- BHATTACHARYA, T. (ed.). *Teoria da reprodução social: remapear a classe, centralizar a opressão*. São Paulo: Elefante, 2023a.
- BHATTACHARYA, T. “Como não deixar a classe de lado”. In: MACHADO, B. et al. *Gênero, raça e reprodução social: teoria e história para uma perspectiva ampliada da classe trabalhadora*. São Paulo: Usina editorial, 2023b.
- CAVALLERO, L. & GAGO, V. “Diez tesis sobre la economía feminista (o sobre el antagonismo entre huelga y finanzas)”, *Viento Sur*. Madrid, n. 164, 2019.
- CAFFENTZIS, G. & FEDERICI, S. “Comunes contra y más allá del capitalismo.” In: CAFFENTZIS, G. (ed.). *Los límites del capital*. Deuda, moneda y lucha de clases. Buenos Aires: Tinta Limón/Fundación Rosa Luxemburgo, 2018.
- DALLA COSTA, M. & JAMES, S. *Mulheres e a subversão da comunidade*. Feminismo com classe. Disponível em: <<https://medium.com/qg-feminista/mulheres-e-a-subvers%C3%A3o-da-comunidade-de-mariarosa-dalla-costa-b7449ee52519>>. Acesso em 30 de novembro de 2023.
- FEDERICI, S. *Revolución en punto cero*. Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas. Madrid: Traficantes de Sueños, 2013.
- FEDERICI, S. “La cuestión de la reproducción es esencial no solo para la organización capitalista del trabajo, sino para cualquier proceso genuino de transformación social”, *Boletín Ecos*. Madrid, n. 26, 2014. Disponível em: <<https://www.fuhem.es/>>.
- FEDERICI, S. “Social reproduction theory: history, issues and present challenges”, *Radical Philosophy*. London, v. 2, n. 4, série 2, 2019.
- FEDERICI, S. & AUSTIN, A. *Salario para el trabajo doméstico*. Comité de Nueva York. Historia, teoría y documentos 1972-1977. Buenos Aires/Madrid: Tinta Limón/Traficantes de Sueños, 2019.
- FERGUSON, S. *Women and work*. Feminism, labour and social reproduction. London: Pluto Press, 2020.
- FERGUSON, S. & MCNALLY, D. “Capital, força de trabalho e relações de gênero” – Introdução à edição de “Marxismo e a opressão às mulheres” na série *Historical Materialism*. In: VOGEL, L. *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*. São Paulo: Expressão Popular, 2022.
- FORTUNATI, L. *The arcane of reproduction*. Housework, prostitution, labor and capital. New York: Autonomedia, 1981.
- FORTUNATI, L. & FEDERICI, S. *Il grande calibano: storia del corpo sociale ribelle nella prima fase del capitale*. Milano: Franco Angeli, 1984.
- GAGO, V. & MEZZADRA, S. “A critique of the extractive operations of capital: toward an expanded concept of extractivism”, *Rethinking Marxism*. Michigan, v. 29, n. 4, 2017.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- LINEBAUGH, P. *El manifiesto de la carta magna*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2013.

- MEZZADRI, A. *The sweatshop regime: labouring bodies, exploitation and garments made in India*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- MEZZADRI, A. “On the value of social reproduction: informal labour, the majority world and the need for inclusive theories and politics”, *Radical Philosophy*. London, v. 2, n. 4, série 2, 2019.
- MIES, M. *The lace makers of Narsapur: indian housewives produce for the world market*. London: Zed Books, 1982.
- MIES, M. *Patriarcado y acumulación a escala mundial*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2019.
- MIES, M. & BENNHOLDT-THOMSEN, V. *The subsistence perspective: beyond the globalised economy*. London: Zed Books, 1999.
- MOODY, K. *On new terrain*. How capital is reshaping the battleground of class war. Chicago: Haymarket Books, 2017.
- SMITH, P. “Domestic labour and Marx’s theory of value”. In: KUHN, A. & WOLPE, A. *M. Feminism and Materialism*. New York: Routledge and Kegan Paul, 1978.
- TRONTI, M. *Obreros y capital*. Madrid: Akal, 2001.
- VAN DER LINDEN, Marcel. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Editora Unicamp, 2013.
- VARELA, P. “La clase obrera en debate”, *Ideas de Izquierda*. Buenos Aires, n. 15, 2014.
- VARELA, P. “Sobre género y clase: entrevista a Tithi Bhattacharya”, *Ideas de Izquierda*. Buenos Aires, n. 44, ago., 2018a. Disponível em: <<https://laizquierdadiario.com/Sobre-la-relacion-entre-genero-y-clase>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2023.
- VARELA, P. “Con los ojos de las mujeres”, *Ideas de Izquierda*. Buenos Aires, n. 44, ago., 2018b.
- VARELA, P. “¿Existe un feminismo socialista en la actualidad? Apuntes sobre el movimiento de mujeres, la clase trabajadora y el marxismo hoy”, *Theomai*. Buenos Aires, n. 39, 1º semestre, 2019.
- VOGEL, L. *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

Texto traduzido sob encomenda da Equipe Editorial

# **Mercado mundial e possibilidades de imperialismo no Livro II de *O capital*: investigando o ciclo do capital industrial e a reprodução do capital social**

*World Market and possibilities of imperialism in Marx's Capital volume II: exploring the cycle of industrial capital and the reproduction of social capital*

**Leonardo Leite\***

## **Resumo**

Este trabalho investiga o Livro II de *O capital* de Marx com o propósito de identificar vestígios da presença do mercado mundial na exposição do autor. Além disso, nosso objetivo é verificar se o ciclo do capital e a reprodução do capital social são logicamente coerentes com uma exposição no plano do mercado mundial ou no plano de uma economia nacional fechada. Em linha com pesquisas que sustentam que o argumento do Livro I é conduzido no nível do mercado mundial, encontramos evidências que permitem dizer o mesmo em relação ao Livro II. O principal resultado foi demonstrar que a reprodução do capital social necessariamente pressupõe o mercado mundial. Também percebemos possibilidades de imperialismo na exposição de Marx, seja como troca desigual ou como exportação de capital.

**Palavras-chave:** Karl Marx; *O capital*, Livro II; mercado mundial

## **Abstract**

This paper studies Marx's *Capital* Volume II with the purpose of identifying traces of the presence of the world market in the author's exposition. Furthermore, our aim is to verify whether the cycle of capital and the reproduction of social capital are logically consistent with an exposition on the level of the world market or on the level of a closed national economy. In line with research that supports that the argument of Volume I is conducted on the world market level, we found evidence that allows us to say the same with respect to Volume II. The main result was to demonstrate that the reproduction of social capital necessarily presupposes the world market. We also perceived possibilities of imperialism in Marx's exposition, either as unequal exchange or as export of capital.

**Keywords:** Karl Marx; *Capital*, Volume II; world market

---

\* Professor na Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo da UFF (NIEP-Marx/UFF). Correio eletrônico: leonardoleite@id.uff.br. Agradeço aos pareceristas anônimos e revisores pelas contribuições ao texto.

## Introdução

Dos três livros que compõem *O capital*, o segundo é provavelmente o menos explorado pelos estudiosos de Marx. Não sabemos exatamente o motivo, mas podemos especular que pode ser por tratar de temas mais áridos e menos cotidianos, como os ciclos do capital e a reprodução do capital social total, e também por ter longos embates teóricos com economistas políticos. Além disso, é mais difícil extrair do Livro II implicações políticas. Não é raro os leitores do Livro I pularem para o Livro III, onde são abordados temas e assuntos geralmente entendidos como mais quentes.

134

Talvez por esse motivo, os Livros I e III são objeto de mais pesquisas do que o Livro II. Por exemplo, há muito tempo se discute se a taxa geral de lucros, tema do terceiro livro, pode ser considerada a nível internacional ou é uma categoria válida apenas nacionalmente. É bem conhecida a posição de Ernest Mandel (1985) em defesa da tese baseada na nação, ao contrário de Ruy Mauro Marini (2005), que advoga pela existência da formação internacional de preços de produção, o que implica a ideia de que também existe, tendencialmente, a formação internacional de uma taxa geral de lucros. Daí se segue um amplíssimo debate, com repercussões até os dias atuais (Shaikh, 2016; Féliz, 2021; Leite, de Paula e Corrêa, 2023).

Esse exemplo (e muitos outros poderiam ser citados) serve para justificarmos a empreitada dessa pesquisa: por mais que o tema do mercado mundial esteja presente em muitas análises marxistas, existe uma assimetria grande em relação ao diálogo que se estabelece com a própria obra marxiana, com ênfase muito maior em temas do Livro III. O Livro II é praticamente negligenciado quando se trata de discutir o mercado mundial.

Além disso, um outro aspecto das interpretações contemporâneas sobre a teoria marxiana nos inquietou a avançar nessa pesquisa. Pradella (2022) fez uma crítica de teorias marxistas do imperialismo, como Lênin e Luxemburgo que, segundo a autora, incorriam em um nacionalismo metodológico. Isso seria um erro porque a teoria de Marx é justamente o oposto, pois é a explicação de um processo permanente de espraiamento do valor. *O capital*, em seu processo de autovalorização, empurra o valor (e a lógica capitalista) para fora de qualquer barreira nacional (Pradella, 2022). Portanto, poderíamos dizer que o mercado mundial está contido na explicação de Marx desde o Livro I porque sua explicação, desde o começo até o final do livro, só tem sentido lógico se considerarmos seu processo reprodutivo, ignorando, abstratamente, as fronteiras nacionais (Leite, 2017). Ao fazer isso, não tratamos de mercados nacionais, mas do próprio mercado mundial.

É preciso destacar que se trata de um tema em disputa no marxismo contemporâneo. Alguns autores, com referência em Rosdolsky (2001), ainda creem na tese de que a teoria do valor tem validade nacional, remetendo-se muitas vezes ao famoso plano de seis livros de Marx, no qual o autor elencou, em 1858, no primeiro de três grandes esboços de sua crítica da economia política (refiro-me aos *Grundrisse*) que o mercado mundial seria tema do sexto livro (Rosdolsky, 2001). O problema dessa tese é que *O capital*, da forma como publicado por Marx e Engels, não é uma continuação desse plano primitivo, mas “um segundo projeto de crítica”, como diz Heinrich (2009, p. 79), no qual Marx suprime a análise do capital em geral e incorpora elementos, desde o Livro I, que seriam temas dos últimos livros do plano primitivo.

Se esse argumento é crível em relação ao Livro I, a questão desta pesquisa pode ser resumida assim: é possível encontrar vestígios da presença do mercado mundial no Livro II de *O capital*? Sendo possível, o argumento marxiano possui relevância para compreender possibilidades de imperialismo, notadamente de troca desigual, na análise do ciclo do capital industrial e da reprodução do capital social?

Neste trabalho entendemos o imperialismo como “uma relação social que conecta capital e trabalho em escala mundial através de uma rede de dominação hierárquica” (Leite, 2018, p. 149). Em outras palavras, a exploração internacional, para ficar com um termo utilizado por Marini (2005), é operada pelo imperialismo quando se constrói e mantém em funcionamento condutos pelos quais o trabalho e a natureza são espoliados nos países periféricos e transferidos para os países centrais. Outra forma de nomear esse processo é dizer que ocorre uma transferência internacional de valores no mercado mundial, de modo que o imperialismo se configura como uma legalidade própria do modo capitalista de produção (Leite, 2018; Leite e Carcanholo, 2021). Neste sentido, buscar possibilidades de imperialismo no Livro II de *O capital* é verificar em que momentos da exposição marxiana abrem-se brechas para detectar transferências de valor.

Examinaremos, em sequência, como a possibilidade para a troca desigual se apresenta no exame marxiano do ciclo do capital industrial especialmente sob a forma capital-mercadoria e no estudo da reprodução do capital social.

### **1. Condições objetivas para a troca desigual a partir do ciclo do capital-mercadoria**

Na interpretação de Heinrich (2014b), duas definições para o processo de circulação do capital foram articuladas por Marx na redação do Livro II:

Trata-se aqui, *por um lado*, da ideia de que o capital se encontra num processo ininterrupto de circulação. O objetivo desse movimento é aumentar o valor do capital. Observado desse ponto de vista, o processo D-M-P-M'-D' não é outra coisa senão o “processo de circulação do capital”. Nele está subsumida a fórmula geral do capital D-M-D', discutida no Livro I. *Na outra definição*, o processo de circulação propriamente dito é contraposto ao processo de produção. Ora, se a troca de mercadoria por dinheiro é um grande problema, um “salto mortale”, como diz Marx em outro lugar, então a realização do capital-mercadoria com o mais-valor nele contido, ou seja, o “processo de circulação do capital”, é um processo muito mais difícil (Heinrich, 2014b, p. 33).

Ambas se engendram mutuamente na medida em que uma é o pressuposto da outra. O processo cíclico do capital, apresentado por Heinrich através da forma do capital monetário (D-M...P...M'-D'), se sustenta enquanto ocorre a troca de capital monetário por capital-mercadoria (D-M) e vice-versa (M'-D'). Por outro lado, este intercâmbio depende da reprodução do capital industrial pois, assim, o valor de capital necessariamente percorre suas diversas formas funcionais, percorrendo as transições D-M e M'-D'. Neste sentido, pressupondo a existência do capital industrial, tanto faz olhar

<sup>1</sup> Por mais que haja dissenso, as pesquisas desenvolvidas no âmbito da nova edição histórico-crítica da *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA-2), como Heinrich (2009) e Pradella (2015), apontam numa direção oposta à de Rosdolsky (2001).

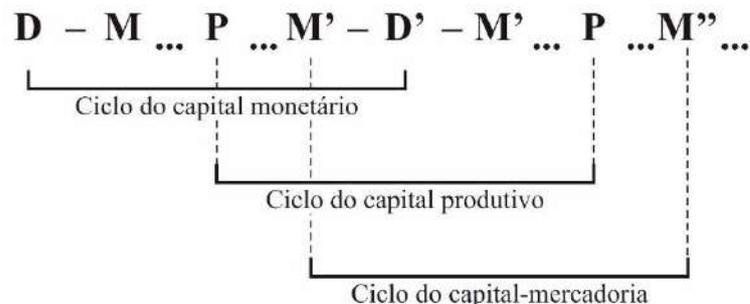
o processo de circulação do capital por uma definição ou por outra, ambas se condicionam de forma que falar de uma é necessariamente falar de outra.

Quando Marx examina os diversos ciclos do capital industrial na primeira seção do Livro II, ele pretende fazer isso abstraindo de fatores que possam encobrir as determinações essenciais. Para fazer o estudo do ciclo em seu “estado puro”, diz Marx, “não basta pressupor que as mercadorias são vendidas por seu valor, mas que isso ocorre sob circunstâncias que permanecem inalteradas” (2014, p. 185). O que ele está dizendo é que a circulação ocorre sem perturbações, sem “revoluções técnicas” que possam modificar o valor de capital durante a reprodução. Isto é, a segunda definição posta por Heinrich – na qual se inclui o salto mortal da mercadoria – se desenrola sem sobressaltos que possam interferir no centro da investigação de Marx nesse momento, que é a metamorfose das formas funcionais do capital, ou, nas palavras do próprio, é “a simples forma do movimento” (Marx, 2014, p. 184).

Embora o objetivo da exposição de Marx seja o exame do ciclo em sua pureza, sem perturbações, com troca pelos valores, ele deixa pistas que podem contribuir para o entendimento da troca desigual, no sentido posto por Marini (2005). Como esta se refere à troca de valores não equivalentes, ela pressupõe que o ciclo do capital se desenrole fora de seu estado puro, isto é, com perturbações na segunda definição da circulação (D-M e/ou M'-D') que se projetam sobre a primeira (D-M...P...M'-D').

Como se sabe, Marx estuda o ciclo do capital industrial sob três óticas distintas, cada uma das quais lança luz sobre distintos enlaces do processo de circulação do capital. Esquemáticamente, podemos representá-las assim:

**Figura 1: As três formas do ciclo do capital industrial**



Fonte: elaboração própria a partir de Marx (2014, p. 140)

Importante destacar que, nos termos de Marx, a diferença entre os ciclos é “meramente formal” ou “meramente subjetiva, existente apenas para seu observador” (Marx, 2014, p. 180-181). Cada capital industrial individual percorre os três ciclos “simultaneamente” e eles “consumam-se continuamente e lado a lado”. Em outros termos, os ciclos do capital industrial carregam duas características: simultaneidade e continuidade entre as três formas. Isso significa que enquanto uma fração do capital industrial está comprando meios de produção, outra está produzindo a mercadoria utilizando o estoque de meios de produção e uma terceira está vendendo as mercadorias

em estoque. Trata-se de um “traço característico da produção capitalista, condicionado por sua base técnica, embora nem sempre exequível de forma incondicional” (idem, loc. cit.). Marx distingue, assim, a produção capitalista da pré-capitalista, que, por não possuir a base técnica assentada sobre a maquinaria, não consegue levar a cabo todas as três fases do processo continuamente, apenas em saltos, de forma discreta. Esse raciocínio permite a Marx (2014, p. 181-182) concluir que o capital industrial é “um todo em movimento”, ou “a totalidade dessas partes”:

Como totalidade, o capital se encontra, então, *simultaneamente e em justaposição espacial em suas diferentes fases*. [...] As formas são, portanto, fluidas, e sua simultaneidade é mediada por sua sucessão. Cada forma segue a outra e a antecede, de modo que o retorno de uma parte do capital a uma forma é condicionado pelo retorno de outra parte a outra forma (Marx, 2014, p. 183; grifos adicionados).

A representação esquemática do ciclo é verdadeira tanto para o capital social total quanto para os diversos capitais individuais. A continuidade da reprodução, entretanto, é certa para o primeiro (desde que preservadas algumas “condições de equilíbrio”, das quais falaremos adiante), embora para os últimos “a continuidade da reprodução é, em certos pontos, mais ou menos interrompida” (Marx, 2014, p. 183). Mantido o pressuposto do “estado puro” da circulação, podemos nos perguntar por qual motivo a continuidade é “mais ou menos interrompida” para o capital individual. Marx está tratando aqui de causas fortuitas e mais ou menos previsíveis, como as estações do ano para um capital empregado na agricultura, no sentido de que podem afetar o curso da continuidade da reprodução. Como veremos na sequência, o relaxamento daquele pressuposto levantará outros motivos que interrompem total ou parcialmente a continuidade da reprodução do capital industrial individual.

O caráter de continuidade do ciclo do capital industrial faz com que ele seja “não apenas a unidade dos processos de circulação e produção, mas a unidade de todos os seus três ciclos” (Marx, 2014, p. 182). Sendo uma unidade, o estancamento, a paralisação da transição entre formas funcionais gera perturbações sobre todo o ciclo. Ao invés de estancamento *completo*, ou seja, engessamento integral do valor de capital em determinado estágio do ciclo, podemos reproduzir esse argumento de Marx levando em consideração um estancamento *parcial*, que ocorre, por exemplo, quando o valor cristalizado em determinada forma não consegue se metamorfosear sem ter alguma parte de si subtraída.

Quando Marini (2005), Santos (1970) e demais autores da teoria marxista da dependência falam em transferência de valor das economias dependentes latino-americanas para as economias imperialistas, estão se referindo a esse processo social de estancamento parcial do ciclo do capital industrial, já que uma parte do mais-valor é apropriado pelos capitais imperialistas. A possibilidade teórica para isso, no contexto do Livro II, foi levantada por Marx na seguinte passagem, na qual complementamos, por nossa conta em itálico e entre colchetes, certas orações:

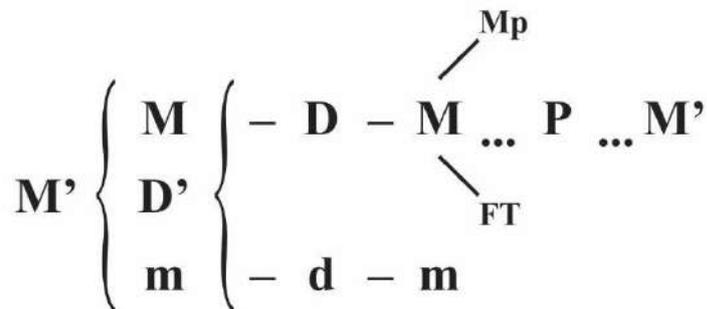
Se, por exemplo, o movimento M'-D' se estanca numa de suas partes e não se consegue vender a mercadoria [*ou não se consegue vender pelo valor que foi produzida*], o ciclo dessa parte é interrompido [*ou subtraído*] e a reposição pelo seu meio de produção não é realizada; as sucessivas partes que resultam do processo de produção como M' tem sua mudança de função bloqueada

pelas partes anteriores. Se isso persiste por certo tempo, restringe-se a produção e o processo inteiro é suspenso. Cada estancamento da sucessão provoca uma desorganização da justaposição [*das partes*]; cada estancamento num estágio causa um estancamento maior ou menor em todo o ciclo, não apenas da parte do capital imobilizado, mas também do capital individual em sua totalidade (Marx, 2014, p. 182; grifos e inserção adicionados).

Para que haja um estancamento da forma como estamos lidando aqui, precisamos pressupor alguma diferença quantitativa entre o valor produzido e o valor apropriado pelo capital individual, seja na compra de meios de produção ou na venda do capital-mercadoria. Em outros termos, é preciso superar a abstração segundo a qual as mercadorias são vendidas pelos valores. Ao mesmo tempo, é preciso ainda estudar o ciclo do capital industrial sob uma forma que permita entender as condições para o entrelaçamento entre vários capitais, ou seja, é preciso estudar a forma do ciclo que melhor se encaixa na perspectiva da concorrência. A partir disso poderemos investigar os resultados do entrelaçamento entre capitais individuais com distintos níveis de produtividade.

Das três formas do ciclo, duas começam pelo valor de capital e terminam com valor de capital valorizado (D...D' e P...P) e uma começa já com o valor de capital valorizado (M'...M'). Esta característica do ciclo do capital-mercadoria lhe confere uma especificidade importante aos nossos propósitos. Como é indiferente se consideramos reprodução simples (M'...M') ou ampliada (M'...M'), iremos representar esse ciclo por M'...M' para tornar a representação mais simples:

**Figura 2. Ciclo do capital-mercadoria**



Fonte: elaboração própria a partir de Marx (2014, p. 173)

Consideramos que o valor do capital-mercadoria (M') se decompõe no valor de capital adiantado (M) e no mais-valor (m). Nestas condições, o capital-mercadoria está, sob a forma natural, prenhe de mais-valor. Sua realização em D' permite ao capitalista comprar mercadorias, meios de produção (Mp) e força de trabalho (FT), para iniciar um novo processo de produção (...P...) e consumir improdutivamente outras mercadorias (m) de valor equivalente a d para seu próprio consumo. Por conseguinte, pressupõe-se, seguindo o argumento de Marx (2014, p. 173), por duas vezes a existência de capital-mercadoria “fora do ciclo” (diferentemente dos ciclos D...D' ou P...P, nas quais a forma do extremo final pode ser a primeira aparição “na cena histórica” do capital monetário ou do capital produtivo). As duas vezes em que M “aparece como capital-mercadoria” ao longo do ciclo são em D-M e d-m, ou seja, quando valor de capital acrescido de mais-

valor sob a forma capital monetário precisa adquirir no mercado meios de produção ou força de trabalho e produtos para o consumo individual do capitalista.

A forma  $M' \dots M'$  do ciclo “pressupõe  $M (= FT + Mp)$  como *mercadorias alheias em mãos alheias*, mercadorias essas atraídas para o ciclo pelo processo inicial de circulação e incorporadas ao capital produtivo, de cuja função resulta que  $M'$  se converte novamente na forma final do ciclo” (Marx, 2014, p. 174; grifos adicionados). Em função disso e à medida que este ciclo parte desde o início da mercadoria como produto de um capital, ele permite vislumbrar o entrelaçamento entre os vários capitais individuais:

[...] precisamente porque o ciclo  $M' \dots M'$  pressupõe, dentro de seu percurso, *outro capital industrial* em forma de  $M (= FT + Mp)$  [...] ele exige que o consideremos não apenas como formal geral do ciclo, isto é, como uma forma social sob a qual pode ser considerado todo capital industrial individual (fora de seu primeiro desembolso) – portanto, não apenas como uma forma de movimento comum a todos os capitais industriais individuais –, mas, ao mesmo tempo, como *a forma de movimento da soma dos capitais individuais e, portanto, do capital total da classe capitalista*, um movimento em que cada capital industrial individual aparece apenas como um movimento parcial, *entrelaçado com os demais e por eles condicionado* (Marx, 2014, p. 174-175; grifos adicionados).

O entrelaçamento entre capitais industriais individuais posto pelo ciclo do capital-mercadoria permite a Marx constatar que “em todas as suas peculiaridades, esse ciclo *aponta para além de si mesmo* como ciclo isolado de um capital meramente individual” (Marx, 2014, p. 175-6; grifos adicionados). Ao contrário dos ciclos  $D \dots D'$  e  $P \dots P$ , em  $M' \dots M'$  “o movimento do valor de capital aparece, desde o início, apenas como parte do movimento da massa geral dos produtos”. Sendo a forma de movimento do capital total, o ciclo do capital-mercadoria faz com que os ciclos dos capitais individuais apareçam necessariamente como movimento parcial e condicionado pelo todo. Essa relação de condicionalidade, na verdade, é dupla. Por um lado, os ciclos dos capitais individuais são condicionados pelo ciclo do capital-mercadoria (total) à medida que este põe o valor de capital já valorizado como pressuposto, como primeira forma funcional, para os ciclos individuais. Por outro lado, o valor de capital só se valoriza se os capitais individuais percorrerem um determinado processo produtivo no qual a força de trabalho explorada seja capaz de produzir o mais-valor.

A consideração anterior sugere que o ponto de partida do ciclo  $M' \dots M'$  pode representar o *valor total* produzido pela sociedade capitalista. Para que a reprodução social se processe, é necessário que esse ponto de partida também contenha os valores de uso em proporções adequadas às necessidades técnicas de valorização do valor. Marx ainda não explica nesse ponto da exposição quais os critérios (as “condições de equilíbrio”<sup>2</sup>) para que a reprodução do capital social se efetive levando em consideração as necessidades e contribuições de cada ramo para a produção total. Enquanto a resposta para isso é fornecida pelo autor apenas na terceira e última seção do Livro II, o que nos interessa, neste momento, é compreender a dinâmica entrelaçada entre as cotas-partes

<sup>2</sup> Cf. Carcanholo (2003).

do valor total: referimo-nos ao movimento dos *valores individuais* lançados na circulação sob a forma capital-mercadoria (M'-D') e dela retirados para integrar um novo processo produtivo (D'-M [Mp e FT])<sup>3</sup>.

Marx pressupõe, neste nível da exposição, ao longo dos Livros I e II e até o Capítulo IX do Livro III, que as mercadorias são vendidas por seus valores. Isto permite ao autor se concentrar apenas com as mudanças de *forma* do valor quando expõe os ciclos do capital. Entretanto, a possibilidade de que tais metamorfoses não percorram seu “curso normal”, para usar um termo do próprio autor<sup>4</sup>, se torna realizável – embora, analiticamente, nunca seja levada adiante – em qualquer momento no qual Marx representa os desdobramentos de uma determinada operação de compra e venda ou vice-versa. Quando argumenta que, na venda do capital-mercadoria, o valor de capital valorizado pode ser decomposto em tantas frações de valor quanto sejam desejáveis independentemente das características naturais do tipo de mercadoria produzida, ele exemplifica com uma produção de fios que pesam 10 mil libras e se vendidos a 500 libras-esterlinas recompõem todo o valor de capital adiantado e o mais-valor integralmente (Marx, 2014, p. 167-169). Sendo assim, o *valor* de uma libra de fio equivale a um xelim<sup>5</sup>.

No cotidiano mercantil, entretanto, o que ocorre é a *possibilidade real* de que cada libra de fio seja vendida por um *preço* que apenas fortuitamente coincida com um xelim. É o que Marx nos informa quando diz que se o comprador “decompõe o valor total em seus elementos constitutivos [ $c + v + m$ ], é com a capciosa intenção de demonstrar que *mesmo se a libra fosse vendida abaixo de 1 xelim o vendedor ainda faria um bom negócio*” (Marx, 2014, p. 169; grifos adicionados). Ora, o vendedor “faria um bom negócio” mesmo se vendesse sua libra de fio abaixo de um xelim pois parte do valor desta libra decorreu da apropriação gratuita de trabalho vivo por parte do capitalista. Em outros termos, Marx coloca em foco o fato segundo o qual o mais-valor *apropriado* na troca da mercadoria por dinheiro *pode ser* retraído em relação ao que fora *produzido* por determinado capital. Esta assertiva também pode ser lida com sinal trocado: o mais-valor apropriado pode ser superior ao produzido.

Um pouco adiante, Marx novamente indica o nível de abstração em que se situa:

Aqui [...] *está pressuposto que M' é vendida pelo seu valor* e que, portanto, trata-se apenas de sua transmutação de forma-mercadoria em forma-dinheiro. Para M', como forma funcional no ciclo desse capital individual, com o qual o capital produtivo tem de ser repostado, *o decisivo é, naturalmente, saber se e até que ponto o preço e o valor diferenciam-se um do outro na venda*; mas isso não nos interessa neste momento, em que nos ocupamos somente com as diferenças de forma (Marx, 2014, p. 170; grifos adicionados).

<sup>3</sup> A vinculação entre o ciclo do capital-mercadoria e a reprodução do capital social é apontada em outros lugares do Livro II, como, por exemplo, no Capítulo VII: “A última forma [M'...M'] é importante para a última seção, na qual o movimento dos capitais individuais é concebido em conexão com o movimento do capital social total” (Marx, 2014, p. 236).

<sup>4</sup> “Na forma M'...M', o consumo do produto-mercadoria inteiro [*em termos de valor e valor de uso, segundo nossa interpretação*] é pressuposto como condição do *curso normal* do próprio processo de capital” (Marx, 2014, p. 171; grifos adicionados).

<sup>5</sup> Pela unidade monetária utilizada em *O capital*, uma libra-esterlina é igual a 20 xelins.

Se o “decisivo” é “se e até que ponto o preço e o valor diferenciam-se um do outro”, abre-se, enfaticamente, a possibilidade da transferência de valor entre capitais individuais. Entretanto, a preocupação exclusiva com as mutações de forma deve-se ao fato de que o ciclo do capital-mercadoria também representa o movimento do capital social total, que se realiza necessariamente com base na igualdade entre preços e valores<sup>6</sup>. Portando uma dupla representação – do movimento total e dos movimentos parciais –, o ciclo do capital-mercadoria pode oferecer uma variedade de fenômenos, quer se olhe por um ângulo ou por outro, para além do exame meramente formal do ciclo. É por isso que aprofundamos que a análise desse ciclo permite vislumbrar a possibilidade real do imperialismo. Marx resume a possibilidade de outros fenômenos na seguinte passagem:

O fato de que o capital social é = a soma dos capitais individuais (inclusive dos capitais em ações e do capital estatal, na medida em que os governos empregam trabalho assalariado produtivo em minas, ferrovias etc. e, assim, funcionam como capitalistas industriais), e de que o movimento total do capital social é = a soma algébrica dos movimentos dos capitais individuais, *não exclui aqui de modo algum a possibilidade de que esse movimento, como movimento do capital individual isolado, ofereça outros fenômenos distintos do mesmo movimento*, considerado como uma parte do movimento total do capital social e, portanto, em conexão com os movimentos de suas outras partes, nem que, ao mesmo tempo, resolva problemas cuja solução tem de estar pressuposta na consideração desse ciclo de um capital individual isolado, em vez de resultar dele (Marx, 2014, p. 175; grifos adicionados).

Como assinalamos anteriormente, o movimento total do capital social se realiza com base na identidade entre valores e preços (pois, na totalidade, preços, entendidos aqui como preços de produção, e valores, são quantitativamente iguais). Do ponto de vista do movimento do capital individual isolado, ao contrário, é possível que ele se enlace com outros capitais industriais que operem em distintos níveis de produtividade. Segue que, deste ponto de vista, existe a possibilidade real de distinção entre valores e preços. Portanto, um dos “outros fenômenos distintos do mesmo movimento” a que Marx se refere poderia ser, evidentemente, o imperialismo. Devemos ter a precaução aqui de distinguir a transferência de valor *tout court* da transferência de valor imperialista. A última necessariamente tem que ser o resultado do entrelaçamento dos ciclos de dois capitais individuais cujos processos produtivos tenham transcorrido em territórios nacionais distintos<sup>7</sup>. Se a produção (...P...) imediatamente põe capital-mercadoria de determinado valor (M') à venda, a troca de M' por D' pode representar um processo imperialista desde que D', em primeiro lugar, possua um valor diferente de M' e, em segundo lugar, seja, do ponto de vista do comprador, a resultante forma capital monetário de um ciclo cujo processo produtivo ocorreu alhures. Cumprindo essas duas condições, efetiva-se uma transferência internacional de valor: parte do mais-valor produzido em um país é apropriado gratuitamente em outro lugar.

<sup>6</sup> Este é um resultado lógico da transformação de valores em preços de produção. Por ora, tomamos a igualdade entre a totalidade de valores e de preços de produção como pressuposto. Abstrairmos, ademais, da diferença entre preços de produção e preços de mercado, de modo que assumimos que os primeiros representam a norma de intercâmbio.

<sup>7</sup> Do contrário, teríamos transferências de valor dentro de um país. Embora existam realmente, não se configuram como imperialista exatamente por não cruzarem a fronteira nacional.

A existência da transferência de valor *tout court* é, portanto, uma condição necessária, mas não suficiente para a existência da transferência de valor imperialista. Enquanto uma representação da totalidade, o ciclo do capital-mercadoria diz respeito ao mercado mundial e, enquanto tal, seu exame pode ser feito abstraindo-se do comércio exterior:

Como em  $M' \dots M'$  o produto inteiro (o valor inteiro) é o ponto de partida, aqui se evidencia que (*abstraindo do comércio exterior*) a reprodução só pode ocorrer em escala ampliada – *pressupondo-se que a produtividade se mantenha inalterada* – se na parte do mais-produto a ser capitalizada já estão contidos os elementos materiais do capital produtivo adicional (Marx, 2014, p. 177; grifos adicionados).

Marx indica aqui que no mercado mundial deve haver uma conexão entre os valores de uso produzidos por uns capitais e aqueles desejados por outros para realizar o processo de produção em sua inteireza. A abstração do comércio exterior serve para marcar esse nível de abstração – assim como o autor fez no começo do Capítulo XXII do Livro I (Pradella, 2015) Se desconsiderarmos esse pressuposto, isto é, se analisarmos o ciclo do capital-mercadoria considerando a existência do comércio exterior, acrescentaremos determinações mais concretas à análise: as diversas formações sociais nacionais tornam-se totalidades mais complexas (subjugadas à totalidade abstrata do mercado mundial) posto que trazem consigo a influência da categoria *nação* sobre o processo capitalista de reprodução, que se manifesta com a diversidade de taxas de câmbio, de políticas econômicas, de poderes militares, etc. Apenas assim é possível discutir, por exemplo, o entrelaçamento concreto entre o ciclo de um capital industrial dependente e o ciclo de um capital industrial imperialista cujo resultado possível é a transferência de valor do primeiro para o segundo.

Na citação anterior de Marx, percebemos uma segunda marcação do nível de abstração: “pressupondo-se que a produtividade se mantenha inalterada”. Para identificar a transferência de valor imperialista precisamos superar, também, essa abstração. Fazendo isso, ou seja, supondo que a evolução da produtividade em uns capitais seja mais acelerada do que em outros, e agregando isso aos resultados do parágrafo anterior, temos as condições objetivas para a existência das transferências internacionais de valor por meio da troca desigual.

## **2. Possibilidade do imperialismo a partir da reprodução do capital social**

Para que a reprodução do capital social se processe intertemporalmente, a totalidade dos produtos-mercadorias deve contemplar a reposição tanto do valor quanto da matéria que lhe dá sustentação. Nos termos de Marx, o processo é “condicionado tanto pela inter-relação dos componentes de valor do produto social como por seu valor de uso, sua configuração material” (Marx, 2014, p. 498). Apenas para ilustrar a questão, isso significa que, por exemplo, considerando-se a reprodução simples, se a parcela constante de valor do capital social para o ano seguinte é equivalente a 1000 libras-esterlinas (£1000), deve haver ao final do ano antecedente uma *quantidade* de meios de produção enquanto produto-mercadoria no valor de £1000 na *qualidade* adequada às

necessidades do capitalista coletivo<sup>8</sup>. Se essas condições forem cumpridas e estiverem incorporadas no produto anual, este passa a englobar “a reprodução (isto é, a conservação) da classe capitalista e a da classe trabalhadora, bem como, por conseguinte, a reprodução do caráter capitalista do processo total de produção” (Marx, 2014, p. 495). Portanto, falar em reprodução do capital social é falar em reprodução do modo capitalista de produção.

Em função da conclusão do parágrafo anterior, podemos assegurar que se o imperialismo é uma relação social funcional à reprodução do capital, isto é, uma relação entre capitais em concorrência no mercado mundial, ele está subsumido à própria reprodução do capitalismo. O imperialismo, nesse sentido, se manifesta sob distintas formas pois cada padrão de reprodução do capital demanda um conjunto específico de relações, dentre as quais o imperialismo, a sustentá-lo. A reprodução do capital, quando examinada a partir de sua totalidade – o mercado mundial – abarca a possibilidade lógica e histórica do imperialismo. Embora Marx não tenha desenvolvido seu argumento nessa direção, ele abstraiu o comércio exterior e, portanto, sua concepção de reprodução do capital *social* envolve a reprodução do capitalismo mundialmente considerado.

Abstrair o comércio exterior da exposição não significa desconsiderar sua importância real, procedimento que Marx explicita quando assegura que “a produção capitalista não pode existir de modo algum sem comércio exterior” (Marx, 2014, p. 575). Entretanto, é possível analisar a reprodução capitalista sem considerá-lo, pois, ao pressupor que as mercadorias se vendem pelo seu valor, a função do comércio exterior se reduz à mera troca de valores de uso, cuja operação não pode afetar, conforme os pressupostos já explicitados, as “relações de valor” (Marx, 2014, p. 575). Dentro da breve exposição intitulada “A reprodução do capital monetário”, no Capítulo XX do Livro II de *O capital*, há uma passagem de Marx que nos auxilia a sustentar nosso argumento:

Desse modo, a introdução do comércio exterior na análise do valor-produto anualmente reproduzido só pode confundir, sem contribuir com nenhum elemento novo, nem para o problema, nem para a sua solução. Devemos, portanto, abstrair dele por completo, pois aqui temos de tratar o ouro como elemento direto da reprodução anual, não como elemento de mercadoria importado do exterior por meio do intercâmbio (Marx, 2014, p. 575).

É salutar destacar que a possível confusão criada pela introdução do comércio exterior na análise deriva do pressuposto destacado no parágrafo anterior (da identidade entre preços e valores). Sustentando que nos marcos desse nível de abstração as “relações de valor” não se alteram, o comércio exterior, de fato, pode ser omitido da análise<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> O ano é a unidade de tempo à qual Marx predominantemente se refere ao longo do Livro II, especialmente a partir do estudo da rotação do capital, sendo assim justificado: “Assim como a jornada de trabalho é a unidade de medida natural para a função da força de trabalho, o ano é a unidade de medida natural para as rotações do capital em processo. A base natural dessa unidade de medida repousa sobre o fato de que os mais importantes frutos da terra na zona temperada, que é o seio da produção capitalista, são produtos anuais” (Marx, 2014, p. 237-238).

<sup>9</sup> Em outros lugares, Marx também pressupõe que o comércio exterior não altera as “relações de valor”. Ver, por exemplo, Marx (2014, p. 512).

A segunda metade da citação nos permite desenvolver outro ponto, já que a abstração do comércio exterior poderia ser interpretada em duas vias opostas e mutuamente excludentes. A primeira, defendida por nós, se baseia nessa abstração para inferir que Marx trabalha ao longo de *O capital* no nível do mercado mundial. A segunda interpreta que Marx estaria considerando uma economia nacional fechada, isto é, sem relações com o exterior. Apesar desse debate já ter sido feito (Pradella, 2015), a citação anterior nos ajuda a defender a primeira posição na medida em que a mercadoria de exemplo escolhida pelo autor, o ouro, é produzida em pouquíssimos lugares do mundo: o próprio autor cita apenas Estados Unidos, Rússia, México, América do Sul e Austrália como os lugares nos quais o ouro é produzido (Marx, 2014, p. 575). Reconhecendo isso, a afirmação de que se deve tratá-lo como “elemento direto da reprodução anual” e não como elemento “importado do exterior” é uma indicação explícita de que o nível de abstração no qual a exposição está sendo conduzida considera todo o mundo como o espaço da reprodução do capital. Nesse sentido, os esquemas de reprodução do capital social desenvolvidos na última seção do Livro II referem-se ao plano do mercado mundial enquanto uma totalidade abstrata na qual a existência de fronteiras nacionais está, por suposição, ainda ausente.

Essa totalidade, por outro lado, abarca um tipo de relação especificamente histórica, a relação de produção capitalista, que conecta dois tipos de relacionamentos distintos, representantes, nos termos de Arrizabalo Montoro (2014, p. 152), dos “dois grandes conflitos sociais” de nossa era: entre capital e trabalho assalariado e, através da concorrência, entre capitalistas entre si. Poderemos perceber o imperialismo como uma categoria subsumida a esse “nexo de relacionamentos”, para usar um termo de Callinicos (2014, p. 16-17)<sup>10</sup>, se adicionarmos uma determinação mais concreta à exposição, qual seja, a existência das fronteiras nacionais. Um indício dessa percepção pode ser encontrado no próprio Marx quando ele explica – em uma passagem escrita em tons metodológicos, em um contexto de crítica à naturalização burguesa do modo de produção capitalista, dentro do capítulo sobre a reprodução simples no Livro II – a sua concepção de totalidade:

Quando se fala do modo social de considerar as coisas, ou seja, quando se examina o produto total do ponto de vista social, que engloba tanto a reprodução do capital social como o consumo individual, não se deve incorrer no modo de proceder de Proudhon, imitado da economia burguesa, e examinar a questão como se uma sociedade existindo sob um modo de produção capitalista, uma vez considerada *em bloc*, como totalidade, perdesse seu caráter histórico-específico. Pelo contrário. Nesse caso, temos de lidar com o capitalista coletivo. O capital total aparece como o capital acionário de todos os capitalistas individuais combinados. Essa sociedade por ações tem em comum com muitas outras sociedades por ações o fato de que cada um sabe o que nela coloca, mas *não* o que dela retira (Marx, 2014, p. 537; grifos no original).

Mantivemos propositadamente os grifos de Marx para destacar a última negativa no final da passagem: o capitalista individual, aparentemente sócio de uma sociedade por ações, sabe o quanto contribui, mas não sabe o quanto pode retirar dela. Essa indicação está relacionada com a concorrência, afinal, ela gera a incerteza quanto às

<sup>10</sup> Callinicos (2014) desenvolve um sofisticado argumento para demonstrar a centralidade de ambas as relações em *O capital*, o que o leva a sustentar que o capital deve ser apreendido como um “nexo de relacionamentos” (Callinicos, 2014, p. 16-7).

possibilidades de apropriação de valor. Por outro lado, o capitalista enquanto um ser coletivo se choca, necessariamente, com seu oposto, isto é, com o trabalho assalariado, produtor do mais-valor que se distribui desarmonicamente entre os vários partícipes da exploração.

Ao expor o problema da mediação do intercâmbio de mercadorias pela circulação monetária, também é possível perceber o caráter geral, totalizante, da interpretação de Marx. Diz o autor que o capital monetário transformado em capital variável, isto é, o pagamento de salários, “desempenha o papel principal na própria circulação monetária” pois “em todos os países de produção capitalista, o capital monetário assim adiantado constitui uma parte proporcionalmente decisiva da circulação total, tanto mais porque o mesmo dinheiro, antes de seu refluxo ao ponto de partida, corre pelos canais mais variados e funciona como meio de circulação para um sem-número de negócios” (Marx, 2014, p. 518). Se o argumento é válido para “todos os países de produção capitalista”, não há por que, como salientamos anteriormente, reduzir a análise a um ou outro país.

Pode-se, por conseguinte, lidar nesse nível de abstração com o mercado mundial. O próprio Marx – em uma passagem relativamente desconhecida, posto que fora excluída por Engels da edição final do Livro II, mas trazida à tona em função da nova edição de *O capital* a partir da MEGA-2<sup>11</sup> – indica claramente a natureza global, mundial, de seu sistema teórico: “Para cada capital individual existe, *do lado de fora*, um mundo de mercadorias. Mas o capital social e seu produto abarcam em si o mundo inteiro das mercadorias” (Marx, 2014, p. 670; grifos no original). Parece-nos que essa é uma passagem definitiva para concluir esse raciocínio a favor da tese segundo a qual a reprodução do capital social, segundo a interpretação de Marx, é a reprodução do capitalismo mundialmente considerado.

A constatação de que a reprodução do capital social ocorre no âmbito do mercado mundial não é suficiente para identificar o imperialismo como uma relação social imanente a essa reprodução. Isso porque Marx (2014, p. 496-497), naquele momento do texto, mantém o pressuposto de que não há variação na base técnica na qual os capitais operam: “não só se pressupõe que os produtos se trocam por seu valor, mas também que não ocorre nenhuma revolução de valor nos componentes do capital produtivo”. Do ponto de vista do capital social, esse pressuposto é perfeitamente coerente, tendo em vista que preços e valores das mercadorias se igualam quando se considera o todo. Entretanto, e aqui está uma pista para o imperialismo, as revoluções de valor, ou as revoluções de produtividade, exercem influência sobre o movimento dos capitais individuais em concorrência:

Embora os preços divirjam dos valores, essa circunstância não pode, de resto, exercer nenhuma influência no movimento do capital social. Tal como antes, trocam-se, no total, as mesmas massas de produtos, *ainda que a participação dos capitalistas individuais nas relações de valor deixe de ser proporcional a*

<sup>11</sup> Na transição entre as seções VII (Capital variável e mais-valor nos dois setores) e VIII (O capital constante nos dois setores) do Capítulo XX do Livro II, os tradutores indicam em nota de rodapé à página 532 que “Engels deixou de incluir um trecho do manuscrito II” o qual está reproduzido na íntegra como Apêndice 10 desta edição do Livro II de *O capital* (Marx, 2014). Vale destacar que este manuscrito está datado pela MEGA-2 como redigido entre maio de 1868 e meados de 1870 – Cf. Marx (2014, p. 72-75).

*seus respectivos adiantamentos e às massas de mais-valor produzidas individualmente por cada um deles* (Marx, 2014, p. 497; grifos adicionados).

Marx reconhece, então, ainda no âmbito da reprodução do capital social, que a “participação” dos capitalistas individuais deixa de ser proporcional “às massas de mais-valor produzidas individualmente”. Ou seja, a distinção entre produção e apropriação de valor pelos capitalistas individuais está ocorrendo no mundo subterrâneo da reprodução do capital social, na qual todo o valor produzido é apropriado. Embora Marx não analise as repercussões disso, pois simplesmente não pode analisar em função do nível de abstração, ele atesta sua existência.

146

Ao distinguir o movimento que pertence ao todo daquele relativo às partes, o argumento de Marx é suficiente para demonstrar que não há falácia da composição em sua teoria da reprodução. De fato, quando criticava a teoria de Smith no Capítulo XIX (“Exposições anteriores do mesmo objeto”) do Livro II, Marx já indicava o que seria esclarecido no capítulo seguinte: “que, no movimento do capital social – isto é, da totalidade dos capitais individuais –, as coisas se apresentam de outro modo que no caso de cada capital individual considerado em particular, ou seja, do ponto de vista de cada capitalista individual” (Marx, 2014, p. 486).

Retornando ao argumento do Capítulo XX, podemos dizer que o pressuposto de que as mercadorias se vendem pelos seus valores tem como corolário direto que a troca não pode enriquecer nenhum capitalista. Sendo assim, o dinheiro que é lançado na circulação monetária para mediar a circulação das mercadorias retorna integralmente a eles: as mercadorias “se pagaram uma à outra integralmente, mediante o intercâmbio de seus respectivos equivalentes-mercadoria” (Marx, 2014, p. 505). Em outro lugar, Marx afirma: “a venda dessas mercadorias, na medida em que não implique fraudes etc., mas seja um intercâmbio de equivalentes em mercadoria e dinheiro, não é um processo mediante o qual o capitalista enriquece” (Marx, 2014, p. 517). Por isso, nos marcos do nível de abstração no qual a exposição está situada, a condição para que a reprodução em escala simples ocorra sem perturbações é que o valor equivalente ao capital variável e ao mais-valor do setor I “tem de ser igual” (Marx, 2014, p. 517) ao valor do capital constante do setor II<sup>12</sup>.

Podemos inverter o raciocínio de Marx desenvolvido no parágrafo anterior, mantendo sua lógica, e inferir que se a troca for de não equivalentes, uma troca desigual, há o enriquecimento através do comércio de uma das partes envolvida. Mesmo que os pressupostos da exposição não permitam ao autor esmiuçar essa questão, iremos destacar dois pontos que sugerem sua importância. O primeiro deles vem de um trecho do manuscrito II de Marx excluído por Engels da redação final do Livro II, o qual, segundo os tradutores, continha uma “análise diferenciada do produto social, dividida em seis setores” (Marx, 2014, p. 594). Nesta análise, depois de desenvolver um processo de reprodução na base da troca pelos valores e com setores com diferentes composições orgânicas, Marx abre repentinamente um parêntese: “Vejam, de passagem, como a questão se apresenta sob o pressuposto da taxa geral de lucro” (Marx, 2014, p.

---

<sup>12</sup> Foge ao escopo de nosso trabalho demonstrar por que  $Iv + Im$  (capital-mercadoria produzido pelo setor I equivalente ao valor do capital variável  $[Iv]$  e do mais-valor  $[Im]$ ) igual a  $Iic$  (capital-mercadoria produzido pelo setor II equivalente ao valor do capital constante) é a condição para que a reprodução do capital social em escala simples ocorra sem perturbações. Para este propósito, Cf. Marx (2014, p. 502-505), Carcanholo (2003) ou Ribeiro (1979).

729). Após fazer alguns cálculos elementares, ele indica que apenas no setor onde a composição orgânica é média, o produto é vendido por um preço idêntico ao valor; e fecha o parêntese com um lembrete a si próprio: “*Examinar isso mais adiante*” (Marx, 2014, p. 729; grifos no original).

Se apenas o setor com composição orgânica média vende suas mercadorias pelo valor, segue-se que para os demais cuja composição difere da média há necessariamente diferença entre preço e valor. Enquanto redigia esse manuscrito, entre 1868 e 1870<sup>13</sup>, Marx já havia desenvolvido a explicação para a transformação de valores em preços de produção nos *Manuscritos Econômicos de 1864-1865*<sup>14</sup>, os quais se tornariam o suporte fundamental para a versão final do Livro III. Portanto, é com base em sua teoria dos preços de produção que aquela passagem excluída do Livro II deve ser analisada, o que nos leva à constatação que já nos esquemas de reprodução do capital social seria possível perceber a existência da transferência de valor entre capitais individuais operantes sob distintas composições orgânicas e distintos setores. Que Marx não avance na explicação desse fenômeno na Seção III do Livro II justifica-se pois ali não é (ainda) o lugar de explicá-lo. Sua preocupação evidente é explicar a reprodução do capital social em sua pureza, livre de distúrbios que possam embaçar aquilo que é central naquele momento.

Para comprovar esse ponto, vejamos o que diz Marx após tecer longos comentários sobre várias supostas possibilidades para fechar o esquema de reprodução após a introdução da depreciação do capital fixo:

Vemos aqui, para além de nosso verdadeiro objetivo, como é absolutamente necessária a consideração do processo de reprodução *em sua forma fundamental* – livre de todas as circunstâncias menores que o obscurecem – a fim de nos desembaraçarmos desses falsos subterfúgios que proporcionam a aparência de uma explicação ‘científica’ quando o processo da reprodução social, em sua complicada forma concreta, é imediatamente transformado em objeto da análise (Marx, 2014, p. 562; grifos adicionados).

Dentre esses “falsos subterfúgios”, isto é, dentre essas possibilidades teóricas erradas neste nível de abstração para resolver o problema em questão, duas devem ser objeto de nossa atenção. A dificuldade posta pela introdução do capital fixo decorre do fato de que este “reaparece como elemento de valor da mercadoria” (Marx, 2014, p. 554) à medida que se deprecia, isto é, de acordo com o ritmo com o qual perde seu próprio valor. Como esse processo dura, em geral, mais do que o período de uma rotação, o dinheiro recebido pelo capitalista correspondente à depreciação deve ser entesourado até o momento em que o capital fixo deva ser repostos<sup>15</sup>. Portanto, durante a formação

<sup>13</sup> Cf. Marx (2014, p. 72-75).

<sup>14</sup> Cf. Marx (2015, p. 265 et seq.).

<sup>15</sup> No nível de abstração em que a exposição está situada, o mais-valor ainda não se fragmentou em renda, juro etc. Em função disso, relações de crédito não podem ser incluídas na análise, motivo pelo qual os tesouros cumprem um papel importante nessa altura da exposição (Heinrich, 2014a, pp. 20-22). Por exemplo, no contexto da conversão do mais-valor em capital constante, Marx se questiona de onde surge o dinheiro adiantado pelos capitalistas. Sua resposta: “é preciso supor a existência, nas mãos do capitalista e ao lado do capital produtivo, de certas reservas de dinheiro” (Marx, 2014, p. 503). Para Heinrich (2014a, pp. 20-22), “a existência de tesouros é apenas um pressuposto auxiliar; na realidade, são as relações de crédito que possibilitam a circulação do mais-valor”.

desse tesouro (até que se esgote a vida útil do elemento fixo), o montante de dinheiro retirado da circulação passa a ser maior do que aquele efetivamente lançado na circulação em cada período. Nos termos de Marx:

O dinheiro obtido com a venda de mercadorias, na medida em que realiza a parcela de valor-mercadoria equivalente à depreciação de capital fixo, não se converte de novo no componente do capital produtivo, cuja perda de valor ele repõe. Ele se precipita ao lado do capital produtivo e se cristaliza em sua forma-dinheiro (Marx, 2014, p. 555).

Considerando a divisão do capital social em dois setores, I e II, produtores, respectivamente, de meios de produção e meios de consumo, vimos que a condição para que a reprodução se processe normalmente em escala simples é  $Ic = Iv + Im$ . A dificuldade posta pela introdução do capital fixo no setor II, por exemplo, se resume ao fato de que durante algum tempo maior do que o período de uma rotação, o valor equivalente à depreciação vai se entesourar em II, “não volta a funcionar como meio de circulação” (Marx, 2014, p. 558), impossibilitando, conseqüentemente, que o valor produzido por I se realize em sua inteireza. A questão, portanto, é: como esse valor não-realizado pode ser realizado?

Antes de resolver a questão nos marcos do correto nível de abstração, Marx recorre aos já citados “falsos subterfúgios” – dentre eles, a possibilidade das trocas se efetivarem em proporções diferentes daquelas envolvendo os valores e a introdução de agentes externos. Por exemplo, nas trocas entre os setores I e II, poderia ser suposto que I enviasse uma quantidade de mercadorias mais uma soma de dinheiro que excedesse o valor total produzido por II, de forma que II conseguisse entesourar o valor correspondente ao desgaste do capital fixo e, ao mesmo tempo, tivesse uma capacidade de pagamento no montante adequado à produção do setor I. Contudo, se assim ocorresse, o setor I “compraria a massa mercantil  $Ic$  acima de seu valor” (Marx, 2014, p. 559). Embora essa solução esteja fora de cogitação em virtude de ser incompatível com o nível de abstração que exige que preços e valores sejam idênticos, o simples fato de Marx tê-la lançado aqui no conjunto dos “falsos subterfúgios” a coloca no rol das soluções “aparentemente possíveis” (Marx, 2014, p. 559). Poderia ser possível, portanto, no plano fenomênico, uma troca desigual entre os setores I e II desde que os ciclos dos capitais de cada um desses setores estivessem localizados em países distintos.

Outra possibilidade tida como “absurda” por Marx (2014, p. 561) é a utilização de um elemento externo (“*deus ex machina*”<sup>16</sup>) à lógica do processo social de reprodução, como se o dinheiro que tem que fluir para o setor II viesse da renda fundiária ou dos juros, por exemplo. Isso não é possível, no longo prazo, pois se I não está realizando todo seu mais-valor, cedo ou tarde as rendas e os juros deixariam de existir. É possível perceber, com esse argumento, que juro e renda são categorias ontologicamente subordinadas ao mais-valor produzido pelo capital industrial. Não é por outro motivo que a fragmentação do mais-valor representa uma transição entre níveis de abstração e só será incorporada na análise no Livro III.

Antes de avançar para a resposta satisfatória à dificuldade posta pela depreciação, uma última observação sobre os “falsos subterfúgios”. Quando Marx abstrai as

<sup>16</sup> Conforme explicação dos tradutores, “*deus ex machina*” é “um elemento externo que resolve uma história sem seguir sua lógica interna”, sendo originária dos teatros greco-romanos da Antiguidade. Cf. Nota dos tradutores em Marx (2014, p. 561).

“circunstâncias menores” que dificultam a correta apreensão do objeto, ele está nos fornecendo uma pista metodológica importantíssima: também podemos considerar o *processo imperialista em sua forma fundamental*, abstraindo de circunstâncias menores e falsos subterfúgios. Tal é o procedimento necessário para a real compreensão do processo em suas dimensões imanentes.

O enigma da reprodução do capital social, considerando-se a existência da depreciação, é resolvido por Marx quando ele considera que o próprio setor II “lança na circulação o dinheiro com o qual o componente de valor de suas mercadorias é convertido em dinheiro destinado a repor a depreciação de seu capital fixo” (Marx, 2014, p. 563-568). O autor fornece vários exemplos, todos eles mostrando como a reposição da depreciação do capital fixo de uma parte do setor II pode ser feita pelo adiantamento em dinheiro por outra parte do próprio setor. A lógica é simples: divide-se o setor II em duas partes: II-1 precisa renovar seu capital fixo agora e II-2 precisa acumular dinheiro equivalente ao valor da depreciação do capital fixo. Então, II-1 compra os elementos fixos do capital do setor I adiantando um dinheiro que refluirá para ele ao longo de várias rotações, de forma que para II-1 não retorna, no instante da renovação do capital fixo, a mesma quantidade de dinheiro desembolsada por ele. Esse dinheiro fica no setor I que o utilizará para comprar meios de consumo do setor II-2. Como o dinheiro não foi adiantado por I, não precisa refluir a ele<sup>17</sup> e será entesourado por II-2 equivalendo à parcela do capital fixo depreciada.

Continuando com o argumento de Marx (2014, p. 571-573), a condição necessária para que o dinheiro flua de II-1 para I e, em seguida, para II-2, é que o valor do capital fixo de II-1 seja igual ao de II-2 e que eles se renovem em períodos distintos. Se assumirmos que os valores de ambas as partes do setor II são diferentes, haverá um excedente em dinheiro, caso o valor lançado por II-1 na circulação seja maior do que o necessário para a reposição do desgaste de II-2, ou um déficit em dinheiro, caso II-1 lance na circulação um valor menor do que o necessário para II-2. Caso se analise esse desequilíbrio dentro de uma economia nacional, ele poderia ser resolvido pelo comércio exterior, recorrendo à importação caso haja “excedente monetário” ou exportação caso a situação seja de excesso de mercadorias a realizar. Nos termos de Marx:

Em ambos os casos, o comércio exterior poderia proporcionar um remédio: no primeiro, para converter em meios de consumo a mercadoria I imobilizada em forma-dinheiro; no segundo, para escoar o excedente de mercadorias. *Mas o comércio exterior, na medida em que não se limita a repor elementos (também no que diz respeito ao valor), não faz mais do que deslocar as contradições a uma esfera mais ampla, abrindo-lhes um maior campo de ação* (Marx, 2014, p. 573; grifos adicionados).

A questão de fundo desse argumento, e que nos interessa mais diretamente, é a percepção de que uma determinada contradição no processo de reprodução do capital no âmbito nacional pode ser contida através do comércio exterior. Dialeticamente, contudo, a resolução da contradição nesse âmbito restrito a empurra para uma “esfera

<sup>17</sup> Em outro lugar, Marx havia desenvolvido uma “lei geral” segundo a qual “sempre que a circulação transcorre normalmente, esse dinheiro retorna aos produtores de mercadorias que adiantam dinheiro à circulação”. “Do que se segue, diga-se de passagem, que quando detrás do produtor de mercadorias em geral se encontra um capitalista monetário, que, por sua vez, adianta capital monetário (...) ao capitalista industrial, o verdadeiro ponto de retorno desse dinheiro é o bolso desse mesmo capitalista monetário” (Marx, 2014, p. 516-517).

mais ampla”, o mercado mundial, reforçando-a. Então, para resumir, de uma contradição real na produção do capital fixo, a ação do comércio exterior resulta em dois movimentos: de amenização e de potencialização da contradição.

Mantendo-se os pressupostos da reprodução do capital social em escala simples, segue-se que, nos termos de Marx (2014, p. 572-573), as perturbações nas proporções entre o capital fixo que se extingue e o que “continua a operar em sua velha forma natural” produziria “déficits de reprodução” ou um “excedente inconversível em dinheiro”. Como corolário, “teríamos a crise – crise de produção –, mesmo com a reprodução em escala constante”. Os distúrbios na produção de capital fixo são relevantes tanto do ponto de vista ontológico, na medida em que é uma característica real da própria reprodução do capital, quanto do ponto de vista epistemológico, haja vista a ênfase direcionada a eles pelas teorias (burguesas) que se propõem a elucidá-los. Por isso, diz Marx:

O exemplo do capital fixo – mantendo-se invariável a escala da reprodução – é decisivo. O desequilíbrio na produção de capital fixo e capital circulante é uma das causas favoritas de que os economistas lançam mão para explicar as crises. Para eles, é algo novo o fato de que esse desequilíbrio possa e deva surgir quando se trata da mera *conservação* do capital fixo; que ele possa e deva surgir no pressuposto de uma produção normal ideal, com reprodução simples do capital social já operante (Marx, 2014, p. 574; grifos no original).

Assim como os economistas usam o desequilíbrio na produção de capital fixo para explicar as crises, eles também o fazem para explicar o imperialismo. Celso Furtado, por exemplo, é explícito ao indicar o imperialismo como uma saída a esse desequilíbrio através da exportação do capital fixo em excesso das economias centrais, que se desenrola historicamente, segundo o autor, a partir dos últimos decênios do século XIX. Furtado mostra que havia na Inglaterra desse período uma queda da taxa de lucro decorrente de dois fatores principais – “grande massa de bens de capital em permanente produção” e a melhora da “posição de barganha da classe trabalhadora” – que estariam conduzindo a economia inglesa à “eutanasia precoce”. Para evitar esse resultado, ela lançou-se “numa grande ofensiva internacional. Foi quanto bastou para que tivesse início a fase de total liberalização do comércio inglês, das maciças exportações de capital, que mantinham a indústria de equipamentos funcionando a plena capacidade, e da ofensiva comercial sob a forma do audacioso imperialismo vitoriano” (Furtado, 2000, p. 248-249).

Celso Furtado seguramente captou uma tendência real daquele contexto, compartilhada pelos autores contemporâneos. É fato que o imperialismo adquire um *status* diferente no fim do século XIX pois é o momento em que o desequilíbrio na produção de capital fixo se manifesta com maior gravidade. É por isso que os capitalistas precisam recorrer à exportação de capital fixo – como, além de Lenin e da teoria clássica, os próprios economistas burgueses reconhecem. Fazendo isso, entretanto, conforme a passagem de Marx citada anteriormente, a ação individual dos grandes capitalistas eleva a esfera em que as contradições deste modo de produção podem se manifestar.

Em outro lugar do Livro II, no Capítulo VIII, Marx aponta para algumas relações entre capital fixo e mercado mundial. Ao mostrar que o caráter de capital fixo não se define pela mobilidade ou imobilidade espacial dos meios de trabalho, ele fala de “economia das nações” e “mercado mundial”:

Nem a imobilidade lhe confere, num caso, o caráter de capital fixo, nem a mobilidade o priva desse caráter, no outro. No entanto, a circunstância de

que os meios de trabalho sejam espacialmente fixos, enraizados na terra, confere a essa parte do capital fixo um *papel especial na economia das nações*. Eles não podem ser mandados ao exterior, para circular como mercadorias no mercado mundial. Os títulos de propriedade sobre esse capital fixo podem ser trocados, permitindo a esse capital ser comprado e vendido e, nessa medida, circular idealmente. Tais títulos de propriedade podem até mesmo circular em mercados estrangeiros, por exemplo, na forma de ações. Mas com a mudança das pessoas que detêm a propriedade desse tipo de capital fixo não se altera a relação entre a parte permanente, materialmente fixa da riqueza num país, e a parte móvel dessa mesma riqueza (Marx, 2014, p. 245; grifos adicionados).

Partindo do entendimento de que o caráter fixo do capital não se define por sua mobilidade ou imobilidade espacial, Marx mostra como esse capital pode ser duplicado em títulos de propriedade de tal forma que ganhe possibilidades de circulação no mercado mundial. É possível apontar desde aqui, mesmo de passagem, uma possibilidade de imperialismo através da circulação no mercado mundial desses títulos: essa circunstância permite que o proprietário dos meios de trabalho espacialmente fixos receba rendimentos produzidos em qualquer lugar no qual os meios de trabalho estejam enraizados.

### **Considerações finais**

O objetivo desta pesquisa foi encontrar vestígios da presença do mercado mundial na estrutura expositiva do Livro II de *O capital*, em linha com pesquisas anteriores que apontavam para o papel do mercado mundial no Livro I. Avançando pelas discussões sobre o ciclo do capital industrial e a reprodução do capital social, encontramos diversas passagens que indicam, explicitamente, a preocupação de Marx em redigir esses temas no plano do mercado mundial, abstratamente considerado.

Além disso, mais do que tomadas isoladamente, tentamos mostrar que o argumento geral do Livro II é incompatível com uma economia nacional fechada. Isso fica evidente na reprodução do capital monetário, pois precisa haver uma produção de ouro ajustada às necessidades da reprodução do capital social. Como a produção mundial de ouro é muito concentrada geograficamente em poucos países, a única solução possível para que os esquemas de reprodução façam sentido lógico é abstrair fronteiras nacionais, considerando a totalidade do mercado mundial.

Outras discussões desenvolvidas no Livro II apontam que a obra marxiana deve ser referência importante nos estudos sobre imperialismo. Por exemplo, existe uma análise muito cuidadosa de Marx a respeito da necessidade da exportação de capital fixo (ou de títulos de propriedade sobre esse capital fixo) que condiz, em algum teor, com as discussões no âmbito das teorias clássicas do imperialismo ou mesmo de teorias burguesas que necessitam explicar, no contexto do século XIX, o imperialismo vitoriano. Outro exemplo seriam os apontamentos de Marx a respeito das possibilidades de distinção entre produção e apropriação de valor através do comércio internacional, que, mais tarde, seriam envolvidas na discussão sobre a troca desigual.

Em síntese, as evidências reunidas nesse artigo nos permitem concluir que o argumento do Livro II está exposto no nível do mercado mundial e que certos temas muito populares na discussão de imperialismo estão contidos nas seções sobre ciclo do

capital e reprodução do capital social. Como não era o objetivo de Marx discutir exatamente essas questões, elas aparecem lateralmente, mas, mesmo assim, podem ser úteis na renovação das teorias marxistas do imperialismo.

## Referências

- ARRIZABALO MONTORO, X. *Capitalismo y economía mundial: bases teóricas y análisis empírico para la comprensión de los problemas económicos del siglo XXI*. Madrid: Instituto Marxista de Economía, 2014.
- CALLINICOS, A. *Deciphering Capital: Marx's Capital and its destiny*. London: Bookmarks Publications, 2014.
- CARCANHOLO, M. D. “Equilíbrio e crise: uma hipótese e um fato inconciliáveis”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro, n. 12, jun. 2003, p. 67-86.
- FÉLIZ, M. “Notes for a discussion on unequal exchange and the Marxist theory of dependency”, *Historical Materialism*. London, v. 29, n. 4, dez. 2021, p. 114–152.
- FURTADO, C. “Desenvolvimento e subdesenvolvimento”. In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal* (v. 1). Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 239-262.
- HEINRICH, M. Prefácio ao Livro II de O Capital. In: MARX, K. *O Capital, Livro II*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014a. p. 17-23.
- \_\_\_\_\_. “Introdução da edição alemã”. In: MARX, K. *O capital*. Livro II. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014b. p. 23-75.
- \_\_\_\_\_. “Reconstruction or deconstruction? Methodological controversies about value and capital, and new insights from the critical edition”. In: BELLOFIORE, R.; FINESCHI, R. *Re-reading Marx: new perspectives after the critical edition*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009. p. 71-98.
- LEITE, L. “Mercado mundial: ponto de partida e de chegada do Livro I de *O capital*”. In: AQUINO, D; CIPOLLA, F. *150 anos d'O capital*. Curitiba: Editora CRV, 2017.
- LEITE, L.; CARCANHOLO, M. “Mercado mundial e imperialismo: o papel central da grande indústria”, *Reoriente: estudos sobre marxismo, dependência e sistemas-mundo*, v. 1, n. 2, pp. 63-88, 2021.
- LEITE, L., DE PAULA, P., & CORRÊA, H. (2023). “O debate contemporâneo sobre troca desigual: crítica de uma proposta para atualizar a teoria marxista da dependência negando as transferências de valor”, *Nexus Econômicos*, 16(2), pp. 94-124. <https://doi.org/10.9771/rene.v16i2.55837>
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARINI, R. M. “Dialética da dependência” [1973]. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180.
- MARX, K. *Economic manuscript of 1864-1865*. Londres: Brill, 2015.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro II. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PRADELLA, L. “Imperialismo e desenvolvimento capitalista em *O capital* de Marx”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro, n. 62, jan.-abril, 2022.
- PRADELLA, L. *Globalisation and the critique of political economy: new insights from Marx's writings*. London: Routledge, 2015.

RIBEIRO, N. *A circulação e a reprodução do capital*. Lisboa: Instituto Superior de Economia, 1979.

ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Tradução de Cesar Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2001.

SANTOS, T. "The structure of dependence", *The American Economic Review*. Pittsburgh, v. 60, n. 2, 1970, p. 231-236.

SHAIKH, A. *Capitalism: competition, conflict, crises*. Nova York: Oxford University Press, 2016.

Recebido em 05 de maio de 2023

Aprovado em 12 de julho de 2023

# **Ensaio para uma crítica da economia política da financeirização**

*Essay for a critique of the political economy of financialization*

**Bruna Ferraz Raposo\***

## **Resumo**

O presente ensaio parte das interpretações contemporâneas do campo marxista acerca do movimento de desenvolvimento da esfera financeira de valorização do capital, fenômeno recorrentemente designado financeirização, para discutir o capitalismo contemporâneo a partir das categorias marxianas. Para isso, defendemos que a caracterização da hipertrofia financeira não é o suficiente para cravar uma mudança estrutural que justifique a caracterização de uma nova fase histórica do capitalismo, e que, para tanto, é necessário compreender e justificar a lógica de constituição do capital fictício.

**Palavras-chave:** financeirização; capitalismo contemporâneo; capital fictício

## **Abstract**

This essay builds upon contemporary interpretations within the Marxist field regarding the development of the financial sphere in capital valorization, a phenomenon commonly referred to as financialization, to discuss contemporary capitalism based on Marxian categories. In doing so, we argue that characterizing financial hypertrophy alone is not enough to establish a structural change that justifies the identification of a new historical phase of capitalism. Therefore, it is necessary to comprehend and justify the logic behind the formation of fictitious capital.

**Keywords:** financialization; contemporary capitalism; fictitious capital

---

\* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (PPGE/UFF) e professora substituta no Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI/UFU). Contato: frbruna@hotmail.com.

## Introdução<sup>1</sup>

Autores dos campos regulacionista, pós-keynesiano e marxista têm, no mundo inteiro, há mais de três décadas buscado interpretar o movimento de ascensão das *finanças* e o seu poder sobre a chamada economia *real*<sup>2</sup>. Embora as interpretações sejam diversas, assim como as denominações, o termo mais recorrente para designar esse fenômeno tem sido *financeirização*.

Essas interpretações divergem em um ou outro sentido, mas têm em comum, como será defendido por Silva (2016), a tese da valorização financeira como predominante na formação de riqueza capitalista na atualidade. Entre algumas das definições mais clássicas no campo heterodoxo está a de Epstein (2005, p. 3), que considera como determinante para o período o “papel crescente de motivos financeiros, mercados financeiros, atores financeiros e instituições financeiras na operação do mercado doméstico e internacional”.

Já Krippner (2011, p. 27) refere-se à financeirização como “a crescente importância das atividades financeiras como fontes de lucro na economia”. Essa posição é similar à de Lapavistas (2016, p. 21) para quem ocorreu uma “expansão sem precedentes das atividades financeiras, um rápido crescimento dos lucros financeiros, da influência das relações financeiras sobre a economia e a sociedade e o domínio dos lucros do setor financeiro sobre a política econômica”.

Duménil e Lévy (2010, p. 250) tratam da retomada da hegemonia das finanças, esta entendida como “a fração superior da classe capitalista e as instituições financeiras”. Nessa restauração hegemônica, então, a “concentração de poder capitalista nas instituições financeiras e a importância desses títulos na propriedade dos meios de produção deram à dominação das classes capitalistas na sociedade moderna um caráter fortemente financeiro” (Duménil; Lévy, 2014, p. 23).

Como ponto de partida em comum para todas essas interpretações há a constatação de mudanças significativas no movimento do capital a nível internacional durante a segunda metade do século XX. Isso ocorreu mais expressivamente após a década de 1970, em que as respostas dadas pelo capital à sua crise expandiram elementos e mecanismos que vinham sendo criados desde o fim da Segunda Guerra Mundial e que consolidaram um sistema financeiro a nível internacional. O acordo de Bretton Woods, a atuação das empresas multinacionais e dos fluxos financeiros, notadamente através do investimento direto estrangeiro, tiveram papéis relevantes nesse desenho.

Já a partir da década de 1980, essas transformações passaram pela reestruturação produtiva, pelas reformas estruturais no mercado de trabalho e pela expansão dos demais mercados devido aos processos de abertura comercial e liberalização financeira. Com o abandono do padrão ouro-dólar e a decadência do acordo de Bretton Woods, generalizou-se a desregulamentação do setor financeiro e o adensamento de sua internacionalização iniciada em anos anteriores.

---

<sup>1</sup> Este trabalho se beneficiou significativamente dos estudos e debates com o professor Marcelo Carcanholo, e com os colegas Thiago Nogueira e Wallas Matos, a quem agradeço o diálogo, isentando-os, naturalmente, de possíveis equívocos.

<sup>2</sup> Para um panorama dessa literatura, consultar Christophers (2015), Silva (2016) e Palludeto e Felipini (2019).

A hipertrofia financeira, ainda que bem caracterizada, não é o suficiente para estabelecer uma mudança estrutural no sistema capitalista. Isso para nós é fundamental, já que defenderemos que, além de não se tratar somente de um período que pode vir a ser mais ou menos longo e superável por regulamentações e políticas econômicas, a marca do movimento do capital nas últimas décadas tem sido evidenciada pela lógica do capital fictício. Com isso queremos dizer que a forma predominante de constituição do capital em todos os setores, e não somente no setor financeiro, tem sido a fictícia (Carcanholo, 2021).

Isso significa que o capital fictício como desdobramento categorial das formas autonomizadas do capital de comércio de dinheiro, capital a juros e capital bancário, não é uma forma particular frente a outras, ou que simplesmente as negue, mas que as contém e as pressupõe. Portanto, não trataremos do domínio do capital fictício sobre as demais formas do capital, porém da preponderância da lógica constitutiva do capital fictício para todas as formas de capital.

Assim o ensaio que segue é constituído por mais três seções: a primeira que objetiva elencar algumas das mais relevantes interpretações marxistas sobre a financeirização, frisando o trato das categorias marxianas; a segunda que visa trazer nossa própria leitura da seção I do Livro II e das seções IV e V do Livro III de *O capital*, considerando-as fundamentais para uma compreensão do período contemporâneo; e a terceira em que pretendemos posicionar o capital fictício como categoria fundamental na lógica de valorização atual do capital; por fim seguem as considerações finais.

## **1. Economia política da financeirização: as interpretações marxistas**

Longe de podermos ou de ser nosso objetivo esgotar as leituras acerca da financeirização em suas nuances, interessa-nos aqui em primeiro lugar dialogar com as interpretações produzidas no interior do campo marxista, por coadunar com a ideia de que os fenômenos financeiros são incompreensíveis sem a crítica marxista do valor e da subsunção do trabalho ao capital (Nakatani; Teixeira; Gomes, 2019, p. 90). Em segundo lugar, por outro lado, demarca-se assim que, mesmo no interior desse campo, a ausência de uma visão da totalidade pode levar a uma leitura mistificada das formas assumidas pelo capital.

François Chesnais, o primeiro autor que abordaremos, parte da ideia de que o período compreendido entre 1930 e 1970 foi um interregno na dominação financeira, uma excepcionalidade que, devido à crise de 1929 e a significativa queima de capital fictício, permitiu a “dominação da mão visível sobre a mão invisível” (Chesnais, 2010, p. 143). Após 1970, então, retoma-se a “acumulação de dinheiro ocioso frente a acumulação real” (*ibidem*, p. 145), em que o rumo é dado pelo capital a juros e suas exigências.

Para o autor, essa nova fase possui duas características principais: a globalização e a financeirização. A globalização – ou mundialização –, tema tratado com fôlego por Chesnais principalmente em seus trabalhos iniciais, está relacionada à dimensão do mercado mundial – nos termos de Marx, uma tendência do capitalismo –, que teria entrado em sua última fase de consolidação com o ingresso da China no comércio internacional (Chesnais, 2010). A este último impulso à globalização também foi definitivo o papel desempenhado pelos fluxos financeiros a partir dos anos 1960 em contraste com o papel desempenhado, por exemplo, pelo comércio internacional no início do século XX (Chesnais, 2016).

Já a financeirização é compreendida pelo autor não como um processo em separado da globalização, mas, pelo contrário, como um processo indissociável entre a produção e as finanças. Essa afirmação fica mais clara ao se observar a distinção que Chesnais (*ibidem*, p. 5-9) fez em sua obra mais recente entre os termos *finance capital* e *financial capital*.

*Financial capital* é uma expressão mais genérica, utilizada corriqueiramente para designar corporações financeiras em amplo espectro, como bancos, fundos de investimento e até o setor financeiro de grandes empresas não-financeiras. Operam a partir da centralização do mais-valor sob a forma de dividendos, juros e lucros, e de rendimentos individuais, isto é, da centralização de capital na forma dinheiro que são administrados e especulados a fim de gerar lucros financeiros.

Já *finance capital* referencia-se na categoria colocada por Hilferding (1985), mas à diferença deste, designa “a concentração e a centralização simultâneas e entrelaçadas do capital monetário, capital industrial e capital comercial ou mercantil como resultado da concentração doméstica e transnacional por meio de fusões e aquisições” (Chesnais, 2016, p. 5).

Chesnais reúne dessa maneira duas dimensões que ele entende como necessárias para a apreensão do capitalismo contemporâneo. De um lado, as formas e as consequências do entrelaçamento e da alta concentração dos bancos globais, grandes empresas transnacionais de bens e serviços e gigantes varejistas; de outro, o excepcional crescimento de ativos e circuitos financeiros. Portanto, o autor traz em seu entendimento sobre o *finance capital* a revisitação atualizada da categoria “capital financeiro” de Hilferding (1985) e a indissociabilidade entre a esfera produtiva e a esfera financeira, em que ambas são reféns da exigência de valorização exibida no movimento  $D - D'$ , do capital a juros.

A configuração atual do capitalismo traz em si um nível sem precedentes de centralização e concentração de capital, sobretudo na forma dinheiro. Ao mesmo tempo, é indissociável o capital monetário, industrial e comercial. Entretanto, Chesnais alerta que não é uma questão de escala somente, mas de uma predominância do “capital enquanto propriedade” sobre o “capital enquanto função”, da exterioridade sobre a produção.

Para demonstrar seu ponto o autor defende uma teoria das finanças em Marx – na seção V do Livro III de *O capital* – e a centralidade da categoria capital a juros, que aparece quando da “conversão do dinheiro em capital” (Chesnais, 2010, p. 103). Para tanto, é imprescindível a separação entre propriedade e gestão do capital e a circulação de dinheiro como capital de empréstimo, que é portador de juros. O capital portador de juros valoriza-se externamente à produção, mas se apropria do mais-valor gerado nessa esfera, sendo a forma mais fetichizada do capital.

O capital fictício é abordado por Chesnais (2010) como uma dimensão mais concreta e mais mistificada do próprio capital a juros, que é a categoria que de fato objetiva resgatar e dar centralidade na análise – assumindo inclusive que o capital fictício recebeu mais destaque e reflexões dos economistas marxistas, uma vez que trata capital fictício em vários momentos como sinônimo de crédito, títulos, ações e capital bancário em geral. O desdobramento categorial do capital fictício se dá a partir das instituições bancárias e financeiras, como centralizadoras de capital-dinheiro e ofertadoras de crédito.

O autor enfatiza, ainda que não explicitamente, a existência de dois tipos de capital fictício: o primeiro que é funcional ao ciclo do capital produtivo, isto é, aquele que adianta capital ao investimento produtivo e que devém da centralização de dinheiro ocioso pelas instituições bancárias; e o segundo tipo, muito mais característico do capitalismo após as décadas de 1970 e 1980, desregulamentado e liberalizado, que são os títulos, ações e obrigações. Neste caso prevalece a disfuncionalidade, por ser um capital que apenas atua na punção do excedente, ou seja, na exigência de apropriação de mais-valor, e em que não se explicita sua contribuição na própria produção de valor.

Por fim, Chesnais defende que o capitalismo contemporâneo é resultado das medidas que o sistema capitalista tomou para a saída de sua crise estrutural iniciada nos anos 1970. O que implicou liberalização e desregulamentação de fluxos financeiros, das trocas comerciais e do investimento direto estrangeiro, securitização dos títulos da dívida pública, entre outros fatores. O autor sustenta ainda que as consequências negativas dessa nova dinâmica recaem profundamente sobre a classe trabalhadora e o meio ambiente.

Em segundo lugar traremos o aporte de Costas Lapavitsas (2016), para quem as mudanças ocorridas no capitalismo mundial da década de 1970 em diante também levaram a uma nova fase histórica. Dentre elas as principais são (i) o baixo crescimento da produtividade entre as décadas de 1970 e 1990; (ii) as transformações no processo de trabalho com vistas ao aumento da extração de mais-valor que levaram a desregulamentações diversas e ao aumento do desemprego, possibilitado em grande parte por inovações tecnológicas; (iii) a dominação da produção e do comércio globais por multinacionais, o que levou a um deslocamento produtivo para o *sul global* e ao aumento da atividade capitalista de países centrais para o setor financeiro e outros serviços.

Esse cenário, em outros termos, pode ser descrito como de baixo crescimento da acumulação real desde os anos 1970 concomitante a um extraordinário crescimento do setor financeiro em termos de emprego, renda e tamanho das instituições e mercados. Ainda assim, o autor é refratário às teorias que julgam uma fuga de rentabilidade da esfera produtiva para a esfera financeira (*ibidem*, p. 183-184).

Lapavitsas compreende que o traço distintivo dessa nova fase financeirizada do capitalismo são os lucros financeiros. Este tipo de lucro caracteriza-se, por sua própria semântica, por estar associado a fluxos de capital de empréstimo ou de dinheiro em circulação e ao funcionamento de instituições financeiras – entendidas como instituições que funcionam sistematicamente na transformação de dinheiro ocioso em capital de empréstimo.

Os lucros financeiros são, portanto, a forma de renda extraída de transações financeiras e comportam uma multiplicidade de funções e tipos sociais, como juros, dividendos, lucros etc. Dependem, para isso, substancialmente da posição do agente que o recebe:

Em resumo, o lucro financeiro pode ser descrito em termos da função formal de quem o recebe, pode ser lucro para um credor final, um acionista, um corretor de ativos financeiros, uma instituição financeira ou um funcionário de uma instituição financeira. O lucro financeiro pode ser descrito em termos do caráter social do destinatário. Pode ser a acumulação de lucros por um capitalista, um trabalhador, uma família de “terceira” classe, uma instituição financeira ou mesmo um funcionário de uma instituição financeira (Lapavitsas, 2016, p. 186).

Para o autor, o lucro financeiro é distinguível do lucro, que na exposição de Marx é uma das formas transformadas que assume o mais-valor. O lucro financeiro refere-se a um jogo de soma zero. Para demonstrá-lo, Lapavitsas recorre às passagens em que Marx cita e analisa a categoria *lucro por alienação*, tratado por James Steuart como o lucro auferido da circulação em que o ganho de um representa a perda do outro (*ibidem*, p. 189-192).

Lapavitsas prossegue afirmando que quando o lucro por alienação é auferido de transações financeiras a partir dos rendimentos do trabalho, este lucro é uma forma de exploração, que é *secundária*; qualitativamente distinta da exploração *primária* ocorrida no processo produtivo. A exploração secundária não tem relação com a geração de valor, e, portanto, de mais-valor, refere-se a uma “*transferência direta* de valor dos salários dos trabalhadores para os prestamistas” (*ibidem*, p. 190; grifos adicionados).

No caso dessa transação financeira se dar entre frações da classe capitalista ocorreria uma repartição do mais-valor, permanecendo um jogo de soma zero. Entretanto, Lapavitsas está muito mais interessado na relação de exploração secundária com a classe trabalhadora e dedica grande parte de seu trabalho ao desenvolvimento da categoria “*expropriação financeira*”. O autor defende, para isso, que, enquanto a base da exploração na produção está na expropriação dos meios de produção e alienação no processo produtivo, a expropriação financeira baseia-se na assimetria de posição e informação entre trabalhadores e capitalistas nas transações financeiras.

Para se compreender a abrangência desse fenômeno na atualidade, o autor retorna ao período entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a crise dos anos 1960/70, em que as mudanças no mundo do trabalho e no sistema financeiro atuaram de forma a transformar a relação entre as finanças e os indivíduos. Nesse sentido, associa-se ao argumento de Paul Sweezy (1942), que apontava já no pós-Guerra para a retenção de lucros próprios como forma de financiamento do investimento de empresas produtivas, substituindo os empréstimos bancários. Soma-se a isso o desenvolvimento de novos mercados de capitais, em que circulam capital de empréstimo com grande flexibilidade e baixo custo de transações, não mais intermediadas pelas instituições bancárias tradicionais.

A desregulamentação operada no sistema financeiro nas últimas décadas do século XX e o acirramento da concorrência em nível global reorganizaram a estrutura interna das empresas, agregando práticas financeiras. E mais, a atuação direta nos mercados de capitais inseriram as grandes empresas no circuito financeiro com a transação de fundos temporariamente ociosos que passam a circular como capital de empréstimo. Lapavitsas (2016, p. 63) defende que as grandes corporações multinacionais tornaram-se financeirizadas porque parte substantiva de suas transações e rentabilidade passam a ser de natureza financeira.

O desenvolvimento das operações de mercado aberto, a desintermediação financeira e o aumento da concorrência nos mercados financeiros pressionaram os bancos principalmente nas décadas de 1980 e 1990. Essas instituições, na busca por novas vias de lucro, passam a atuar com empréstimos em massa para as economias periféricas. De modo mais geral, ocorreu um movimento de compensação através das operações em mercado intermediário e com a incorporação massiva de famílias e indivíduos ao mercado de crédito e em transações financeiras.

Os empréstimos aos indivíduos tornaram-se, segundo Lapavitsas, uma característica estrutural da financeirização uma vez que essas e outras operações financeiras passam a ter contato direto e permanente com os rendimentos individuais. Três fatores são fundamentais para isso. O primeiro fator são as mudanças institucionais diversas de formalização de relações de crédito e financeira que levam cada vez mais à necessidade de abertura de contas bancárias, aquisição de cartões etc. O segundo é o recuo do Estado na provisão de serviços básicos, que paulatinamente são privatizados. E o terceiro é o constante acesso ao crédito como forma de adiantar – ou possibilitar – o consumo privado frente à estagnação do salário real.

Cresceu sobremaneira a apropriação de lucros a partir dessas transações, seja no pagamento de juros ou de taxas sobre operações, custos de atividades, comissões, entre outros. Com efeito, o autor defende que a classe capitalista visualiza uma rentabilidade crescente nessas atividades, o que se soma aos lucros gerados na exploração do trabalho e, portanto, criação de mais-valor.

A fase financeirizada do capitalismo é caracterizada, portanto, pelo crescimento dos setores financeiros frente aos setores não-financeiros da economia, possibilitando sua penetração pelas mais diferentes dimensões da vida social. Com isso, tem-se tanto um aumento extraordinário dos lucros financeiros frente ao lucro total, quanto um aumento da instabilidade da economia. Lapavitsas afirma que a crise de 2007/8 é uma crise da financeirização ao constatar queda na lucratividade financeira.

Em terceiro e último lugar trataremos do trabalho do grupo de professores e pesquisadores ligado à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)<sup>3</sup>. Ainda no final dos anos 1990, em meio à efervescência dos debates acerca da globalização e das crises financeiras que atingiam países da América Latina e da Ásia, R. Carcanholo e Nakatani (2015) problematizaram a imprecisão com a qual era utilizada a categoria capital financeiro, corriqueiramente empregada para designar as formas concretas do capital a juros como também para tratar de movimentos especulativos.

A crítica realizada ultrapassava a atribuição e particularidade encontrada na obra de Hilferding (1985) e implicava principalmente seu esvaziamento de sentido. No entanto, a busca dos autores não foi a de, então, atribuir-lhe sentido, e sim buscar na teoria marxiana o desdobramento categorial que desse explicação ao fenômeno em vista. De saída defendem que a chave explicativa se encontra na categoria capital fictício.

Essa categoria, que está intrinsecamente ligada ao processo de substantivação do capital, surge a partir do desenvolvimento, da expansão e generalização da existência do capital a juros em que “cada rendimento monetário determinado e regular aparece como juro de um capital, quer provenha de um capital ou não” (Marx, 1986b, p. 10). Mais especificamente do momento em que “o direito a tal remuneração está representado por um título que pode ser comercializado, vendido a terceiros, converte[ndo]-se em *capital fictício*” (Carcanholo; Sabadini, 2015, p. 127).

---

<sup>3</sup> A trajetória de trabalho do grupo pode ser encontrada em Sabadini (2021). Nossa apresentação é realizada a partir de dois livros coletivos lançado pelos pesquisadores: Gomes (2015) e Mello e Sabadini (2019a). Há ainda uma coletânea mais recente, por hora não utilizada por nós, *Introdução à crítica da financeirização: Marx e o moderno sistema de crédito*, organizada por Mello e Nakatani e lançada pela Expressão Popular em 2021.

Portanto, a ilusão de um capital “criado” torna-se real a partir da permutabilidade de um direito de apropriação de receita ou de um rendimento regular e, assim, constitui-se capital. Prosseguem os autores:

[...] aquele título aparece nas mãos de seu detentor como seu verdadeiro capital, mas, para a sociedade como um todo, não passa de um capital ilusório, de um capital fictício, embora com movimento próprio e com certa independência do capital real. Do ponto de vista individual, é capital real, do ponto de vista da totalidade, do global, é capital fictício (Carcanholo; Sabadini, 2015, p. 47).

Dado o surgimento teórico da categoria, os autores passam a suas formas de existência e citam os exemplos clássicos presentes no capítulo 29 do terceiro livro de *Capital* (Marx, 1986b) sobre a dívida pública e as ações<sup>4</sup>. No caso da dívida pública: “Esses títulos representam, pura e simplesmente, um direito de apropriação sobre parte da receita pública proveniente, em grande parte, dos impostos a serem cobrados” (Carcanholo; Nakatani, 2015, p. 48). No caso das ações, debêntures e letras de câmbio:

[...] podemos dizer que, pelo menos uma parte do capital fictício, corresponde à magnitude de capital real. O problema está em que seu valor cresce ou diminui por razões independentes, de maneira que parte dele pode ter existência puramente ilusória do ponto de vista da totalidade. Além disso, pode aparecer duplicado, triplicado etc. e aparece existindo ao lado do capital real como outro capital que se soma a este. Nessa medida é também, típica e inteiramente, capital fictício (Carcanholo; Nakatani, 2015, p 48-49).

O capital fictício tem origem, então, em três fontes: “a) a transformação em títulos negociáveis do capital ilusório; b) a duplicação aparente do valor do capital a juros (no caso das ações e dos títulos públicos) e; c) a valorização especulativa dos diferentes ativos” (Carcanholo; Sabadini, 2015, p. 131). A dialética do capital fictício reside, portanto, na existência real do capital na particularidade das transações e da apropriação de riqueza, e na sua ficção do ponto de vista da totalidade.

O capital fictício adquire, assim, para os autores, uma forma ainda mais mistificadora, complexa e desmaterializada do capital, a ponto de aparentar completa independência da dinâmica da produção. Mistificação que já está presente na forma do capital a juros, que também se apropria de um excedente de valor que não se originou diretamente da produção, mas que para ele contribuiu, entre outras coisas, com a redução do tempo de rotação do capital.

Desse modo, o capital fictício é o reflexo no espelho do capital a juros, sendo este, por sua vez, ainda subordinado à lógica produtiva do capital industrial. Já o capital fictício é pautado por uma exacerbação da lógica “especulativa”<sup>5</sup>, em oposição à lógica produtiva – diretamente envolvida com a produção de valores de uso.

---

<sup>4</sup> Um terceiro exemplo que está pouquíssimo desenvolvido por Marx e quase não é tratado na literatura é o salário (Marx, 1986b).

<sup>5</sup> “É verdade, por sua própria natureza, que o capital tem e sempre teve dimensão especulativa. A especulação nunca deixou de ser uma de suas características marcantes. No entanto, não seria temerário afirmar que, no conceito de capital industrial, síntese dialética da circulação das formas funcionais autonomizadas, a lógica produtiva é dominante. O que acontece, porém quando a lógica produtiva é superada pela especulativa? E é justamente isso que caracteriza a fase atual do capitalismo” (Carcanholo, 2015, p. 63-64).

Como mencionado no início, o objeto de estudo do grupo de pesquisadores em questão ultrapassa a questão teórica em si e busca na análise da realidade concreta sua direção. Nesse sentido, e pautados nas categorias marxianas, os autores propõem a existência uma nova fase histórica do capitalismo em que a dimensão especulativa do capital fictício atinge tal magnitude que passa a subordinar a lógica produtiva. Isto fica à mostra na proposição categorial que fazem do capital especulativo parasitário (Carcanholo; Nakatani, 2015) e capital fictício tipo 1 e tipo 2 (Carcanholo; Sabadini, 2015).

O capital especulativo parasitário é o “próprio capital fictício quando ele ultrapassa em volume os limites suportados normalmente pela reprodução do capital industrial” (Carcanholo; Nakatani, 2015, p. 54). Trata-se de uma extrapolação da lógica especulativa do capital a juros e do capital fictício, em que se desfaz toda funcionalidade ao ciclo produtivo e especializa-se na mera apropriação de valor. Essa dinâmica se torna, inclusive, disfuncional por conta da exigência crescente de excedente, ou de “lucro especulativo”<sup>6</sup>.

Pode-se dizer que o capital fictício tipo 1 é o que se apresenta a partir de uma duplicação do valor real seja de ações, títulos etc. Já o capital fictício tipo 2 provém da valorização especulativa de ativos reais ou mobiliários, em que parece não haver nenhuma substância real por detrás desse movimento. É do capital fictício tipo 2 e da valorização especulativa que surge o que os autores denominam de “lucros fictícios”: a forma de rendimento do capital fictício e do incremento de capital fictício.

Os lucros fictícios, uma vez que se originam da valorização especulativa, não correspondem, na totalidade, a uma apropriação de mais-valor e por isso não são limitados pela produção real. Da mesma maneira que surgem, podem desaparecer como “fumaça” na ocasião de uma desvalorização especulativa desses ativos. Não obstante sejam fictícios na totalidade, no plano da individualidade representam apropriação de riqueza real para aquele que o possui e o transaciona.

Em síntese, a ideia central apresentada pelos autores é a de domínio do capital fictício sobre o capital industrial, pela exacerbação de sua lógica especulativa na criação de riqueza fictícia e lucros fictícios. Assim, a expansão capitalista se centra atualmente na produção fictícia de riqueza e na apropriação centralizada de lucros fictícios. A contradição que se aprofunda é entre a atuação do capital fictício como elemento fundamental para a reprodução ampliada de capital e, ao mesmo tempo, como causador recorrentes crises financeiras, cada vez menos intervaladas (Mello; Sabadini, 2019b).

## **2. Financeirização e autonomização das formas do capital**

A leitura do capitalismo financeirizado passa constantemente pelas noções de instabilidade, especulação, parasitismo, usura, rentismo. Entretanto, essas são também todas características do próprio capital. O adiantamento de capital na compra de força de trabalho e meios de produção, que adentraram o processo produtivo na produção de mercadorias que sairão à circulação para a venda e realização do valor e do mais-valor também é uma especulação com o futuro. A apropriação do excedente gerado

---

<sup>6</sup> Lucros especulativos aparecem aqui como germe da categoria lucros fictícios proposta em trabalhos posteriores. Acrescentamos ainda que os autores reconhecem a categoria lucros diferenciais colocada por Hilferding, mas divergem que estes resultariam em um “jogo de soma zero” (Carcanholo; Sabadini, 2015, p. 139–140).

pelo mais-trabalho é inerentemente parasitário, não por se tratar de um roubo ou traça – no caso, do pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor –, mas de apropriação de trabalho alheio não-pago<sup>7</sup>. De modo que a classe capitalista é parasitária e sempre o foi.

Que agora o capitalismo eclipsado pelas finanças pareça mais especulativo e mais parasitário é justamente por aumentar a mistificação das relações sociais que o produz. Quando o capital percorre  $D - D'$ , isto é, a fórmula do capital reduzida aos seus extremos em que dinheiro gera mais-dinheiro, aparece como uma propriedade natural do dinheiro criar valor (Marx, 1986a, p. 294). Assim como *a pereira dá peras*, o dinheiro dá mais-dinheiro, só que aparentemente sem raízes, caule, galhos ou folhas, apenas pairando e se multiplicando no ar. Ver através dessa mistificação e explicitar a produção do capital no período contemporâneo é justamente do que trata o nosso trabalho.

Essencial para isso, portanto, é compreender o processo de substantivação do valor no capital. R. Carcanholo e Nakatani (2015, p. 37) expõem, a partir de Marx, que o valor, a princípio, consistia em uma característica ou propriedade das mercadorias. Isto é, todas as mercadorias podem ser adjetivadas por seu formato, peso, tamanho, cor, textura e *valor*<sup>8</sup>. Entretanto, ao se considerar o modo de produção capitalista e a autovalorização do capital, o valor “deixa de ser mera característica das mercadorias e ganha status de coisa com vida própria”. Prosseguem os autores:

O valor converte-se, no capital, em realidade social *substantiva*, em coisa social com vida e movimento próprios. De mera característica social das mercadorias, aspecto delas, transforma-se em realidade independente. De simples conteúdo passivo e subordinado às suas “formas” substantivas (a mercadoria e o dinheiro), o valor converte-se em agente social autônomo com vida própria, perceptível através do seu movimento [...] e em relação ao qual a mercadoria e o dinheiro chegam a ser simples manifestações subordinadas (Carcanholo; Nakatani, 2015, p. 38).

Dois momentos da exposição de Marx em *O capital* são essenciais para apreender o capital em sua processualidade. A seção I do Livro II, que trata da dialética entre forma e conteúdo do capital, isto é, das formas assumidas pelo capital em seu movimento e da própria limitação que essas formas dão ao capital. Posteriormente, e como desenvolvimento dialético, a autonomização das formas funcionais do capital nas seções IV e V do Livro III, em que aumentam as mediações presentes entre a forma e o

<sup>7</sup> Marx (1985a, p. 166-7) trata da compra da força de trabalho como troca de equivalentes, de modo que é paga pelo seu valor, ainda que também seja apropriação de trabalho alheio não-pago: “A contínua compra e venda da força de trabalho é a forma. O conteúdo é que o capitalista sempre troque parte do trabalho alheio já objetivado, do qual se apropria incessantemente sem equivalente, por um quantum maior de trabalho vivo alheio”. Observa, ademais, que isso não representa uma violação: “O fato de que essa mercadoria particular força de trabalho tenha o peculiar valor de uso de fornecer trabalho, portanto de criar valor, em nada pode alterar a lei geral da produção de mercadorias [...] isso não provém de o vendedor ter sido logrado, pois ele recebeu o valor de sua mercadoria, mas do consumo desta pelo comprador”, isto é, o consumo da mercadoria força de trabalho pelo seu comprador, o capitalista.

<sup>8</sup> Ao contrário das demais características que remetem aos aspectos físicos da mercadoria, o valor tem caráter social.

conteúdo do capital a ponto da forma aparecer como se fosse o próprio conteúdo. É sobre isto que trataremos nas próximas subseções.

### 2.1. A dialética entre forma e conteúdo a partir das formas funcionais do capital

O capital, como nos colocou Marx (1985b, p. 78), é “valor que se valoriza [...]. Só pode, por isso, ser entendido como movimento e não como coisa em repouso”. Para lograr esse movimento o capital assume diferentes formas, sucessivas metamorfoses, em seu movimento de expansão. Desse modo, o conteúdo capital pode assumir as formas de mercadoria, produção e dinheiro.

O processo global de produção do capital é a unidade entre o processo de produção e o processo de circulação, compreendidos dialeticamente. Ora o processo de produção aparece como mediador das fases opostas e complementares da circulação, ora o processo de circulação é o mediador da produção para uma nova produção. Uma pressupõe e condiciona a outra, ao mesmo tempo que a nega.

Para completar o objetivo de valorização do capital é necessário que haja o processo de produção, uma vez que é nesta esfera, a partir da combinação de meios de produção e força de trabalho, que ocorre a produção de valor e de mais-valor. Porém, não basta que o valor exista na forma de mercadoria, esta precisa ser convertida em dinheiro, para o que se faz necessário a entrada na esfera da circulação.

Na seção I do Livro II, Marx trata do ciclo do capital industrial, este entendido como todo setor produtivo conduzido de modo capitalista, isto é, com vistas à produção de mais-valor. A categoria não deve ser confundida com ramos específicos de negócio. Capital-mercadoria, capital-produtivo e capital-dinheiro são, portanto, formas funcionais que o capital industrial<sup>9</sup> assume em seu processo cíclico.

O capital-dinheiro é capital no conteúdo e dinheiro na forma; o capital-produtivo é capital no conteúdo e produção na forma; o capital-mercadoria é capital no conteúdo e mercadoria na forma. Essas são as diversas formas que o capital precisa assumir para ser capital. Por não conseguir se apresentar a partir de si próprio, cada uma aparece como pressuposto e resultado do movimento do capital.

Cada uma dessas diferentes óticas pelas quais se pode enxergar o movimento do capital em seu percurso de valorização oferece possibilidades e limitações de análise, e nenhuma delas de modo isolado revela, nem poderia, a totalidade do movimento do capital. O próprio processo cíclico é a sua continuidade e não um processo estático tal qual produções artesanais feitas sob encomenda, em que o processo de produção é paralisado até que se complete a circulação.

Ter em vista a dialética entre forma e conteúdo do capital e a mistificação por trás das formas que esconde esse conteúdo é indispensável para apreender o capital em suas formas ainda mais autonomizadas e ainda mais mistificadas, como será mostrado na subseção seguinte.

---

<sup>9</sup> “O capital que no transcurso de seu ciclo global adota e volta a abandonar essas formas, e em cada uma cumpre a função que lhe corresponde, é o *capital industrial* – industrial, aqui, no sentido de que abarca todo ramo da produção conduzido de modo capitalista” (Marx, 1985b, p. 41).

## 2.2. O processo de autonomização do capital

As seções IV e V do Livro III de *O capital* têm como uma chave de leitura possível a perspectiva do processo de autonomização relativa das formas mercadoria, produção e dinheiro, em um nível mais concreto de abstração. Ao captar-se o fenômeno da valorização do capital em sua maior concretude, percebe-se que todo o ciclo pode vir a não ser percorrido pelo mesmo capitalista individual, e que, justamente, não o percorrer pode torná-lo mais eficiente, isto é, com maior produtividade e maiores ganhos individuais e totais (Carcanholo; Nakatani, 2015).

Essa autonomia do ponto de vista particular é completa: cada capitalista individual encarregado de tarefas específicas pode vir a completar o ciclo de valorização do seu capital, realizando uma soma de dinheiro maior do que a posta inicialmente. Mas essa é uma autonomia que só pode ser relativa na totalidade, pois em última instância a apropriação de valor só pode se dar em cima de um excedente produzido, por mais mediações que se acrescentem entre um ato e outro. A unidade entre apropriação e produção de capital é justamente cobrada nas crises.

Inicialmente, Marx apresenta as figuras do capital de comércio de mercadorias e do capital de comércio de dinheiro, englobadas sob o signo do capital comercial, que cumpre funções específicas a partir de uma inserção social própria de um capital particular. O capital de comércio de mercadorias executa a função de compra e vendas de mercadorias, adiantando ao produtor da mercadoria a sua conversão em dinheiro e assumindo a função de venda final da mercadoria.

Já o capital de comércio de dinheiro especializa-se nas funções puramente técnicas do dinheiro, abreviando-as e reduzindo ao mínimo possível a massa de dinheiro em circulação<sup>10</sup>. Aqui não se trata da simples mediação da circulação de mercadorias, mas da especialização em capitais particulares das operações técnicas do dinheiro para toda a classe capitalista – produtiva e comerciante – como pagamento de dinheiro, cobranças, acertos dos balanços, operação de contas correntes, guarda do dinheiro.

O processo global de reprodução do capital não é alterado pela autonomização das formas, mas se acrescenta mais mediações entre a produção da mercadoria e sua realização. Para o comerciante de mercadorias, sua circulação capitalista não adentra em nenhum momento a esfera produtiva. Para o comerciante de dinheiro, tem-se uma atuação capitalista passando ao largo da produção e até mesmo do capital na forma mercadoria. Ainda que ambos não tenham participado do processo produtivo de valor, têm direito a uma apropriação do mais-valor:

Assim como o capital industrial só realiza lucro que já está contido no valor da mercadoria como mais-valia, assim o capital comercial apenas o realiza porque toda a mais-valia ou todo o lucro ainda não está realizado no preço da mercadoria realizado pelo capital industrial (Marx, 1986a, p. 216).

Ou seja, o lucro comercial já está contido na taxa média de lucro. Por conseguinte, o comerciante não vende a mercadoria acima do seu valor, mas a compra abaixo dele. É seu direito de apropriação não por produzir diretamente mais-valor, mas por

---

<sup>10</sup> Neste ponto, Marx (1986a, p. 241) está tratando da forma pura do comércio de dinheiro, em separado do sistema de crédito.

contribuir com a redução dos custos da realização desse mais-valor, à medida que executa trabalho em parte não-pago<sup>11</sup>.

O capital portador de juros, por sua vez, é o desdobramento dialético do capital de comércio de dinheiro, apreendido em determinações ainda mais concretas. Neste momento da exposição – e do próprio desenvolvimento categorial do capital – o capital torna-se também uma mercadoria. Isto é, o capital enquanto uma mercadoria, ainda que uma mercadoria *sui generis*, possui o valor de uso de funcionar como capital, de produzir lucro.

A produção de lucro, como se sabe, é o valor de uso da mercadoria força de trabalho. Mas aqui a mercadoria capital também aparece igualmente com a capacidade de criar e multiplicar valor, de produzir o lucro médio (*ibidem*, p. 264). Possui o movimento característico do capital de partir de uma soma de dinheiro e chegar um patamar superior dessa soma. Seu ponto de partida, para recomeçar o ciclo, recebe no capital portador de juros uma figura totalmente externa, separada do movimento “real” de que é forma. A mediação é apagada, fica invisível, não está diretamente explicitada.

O capital portador de juros, à medida que participa do processo de reprodução global no adiantamento de capital-dinheiro, é mais um com direito à apropriação do excedente gerado. Essa parte que lhe cabe recebe o nome de juros, que “nada mais é que um nome particular, uma rubrica particular para uma parte do lucro, a qual o capital em funcionamento em vez de pôr no próprio bolso, tem de pagar ao proprietário do capital” (*ibidem*, p. 256).

Por fim, a forma autonomizada do capital bancário também deve ser compreendida como um desdobramento do capital de comércio de dinheiro quando todas as funções técnicas do dinheiro, inclusive o sistema de crédito, passam a ser executados e centralizados pelo capital bancário. É importante nesse momento assinalar que aquilo que Marx denomina capital bancário não são instituições de bancos comerciais e similares. Ainda que, por períodos relativamente longos, a mobilização do capital bancário tenha sido executada pelos bancos, o próprio período contemporâneo nos demonstra que essa tarefa pode ser realizada por instituições não-bancárias.

Até aqui foi exposta a autonomização da forma capital-mercadoria em capital de comércio de mercadorias e da forma capital-dinheiro em capital de comércio de dinheiro e capital portador de juros. A forma capital-produtivo, por consequência, também está autonomizada no capital produtivo (Carcanholo; Nakatani, 2015). Excetuando-se a última, todas as demais formas autonomizadas do capital participam da apropriação do mais-valor globalmente produzido, sem ter atuado diretamente nessa produção.

É fundamental reforçar três fatores do processo de autonomização do capital: (i) quanto mais autonomizado o capital se apresenta, mais mediações há entre a produção e a apropriação de valor e mais mistificado apresenta-se o conteúdo capital frente a suas formas; (ii) a autonomia é sempre relativa, o que na particularidade se apresenta como uma coisa em separado, independente, tem retomada a sua unidade do ponto de vista do capital global; (iii) a autonomização do capital desdobra-se necessariamente

---

<sup>11</sup> “Assim como o trabalho não-pago do trabalhador cria diretamente mais-valia para o capital produtivo, o trabalho não-pago do trabalhador assalariado comercial cria para o capital comercial uma participação naquela mais-valia” (Marx, 1986a, p. 221).

em funcionalidade e disfuncionalidades, pois, ao mesmo tempo que abrevia custos e tempo, aumentando a massa de mais-valor gerado, atua na redução da taxa média de lucro, ampliando os descompassos entre produção e apropriação de valor<sup>12</sup>.

### 2.3. O capital fictício como o capital por excelência

O capital fictício se apresenta na obra de Marx como o ápice do processo de autonomização de suas formas. O capital fictício, seguindo o argumento, é um desdobramento do capital portador de juros e é uma forma exacerbada de seu movimento. Deve ser entendido como um capital que se constitui no presente com base na expectativa de apropriação futura de um valor que pode, porventura, ser produzido. O capital fictício, portanto, não cria valor, mas estabelece um direito de apropriação sobre um mais-valor que pode (ou não) ser gerado.

A generalização do dinheiro como meio de pagamento e do desenvolvimento do sistema de crédito capacitaram o capital portador de juros a ter uma movimentação cada vez mais autônoma em relação ao capital produtivo, possibilitando os setores público e privado a participarem do sistema de crédito a partir, por exemplo, da emissão de títulos da dívida pública e títulos de patrimônio privado.

Marx (1986b, p. 11-12) coloca que o capital fictício é real e ilusório ao mesmo tempo. É real sob a ótica individual; uma ação patrimonial, que representa de fato uma fração da propriedade de uma empresa, é uma garantia de apropriação de mais-valor para o capitalista individual. Porém, ao mesmo tempo, sob a ótica global, é contabilizado duas, três ou mais vezes em diferentes mercados de crédito, com um movimento de valorização e desvalorização que independe do capital real que está sendo representado.

O capital fictício provoca, então, a ilusão de um dinheiro que se autovaloriza, sem compromisso com a produção de mais-valor, uma passagem direta de dinheiro para mais-dinheiro. Segundo Marx (*ibidem*, p. 11): “Toda a conexão com o processo real de valorização do capital se perde assim até o último vestígio, e a concepção do capital como autômato que se valoriza por si mesmo se consolida”.

A particularidade do capital fictício encontra-se, então, em seu modo de constituição, isto é, na capitalização. Na natureza fictícia desse tipo de capital está o fato de que o capital ainda não existe, sendo antecipado por meio de títulos ou outras formas jurídicas de apropriação de mais-valor futuro. O que existe de fato na constituição do capital fictício é a expectativa de apropriação de um mais-valor que pode vir a ser produzido.

---

<sup>12</sup> Sobre este último ponto, destacamos: “A elevação da fração do capital global inserida nessa lógica implica uma parcela crescente de capital que não produz diretamente mais-valia. Esse movimento disfuncional [...] redundna na redução da taxa média de lucro do sistema, pois uma mesma massa de mais-valia terá que ser agora distribuída (apropriada) por uma massa de capital maior. Por outro lado, essas formas autonomizadas liberam capital produtivo, que antes deveria gastar tempo nas funções especificamente de comércio e financiamento, ao mesmo tempo em que reduzem o tempo de rotação do capital global, permitindo indiretamente, uma maior produção de mais-valia por capital aplicado. Esse movimento [...] permite a elevação da taxa média de lucro” (Painceira; Carcanholo, 2008, p. 5).

Como as demais formas, o capital fictício também carrega intrinsecamente o par dialético funcionalidade-disfuncionalidade. A funcionalidade do capital fictício está na atuação extraordinária de aceleração do tempo de rotação do capital. Favorece-se sobremaneira a acumulação global de capital, a redução do tempo de rotação do capital e o aumento da taxa de lucro por período.

Por outro lado, sua disfuncionalidade reside no fato de essa forma de capital não ser, por si mesma, capaz de produzir valor e mais-valor ao não participar diretamente do processo produtivo, especializando-se na apropriação do excedente gerado. Quando se exacerba a lógica de apropriação, tal como no capitalismo contemporâneo, em um cenário de produção relativamente mais estreita de valor, reduz-se a taxa média de lucro e aprofunda-se o comportamento cíclico das crises (Carcanholo, 2010).

Marx (1986a, p. 118) apresenta o capital a juros como o capital por excelência, justamente por explicitar a aparente naturalidade com que o dinheiro adquire capacidade multiplicativa e passa de dinheiro a mais-dinheiro ao largo das amarras da produção de valores de uso. Todavia, entendemos que, no capital fictício, esse papel é cumprido com ainda mais plenitude. Logo, mesmo que essa ideia não tenha sido desenvolvida explicitamente no Livro III de *O capital*, tratar o capital fictício como o capital por excelência é coerente com o argumento elaborado pelo autor.

### **3. Crítica da economia política da financeirização: capitalismo contemporâneo e capital fictício**

Diante do exposto, o que se conhece por financeirização é mais do que um momento histórico e conjuntural trazido no bojo das transformações ocorridas a partir da década de 1970. A financeirização pode ser compreendida como a difusão excepcional do capital na forma dinheiro – concretizada na conformação de um sistema financeiro internacional e da expansão dos mercados e produtos financeiros – e da valorização pela via desses circuitos. Trata-se, portanto, de uma tendência própria ao capital.

Assim, destacamos que as leituras trazidas na primeira seção contribuem sobremaneira para a apreensão concreta do fenômeno. Mas a apreensão teórica, como dito, de formas profundamente mistificadas, tem que superar uma visão inicial da aparência para não separar de maneira absoluta a acumulação financeira da acumulação real. Por isso, consideramos importante ressaltar a dialética entre as formas assumidas pelo capital e seu conteúdo, a valorização do valor, por ser um passo necessário para se alcançar a apreensão concreta do movimento do capital.

François Chesnais, ainda que defenda a indissociabilidade do capital industrial, comercial e monetário, opõe a acumulação real à financeira, a partir de uma preponderância da última sobre a primeira devido a uma difusão das características do capital a juros. Combinada a uma baixa rentabilidade do setor produtivo, argumenta que parte crescente e significativa dos lucros não são reinvestidos na ampliação da produção, mas passam a ser alocados nos mercados financeiros em busca de valorização, o que causa uma superabundância de capital nessa esfera (Chesnais, 2016, p. 4).

No que diz respeito ao capital fictício, Chesnais o compreende como uma figura mais exacerbada e mais concreta do capital a juros e o define por sua forma, como segue:

Esse termo designa os títulos que foram emitidos no momento dos empréstimos em dinheiro a entidades públicas ou a empresas como expressão da

participação dos primeiros participantes no financiamento do capital de uma empresa. Para seus detentores, esses títulos, ações e obrigações, representam um “capital” do qual eles esperam um rendimento regular sob a forma de juros e dividendos (uma “capitalização”) e que eles desejam poder vender em um espaço de tempo muito curto, seja em caso de necessidade de dinheiro, seja para o aplicar de maneira mais rentável. Entretanto, no momento em que eles são vistos sob o ângulo do movimento do capital entendido como capital produtivo de valor e de mais-valia, esses títulos não são capital. No melhor dos casos, são a “lembrança” de um investimento feito há muito tempo (Chesnais, 2010, p. 99).

Assim, o autor compreende o capital fictício pela sua forma – títulos – e a natureza fictícia desse capital a partir do adiantamento de capital que desempenha “papéis de capital sem o ser”. E destaca características que o representam, como a “possibilidade que é dada do detentor dos títulos de os vender”, e as “oscilações dos preços dos títulos” (*ibidem*, p. 124; 129; 131), mas que são insuficientes para defini-lo.

Para Lapavistas, de maneira similar, o capital fictício refere-se

à soma de dinheiro resultante da sequência de descontos de rendimentos futuros atrelados a ativos financeiros. Esses valores hipotéticos compõem os preços financeiros que podem flutuar independentemente do capital monetário originalmente gasto na compra do ativo financeiro em questão (Lapavistas, 2016, p. 53).

Para o autor, a noção de capital fictício contribui para a compreensão concreta dos fluxos e atividades financeiras. Apesar disso, a ênfase na categoria desviaria o olhar sobre o que considera essencial como objeto de pesquisa, a origem dos lucros financeiros, já que, sob essa perspectiva, toda a geração de riqueza do setor financeiro nas últimas décadas seria considerada puramente fictícia.

Em contrapartida, o autor defende que o capital de empréstimo, portador de juros, é base explicativa do fenômeno da financeirização (*ibidem*). Este, por sua vez, é um tipo especial de capital disponível para empréstimo e remunerado através de juros, que surge do dinheiro ocioso e associa-se aos processos de investimento e consumo capitalistas. Por conseguinte, “a comercialização de capital de empréstimo poderia dar lugar ao crescimento de capital fictício, porém o capital de empréstimo é tudo, menos fictício” (*ibidem*), já que os possuidores desse tipo de capital têm direitos de apropriação sobre seus rendimentos.

Na figura do capital a juros já fica realmente evidente a capacidade do dinheiro em transformar-se em mais-dinheiro. Marx (1986a, p. 293), inclusive, a trata em diversas passagens como “a forma mais alienada e mais fetichista”, em que o capital prescinde da “mediação pelo processo de produção e pelo processo de circulação”. Assim:

O capital aparece como fonte misteriosa, autocriadora do juro, de seu próprio incremento. A *coisa* (dinheiro, mercadoria, valor) já é capital como mera coisa, e o capital aparece como simples coisa; o resultado do processo global de reprodução aparece como propriedade que cabe por si a uma coisa [...]. Na forma do capital portador de juros, portanto, esse fetiche automático está elaborado em sua pureza, valor que valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e ele não traz nenhuma marca de seu nascimento. A relação está consumada como relação de uma coisa, do dinheiro consigo mesmo. Em vez

da transformação real do dinheiro em capital aqui se mostra apenas sua forma sem conteúdo (Marx, 1986a, p. 293-294).

Logo, não é de se estranhar que esses autores, entre outros, tenham se detido na forma do capital a juros, justamente porque ela explicita dois aspectos pujantes da economia capitalista: a multiplicação do dinheiro e a mistificação das relações sociais que atuam na produção do mais-valor. Além disso, a categoria capital fictício é correntemente mal compreendida, seja pelo seu caráter inacabado na obra marxiana, seja pelo aprisionamento às formas assumidas pelo capital fictício como base para definir essa categoria, o que mistifica seu conteúdo.

O capital fictício assume as características de volatilidade, independência, multiplicação, autonomização e distanciamento – por vezes visto como completo – da esfera da produção. Só que, como exposto, o que define o capital fictício é o modo distinto de constituição do capital, que pode levar a essas e outras características. Em outros termos, essas não são características em si do capital fictício, não sendo, inclusive, exclusivas dessa forma de capital.

Quando a explicação da financeirização se prende à aparência do fenômeno marcado por cifras extraordinárias de movimentação de capitais nos mercados financeiros, perde-se de vista, dado o aumento do número de mediações entre a produção e a apropriação de valor, a própria origem do valor. Assim, a conjuntura é superficialmente tratada a partir da geração de um excedente com origem meramente no movimento especulativo do capital a juros e do capital fictício. De tão autonomizada que aparece a forma, ela passa a ser entendida como um conteúdo em si, encobrendo o conteúdo capital, exatamente como nos alertou Marx.

Ao se ter em vista o processo de autonomização do capital, compreende-se a conexão dialética entre os distintos setores por onde passa o capital em seu processo de valorização. Desse modo, a especialização de capitais particulares em atividades e funções específicas não significa, a princípio, a personificação em capitalistas distintos, nem em setores que se opõem.

As formas autonomizadas do capital atuam funcionalmente ao capital, reduzem o tempo de rotação, proporcionando aumento da massa de mais-valor produzido por período e do lucro realizado. Também possibilitam a execução de negócios que, sem o recurso ao adiantamento de capital, poderiam levar muito tempo ou até mesmo nunca serem executados. Concomitantemente, a autonomização é disfuncional ao capital, aumentando o quantitativo de capitalistas com direito de apropriação sobre um mais-valor produzido – ou que ainda, se houver êxito, será produzido.

Logo, na totalidade, o capital busca sua autovalorização. Não há uma oposição entre o setor produtivo e o setor financeiro, mas um espraiamento do capital por diferentes esferas que, em conjunto e na totalidade, atuam dialeticamente na valorização do capital. Portanto, não é um desvio do capital, mas ele em sua plenitude (Lupatini, 2015).

A culminação desse processo pode ser vista na lógica do capital fictício, em que aumentam sobremaneira as mediações entre a produção e a apropriação de valor. Mas por mais mediado que seja esse processo, não se pode perder de vista a sua conexão, a sua unidade. Nesse sentido, quando R. Carcanholo e Sabadini (2015, p. 154) apontam para lucros que se originam puramente do movimento especulativo de títulos e ativos

e que “não tem origem na mais-valia, que não provém da exploração” é justamente essa conexão que está sendo perdida.

Assim, por mais profícua que se apresente a tese dos lucros fictícios como a forma de remuneração do capital fictício, perde-se de vista a única origem possível do valor, o trabalho. Os autores se detêm na dialética particularidade-totalidade para mostrar que um capital real no particular é fictício no contexto global. Entretanto, mesmo que a forma do capital fictício seja capaz de constituir no presente, concretamente, um direito de apropriação de mais-valor que ainda será produzido, se for produzido, e que, portanto, na totalidade seja de fato fictício, ainda nessa forma a apropriação tem de se dar em cima de um valor *produzido* (em algum momento futuro, é claro). Por mais mediada e, inclusive, descolada temporalmente esteja a relação dialética entre produção e apropriação as crises mostram que uma hora ou outra essa unidade é recobrada.

Para nós, portanto, a chave explicativa do capitalismo contemporâneo deve ser a lógica do capital fictício. Não no sentido da subordinação do capital produtivo ao imperativo da especulação, mas de um espraiamento da lógica de constituição do capital com base em uma ficção para todos os capitais. Por isso:

O que importa no capitalismo contemporâneo é que todo o capital (esteja onde estiver, no mercado em que estiver) passa a construir-se com base na lógica fictícia de valorização. Se antes tínhamos um capital com existência prévia (D), que ingressa na produção (MP e FT), se valoriza na produção do mais-valor (M'), para depois apropriar-se de um lucro (D'), a lógica fictícia de acumulação inverte esse sentido. O capital não preexiste (por isso fictício); o que existe antes é a expectativa de que, no futuro, exista uma magnitude de valor da qual se pode apropriar. Vende-se no presente os direitos de apropriação futura de um valor que ainda nem foi produzido. Pode até ser que a produção futura de valor de fato corrobore essa expectativa. Mas também pode ser que o processo futuro de produção não corresponda à expectativa previamente mercantilizada pelos títulos de apropriação transacionados. O caráter fictício do capital se define porque ele se constitui em uma ficção, que pode até se tornar realidade, mas (ainda) não é (Carcanholo, 2021, p. 139).

Inverte-se a lógica de constituição do capital e o que preexiste agora é uma expectativa de apropriação, que pode vir a se efetivar ou não, e não mais o capital a ser adiantado. Dizer que a acumulação de capital contemporânea se pauta por essa lógica é colocar efetivamente um cenário em que se acentua o anseio do capital por sua valorização, livrando-se o quanto for possível de suas amarras. Aumenta-se sobremaneira as mediações entre a produção e a apropriação de valor, bem como o imperativo sobre a exploração da força de trabalho.

### **Considerações finais**

O presente ensaio partiu de algumas interpretações marxistas sobre o que vem sendo chamado de financeirização para tratar da dialética entre o conteúdo capital e as formas autonomizadas assumidas por este em seu movimento de expansão e valorização. Teve-se em vista, fundamentalmente, a exposição que Marx realizou na seção I do Livro II e nas seções IV e V do Livro III de *O capital* como o apontamento metodológico possível para apreender o movimento concreto do capital na atualidade.

Percebeu-se não ser raro no campo heterodoxo a caracterização da financeirização a partir da hipertrofia financeira. Isso de fato ela é, como aparência. Também não é raro que o vigor das finanças na atualidade, em um cenário de crise estrutural, seja visto como obstáculo a uma recuperação da lucratividade e a um robusto e sustentado “crescimento econômico”. Mas também vimos que a cisão de uma esfera produtiva apartada e contraposta a uma esfera financeira – ainda que em momentos concretos e específicos interesses possam divergir – não é coerente com a teoria marxiana, nem com a realidade concreta do capitalismo.

François Chesnais e Costas Lapavitsas, dois nomes do campo marxista de grande expressão internacional, buscam na revisitação crítica da obra de Hilferding uma chave explicativa para a presente acumulação de capital. Assim sendo, propõem a compreender o que são e como se dão os lucros gerados nas operações e nos mercados financeiros, em um movimento concreto distinto do vivido pelo autor austríaco no início do século XX.

Ao mesmo tempo em que busca demonstrar o caráter indissociável e concentrado do capital em suas diversas formas, e por consequência, o entrelaçamento dos ramos produtivos e financeiros, Chesnais não rompe completamente com a tese da dominância financeira. Ao analisar as formas concretas e mais extremadas que o capital a juros ou o capital fictício assumem já não enxerga seu conteúdo capital e o sentido de totalidade, apenas sua punção usurária.

Já Lapavitsas ao não compreender o caráter fictício reconhecido por Marx em uma forma de constituição do capital, descarta-o e vale-se de outros momentos da obra marxiana para sua análise. Apesar de também se opor à tese da dominância financeira, o autor vê uma relação intrínseca entre o aumento da lucratividade financeira e a baixa rentabilidade produtiva.

Por fim, os pesquisadores ligados à UFES – R. Carcanholo, Nakatani, Sabadini, Mello, entre outros – trazem uma contribuição relevante, em especial no Brasil e na América Latina, para compreender a substantivação do capital e as formas autonomizadas. Entretanto, em última instância, propõem teoricamente uma forma de capital que se apropria de um excedente que não assume a forma do mais-valor, em que só se opera como disfuncionalidade, e que é meramente predatório.

De tão autonomizado que o capital se apresenta, as formas assumidas pelos títulos, ações, derivativos e toda a profusão de produtos financeiros que surgem a cada dia aparecem como conteúdos em si, geradores de lucro, e apaga-se “até o último vestígio” a “conexão com o processo real de valorização do capital” (Marx, 1986b, p. 11). Apontar para além da aparência especulativa, volátil, usurária, independente e parasitária foi o nosso objetivo para compreender o capital em sua totalidade e atualidade.

## Referências

- CARCANHOLO, Marcelo Dias. “Crise capitalista: financeirização ou queda da taxa de lucro?”. In: ALVES, Giovanni; CORSI, Francisco Luiz (org.). *A crise capitalista no século XXI: um debate marxista*. Marília: Projeto Editorial Práxis, 2021. pp. 121-143.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. “Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora”, *Revista Aurora*. Marília, v. 3, n. 2, 2010, pp. 1-10. DOI: 10.36311/1982-8004.2010.v3n2.1226.
- CARCANHOLO, Reinaldo Antonio. “O capital especulativo e a desmaterialização do dinheiro”. In: GOMES, Helder (org.). *Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea*. São Paulo: Novas Expressões, 2015. pp. 61-87.
- CARCANHOLO, Reinaldo Antonio; NAKATANI, Paulo. [1999] “O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização”. In: GOMES, Helder (org.). *Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea*. São Paulo: Novas Expressões, 2015, pp. 31-59.
- CARCANHOLO, Reinaldo Antonio; SABADINI, Mauricio de Souza. [2009] “Capital fictício e lucros fictícios”. In: GOMES, Helder (org.). *Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea*. São Paulo: Novas Expressões, 2015, pp. 125-159.
- CHESNAIS, François. *Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump*. Leiden & Boston: Brill, 2016. DOI: 10.1201/b21521-10.
- CHESNAIS, François. “A proeminência da finança no seio do ‘capital em geral’, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital”. In: CHESNAIS, François (org.). *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010, pp. 95-182.
- CHRISTOPHERS, Brett. “The limits to financialization”, *Dialogues in human geography*, v. 5, n. 2, 2015, pp. 183-200. DOI: 10.1177/2043820615588153.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. “Os três campos da teoria das relações financeiras de Marx: o capital financeiro de Hilferding e Lênin”. In: CHESNAIS, François (org.). *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010, pp. 247-300.
- EPSTEIN, Gerald A. Introduction. In: EPSTEIN, Gerald A. (org.). *Financialization and the world economy*. Cheltenham, Northampton: Edward Elgar Publishing, 2005, pp. 3-16.
- GOMES, Helder (org.). *Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea*. São Paulo: Novas Expressões, 2015.
- HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- KRIPPNER, Greta R. *Capitalising on crisis: the political origins of the rise of finance*. Cambridge; London: Harvard University Press, 2011.
- LAPAVITSAS, Costas. *Beneficios sin producción: cómo nos explotan las finanzas*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016. DOI: 10.1017/CBO9781107415324.004.

- LUPATINI, Márcio. *O capital em sua plenitude: alguns dos traços principais do período contemporâneo*. Tese (Doutorado), 466f. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2015.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*, Livro Terceiro, O processo global da produção capitalista, Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1986a.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*, Livro Terceiro, O processo global da produção capitalista, Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1986b.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*, Livro Primeiro, O processo de produção do capital, Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985a.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*, Livro Segundo, O processo de circulação do capital. São Paulo: Nova Cultural, 1985b.
- MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti; SABADINI, Mauricio de Souza (orgs.). *Financial speculation and fictitious profits: a marxist analysis*. Cham: Palgrave Macmillan, 2019a.
- MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti; SABADINI, Maurício de Souza. *Profit, interest, rent, and fictitious profit*. In: MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti; SABADINI, Mauricio de Souza (orgs.). *Financial speculation and fictitious profits: a marxist analysis*. Cham: Palgrave Macmillan, 2019b, pp. 139-181. DOI: 10.1007/978-3-030-23360-0\_7.
- NAKATANI, Paulo; TEIXEIRA, Adriano Lopes Almeida; GOMES, Helder. “Financialization and the contradictory unity between the real and financial dimensions of capital accumulation”. In: MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti; SABADINI, Mauricio de Souza (orgs.). *Financial speculation and fictitious profits: a marxist analysis*. Cham: Palgrave Macmillan, 2019, pp. 87–115. DOI: 10.1007/978-3-030-23360-0\_5.
- PAINCEIRA, Juan Pablo; CARCANHOLO, Marcelo Dias. “Crise alimentar e financeira: a lógica especulativa atual do capital fictício”. In: XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología e VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires, 2008, Buenos Aires. *Anais...*, Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2008.
- PALLUDETO, Alex Wilhans Antonio; FELIPINI, André Rodrigues. “Panorama da literatura sobre a financeirização (1992-2017): uma abordagem bibliométrica”, *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 28, n. 2, pp. 313-337, 2019. DOI: 10.1590/1982-3533.2019v28n2art02.
- SABADINI, Mauricio de Souza. “A (crítica da) economia política, o capital fictício e os lucros fictícios”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro, v. 59, pp. 175-202, 2021.
- SILVA, Edson Mendonça. “A economia política da dominância financeira: acumulação de capital e rentismo no capitalismo contemporâneo”. 2016. 117f. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, São Paulo.
- SWEEZY, Paul. *The theory of capitalist development*. New York and London: Monthly Review, 1942.

Recebido em 12 de novembro de 2023  
Aprovado em 29 de novembro de 2023

# História e historiografia do trotskismo brasileiro<sup>1</sup>

*History and historiography of brazilian trotskyism*

**Marcio Lauria Monteiro\***

**Carlos Prado\*\***

## Resumo

Este artigo apresenta uma síntese da história do trotskismo no Brasil ao longo do século XX, com destaque para suas primeiras gerações de militantes e organizações, junto a um levantamento comentado da produção historiográfica existente sobre o trotskismo brasileiro e seus principais acervos de fontes. Com isso, apresenta uma introdução ao tema do trotskismo no Brasil, ao mesmo tempo em que visa auxiliar no desenvolvimento de novas pesquisas.

**Palavras-chave:** Trotskismo; Quarta Internacional; historiografia

## Abstract

This paper presents a synthesis of the history of Trotskyism in Brazil throughout the 20<sup>th</sup> century, with emphasis in its first generations of members and organizations, together with a commented survey on the existing historiographic production about Brazilian Trotskyism and its main archives. Thought that, it presents an introduction to the theme of Trotskyism in Brazil as well as aims at being helpful to the development of new researches.

**Keywords:** Trotskyism; Fourth International; historiography

---

<sup>1</sup> Uma versão menor e em espanhol deste texto foi publicada na Argentina. Cf. Prado & Monteiro (2020-2021). A presente versão, além da tradução ao português, foi expandida com conteúdo novo, tratando-se de texto original no Brasil.

\* Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), professor de História na FME Niterói (RJ), coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trótski/Trotskismo e a Historiografia (GEPH) e pesquisador associado ao NIEP-MARX UFF. Contato: marciolmonteiro@gmail.com. Produção disponível em: <<https://www.researchgate.net/profile/Marcio-Lauria-Monteiro>> e <<https://uff.academia.edu/MarcioLauriaMonteiro>>.

\*\* Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), professor do curso de História da FACH-UFMS, integrante do Laboratório de Estudo e Pesquisa em História das Américas (Lepha) e o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trótski / Trotskismo e a Historiografia (GEPH). Também é autor do livro “História do trotskismo no Brasil (1928-1936)”. Contato: carlosprado1985@hotmail.com.

## A origem do trotskismo no Brasil e as suas primeiras “gerações”

Internacionalmente, o movimento trotskista tem sua origem em debates no interior do Partido Comunista da União Soviética no começo da década de 1920, ao redor de temas como a burocratização da experiência soviética e da necessidade de se manter a estratégia de revolução internacional como forma de se chegar ao socialismo. Leon Trótski foi a principal figura nesses debates, em oposição a uma ala do partido encabeçada por Josef Stálin.

A luta oposicionista de Trótski e seus aliados no interior do partido soviético rapidamente se internacionalizou, chegando aos fóruns da Internacional Comunista e ao interior de outros Partidos Comunistas ao redor do mundo, levando à formação da Oposição de Esquerda Internacional (OEI). Após uma série de expurgos que os expulsaram desses partidos e de dura perseguição por parte de agentes soviéticos, que envolveu inclusive assassinatos, os “trotskistas” se reagruparam na Quarta Internacional. Fundada em 1938, seu objetivo era levar adiante a luta pela revolução mundial, que encaravam ter sido abandonada pela Internacional Comunista (IC) e seus partidos, sob influência do que viam como uma degeneração burocrática da liderança soviética.

A história do movimento trotskista no Brasil teve início com a interligação de conflitos internos no Partido Comunista do Brasil (PCB) – fundado em 1922 – com a luta da OEI. As primeiras interpretações sobre as origens do trotskismo no Brasil apontam que as teses oposicionistas chegaram por meio de Mário Pedrosa<sup>2</sup>. Ele havia sido enviado, em meados de 1927, para a Escola Leninista em Moscou, mas, devido a uma enfermidade parou na Alemanha, onde teve contato com a OEI.

Porém, pesquisas posteriores, em especial a de Marques Neto (1993, p. 22), questionaram essa interpretação. Diversos comunistas brasileiros acompanhavam as disputas no interior da URSS e da IC. Ademais, além das questões internacionais, vários militantes, acrescenta Marques Neto, “já acumulavam diferenças políticas de fundo com o incipiente núcleo de Partido”: ao longo de 1928-29, surgiram inúmeras polêmicas no interior do PCB.

A primeira divergência, suscitada por Rodolpho Coutinho<sup>3</sup>, foi sobre a tática de aliança com o tenentismo. Mas também surgiram discussões sobre o regime interno e a política sindical. Essas dissensões provocadas por questões nacionais, mas também iluminadas pelos debates internacionais, proporcionaram a primeira cisão do PCB.

A *Carta aberta* de Joaquim Barbosa, secretário sindical do partido, publicada em 1928, evidencia o teor dessas divergências. Segundo Barbosa, os dirigentes comunistas, controlando alguns sindicatos, começaram a utilizar destes para defender interesses político-partidários, deixando-os sob sua tutela. Os primeiros a se oporem a essa prática foram João da Costa Pimenta, que era trabalhador gráfico, secretário da Federação

---

<sup>2</sup> Mário Pedrosa nasceu em 1900, na cidade de Timbaúba - Pernambuco, cursou a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, onde, por influência de Edgardo de Castro Rebello, interessou-se pelos problemas sociais e entrou em contato com o marxismo, aproximou-se do movimento comunista e se filiou ao PCB em 1926, com o qual rompeu em 1929 e se transformou em uma das figuras centrais para o desenvolvimento da OEI no Brasil.

<sup>3</sup> Advogado e professor, participou da fundação do PCB e integrou seu CC como suplente. Em 1925, foi o representante brasileiro no V Congresso da IC e permaneceu por 2 anos na Escola Leninista de formação de quadros de Moscou. Em 1928, também esteve entre os críticos do partido sendo expulso.

Sindical Regional do Rio de Janeiro, e o próprio Barbosa. Ambos entregaram seus cargos e denunciaram que o partido estava desvirtuando a função dos sindicatos, transformando-os em órgão partidário.

Após a publicação da *Carta aberta*, a disputa se ampliou. Em 2 de maio de 1928, a direção do PCB recebeu um documento assinado por 50 militantes, que apresentava uma série de divergências, especialmente com o regime interno. A crítica também atingia a política de alianças, apontando que a “pequena-burguesia militar” (tenentismo) não poderia desempenhar qualquer papel revolucionário.

O abaixo-assinado ainda reivindicava a convocação de uma Conferência para debater essas questões e formar uma nova direção para o partido. No entanto, como destacam Dulles (1973) e Marques Neto (1993), não havia uma coesão entre os opositores. Surgiram dois grupos: um vinculado a Joaquim Barbosa, que manteve sua crítica restrita à questão sindical e adotou uma postura mais economicista; outro que ampliou suas críticas e se aproximou das teses da OEI, especialmente devido ao contato de alguns membros desse grupo com Pedrosa.

Devido a tais diferenças, esses militantes não formaram uma organização de imediato, após romperem com o PCB em 1928. Todavia, as discussões que foram travadas entre eles foram fundamentais para o surgimento posterior da Oposição no Brasil. A cisão de 1928 não foi resultado direto dos debates soviéticos ou da tomada de posição dos militantes brasileiros em favor de Trótski e, a princípio, as questões parecem girar em torno apenas de problemáticas nacionais. Mas, como apontaram Marques Neto (1993) e Castro (1993), há sim uma relação direta, uma vez que a interpretação da teoria revolucionária, a aliança com a pequena-burguesia e a burocratização do partido foram temas que aproximaram os dissidentes brasileiros das teses trotskistas.

Enquanto esteve na Europa, Pedrosa manteve contato com o grupo opositor, especialmente com Lívio Xavier<sup>4</sup> e com Coutinho e, de volta ao Brasil, encontrando o grupo disperso e sem perspectiva de organização, ele buscou reuni-los. A historiografia, como as obras mencionadas até aqui, tem apontado que a atuação de Pedrosa foi fundamental para que os dissidentes brasileiros percebessem que os conflitos no Brasil não expressavam questões meramente nacionais, mas evidenciavam uma crise maior dos PCs, revelando o contexto internacional da degeneração burocrática. Assim, a partir da iniciativa de Pedrosa, em maio de 1930, surgiu, na cidade do Rio de Janeiro, o Grupo Comunista Lenine (GCL).

Karepovs, Marques Neto e Löwy (1995) propuseram que a história do movimento trotskista brasileiro, a partir de suas características e períodos, pode ser dividido em “gerações”. A primeira é aquela que compreende as organizações formadas entre 1930-39 e tem como representantes Pedrosa, Xavier, Coutinho, Pimenta, Aristides Lobo<sup>5</sup>, entre outros. Trata-se, basicamente, do grupo surgido da cisão do PCB de 1928-29 e que se organizou sob a liderança de Pedrosa, inicialmente como GCL. Também

---

<sup>4</sup> Advogado e jornalista, ingressou no PCB em 1927 e, no ano seguinte, foi um dos signatários do documento que exigia democracia interna e apontava outras críticas. Membro de grande importância da Oposição.

<sup>5</sup> Professor, ingressou no PCB em 1923 e foi candidato a deputado pelo Bloco Operário Camponês em 1928. Em 1930, foi exilado no Uruguai, onde manteve contato com Luiz Carlos Prestes. Ao retornar ao Brasil, foi expulso do PCB e ingressou na Oposição em 1931, tornando-se Secretário Geral da organização Liga Comunista, nome assumido pelo GCL à época.

cabe apontar que a maior parte das pesquisas historiográficas no campo do trotskismo brasileiro tem como objeto de investigação essas primeiras organizações, devido à maior disponibilidade de fontes e à busca pelas origens.

Antes de destacarmos algumas características gerais do GCL, é importante frisar que a documentação disponível sobre essa organização é bastante escassa. Não estão disponíveis atas, resoluções ou outros documentos que nos forneçam informações mais precisas sobre o funcionamento interno da organização, sobre seus membros etc. A principal fonte sobre o GCL é o seu jornal, *A luta de classe*, que versava sobre vários pontos, tático-estratégicos, político-ideológicos e teóricos.

De imediato, o GCL estabeleceu contato com o Secretariado Provisório da OEI e se apresentou como “fração externa” do PCB (ou seja, reivindicam o direito de retornar ao partido, porém se opunham à linha política de sua direção – tal qual a OEI em relação à IC). Destacando o contexto internacional, o GCL reivindicava-se “bolchevique-leninista” e se caracterizava como um “núcleo de resistência à degenerescência burocrático-ideológica” da IC (GRUPO, 1930).

Não obstante, como apontaram Karepovs, Marques Neto e Löwy (1995), essa caracterização enquanto fração se revelou demasiado problemática. Com efeito, a organização acabou desenvolvendo uma ação ambígua. Se, por um lado, os opositores acabaram apresentando uma política autônoma, diferenciada do PCB e exterior a este, por outro lado, eles não convocaram aqueles que permaneciam nas fileiras comunistas a abandonarem o partido. Ao contrário, afirmaram a necessidade de os descontentes permanecerem para lutar contra a direção que se burocratizava.

A organização do movimento operário e dos sindicatos foram questões centrais na atuação do GCL. Prado (2022) argumenta que os opositores retomaram a polêmica de 1928 e afirmaram que os sindicatos, enquanto organização de massas, não deveriam ser submetidos à hierarquia do partido, organização de vanguarda. Os sindicatos eram compreendidos como organizações de frente única, nas quais as demandas econômicas dos trabalhadores deveriam ser priorizadas, acima de qualquer interesse político-partidário.

Outro aspecto importante e que foi destacado nos trabalhos de Castro (1993, 1999 e 2000) é que a OEI no Brasil reuniu os quadros comunistas com a melhor formação teórica. Seus principais dirigentes, Pedrosa, Xavier, Coutinho e Lobo, parte deles advindos de famílias abastadas, eram intelectuais com formação acadêmica e domínio de línguas estrangeiras. Assim, esse grupo, além de atuar nos sindicatos, contribuiu para o avanço da análise sobre a estrutura social brasileira, a partir da qual construíram uma proposta política alternativa. Outra contribuição foi o esforço realizado na tradução e divulgação pioneira de obras de Marx, Engels, Lenin e Trótski (muitas delas traduzidas por Xavier), publicadas pela Editora Unitas (do também membro Salvador Pintaúde).

Em dezembro de 1930, após oito meses de sua fundação, o GCL já dava sinais de desgaste, com dificuldades de comunicação e organização, conforme atesta a correspondência entre alguns membros (Pedrosa, 1930). Dois dos principais articuladores do grupo adoeceram e, com o afastamento deles, o GCL praticamente encerrou suas atividades.

Não obstante, os oposicionistas conseguiram superar as dificuldades e se reagrupar numa nova organização. Em 21 de janeiro, aniversário da morte de Lenin, ocorreu, em São Paulo, a primeira reunião da Liga Comunista - Oposição de Esquerda (LC). Em comparação ao GCL, o estudo da LC tem a vantagem de contar com um número muito mais significativo de fontes à disposição. Além de maior número de edições de *A luta de classe*, que o grupo seguiu publicando, outros documentos se preservaram, o que permite uma investigação mais minuciosa sobre a sua estrutura, atuação e debates internos.

A historiografia tem destacado que uma das principais contribuições dos trotskistas nesse período foi a publicação do artigo intitulado “Esboço de análise da situação econômica e social do Brasil”, publicado no n. 6 de *A luta de classe*, em fevereiro-março de 1931, com assinatura de M. Camboa (Pedrosa) e L. Lyon (Xavier). Del Roio (1990, p. 171) o considera “a mais consistente reflexão do ponto de vista marxista sobre a formação social brasileira” daquele período e, de acordo com Ferreira (1999), é um dos principais textos produzidos pelo pensamento marxista na década de 1930. Trata-se de uma análise original sobre o desenvolvimento econômico brasileiro, desde a colônia até a ascensão de Getúlio Vargas.

Para Pedrosa e Xavier, a chamada Revolução de 1930 não representava a ascensão da burguesia industrial sobrepondo os cafeicultores. Diferentemente da concepção do PCB, de que havia um conflito entre o campo (feudal e agrário) e a cidade (burguês e industrial)<sup>6</sup>, a LC analisou o golpe de Vargas como um “acordo geral”, uma “última forma conciliatória”, entre as mais diversas frações burguesas a fim de reorganizar as bases do desenvolvimento capitalista. Evidenciaram, ainda, o caráter bonapartista do processo, uma vez que a burguesia e o proletariado se mostravam incapazes de tomar o Estado e dirigi-lo diretamente.

A historiografia tem apontado que essa interpretação repercutiu em obras posteriores. Silva (2002) salienta que a clássica interpretação desenvolvida por Boris Fausto, em *A Revolução de 1930*, era bastante próxima daquela desenvolvida pelos oposicionistas. Demier (2008) apresenta a tese de que o conceito de bonapartismo, que começou a ser desenvolvido nesse momento pela LC, acabou se tornando, posteriormente, um conceito chave para investigação da sociedade brasileira pós-1930 e foi utilizado em várias pesquisas acadêmicas, estando na base do conceito de populismo usado por Francisco Weffort e Octavio Ianni, além de também ter influenciado a obra de Florestan Fernandes (militante trotskista nos anos 1940).

Diante do governo provisório de Vargas, a LC se posicionou favorável à reivindicação pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Autores como Castro (1993), Coggiola (2003) e Almeida (2003) destacam que, diferente da direção do PCB, os oposicionistas compreendiam que a luta pela constituinte e pelas liberdades democráticas se colocava como a questão mais imediata, pois o governo Vargas era exercido, desde outubro de 1930, de forma discricionária. Assim, viam como tarefa fundamental

---

<sup>6</sup> A tese fundamental defendida pelo PCB (elaborada por Octávio Brandão, em 1924) é a de que o Brasil se caracterizava por uma oposição entre os interesses dos produtores de café e a burguesia industrial. A partir de uma interpretação dualista da estrutura econômica brasileira, Brandão desenvolveu uma visão esquemática e etapista da História. A estratégia daí derivada visava uma “Revolução democrático-burguesa”, para posteriormente construir o socialismo. Tal teoria é similar àquela que a IC começou a difundir a partir do V Congresso.

recuperar os direitos essenciais e defendiam uma constituinte o mais democrática possível, com plenos poderes, representação direta dos trabalhadores e voto direto (LIGA, 1931a).

Em 1933, ocorreram mudanças substanciais, motivadas pelo cenário internacional. A ascensão de Hitler na Alemanha levou a OEI a discutir se deveria permanecer como fração externa da IC ou se era o momento de construir novos partidos, mirando a construção de uma nova Internacional. Esse debate também foi travado entre os brasileiros que, em concordância com a Conferência Internacional da OEI, sacramentaram a falência da IC e do Partido Comunista da União Soviética. Renomeada de Liga Comunista Internacionalista (LCI), a organização, como observam Karepovs, Marques Neto e Löwy (1995), ganhou maior autonomia e pôde se apresentar como postulante a nova direção da classe operária brasileira.

Prado (2022) aponta que, no campo sindical, as conferências debateram uma proposta favorável ao ingresso nos sindicatos oficiais, sob argumento de que seriam mais abertos à atuação dos trotskistas e permitiriam maior ligação com o proletariado. Não houve consenso nas conferências da organização e a questão foi retomada em 18 de fevereiro de 1934, em Reunião Ampliada da Comissão Executiva, que aprovou resolução favorável ao ingresso nos sindicatos oficiais, mas sem abandonar o trabalho nos sindicatos livres. Assim, a LCI iniciou um trabalho clandestino no interior dessas associações tuteladas, em especial junto sindicatos dos profissionais do volante, dos ferroviários da Sorocabana, dos alfaiates e dos bancários.

Ainda é preciso destacar que, em 1934, a LCI fomentou e participou de diversas frentes. Entre essas iniciativas, destaca-se a Frente Única Antifascista (FUA), organização que, conforme Castro (1999), contou com diversas associações operárias e desempenhou um importante papel de agitação e propaganda em combate às forças da fascista Ação Integralista Brasileira (AIB). Na FUA, os trotskistas contribuíram com a publicação do jornal *O homem livre*, que buscava denunciar o avanço do fascismo, e também participaram ativamente da contramanifestação de outubro de 1934, episódio conhecido como “Revoada dos Galinhas Verdes”, no qual a ação coordenada de diversas forças operárias dispersou o maior comício já feito pela AIB.

Já em 1935, com a publicação da Lei de Segurança Nacional, os trotskistas tiveram de rever a tática de ingresso nos sindicatos oficiais. A “Lei Monstro” estabeleceu os crimes contra a ordem política e social e sancionou a ampliação da perseguição aos militantes de todas as organizações operárias, impossibilitando qualquer atuação política no interior desses sindicatos. Diante do novo cenário, a LCI apontou que era preciso buscar novos métodos, reforçar as organizações clandestinas e retomar o trabalho sob bases ilegais no interior das fábricas.

Nesse mesmo período, a LCI também acompanhou a fundação e o desenvolvimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e apresentou uma série de críticas. Almeida (2003) destaca que os trotskistas caracterizaram a ANL como uma versão brasileira da política de Frente Popular – uma organização que aglutinava todos que se opusessem ao fascismo, independente das posições político-ideológicas e caráter de classe. Para a LCI, a ANL era uma reprodução artificial do *Kuomintang* e um retorno à política que culminou no fracasso da Revolução Chinesa (LIGA, 1935).

Nesse período, a LCI também enfrentou uma crise interna devido à polêmica em torno da política de “entrismo” aplicada pelos trotskistas franceses no Partido Socialista. Entre os opositoristas brasileiros, o chamado “giro francês” repercutiu negativamente e provocou uma grande cisão que colocou fim a um período de relativo crescimento da LCI, abrindo caminho para o declínio da organização. À crise interna ainda se somou o recrudescimento da repressão estatal, pois, a partir dos levantes fracassados da ANL em Natal, Recife e Rio de Janeiro, Vargas instaurou o Estado de sítio e lançou uma feroz repressão.

Dessa forma, a LCI entrou o ano de 1936 com suas forças bastante limitadas, mas permaneceu atuando na clandestinidade. Em *A luta de classe*, assinalaram que a luta a partir das fábricas e a organização de um forte movimento grevista era a única forma de resistência capaz de “atravessar os muros espessos da reação e ser ouvido em todo o Brasil” (Georges, 1936).

A última edição de *A luta de classe*, enquanto órgão oficial da LCI, foi publicada em novembro de 1936. Após essa edição, a organização encerrou suas atividades, mas alguns remanescentes, entre os quais Pedrosa, mantiveram-se organizados e formaram o Grupo Bolchevique-Leninista (GBL). De curta existência, o GBL se fundiu com a Oposição Classista do PCB, expulsa por criticar a insurreição da ANL (entre seus membros, destacam-se o jornalista Barreto Leite Filho, o bancário Augusto Besouchet e o médico Febus Gikovate). A fusão ocorreu em 3 de janeiro de 1937, na cidade do Rio de Janeiro, criando o Partido Operário Leninista (POL). Dulles (1973) destaca que essa articulação ocorreu no Presídio Pedro I, em 1936, onde membros do BGL e da Oposição Classista estavam presos.

O documento de fundação do POL, intitulado “As tarefas revolucionárias do proletariado e o novo reagrupamento da vanguarda”, apresentou uma reavaliação do cenário político-econômico brasileiro. Partindo da derrota do levante da ANL, os trotskistas apontaram as suas lições e reafirmaram as críticas à atuação do PCB e à IC burocratizada (COMITÊ, 1936a).

Em junho de 1937, o Comitê Provisório do POL aprovou um documento que retomava e ampliava a discussão sobre a estrutura político-econômica nacional, assinado por Pedrosa e intitulado “A situação nacional”. Em termos econômicos, apontou-se para os problemas do desenvolvimento desigual do capitalismo no Brasil, dificultando a ampliação do mercado interno, ao mesmo tempo que produzia um surto industrial, baseado na superexploração do proletariado. Quanto ao cenário político, destacou-se a ampliação da centralização e o papel decisivo do Estado nos países dependentes, bem como a fragilidade da democracia burguesa e o crescente avanço do integralismo, configurando um “fascismo colonial” (COMITÊ, 1936b).

Em 10 de novembro, Vargas instaurou o Estado Novo, a ditadura foi consolidada e, diante da nova onda repressiva, o POL teve muita dificuldade em manter suas atividades clandestinas. Mesmo sem periodicidade, os trotskistas continuaram com a publicação de *A luta de classe*, de *Boletins de informações internacionais* e editaram a revista *Sob nova bandeira*. Depois do golpe, Pedrosa partiu para o exílio na França, onde participou, em 1938, do Congresso de fundação da Quarta Internacional, como representante dos grupos latino-americanos, e foi eleito para seu Comitê Executivo (sob o nome Lebrum).

No Brasil, o destino do POL se vinculou a uma nova cisão ocorrida nas fileiras do PCB, que, como relatam Karepovs (2003) e Dulles (1973), viveu uma profunda crise naquele período. Após a prisão de Prestes, em março de 1936, o CC foi reorganizado sob a liderança de Bangu (Lauro Reginaldo da Rocha), mas, durante os debates sobre as eleições previstas para início de 1938, surgiu um grupo opositor a partir do Comitê Regional de São Paulo (CR-SP), sob a liderança de Hermínio Sacchetta.

Assim como os trotskistas, este grupo lançou críticas à direção do PCB, pela orientação de apoiar a candidatura burguesa de José Américo à presidência (inicialmente o candidato de Vargas). As críticas do CR-SP também se direcionavam ao papel hegemônico atribuído pelo PCB à burguesia nacional na “revolução democrática” que este almejava. Sacchetta conseguiu adeptos, mas Bangu reagiu e articulou apoio de lideranças regionais importantes e da direção da IC. Com isso, uma parte se reconciliou com Bangu e os demais foram acusados de “fracionismo” e expulsos do partido em novembro de 1937.

Sacchetta e os demais expulsos formaram, no final de 1937, o Comitê Pró-Reagrupamento da Vanguarda Revolucionária do Brasil. De acordo com Rossignoli (2018), o POL buscou se aproximar dessa dissidência por meio de um diálogo crítico e, gradualmente, conseguiram a adesão destes às teses trotskistas. Em abril de 1939, ocorreu uma Pré-conferência entre o POL e o grupo, que atestou a disposição para uma fusão, concretizada em agosto, com a fundação do Partido Socialista Revolucionário (PSR). Com o PSR, se formou a “segunda geração” do trotskismo brasileiro.

A segunda e as demais “gerações” foram objeto de poucos estudos até o momento. Conforme as pesquisas de Ferreira (1989) e Lignani (2020), sabe-se que o PSR logo sofreu um grande baque: em 1939, Pedrosa acompanhou de perto os debates sobre a URSS no seio da Quarta Internacional. Mesmo após a revelação do pacto de não agressão assinado por Hitler e Stalin, Trótski reafirmou sua posição de que era dever dos militantes opositores manter a política de defesa incondicional da URSS. Discordando dessa posição, Max Schatchman, membro do *Socialist Workers Party* (SWP, EUA) e da direção internacional, rompeu com o trotskismo, levando consigo cerca de um quarto dos membros do SWP. Pedrosa se posicionou ao seu favor e também se afastou, deixando o PSR sem contato com a Internacional. Ao voltar para o Brasil, tentou organizar outro grupo socialista, não-trotskista, em torno do jornal *Vanguarda socialista*, no interior do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Após publicar algumas edições de *A luta de classe*, o PSR adotou novos periódicos (*Luta proletária* e *Orientação socialista*). Centrado em São Paulo, ele teve atuação junto a trabalhadores gráficos, jornalistas e vidraceiros. Vale destacar que teve como membro o posteriormente notório intelectual marxista Florestan Fernandes. Outra membra ilustre foi a jornalista e artista Patrícia Galvão (“Pagu”), originalmente do grupo de Sacchetta.

O PSR existiu até a virada dos anos 1940-50, quando foi dissolvido, não se sabe ao certo porquê e em que condições (especula-se que seria devido a divergências em torno das teses “pablistas” aprovados pelo 3º Congresso Mundial, de 1951, e sobre a caracterização da URSS). Parte de seus membros, incluindo Sacchetta, fundou a Liga Socialista Independente (LSI), que reivindicava ter orientação “luxemburguista”.

A próxima organização a reivindicar o trotskismo no país foi o Partido Operário Revolucionário (POR), fundado em 1952, e ligado ao grupo latino-americano encabeçado por Juan Posadas – um enviado deste reagrupou alguns ex-membros do PSR e do PSB. O POR compõe a “terceira geração” do trotskismo brasileiro.

Leal (2004) e Karepovs e Leal (2007) apontam que, inicialmente concentrado em São Paulo, e publicando o jornal *Frente operária*, o POR conseguiu se expandir para outros estados ao longo dos anos 1950-60 e desenvolver trabalho nas forças armadas e no meio rural, porém passou por dificuldades após o golpe de 1964 (repressão e cisões), perdendo força. Entre 1954-63, realizou “entrismo” no PCB, no PCdoB (este fracassou rapidamente) e nas fileiras nacionalistas influenciadas por Leonel Brizola. Diferentemente de seus antecessores, chegou a defender voto em um político burguês, o futuro presidente Jânio Quadros, quando da sua candidatura à prefeitura de São Paulo (1953), apesar de ter criticado duramente o apoio do PCB a Juscelino Kubitschek em 1950, defendendo o voto nulo em tal eleição (bem como em 1960).

De suas fileiras participaram pessoas que posteriormente viraram importantes acadêmicos, como os irmãos Ruy e Boris Fausto, Leôncio Martins Rodrigues e Maria Hermínia Tavares de Almeida, além de terem sido próximos da organização ou de alguns de seus membros Paul Singer, Emir Sader, Francisco Weffort, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni.

Já nos anos 1970, surgiram novos grupos, associados a algumas das principais vertentes de então do movimento trotskista internacional: em 1976, a Organização Socialista Internacionalista (OSI), posteriormente renomeada O Trabalho (originada de cisões do POR e até hoje uma corrente interna do Partido dos Trabalhadores, PT), que se ligou ao grupo internacional encabeçado por Pierre Lambert; em 1978, a Convergência Socialista (CS, que, após ser expulsa do PT em 1992, deu origem, em 1994, ao ainda existente Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados, PSTU), ligada ao grupo encabeçado por Nahuel Moreno; e, em 1979, a Democracia Socialista (DS, também até hoje no interior do PT), ligada ao grupo encabeçado por Ernest Mandel. Tais organizações alcançaram, nos anos 1980, um impacto muito maior que suas precursoras e compõem a “quarta geração” do trotskismo brasileiro.

Ao longo dos anos 1990-2000, um grande número de novas organizações surgiu no país, tanto de cisões da CS / PSTU, DS, e O Trabalho, quanto de origens diferentes e ligadas a outras vertentes do movimento trotskista internacional antes ausentes no Brasil, as quais compõem uma muito mais difusa “quinta geração”. Hoje existem facilmente mais de vinte organizações no Brasil que reivindicam a tradição trotskista, variando de algumas poucas dezenas de membros a algumas centenas, havendo ainda as que se contam em poucas unidades. Em boa parte, são esses militantes, ou ao menos simpatizantes do trotskismo, que produzem a história do trotskismo brasileiro. Os estudos sobre esses grupos mais recentes, contudo, são ainda bastante escassos.

### **A historiografia do trotskismo brasileiro e os acervos de suas fontes**

Vejamos um mapeamento detalhado da historiografia sobre o trotskismo brasileiro e onde encontrar suas fontes. Como visto, o GCL, a LC e a LCI são as organizações que mais foram estudadas. Alguns trabalhos também já foram escritos sobre o POL e o PSR, porém em menor quantidade e profundidade, devido à escassez de fontes disponíveis. Pouco também foi produzido sobre o POR, porém, há estudos mais profundos

sobre ele. Sobre as organizações surgidas nos anos 1970-80 e os grupos delas derivados, é possível perceber que têm atraído mais atenção do que o POL, PSR e POR, com alguns trabalhos recentes sobre suas origens e principais ideias.

Começemos pelas sínteses panorâmicas. Há certo número delas disponíveis, a maioria focando o período dos anos 1920-30, e fornecendo informações básicas acerca das origens e trajetórias políticas das organizações – destacando seus principais membros, documentos e alguns feitos mais importantes. Nelas não há, portanto, muitas informações sobre a atuação pública e composição social ou a história dos membros de base dos grupos.

Recomendamos aquelas publicadas na coletânea “História do marxismo no Brasil”, escritas por Karepovs e Marques Neto (2002), cobrindo o período 1930-66 (trata-se de dois dos principais especialistas das primeiras organizações trotskistas brasileiras) e por Karepovs e Leal (2007), cobrindo o período 1966-2000. Ambos os textos se baseiam na bibliografia especializada disponível até então e em alguns dos documentos dos grupos abordados. Trata-se de um ponto de partida para os que desejam conhecer a história de tais grupos em linhas gerais<sup>7</sup>. Idem para a síntese escrita por Coggiola (2003) acerca do período 1928-64, a qual conta com detalhes fornecidos ao autor por alguns militantes da época<sup>8</sup>.

Passemos agora às pesquisas, em maior parte acadêmicas. As primeiras foram escritas, em sua maioria, por estrangeiros. É o caso das obras dos anos 1970 escritas pelos “brasilianistas” Dulles (1973 – baseado em materiais obtidos de Edgard Leuenroth) e Chilcote (1982), que estudaram o movimento operário e organizações de esquerda brasileira. Há também o trabalho do brasileiro Carone (1974 – baseado em materiais obtidos de Lívio Xavier), de estilo similar. Alguns anos depois, Dulles (1985) e Carone (1985) produziram novos estudos, baseados em documentação de Sacchetta.

Apesar de conter algumas informações básicas sobre as organizações trotskistas brasileiras dos anos 1930-40, como suas origens e membros de destaque, não há aprofundamento. O foco desses pesquisadores era o PCB e as organizações sindicais.

Ainda nos anos 1970, Alexander publicou uma obra sobre o trotskismo na América Latina, que foi a primeira a dar maior atenção ao trotskismo brasileiro. Ainda que marcada pela superficialidade e caráter essencialmente descritivo, ela trouxe à tona mais informações que as anteriores, baseando-se em depoimentos colhidos de militantes (vinte anos antes, para a preparação de outro livro). Posteriormente, tal material foi incluído na sua obra de caráter enciclopédico sobre o movimento trotskista internacional (Alexander, 1991) e, no caso da seção sobre o Brasil, passou por correções e foi expandida para cobrir até o começo dos anos 1980. Esse é, ainda hoje, o estudo mais abrangente sobre o movimento trotskista internacional, ainda que igualmente superficial e descritivo, por seu estilo enciclopédico.

Conforme aponta Karepovs (2005), ao final da década de 1970 e começo dos anos 1980, os novos grupos trotskistas (OT, DS e CS) publicaram, em seus periódicos, artigos e entrevistas com veteranos das primeiras organizações, com a intenção de se

<sup>7</sup> Na mesma coletânea, há ainda uma introdução à influência do pensamento de Leon Trótski no Brasil e a primeira geração do trotskismo brasileiro, escrita por Karepovs e Marques Neto, em conjunto ainda com Michel Löwy. Cf. Karepovs; Marques Neto; Löwy, Michael (1995).

<sup>8</sup> Há uma versão em inglês, um pouco diferente, disponível em <<https://www.marxists.org/history/etol/document/brazil/brazil01.htm>>.

apresentarem como parte dessa longa tradição. Apesar do caráter instrumental de tais materiais, ajudaram no resgate da história do trotskismo brasileiro e provavelmente estimularam a leva de pesquisas feitas na época<sup>9</sup>.

Foi nos anos 1980, a partir do final da ditadura, que essa historiografia ganhou impulso, através da publicação, como parte da coleção “Tudo é História”, da Editora Brasiliense, do livreto “O trotskismo na América Latina”, de Coggiola (1984), que contém uma breve seção dedicada à primeira geração. Dois anos depois, foi publicada, como parte da coleção “Primeiros Passos”, também da Brasiliense, “O que é trotskismo?”, de Campos (1986).

De maior destaque é a coletânea de documentos do GCL e da LC (cobrindo o período 1928-33), publicada em 1987, também pela Brasiliense, e organizada por Karepovs e um membro fundamental dessas organizações, Fúlvio Abramo, intitulada *Na contracorrente da história*. Em 2015, foi publicada uma versão expandida de tal coletânea, incorporando textos originalmente previstos para um segundo volume (Abramo e Karepovs, 2015). Trata-se de um importante material para aqueles interessados na primeira geração do trotskismo brasileiro. Além dos documentos, a obra contém textos introdutórios de Broué (sobre o trotskismo internacional) e Abramo (sobre a Oposição de Esquerda brasileira<sup>10</sup>).

Nos anos seguintes, em especial ao longo da década de 1990, enfim foram desenvolvidas pesquisas acadêmicas que trataram do trotskismo brasileiro com maior profundidade. Ainda antes da publicação de tal coletânea, foi realizado o que parece ser o primeiro trabalho acadêmico desenvolvido por um brasileiro sobre o tema, a dissertação de mestrado de Ferreira (1989) – defendida em 1985, na PUC-SP, sob orientação de Maurício Tragtenberg, que atuou na LSI. Trata-se de uma análise da imprensa do PSR no período 1946-48. Apesar da limitação do enfoque e também do recorte temporal, é uma contribuição pioneira, que ainda hoje segue sendo um dos poucos trabalhos sobre tal organização.

Na virada dos anos 1980-90, conforme destaca Karepovs (2005), alguns estudos preliminares foram publicados pela revista *Estudos*, do Centro de Estudos do Terceiro Mundo, da USP, dirigida por Coggiola<sup>11</sup>.

Já nos anos 1990, uma série de trabalhos abordou a Oposição de Esquerda brasileira, em grande parte a partir dos arquivos de Leuenroth e Xavier. O primeiro deles foi a tese de doutorado de Marques Neto, defendida na USP em 1992, acerca de Pedrosa e dos primeiros anos do trotskismo brasileiro (1928-31). Ele utilizou documentos das primeiras organizações e também a correspondência de Pedrosa com outros quadros da primeira geração, trazendo à tona muito mais informações, apesar de seu recorte temporal limitado (Em livro: Marques Neto, 1993).

Em 1993, Castro (1993) defendeu, na UFF, sua dissertação de mestrado dedicada à “teoria e práxis” da Oposição de Esquerda brasileira (1928-1934), a qual utiliza algumas fontes diferentes daquelas de Marques Neto e avança mais no tempo, até o abandono da condição de “fração externa” do PCB pela LC. Posteriormente, em sua tese de

---

<sup>9</sup> Para uma lista, ver Karepovs (2005), nota 27.

<sup>10</sup> Este último disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/abramo/1990/contracorrente/02.htm>>. Acesso em 13 de dezembro de 2023.

<sup>11</sup> Para uma lista, ver Karepovs (2005), nota 24.

doutorado, defendida em 1999 (Castro, 1999), também na UFF, ele abordou em maiores detalhes as análises da LC / LCI acerca do fascismo no Brasil (em especial a então ascendente Ação Integralista Brasileira, de Plínio Salgado) e sua atuação em prol de uma Frente Única Antifascista.

Se os trabalhos de Marques Neto e Castro focam na época da Oposição de Esquerda, Karepovs, com sua dissertação de mestrado, defendida em 1996 na USP, avançou mais alguns passos a história do trotskismo brasileiro, ao estudar os embates do grupo de Sacchetta no interior do PCB entre 1937-38 – os quais culminaram na cisão que, ao se fundir com o POL, originou o PSR (em livro: Karepovs, 2003). Mais recentemente, Karepovs (2017) publicou uma biografia de Pedrosa que cobre os anos 1920 até 1980, incluindo seu período de militância trotskista.

Ainda nos anos 1990, Leal defendeu, em 1997, na USP, sua dissertação de mestrado acerca do POR, cobrindo o período 1952-56. Baseada em análise de farta documentação, que inclui entrevistas com ex-membros da organização, trata-se de um dos estudos mais completos sobre uma organização trotskista brasileira (em livro: Leal, 2004). Há apenas um outro estudo sobre o POR, até onde sabemos, de enfoque mais restrito (ver adiante).

Outros dois trabalhos importantes foram produzidos nos anos 1990. Um deles foi a tese de livre docência de Campos (1998), apresentada na Unesp de Franca em 1998, sobre a vida dos dissidentes comunistas em São Paulo nos anos 1930-36 – portanto, os anos de formação do trotskismo brasileiro. Apesar de retomar o objeto de Marques Neto e de Castro, trabalha com fontes alternativas, em especial as obtidas nos arquivos das agências estatais de repressão de São Paulo da época, o DEOPSISP. O outro trabalho foi a dissertação de mestrado de Silva, defendida em 1996 na Unicamp, acerca da análise do PCB e dos trotskistas sobre o golpe que conduziu Vargas ao poder, em 1930, e seu regime político (em livro: Silva, 2002).

Ao longo dos anos 2000 e 2010, a Oposição de Esquerda brasileira seguiu sendo estudada, através da dissertação de mestrado de Almeida (2003), defendida em 2003, na PUC-SP, na qual é abordado o período 1930-1935, com destaque para a percepção dos trotskistas acerca da ANL. Também foi estudada na dissertação de mestrado e na tese de doutorado de Lisboa, defendidas na UFSM. A dissertação (Lisboa, 2014) aborda a imprensa dos grupos dos anos 1930, com ênfase nas análises da realidade brasileira e das estratégias para uma revolução socialista no país, enquanto a tese (Lisboa, 2019) é uma análise comparada entre os grupos brasileiros e estadunidenses dos anos 1930, com ênfase em suas percepções acerca da questão sindical.

Outro trabalho recente é a tese de doutorado de Prado, defendida em 2019, na UFF, acerca dos debates sobre atuação sindical do PCB e dos trotskistas entre 1922 e 1936, destacando a atuação do GCL e da LC/LCI. Trata-se de um aspecto muito importante, que lida com a inserção dos grupos no proletariado (Em livro: Prado, 2022).

Portanto, atualmente há um rico quadro sobre os primeiros anos do trotskismo brasileiro. No início dos anos 2000, um número da revista do Arquivo Edgard Leuenroth, *Cadernos AEL*, dedicado ao trotskismo, compilou parte dessa produção, contando com artigos de síntese escritos por alguns dos pesquisadores acima mencionados, além

de um balanço da bibliografia de Trótski então disponível em português e de um comentário sobre materiais relacionados ao trotskismo brasileiro arquivados no AEL<sup>12</sup>.

Talvez como reflexo desse já considerável acúmulo acerca da Oposição de Esquerda brasileira e sua sucessora imediata, a LCI, nos anos 2000 e 2010 começaram a ser desenvolvidos os primeiros trabalhos acadêmicos sobre as organizações surgidas nos anos 1970.

É o caso das dissertações de mestrado de Farias (2005), defendida em 2005, na UFRJ, acerca das origens da CS; de Angelo (2008, em livro), defendida, em 2007, na UFS-Car, sobre as origens da DS; e de Miranda (2014), defendida em 2014, na UFRJ, acerca da atuação da CS e da DS entre 1978-92, no interior do PT.

Também é o caso da dissertação de mestrado de Oliveira (2013), defendida em 2013, na UFF, acerca da formação da OSI (entre 1968-73). E da sua tese de doutorado (Oliveira, 2018), defendida em 2018, na mesma universidade, acerca de como as nascentes organizações trotskistas, que mais tarde dariam origem aos grupos O Trabalho, DS e CS, analisaram o regime ditatorial instalado no país e quais linhas de atuação delinearam sob tais condições, durante 1968-73.

Junto a tais estudos, mais abrangentes, também tem sido realizados alguns com enfoque mais específico, como a dissertação de mestrado de Demier (2008), defendida em 2008, na UFF, acerca da influência do pensamento de Trótski sobre uma importante parcela da intelectualidade brasileira, que veio a se destacar nos anos 1960-70, como crítica das teses mecanicistas propagadas pelo PCB sobre a realidade social do país<sup>13</sup>.

Também com enfoque mais específico, há a dissertação de mestrado de Macedo (2011), defendida em 2011, na UFPR, acerca de como a OSI e a DS abordaram as questões de construção de um partido político e também o papel dos sindicatos.

Há, ainda, o livro de França (2015), sobre o impacto do colapso do “bloco soviético” em alguns setores da esquerda brasileira, entre os quais são abordadas, ainda que brevemente, a DS e CS.

Outros estudos sobre as organizações surgidas nos anos 1970 e suas sucessoras e cisões recentes estão sendo desenvolvidos atualmente, de forma que esse período mais próximo está sendo cada vez mais abordado, através de pesquisas que se baseiam em farta documentação, em especial nos periódicos e documentos internos dos grupos em questão, fontes produzidas pelos aparatos repressivos do período ditatorial e entrevistas<sup>14</sup>.

Não obstante, os grupos que se seguiram à primeira geração do trotskismo brasileiro não foram deixados de lado. Em 2018, Rossignoli (2018) realizou um trabalho de conclusão de curso (graduação) na UFRJ sobre o POL, focado nas táticas de reagrupamento dessa organização, que culminaram na formação do PSR. Já Lignani (2020) rea-

---

<sup>12</sup> *Cadernos AEL*, Campinas: IFCH/AEL, v. 12, n. 22/23, 2005.

<sup>13</sup> Demier também publicou três curtos artigos de síntese sobre as primeiras gerações do trotskismo brasileiro no extinto *Blog Convergência*, sob o título “Um pouco sobre nossos antepassados”, hoje disponíveis no site *Esquerda Online*.

<sup>14</sup> Para um vislumbre desses estudos, recomendamos a gravação dos Simpósios Temáticos 3 e 4 do *Evento Online Trótski em Permanência 2021*, disponíveis em: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PLoSJ43ndMtRRAFXnpF6R7vOTtdcHcbzWC>>.

lizou uma pesquisa de mestrado na UFF sobre o PSR, abordando a concepção de partido mobilizada por essa organização, o programa político construído por ela e elementos da sua atuação sindical.

Já alguns (poucos) trabalhos buscam uma análise regional, fugindo do eixo Rio de Janeiro - São Paulo, o que permite uma visão mais apurada da composição e atuação das organizações em foco. É o caso da dissertação de mestrado de Gallindo (2013, em livro), defendida em 2010, na UFPE, acerca da atuação rural do POR em Pernambuco. A pesquisa tem foco na figura de José Roberto Pinto (“Jeremias”), assassinado por latifundiários em 1963, devido à sua atuação no sindicato dos trabalhadores rurais da cidade de Itambé, em um contexto de crescimento das lutas e organizações no campo.

É também o caso da dissertação de mestrado de Mariano (2011), defendida em 2011, na UECE, acerca da atuação de diferentes grupos trotskistas na cidade de Fortaleza, entre 1963-1970, utilizando entrevistas e fontes de agências estatais de repressão, além de materiais das próprias organizações.

Cabe mencionar, ainda, a existência de trabalhos produzidos no Brasil acerca de grupos de outros países, do movimento trotskista internacional, ou que abordam em chave comparativa grupos brasileiros e de outros países. É um tipo de estudo que tem se tornado mais numeroso graças à disponibilização *online* de crescentes acervos de materiais do movimento trotskista internacional e de alguns de seus “truncos históricos” mais relevantes do período pós-Segunda Guerra Mundial.

É o caso das dissertações de mestrado de Andrade (1996), sobre o POR boliviano e a revolução de 1952 naquele país; de Meucci (2015), acerca dos debates no interior do movimento trotskista internacional sobre a Revolução Cubana e o “foquismo” / guerra de guerrilha; de Monteiro (2016), acerca das releituras teórico-programáticas realizadas pelos principais agrupamentos trotskistas internacionais do pós-Segunda Guerra diante das revoluções sociais do período.

Também das teses de doutorado de Fernandes (2019), acerca da questão nacional em Milcíades Peña; de Lisboa (2019), já mencionada; e de Monteiro (2021), acerca das análises e posições dos principais agrupamentos trotskistas internacionais do pós-guerra acerca dos “Estados operários burocratizados” e do stalinismo, em especial a URSS e seus “países satélites”.

Por fim, cabe um comentário sobre os acervos onde estão disponíveis fontes históricas sobre os grupos trotskistas brasileiros<sup>15</sup>. Grande parte das fontes utilizadas por tais pesquisas encontram-se no Centro de Memória Operária Mario Pedrosa (CEMAP, criado em 1981), desde 1994 custodiado pelo Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM-Unesp). É o caso do Arquivo Lívio Xavier, com muito material dos grupos da primeira geração e cartas de Pedrosa. Há também boa quantidade de material referente à primeira geração no Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp (AEL-Unicamp, criado em 1971), coletados pelo próprio Leuenroth. Também no AEL encontra-se a documentação de Sacchetta, com material do PSR. No Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), há material apreendido da LCI, do POL e do PSR, bem como material sobre tais grupos produzido pelo Tribunal de Segurança Nacional a partir de 1935. Periódicos e materiais internos do POR encontram-se no CEMAP, bem como as entrevistas realizadas por Leal.

---

<sup>15</sup> Parte dessas informações, cf. Karepovs (2005) e Bianchi (2012).

Quanto aos grupos mais recentes, o arquivo nacional (até 1994) do grupo O Trabalho encontra-se no CEMAP, e há uma coleção de periódicos e material iconográfico no Centro Sérgio Buarque de Holanda (CSBH), da Fundação Perseu Abramo, e material iconográfico no AEL. O arquivo nacional da DS (até 2000) encontra-se no CEMAP, e periódicos e material iconográfico no CSBH e AEL (este contém ainda documentos internos). O arquivo da CS encontra-se em posse do PSTU, mas está sendo gradualmente disponibilizado *online* no *Arquivo Leon Trotsky* e há periódicos e material iconográfico no CSBH. Parte dos periódicos desses três grupos encontra-se, também, em arquivos menores, como o Arquivo de Memória Operária (AMORJ), no Rio de Janeiro.

Há, ainda, material apreendido pelas forças de repressão nos acervos dos DOPS e Arquivos Públicos estaduais. Fora do país, há o arquivo de Alexander, na *Rutgers University* (EUA), com os depoimentos colhidos para suas obras.

### **Comentários finais**

Vê-se que os estudos sobre o trotskismo brasileiro cresceram bastante nos anos 2000-2010, após terem se iniciado, de forma tímida e superficial, nos anos 1970-80, e dado um salto fundamental nos anos 1990. Por mais que já se tenha avançado muito no conhecimento histórico acerca de tal tradição política, há muito ainda por se fazer. Conforme apontado, há uma concentração de trabalhos acerca da primeira geração do trotskismo brasileiro, sendo poucos os trabalhos sobre as demais, sobretudo sobre o PSR e o POR.

De forma geral, tem-se privilegiado muito os temas das origens e do desenvolvimento político das organizações – o que, sem dúvidas, constitui um importante ponto de partida – com pouco tendo sido produzido sobre sua composição social, atuação pública e vida interna (para além da cúpula dirigente). É certo que há muita dificuldade em se encontrar fontes para abordar tais temas, especialmente em relação aos grupos mais antigos, cujos membros não estão mais vivos, mas é parte essencial de uma “história total” de uma organização política. Os poucos estudos de enfoque regional apontam, ainda, um outro tema importante de ser abordado: a existência das organizações fora dos grandes centros políticos e econômicos do país, onde, geralmente, está o foco de sua atuação e também a maior parte de seus dirigentes.

Ademais, como também já foi apontado, há uma grave tendência a se negligenciar o âmbito internacional dessas organizações, que constituíam seção brasileira de uma organização internacional. Por mais que não se possa reduzir o grupo nacional à organização internacional a qual ele pertence, é inegável que esta possui um peso considerável sobre suas elaborações estratégicas e mesmo táticas – especialmente no período pós Segunda Guerra, quando a Quarta Internacional passa por uma crescente fragmentação teórico-programática.

Pela complexidade de se produzir uma “história total” do trotskismo brasileiro, é imprescindível a atuação em conjunto dos pesquisadores(as) dedicados(as) a tal objeto. A existência de um espaço conjunto de debates e colaboração, a realização de eventos acadêmicos e a produção de coletâneas certamente contribuiriam sobremaneira para o avanço dessa produção historiográfica.

De forma modesta, os autores deste artigo têm se engajado em algumas iniciativas nesse sentido, em especial, para citar as mais recentes, a organização dos eventos

Trótski em Permanência (*online*, 2020 e 2021)<sup>16</sup>, do II Encontro Internacional Leon Trótski (São Paulo e *online*, agosto de 2023)<sup>17</sup> e a coordenação do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trótski / Trotskismo e a Historiografia (dedicado a temas da história do movimento trotskista e também a estudos de temas diversos a partir de contribuições teóricas do trotskismo)<sup>18</sup>. Convidamos as(os) leitoras(es) interessadas(os) a conheçam tais iniciativas e esperamos que este artigo possa servir de estímulo para novas pesquisas e colaborações.

---

<sup>16</sup> O evento de 2020 consistiu em três Mesas Redondas com convidadas/os. Já o de 2021, além de Mesas Redondas com convidadas/os, contou também com 10 Simpósios Temáticos nos quais foram apresentadas cerca de quarenta comunicações sobre temas diversos. As gravações dessas atividades estão disponíveis em: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PLoS43ndMtRSM-WuY41e8e-m-uasizwBz>> (2020) e <<https://www.youtube.com/playlist?list=PLoS43ndMtRRAFxNpF6R7vOTtdcHcbzWC>> (2021). Também foi publicado um livro com parte dos trabalhos apresentados no evento de 2021, cf. Monteiro (2023). Os detalhes sobre os eventos e o livro estão disponíveis em: <<https://encontrotrotski.noblogs.org/>>.

<sup>17</sup> O evento, em formato híbrido, contou com 5 Mesas Redondas presenciais com convidadas/os e 13 Simpósios Temáticos *online* nos quais foram apresentadas cerca de sessenta comunicações sobre temas diversos. As gravações estão disponíveis em: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PLoS43ndMtRS75Qbib8234C6OjrO4FFBz&si=Ca7Tg oIZvysQHA3b>>. Os detalhes estão disponíveis em: <<https://encontrotrotski.noblogs.org/>>. Em breve almejamos publicar um livro com os trabalhos apresentados.

<sup>18</sup> Contato: [trotskismo@googlegroups.com](mailto:trotskismo@googlegroups.com).

## Referências

- ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis. *Na contracorrente da História: documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940)*, 2 ed. São Paulo: Sundermann, 2015.
- ALEXANDER, Robert. *International trotskyism, 1929-1985: a documented analysis of the movement*. Durham: Duke University Press, 1991.
- ALMEIDA, Miguel Tavares de. *Liga comunista internacionalista: teoria e prática do trotskismo no Brasil (1930-1935)*. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Paulo, 2003.
- ANDRADE, Eduardo Oliveira de. *O partido obrero revolucionario e a revolução boliviana de 1952*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Econômica, São Paulo, 1996.
- ANGELO, Vitor Amorim. *A trajetória da democracia socialista: da fundação ao PT*. São Carlos: EdUFSCar, 2008.
- BIANCHI, Álvaro. “É possível escrever a história recente dos trotskismos brasileiros?”, *Perseu*. São Paulo, v. 8, 2012, pp. 361-380.
- BROUÉ, Pierre. “O movimento trotskista na América Latina até 1940”, *Cadernos AEL*. Campinas: IFCH/AEL, v. 12, n. 22/23, 2005.
- CAMBOA, M. [Pedrosa, Mário], Lyon, L. (Xavier, Lívio). “Esboço de uma análise sobre a situação brasileira”, *A luta de classe*. Rio de Janeiro, n. 6, ano 2, fev-mar, 1931.
- CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. “*Tempos de viver*”: dissidentes comunistas em São Paulo (1931-1935). Tese (Livre-docência). Universidade Estadual Paulista, Franca, 1998.
- CAMPOS, José Roberto. *O que é trotskismo*. São Paulo: Nova Cultural / Brasiliense, 1986.
- CARONE, Edgard. *A república liberal*, 2 v., São Paulo: DIFEL, 1985.
- \_\_\_\_\_. *A república nova: 1930-1937*, São Paulo: DIFEL, 1974.
- CASTRO, Ricardo Figueiredo de. *A oposição de esquerda brasileira (1928-1934): teoria e práxis*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 1993.
- CASTRO, Ricardo Figueiredo de. *Contra a guerra ou contra o fascismo? As esquerdas brasileiras e o antifascismo, 1933-1935*. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 1999.
- CASTRO, Ricardo F. de. “Os intelectuais trotskistas nos anos 30”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Letras, 2000, pp. 137-152.
- CHILCOTE, Ronald H. *Partido comunista brasileiro: conflito e integração, 1922-1972*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- COGGIOLA, Osvaldo. *O trotskismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- COGGIOLA, Osvaldo. O trotskismo no Brasil (1928-1964). In: MAZZEO, A. C.; LAGOA, M. I. (Orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 239-270.

- COMITÊ Provisório de Organização do POL. “A situação nacional” [1936b]. In: ABRAMO, Fúlvio e KAREPOVS, Dainis (Orgs.). *Na contracorrente da História: documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940)*. 2 ed. São Paulo: Sundermann, 2015, pp. 292-334.
- COMITÊ Provisório de Organização do POL. “As tarefas revolucionárias do proletariado e o novo reagrupamento da vanguarda” [1936a]. In: ABRAMO, Fúlvio e KAREPOVS, Dainis (Orgs.). *Na contracorrente da História: documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940)*. 2 ed. São Paulo: Sundermann, 2015., pp. 280-291.
- DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990.
- DEMIER, Felipe. *Do movimento operário para universidade: León Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2008.
- DULLES, John Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.
- DULLES, John Foster. *O comunismo no Brasil: repressão em meio ao cataclismo mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FARIAS, Marcos Moutta. *Partido socialista ou Partido dos Trabalhadores? Contribuição à história do trotskismo no Brasil: a experiência do Movimento Convergência Socialista*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Rio de Janeiro, 2005.
- FERNANDES, Renato César Ferreira. *As trajetórias da dependência argentina: a questão nacional em Milcíades Peña*. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Campinas, 2019.
- FERREIRA, Pedro Roberto. *Imprensa, política e ideologia: orientação socialista (1946-1948)*. São Paulo: Mores, 1989.
- FERREIRA, Pedro Roberto. *O conceito de revolução da esquerda brasileira: 1920-1946*. Londrina: UEL, 1999.
- FRANÇA, Teones. *Escombros do muro de Berlim sobre a esquerda brasileira*. Rio de Janeiro: MaudX, 2015.
- GALLINDO, José Felipe Rangel. *Jeremias: o trotskismo no campo em Pernambuco*. Recife: UFPE, 2013.
- GEORGES [Pedrosa, Mário]. “A luta pelas liberdades democráticas”, *A luta de classe*. Juiz de Fora, n. 30, ano VI, jun. 1936, p. 1.
- GRUPO Comunista Lenine. “Nossa tática para o com o Partido”, *A luta de classe*. Rio de Janeiro, n. 1, jun. 1930, p. 1.
- KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec / Editora da UNESP, 2003.
- KAREPOVS, Dainis. “O arquivo Edgard Leuenroth e a pesquisa sobre o trotskismo no Brasil”, *Cadernos AEL*. Campinas: IFCH/AEL, v. 12, n. 22/23, 2005.
- KAREPOVS, Dainis. *Pas de politique Mariô!* Mário Pedrosa e política. Cotia: Ateliê, 2017.
- KAREPOVS, Dainis; LEAL, Murilo. “Os trotskismos no Brasil: 1966-2000”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. v. 6. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, pp. 153-238.

- KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho de. “Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930 – 1966)”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*, v. 5. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.
- KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho de; LÖWY, Michael. “Trotsky e o Brasil”, In: QUARTIM DE MORAES, João (org.). *História do marxismo no Brasil*, v. 2. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995, pp. 229-254.
- LEAL, Murilo. *A esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- LIGA Comunista Internacionalista. “A Aliança Nacional Libertadora e a confusão do movimento operário”, *A luta de classe*. Juiz de Fora, n. 25, Ano V, 25 jun., 1935, p. 1.
- LIGA Comunista. “A palavra de ordem da constituinte”, *A luta de classe*. Rio de Janeiro, n. 6, Ano II, fev.-mar, 1931a, p. 1.
- LIGA Comunista. “Aos proletários do mundo inteiro”, *Boletim da oposição*. São Paulo, pp. 1-4, jan., 1931b.
- LIGA Comunista. “Aos trabalhadores do Brasil”, *Boletim da oposição*. São Paulo, n. 1, jan., 1931c.
- LIGNANI, Henrique de Bem. *O trotskismo no Brasil e a crise de direção revolucionária: construção do partido, programa político e movimento operário (1937-1948)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2020.
- LISBOA, Roberto Borges. *Revolução e realidade social na imprensa trotskista brasileira dos anos 1930*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em História, Santa Maria, 2014.
- LISBOA, Roberto Borges. *Trabalho, sociedade e marxismo: uma abordagem comparada do trotskismo no Brasil e nos EUA nos anos 1930*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em História, Santa Maria, 2019.
- MACEDO, Edmar Almeida de. *Os trotskistas entre discursos e controvérsias: tradição, composição social e alinhamento internacional*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em em Sociologia, Curitiba, 2011.
- MARIANO, Andreyson Silva. *Uma esquerda em silêncio: militantes trotskistas de Fortaleza no período de 1963-1970*. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2011.
- MARQUES NETO, José Castilho de. *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MEUCCI, Isabela. *A revolução cubana e o movimento trotskista na América Latina: impactos na construção de um projeto político (1959-1974)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Campinas, 2015.
- MIRANDA, Vinicius Almeida Ribeiro de. *Dois trotskismos num partido de massas: as trajetórias das organizações Democracia Socialista e Convergência Socialista no PT*

- de 1978 a 1992. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Campinas, 2014.
- MONTEIRO, Marcio Antonio Lauria de Moraes. *Stalinismo, revolução política e contrarrevolução: o movimento trotskista internacional e a teoria do Estado operário burocratizado aplicada ao bloco soviético (1953-91)*. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2021.
- MONTEIRO, Marcio Lauria (org.). *Trótski em permanência*. In: Evento Online Trótski em Permanência 2021, 2021. *Anais...* São José do Rio Preto: Práxis Editorial, 2023.
- MONTEIRO, Marcio Lauria. *O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra: uma análise de suas (re)leituras teóricas e programáticas (1944-63)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História Social, Niterói, 2016.
- OLIVEIRA, Tiago de. *Reorganização do movimento trotskista no Brasil - A formação da Organização Socialista Internacionalista (1968-1976)*. Um capítulo da IV Internacional no Brasil. Uma contribuição à história do trotskismo no Brasil. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História Social, Niterói, 2013.
- OLIVEIRA, Tiago de. *Trotskistas na ditadura militar (1968-1973): uma contribuição à história do trotskismo no Brasil*. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História Social, Niterói, 2018.
- PEDROSA, Mário. [Carta] 8 dez. 1930, Rio de Janeiro [para] Xavier, Lívio. São Paulo. In: MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, pp. 332.
- PRADO, Carlos Batista. *Partidos e sindicatos: o PCB, a Oposição de Esquerda e o movimento operário no Brasil. (1922-1936)*. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História Social, Niterói, 2019.
- PRADO, Carlos. *História do trotskismo no Brasil (1928-1936)*. Curitiba: Brazil Publishing, 2022.
- PRADO, Carlos; MONTEIRO, Marcio Lauria. "Historia e historiografía del trotskismo brasileño", *Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda*. Buenos Aires, v. IX, n. 17, set. 2020-fev. 2021, pp. 57-78. Disponível em <<https://www.archivos-revista.com.ar/numeros/index.php/archivos/article/view/292>>. Acessado em 13 de dezembro de 2023.
- ROSSIGNOLI, Icaro. *Os dias de cão do trotskismo brasileiro: argumentos e táticas nas publicações do Partido Operário Leninista, 1937-1939*. Monografia (Graduação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2018.
- SILVA, Angelo José da. *Comunistas e trotskistas: a crítica operária à Revolução de 1930*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2002.

Recebido em 14 de julho de 2023  
Aprovado em 21 de agosto de 2023

# Uma análise marxista acerca da categoria corrupção

## *A Marxist analysis of the corruption category*

Ana Alice Marques\*

Leonardo Carnut\*\*

### Resumo

Corrupção é um tema polissêmico, multidisciplinar, de interesse internacional que vem ganhando espaço na agenda pública. Contudo, ele ainda é relativamente pouco explorado, especialmente quando se trata da perspectiva marxista. Assim, o objetivo deste estudo foi identificar como os estudos brasileiros e latino-americanos de tradição marxista compreendem a categoria “corrupção”. Para tanto, foi realizada uma revisão crítica sistemática da literatura marxista tomando como fonte 26 revistas marxistas e 8 anais especializados que publicam artigos completos. Os dados foram analisados através da análise crítica de conteúdo de abordagem marxista. Das 160 publicações identificadas, 9 artigos foram incluídos. Foram categorizadas oito características que constituem a corrupção. Foi identificada a posição de poder dos sujeitos autores dos artigos e construído um quadro teórico crítico. Os artigos revisados permitem afirmar que há quatro modos de abordagem da corrupção e que um entendimento mais radical torna as premissas da perspectiva hegemônica sobre o tema fortemente contestáveis.

**Palavras-chave:** corrupção; marxismo; revisão bibliográfica

### Abstract

Corruption is a polysemic, multidisciplinary topic of international interest that has been gaining relevance on the public agenda, yet it has been relatively unexplored, especially from a Marxist perspective. Thus, the objective of this study was to identify how Brazilian and Latin American studies of the Marxist tradition understand the category “corruption”. Therefore, a systematic critical review of literature was carried out, taking as source 26 Marxist journals and 8 specialized annals. Data analysis was carried out through critical content analysis within a Marxist approach. Nine articles were included of 160 publications identified. Eight characteristics that constitute corruption were categorized. The position of power of the authors was also identified and a critical theoretical framework was constructed. The studies allow the affirmation that there are four ways of approaching corruption and that a more radical understanding makes the premises of the hegemonic perspective on the subject strongly contestable.

**Keywords:** corruption; Marxism; literature review

---

\* Terapeuta Ocupacional, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

\*\* Professor Adjunto da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

## Introdução

Corrupção é um assunto de interesses e contribuições multidisciplinares. O Direito, a Administração, a Sociologia, a Economia, a Ciência Política (Vitullo, 2022) entre outras disciplinas se utilizam de abordagens paradigmáticas diversas como: econômica, política, cultural, psicológica, filosófica, linguística entre outros no debate sobre o tema (Marani et al., 2018). A corrupção também é um fenômeno de interesse internacional, que vem ganhando espaço na agenda pública e também na produção acadêmica brasileira, justificando em um primeiro nível, o estudo da temática.

O termo “corrupção” vem se apresentando como um conceito polissêmico enraizado em diferentes formas de abordagem, e, ainda que haja divergências na sua interpretação, existe um uso majoritário de definições baseadas nos critérios criados por organizações internacionais (Vitullo, 2022) como a Transparência Internacional, que interpreta corrupção como “o abuso de poder delegado para ganho privado” (*Transparency International apud*<sup>1</sup> Bahia, 2021, p. 77). Esta definição está ligada a uma ideia clássica de que a corrupção opõe, necessariamente, o âmbito público e o privado.

Com relação às publicações brasileiras sobre esse fenômeno, Macedo e Valadares (2021), a partir de uma revisão de literatura no campo das ciências humanas e sociais aplicadas, apontam para uma maior produção de análises sobre a corrupção situadas no campo do Direito. Tanto esses autores quanto Vitullo (2022), em revisão no campo da ciência política, ressaltam um aumento importante da produção entre 2014-2017 no Brasil e associam o fato aos escândalos de corrupção no país, “mensalão” e/ou “Operação Lava Jato” e a forma midiática de divulgação desses casos.

Outro fato histórico destacado por Vitullo (2022) e Vanucci e Petrarca (2020) que impulsiona o debate sobre a corrupção é a criação de organismos como a Transparência Internacional (1993) e o envolvimento de instituições multilaterais como o Banco Mundial, o FMI (Fundo Monetário Internacional) e a OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) no combate à corrupção. De tema pouco debatido, a corrupção passa a ser considerada “o maior inibidor do desenvolvimento econômico equitativo” nas palavras de James Wolfensohn, presidente do Banco Mundial à época. (Polzer, 2001, p. 2 *apud*<sup>2</sup> Vitullo, 2022)

A Reunião Geral Anual do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional de 1996 também é um evento marcante, quando figuras de alto escalão das instituições declararam compromisso público no combate à corrupção (Polzer, 2001 *apud* Vitullo, 2022). A partir de então foram criadas recomendações e diretrizes políticas nesse sentido, em especial para países menos desenvolvidos, que tinham como função servir de condicionalidades para apoio e petição de investimentos internacionais. Essas recomendações são coerentes com uma ideologia liberal de mercado, que obviamente pretendia se expandir nesses locais de empréstimo (Vanucci e Petrarca, 2020).

<sup>1</sup> TRANSPARENCY INTERNACIONAL. FAQ: *How do you define corruption?* TI, 2016. Website não mais disponível, porém versão em português similar disponível em: <<https://transparenciainternacional.org.br/quem-somos/perguntas-mais-frequentes/>>.

<sup>2</sup> POLZER, T. “Corruption: deconstructing the World Bank discourse”, *LSE Destin Working Paper Series*. Londres, v. 18, n. 1, 2001. Disponível em: <<https://www.files.ethz.ch/isn/138135/WP18.pdf>>.

Outra característica da produção acadêmica brasileira é a maior citação de autores estrangeiros, como demarca Macedo e Valadares (2021), em especial Rose-Ackerman, autora que possui um pensamento das causas e consequências da corrupção situadas no campo econômico, com uma explicação microindividual, que coaduna com uma perspectiva associada à lógica de mercado e às instituições multilaterais destacadas anteriormente (Marani et al., 2018). Os temas discutidos nos artigos também parecem convergir com a agenda internacional dessas organizações, pois, depois do termo “corrupção”, emergiram como termos subsidiários: “combate”, “compliance”, “efeito”. Eles são os que mais aparecem em títulos e palavras-chaves (Macedo e Valadares, 2021; Vitullo, 2022).

Vannucci e Petrarca (2020) explicitam três grandes paradigmas de interpretação da corrupção nas ciências sociais: o econômico, o cultural e o neoinstitucionalista. Embora diferentes, podem estar associados, contudo o hegemônico é o neoinstitucionalista. Poucos são os estudos que trazem uma perspectiva crítica, ou como chama Vitullo (2022): “heterodoxa”. Em sua revisão apenas 15,1% abordam a corrupção associada a temas como: “estigmatização dos partidos populares”; “preconceito contra classes populares e exaltação do suposto virtuosismo das classes médias”; “reafirmação do neoliberalismo como senso comum dominante e exaltação do mercado”; “protagonismo das organizações internacionais na propagação do discurso anticorrupção”. Estes são os assuntos contra-hegemônicos que dialogam com os resultados de pesquisa do presente estudo.

As três revisões de literatura da temática, vide Vitullo (2022), Macedo e Valadares (2021) e Marani et al. (2020), apontam para lacunas e a necessidade de mais estudos sobre a temática da corrupção tanto na ciência política, quanto nas ciências sociais e no campo da administração. Apontam ainda para a necessidade de: ampliar a temática para pesquisas no âmbito privado; com esferas e poderes específicos, com metodologia quantitativa (Macedo, Valadares, 2021); abordagens que ultrapassem a ideia clássica de que corrupção é um fenômeno de entrelaque entre público e privado (Marani, 2020); leituras críticas ao discurso dominante, que questionem o uso da corrupção ou anticorrupção na disputa política (Vitullo, 2022). Especialmente esses dois últimos pontos justificam, então, o papel que a abordagem crítica marxista pode proporcionar no estudo da corrupção visando o esforço de ultrapassar as definições e abordagens dominantes sobre tema.

Dessa forma, o objetivo deste estudo é identificar como os estudos de tradição marxista compreendem e abordam a categoria “corrupção”, visando responder a pergunta que orienta a pesquisa: como os estudos marxistas brasileiros e latino-americanos abordam o tema da corrupção?

## 1. Método

Tratou-se de uma revisão sistemática crítica da literatura (Grant e Booth, 2009; Gough, Thomas e Oliver, 2012). Foram utilizadas revistas marxistas brasileiras e latino-americanas que, em seu escopo, tiveram relação com a temática, ou seja, trataram mais amplamente da relação “política e sociedade” para além da tecnicidade das políticas públicas, e que, porventura, tinham caráter mais teórico. As revistas que tinham temática direcionada exclusivamente à educação e/ou ao serviço social foram excluí-

das na primeira busca exploratória das potenciais revistas a serem revisadas. Considerando que, na literatura marxista, muitos são os artigos completos publicados em congressos, também foram revisados alguns anais de congressos brasileiros considerados relevantes para a temática.

Assim, foram revisadas 16 revistas brasileiras: *Argumentum* (Vitória); *Arma da crítica*; *Cadernos Cemarx*; *Crítica Marxista*; *Dialectus: Marxismo, Teoria Crítica e Filosofia da Educação*; *Espaço Livre*; *Lutas Sociais*; *Marxismo e Autogestão*; *Outubro*; *Princípios*; *Revista Despierta*; *Revista em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea*; *Revista Enfrentamento*; *Revista Marx e o Marxismo*; *Revista Posição*; *Verinotio*. Somou-se a estas revistas, 8 anais de congressos brasileiros, a saber: *Anais do Simpósio Marxismo Libertário*; *Anais do Colóquio Marx e o Marxismo*; *Anais do Colóquio Internacional Marx Engels (Cemarx)*; *Anais do Encontro Nacional de Economia Política*; *Seminário Teoria Marxista de Uberlândia*; *Seminário Teoria Política do Socialismo*; *Anais dos Estudos América Latina*; *Anais do Encontro do IELA*.

Além das revistas brasileiras e dos anais de congressos brasileiros, agregou-se 10 revistas latino-americanas (ou que publicam pesquisas sobre América Latina). Foram elas: *Rebela – Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*; *Pacarina Del Sur*; *Izquierdas*; *Nuestra America*; *Razón y Revolución*; *Viento y Sur*; *Utopia y Práxis Latinoamericana*; *Herramienta*; *Revista de Raíz Diversa*; *Sociología*. Ao final, totalizou-se 34 fontes de dados para realização das buscas manuais, nas quais foram utilizados os termos “corrupção”, “corruption” e/ou “corrupción” para identificação de literatura apropriada à melhor compreensão do conteúdo dessa categoria.

Foram identificados 160 artigos, numa primeira fase de rastreamento foi excluída uma publicação repetida. Em seguida, foram excluídas publicações pelo tipo, ou seja, aquelas que não eram em formato de artigo, restando 142. O rastreamento prosseguiu com leitura dos títulos, quando 88 foram eliminados e, em seguida, dos resumos, quando outros 30 foram eliminados, restando 14 artigos. A etapa de elegibilidade foi realizada por dois pesquisadores, com o intuito de diminuir erros de interpretação. Realizou-se a leitura completa dos 14 artigos selecionados e, ao final, 9 artigos foram considerados como incluídos, pois respondiam diretamente à pergunta de pesquisa dessa revisão.

## 2. Resultados

O Quadro 1 (ver quadro na seção *Anexos* ao final) apresenta 9 artigos selecionados com seus respectivos autores, anos, objetivos, revista e tipo de estudo. Eles foram publicados desde 1995 até 2020, sendo 6 artigos teóricos e 3 artigos que apresentaram casos/situações de corrupção em países latino-americanos. Foram 3 artigos provenientes de revistas marxistas brasileiras, 4 artigos provenientes de revistas marxistas latino-americanas e 2 de anais de congressos brasileiros.

Já o Quadro 2 apresenta a perspectiva de análise dos autores: 6 artigos estão bem delimitados como “marxistas”, os 2 outros “híbridos” (sendo a combinação, em diferentes graus, da perspectiva marxista com outras epistemes de cariz liberal-social) e 1 marxista-keynesiano; já com relação à definição de corrupção, 3 artigos deixam o conceito bem explícito e, nos outros 6 artigos, o conceito se apresenta de forma implícita. A partir dos temas mais abordados com relação à corrupção foram levantadas 8 temáticas que parecem nortear a compreensão crítica sobre a corrupção na tradição marxista. As temáticas foram: “interesse econômico no discurso anticorrupção”;

“transnacionalização da corrupção”; “crítica a perspectiva moralizante”; “classe média/meritocracia”; “questionamento sobre a diferenciação entre público e privado”; “corrupção política *versus* corrupção burocrática”; “corrupção relacionada a danos de partidos progressistas”; e “financiamento de campanhas eleitorais”.

O Quadro 3 mostra como estas temáticas estão distribuídas por estudo, sendo que a temática mais frequente foi: “interesse econômico no discurso anticorrupção”.

### 3. Discussão

A análise do material selecionado concentrou-se na perspectiva marxista para a corrupção. Contudo, é importante ressaltar que, dentro do marxismo, existem diversas correntes do pensamento e que, por vezes, a perspectiva do autor no artigo selecionado também pode estar mesclada a outras teorias, o que quer dizer que não se pretende apresentar uma forma homogênea do entendimento sobre corrupção nestes estudos.

Dessa maneira, como mostra o Quadro 2, 6 estudos foram aqui classificados como marxistas e outros 2 foram classificados como “híbridos” pois utilizam a perspectiva marxista mesclada a outras epistememes. Essa inferência foi feita a partir da leitura do artigo, ou seja, de como o tema da corrupção foi abordado, da análise de suas referências e da busca por informações, linhas de pesquisa dos autores. Assim percebeu-se o uso de referenciais teóricos que trabalham a teoria política desde os pressupostos liberais<sup>3</sup> como Bobbio, Schumpeter entre outros. Essas premissas nestes artigos não eram criticadas e sim “incorporadas” na análise marxista tentando “compatibilizá-las”. Por exemplo: González (2005) está classificado como híbrido (liberal-social eclético), pois o autor discute a corrupção por dentro do Estado apenas e a relaciona com o regime político, a democracia e a chamada “qualidade democrática” (em termos neoinstitucionalistas); o ecletismo também é percebido em suas referências. Por último, Baia e Couto (2008) foi classificado como híbrido (liberal-social) principalmente por causa de suas referências. Não fica explícito no texto como a corrupção é definida e o tema é abordado a partir da comparação de sistemas eleitorais e fatores que os tornam mais corruptivos, deixando a entender que as soluções à questão da corrupção estão restritas ao âmbito do Estado e às mudanças do sistema institucional. Por fim, o artigo de Recio (1995) está classificado como marxista-keynesiano, pois o autor faz críticas interessantes ao neoliberalismo relacionando-o com a corrupção, mas todas as suas sugestões de solução ficam claramente restritas ao âmbito do Estado, medidas que se aproximam de soluções tipicamente keynesianas.

Com relação ao entendimento da categoria corrupção, somente três trabalhos foram explícitos, tendo os demais optado por uma definição implícita. Boito Jr. (2017) é um dos autores que faz uma definição explícita, compreendendo a corrupção como uma “criação ideológica (representação inconsciente, deformada e interessada) do Estado capitalista” (Boito Jr., 2017, p. 13). O autor opõe-se, assim, a uma compreensão hegemônica, imposta de uma “prática desviante, anormal, promovida por cidadãos inescrupulosos” (*ibidem*, p. 16), negando, portanto, uma visão moralizante sobre o fenômeno.

<sup>3</sup> Aqui estamos definindo como “pressupostos liberais” o entendimento da política assentada na epistemologia da filosofia política contratualista do século XVII-XVIII.

Já Bratsis (2017), ao conceituar corrupção, faz uma diferenciação do que seria uma “corrupção política” e uma “corrupção burocrática”. A última tem relação com o cumprimento das leis e regras, sem que se faça por parte dos agentes públicos uma distinção nessa aplicação, estabelecendo igualdade. Já na “corrupção política” o desvio se dá no processo de elaboração das políticas, em que se estaria considerando interesses privados em sua formulação. Cavalcante (2018) não explicita seu entendimento de corrupção, mas cita essa divisão proposta por Bratsis (2017), entre “corrupção política” e “corrupção burocrática”.

Quem também explicita sua compreensão é González (2005). Ele apresenta uma definição de dicionário que contém um senso moral e individual de corrupção bastante usual, porém defende a ideia de que o fenômeno é mais aparente em momentos de transição política e de mudança de regime político. Salama (1995) deixa sua compreensão implícita, mas seu entendimento dialoga com o de González (2005) à medida que relaciona corrupção a uma crise do Estado, o que chama de “debilidade do Estado”. O autor não se coaduna, no entanto, com a perspectiva liberal de que a corrupção estaria ligada a um Estado “excessivamente forte”<sup>4</sup>, de modo que a solução seria desregulamentações e privatizações. Valenzuela, Castañeda e Gómez (2020) voltam-se a casos de corrupção no Chile, mas afirmam que as crises dos modelos de desenvolvimento aceleram o processo de decomposição política da burocracia que, ao não poder recorrer ao consenso, apoia-se cada vez mais na corrupção e na violência como forma de manutenção da dominação política. Portanto, estes últimos se aproximam das ideias dos autores González e Salama de uma “crise do Estado”.

Por fim, dois artigos tratam da corrupção no Brasil. Fernandes (2020) parece relacionar corrupção à dominação econômica-política, demonstrando como a Operação Lava Jato no Brasil é permeada por interesses imperialistas estadunidenses em seu artigo. O autor também entende que corrupção ou o discurso de combate à corrupção tem uma relação orgânica no capitalismo, os vê como um instrumento das disputas intercapitalistas. Já Baia e Couto (2008) quiseram demonstrar como a organização do Estado, mais especificamente, do sistema de votação do legislativo brasileiro pode dar mais abertura à corrupção. Mas o implícito na corrupção também parece ter relação com algumas temáticas que se repetem nos textos e que estão pormenorizadas a seguir.

### *3.1. Interesse econômico no discurso anticorrupção*

A crítica mais recorrente nos artigos tem relação com o uso da corrupção ou do discurso anticorrupção para fins e interesses econômicos imperialistas/colonialistas. Os autores destacam o envolvimento de agentes do capital (USAID, FMI, OCDE e Banco Mundial) e a criação de organismos internacionais como Transparência Internacional na década de 1990 em uma nova compreensão da corrupção, mais economicista, tecnocrática e que vai apontar, como solução à corrupção, medidas econômicas de corte neoliberal, como privatizações, desregulamentações. O argumento tem como pressuposto a ideia de que a iniciativa privada é menos corruptível e de que o mercado, por basear-se na “livre-concorrência”, forçaria a eficiência dos agentes econômicos,

---

<sup>4</sup> Estado excessivamente forte numa perspectiva liberal seria um Estado que está sob controle, implementa, fiscaliza política públicas e sociais, deixando menor a participação do mercado.

permitindo um “ambiente” menos propício à corrupção. O autor que melhor elabora esta compreensão e é citado por outros (Boito Jr., 2017; Cavalcante, 2018; Fernandes, 2020) dentro dessa revisão é Bratsis. Em suas palavras:

Encorajando, bem como se nutrindo de uma florescente literatura econômica que considera corrupção como opacidade e busca de privilégios no âmbito do Estado, os agentes do capitalismo transnacional têm popularizado e apoiado vigorosamente uma nova compreensão de corrupção que procura promover o objetivo de um capitalismo global, com mínimas barreiras políticas ou limites para os seus fluxos. [...] essa internacionalização da questão da corrupção também funciona como a mais recente repetição do ponto de vista colonialista. O foco sobre a corrupção serve para explicar as diferenças globais de riqueza e desenvolvimento como sendo, acima de tudo, um produto da inferioridade das culturas, padrões éticos e/ou estruturas políticas e legais das regiões e nações do mundo economicamente desfavorecidas, parte da justificação normativa para a dominação política e econômica exercida pelas nações “avançadas” do centro do capitalismo global (Bratsis, 2017, pp. 23-24).

Recio (1995) não aborda a questão a partir das organizações internacionais, mas relaciona o neoliberalismo, sua mentalidade individualista e a receita de “mais mercado”, “mais privatizações”, como medida de combate à corrupção. Justamente o autor aponta para como essa mentalidade capitalista, orientada ao ganho individual, ao estímulo de uma cultura competitiva e de rivalidade e ganhos a prazo cada vez mais curto com a crescente especulação financeira são estímulos à corrupção.

Nessa temática é importante assinalar que alguns autores da revisão enxergam um imbricamento da corrupção com interesses político-econômicos que visam dominação e perpetuação de poder. Mas Fernandes (2020) adverte que a corrupção não é um fenômeno de uma determinada sociedade ou de sua “fase de desenvolvimento”, ou seja, não é um fenômeno do capitalismo e nem especificamente de sua fase neoliberal. Isto porque, justamente, ele está presente nas mais distintas formações sociais, embora as práticas de corrupção sofram variações ao longo do tempo. O autor ainda afirma:

[...] outra tentação é logo apresentarmos o “combate à corrupção” como uma peça funcional da lógica neoliberal e dos interesses do imperialismo norte-americano. No entanto, mais do que uma funcionalidade, sustentamos que se trata de uma relação orgânica, ou seja, um instrumento regulador das disputas intercapitalistas (Fernandes, 2020, s/p).

Nessa categoria em específico é interessante ressaltar o entrelaçamento entre o “político” e o “econômico”, e que desde os economistas clássicos foi havendo uma separação formal cada vez mais rígida entre estas dimensões, possibilitando certo esvaziamento do político e do social no capitalismo, como se os indivíduos fossem totalmente autônomos em suas existências. A economia política de Marx trata o político e o econômico como um conjunto de relações sociais, sem criar discontinuidades entre eles. Logo, o que há por trás da produção capitalista é a acumulação primitiva, ou seja, a expropriação dos meios de produção do produtor e uma intervenção coercitiva de Estado, portanto uma ação política e econômica concomitante (Wood, 1995).

Trazendo essa reflexão para o exame da categoria corrupção, parece que essa também é uma relação que tem sua face política e econômica, havendo um imbricamento entre eles, pois se vê, por exemplo, um discurso político encobrindo fins econômicos imperialistas. Não é possível fazer uma separação já que as tramas dentro de uma relação corrupta são tanto políticas quanto econômicas, o que reforça o argumento de que o discurso “anticorrupção estatal” visa necessariamente o seu contrário: a normalização da “corrupção econômica”.

### 3.2. *Transnacionalização da corrupção*

A corrupção era uma questão doméstica (Bratsis, 2017; González, 2005), que passa a ser de foco internacional a partir da década de 1990, como explicado na introdução. Sua verdadeira intencionalidade é questionável conforme foi demonstrado na temática anterior. González (2005) considera a transnacionalização da corrupção em dois pontos: a partir da influência dos atores internacionais na vida política nacional, o que gera interdependências, e, também, a partir do surgimento de políticas externas de controle, independentes dos sistemas de monitoramento interno dos Estados-nações, os quais visam detectar e controlar violações de direitos humanos, pobreza, fome, desigualdade.

Para Bratsis (2017) e Fernandes (2020), que cita o primeiro, a transnacionalização da corrupção, que ocorre juntamente com o discurso de combate à corrupção, seria uma tática usada pelo capital transnacional em seus esforços para reduzir os custos de transação e calcular de forma mais precisa suas expectativas de custos e benefícios ao tomar decisões de investimento. Ou seja, a estratégia beneficia os fluxos de capitais internacionalmente como está bem registrado nessa passagem:

Embora possa haver algum espaço para particularidades locais e regionais, transnacionalização implica uma homogeneização crescente de formas políticas e legais e espaço além das fronteiras nacionais. Assim ocorre porque apenas um Estado que é capaz de manter a igualdade formal e a indiferença vis-à-vis aos interesses individuais é mais adequadamente capaz de funcionar como uma relação de dominação de classe e facilitar os mecanismos de exploração econômica e o circuito do capital. Isso é ainda mais fundamental hoje do que em arranjos imperialistas anteriores, dado o enorme aumento da velocidade e escala de movimentos internacionais de capital (Bratsis, 2017, p. 31).

Sendo assim, a transnacionalização da corrupção serve aos interesses do capital e consegue influenciar as políticas públicas das nações, almejando uma uniformidade global. O Brasil é um exemplo de país que teve suas políticas públicas influenciadas. Em 2003, a Convenção das Nações Unidas contra a corrupção foi aprovada e o país participou e apoiou todas as disposições e revisões desde então. Justamente em 2003 foi criada no país a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), que juntou diferentes órgãos para criar políticas com relação à temática e que tem grande intercâmbio e colaboração da Transparência Internacional. Em seguida, foi aprovado um conjunto de leis sobre a questão: em 2010 foi aprovada a Lei da Ficha Limpa (que muda as condições de inelegibilidade); em 2013 foi aprovada a Lei Anticorrupção (que endurece penas por crimes de corrupção) e a Lei de Organi-

zações Criminosas (que regulamentava a colaboração premiada). Vale destacar também que, desde o início dos anos 2000, o *compliance* (conjunto de leis e práticas para evitar corrupção no interior de empresas) também vira obrigatório e isso beneficia grandes escritórios de advocacia e contabilidade (Fernandes, 2020).

Gloeckner e Silveira (2020) também apontam essa influência exterior nas leis brasileiras e vão argumentar que, a partir de 2014, com a cruzada contra a corrupção iniciada no país, vai haver um fortalecimento de características autoritárias no processo penal, motivado no punitivismo do combate à corrupção propagado internacionalmente. A Lava Jato é o exemplo citado pelos autores, em que medidas mais autoritárias no processo penal foram usadas em nome do combate à corrupção, como, por exemplo, o abuso da colaboração premiada e da condução coercitiva. Mais tarde o próprio juiz da Lava Jato propõe um Projeto Anticrime que retoma ideias contidas nas Dez Medidas Contra a Corrupção elaboradas pelo Ministério Público Federal (MPF) em 2015, ideias que modificariam o processo penal ao estabelecer prisão preventiva para assegurar devolução de dinheiro desviado, supressão de direito de recursos, execução automática da pena após segunda instância, entre outras medidas.

Os autores afirmam que essa perspectiva internacional de combate à corrupção coaduna com a racionalidade tecnicista-fascista do Código Penal brasileiro de 1940 que foi inspirado no Código de Processo Penal da Itália fascista, ressignificando, portanto, esses velhos paradigmas para assegurar a continuidade ou intensificar o autoritarismo. Gloeckner e Silveira (2020) terminam seu artigo resumindo bem essa questão:

A influência da transnacionalização do combate à corrupção sobre o processo penal resta evidenciada no exemplo da Operação Lava Jato e do movimento criado em torno dela, cujos propósitos estão evidenciados nas Dez Medidas Contra a Corrupção apresentadas pelo MPF e no Pacote Anticrime aviado por Sergio Moro. Nesse sentido, e por derradeiro, conclui-se que o lavajatismo repercutiu e reforçou o discurso anticorrupção predominante no cenário internacional, baseado na demonização do Estado e do funcionalismo público (considerados os culpados pela corrupção) e no endeusamento do setor privado – mercado (considerado imaculado), incrementando-o com o moralismo conservador típico das elites brasileiras, gerando um quadro muito útil para a direita autoritária que almejava retornar ao poder (e retornou!). A Lava Jato é exemplar em demonstrar o modo como a sanha anticorrupção contribui para reforçar e ressignificar velhos paradigmas processuais autoritários e também o quanto a instrumentalização do processo penal visando fins políticos pode comprometer uma já fragilizada democracia (Gloeckner e Silveira, 2020, p. 1168).

Dessa forma o Brasil com a Lava-Jato ilustra bem o que a transnacionalização da corrupção tem verdadeiramente de proposta encoberta.

### 3.3. Crítica à perspectiva moralizante

Três autores nesta revisão vão dar destaque à corrupção vinculada ao sistema produtivo, ou a uma construção ideológica do sistema em detrimento de uma perspectiva moral e ética da corrupção. Ou seja, esses autores refutam a interpretação de que a corrupção é um problema da falta de moralidade de pessoas, sociedades ou governos. Essa perspectiva moral para a corrupção por vezes promove a culpabilização

individual ou de uma determinada sociedade geralmente estigmatizando países subdesenvolvidos, justificando seu próprio subdesenvolvimento e a dominação destes por outros.

Recio (1995) argumenta que a corrupção não pode ser interpretada como um problema de falta de moral dos governos atuais, ainda que haja parte de responsabilização nesse fator. Em seu juízo, a corrupção no capitalismo atual está ligada a um contexto de giro neoliberal e a manutenção de uma larga tradição do capitalismo parasitário. Dessa forma, ele afirma que é inútil a simples condenação moral da corrupção e defende que a denúncia deve ser no sentido das manipulações de grupos privados, reformas institucionais e mudança nas orientações políticas econômicas.

Bratsis (2017), retomando as justificativas das organizações internacionais para o combate a corrupção, também critica a moralidade relacionada ao fenômeno. Ele identifica que a justificativa dada por essas instituições ditas “neutras” para todos os problemas das sociedades capitalistas, como a pobreza e a fome, é a corrupção e que ela está associada a déficits morais e culturais dos povos destes países. O autor defende que essa é uma nova forma de justificar um domínio colonial. Para ele, o capital transnacional “constrói sua hegemonia política, em parte significativa, por meio de liderança intelectual e moral” (Bratsis, 2017, p. 28).

Mas, para além da classe dominante, também a classe média, segundo Cavalcante (2018), utiliza-se de discurso anticorrupção como fundamento genérico e moralizante para ocultar seus interesses na disputa política contra projetos que beneficiam os interesses populares. No mesmo sentido, justifica sua posição superior e desigual ao proletariado através desse discurso anticorrupção, aliado a uma ideologia meritocrática, a qual será mais bem desenvolvida na temática seguinte.

A perspectiva moralizante da corrupção está incluída em sua definição mais usual, ou seja, que a concebe como uma prática desviante de recursos públicos para fins privados. Essa ideia remonta a uma perspectiva racional-legalista de burocracia de Weber que será comentada adiante, além de uma concepção de uma ação social racional do autor que mescla tanto uma racionalidade ligada a fins quanto uma racionalidade baseada em valores culturais, religiosos (Ferrara, 1998, pp. 81-88). Para Ferrara, o pensamento de Weber justifica o sistema capitalista liberal burguês, inclusive destacando o mercado como o respaldo de uma sociedade estável, ideia que serve até os dias de hoje. Tanto é assim que, ainda hoje, a cartilha para esses países corruptos subdesenvolvidos, em que falta moralidade, seria mais mercado.

#### 3.4. Classe média e meritocracia

Boito Jr. (2017) entende que cada classe social tem uma relação com a corrupção, sendo a classe média a única que é unívoca em face do combate à corrupção, percebendo o fenômeno como “mal absoluto”. Ele argumenta que a burguesia tem relação ambivalente, pois numa disputa de mercado prefere que as regras sejam respeitadas por todos, podendo ela ser a exceção, mas, numa luta entre frações da própria burguesia, o combate e a denúncia da corrupção podem favorecê-la. Já a classe operária

tem crítica à corrupção como parte da própria crítica à natureza de classe do Estado capitalista<sup>5</sup>.

Segundo Boito Jr., a classe média tem essa postura em parte devido à crença na ideologia meritocrática, cujas diferenças salariais e sociais são percebidas como resultado das diferenças individuais de dons e méritos de cada um. Os cargos burocráticos seriam um local privilegiado da classe média, pois tem contratação mediante seleção objetiva, o que comprovaria a meritocracia, sendo que alguns, mais almejados, têm salários muito acima do padrão.

Cavalcante (2018) vai explicar ainda melhor a relação entre classe média, meritocracia e corrupção. Para o autor, o ponto de partida seria a ideologia burguesa de valorização do trabalho, em que a própria burguesia se vê e se justifica como produtiva. Mesmo havendo uma distinção entre mérito e ganho obtido, a ideologia da meritocracia relaciona um ao outro, ou seja, pela ideologia acredita-se que aquilo conquistado foi por mérito. Entretanto, esse reconhecimento não tem relação com o esforço despendido. Por exemplo, uma pessoa que precisou se esforçar mais para entregar certo produto não tem melhor remuneração que outra que entrega o mesmo produto com menor esforço. “Os retornos diferenciais econômicos, são mais prospectivos do que retrospectivos, isto é, servem antes como recompensa não pelo que os indivíduos fizeram no passado, mas como sinalização para como os demais devem agir futuramente” (Cavalcante, 2018, p.112).

Ele explica ainda que, nessa lógica meritocrática, há a necessidade de um respeito às regras e que elas sejam válidas a todos para que todos tenham as mesmas oportunidades. Isso fica evidente nos concursos para cargos públicos, como também mencionou Bratsis (2017). Assim, esse ideal meritocrático é transmutado para qualquer relação do Estado, especialmente com empresas privadas, de acordo com uma postura anticorrupção. Isso explica o combate à corrupção mais fortemente vinculado à classe média, passando pela sua crença na ideologia meritocrática.

É interessante perceber que ambos os autores Cavalcante e Boito Jr. associam e entendem a classe média aparentemente a partir de sua visão ideológica, ou, pelo menos, entendem que essa é a visão ideológica da classe e a partir daí a aproximam do discurso de combate à corrupção. Silva (2019) destaca que o conceito de “classes médias” nas análises sociológicas brasileiras ora estão presentes para ressaltar sua atuação política, ora numa visão pessimista, denunciando uma postura de degradação. Ambos os textos aqui destacados são citados como ilustração dessa afirmação.

O debate sobre as classes médias no marxismo é extenso, envolvendo diferentes visões sobre sua conceitualização. Uma delas justamente dá preferência à compreensão da classe média pela sua visão ideológica, relativizando suas relações e explicações econômicas. Silva (2019) adverte que não se deve perder de vista a importância da ideologia meritocrática na reprodução das camadas médias, porém esta não deve estar separada da análise material e das relações de produção que permite apreender

---

<sup>5</sup> O Estado capitalista tem uma aparência de neutralidade, parcialidade, porém ele é derivado das relações produtivas capitalistas e se presta a assegurar condições econômicas para a acumulação de capital e manter a dominação política da burguesia, por isso, em essência, ele tem uma natureza de classe (burguesa).

a formação e atuação política das classes sociais em uma determinada época. Sobre isso, Galvão afirma:

Compreender o posicionamento de classe requer, pois, a análise das condições materiais e da conjuntura política, do impacto da ideologia dominante, da relação com as outras classes, para evitar afirmações que relacionam automaticamente base social e posição política [...] (Galvão, 2011, p. 112).

### 3.5. Questionamento sobre a diferenciação entre público e privado

A concepção mais comum e habitual sobre corrupção a define como a apropriação privada de bens públicos, ou seja, traz em si uma diferenciação entre o que é público e privado. Boito Jr. (2017) vai afirmar que essa é uma distinção histórica, datada e ideológica do Estado capitalista. Isso porque os Estados pré-capitalistas eram abertamente uma instituição de classe, de modo que os recursos materiais dos senhores de escravos ou senhores feudais, por exemplo, no Mundo Antigo e no Feudalismo europeu eram utilizados para si e para a coleta de impostos, administração da justiça, guerra, entre outras funções sociais.

Com o Estado capitalista inaugura-se a igualdade jurídica formal entre todos, quer proprietários ou produtores. Ademais, os recursos do Estado são formalmente separados dos recursos privados da classe dominante. Contudo, tanto um quanto outro são concepções formais que na realidade não ocorrem. Tanto é que o burguês transforma seu poder econômico em político, por vezes transgredindo as regras do Estado capitalista. O autor vai concluir que:

Portanto, afirmar que a corrupção tem raízes sociais e é parte constitutiva do Estado capitalista pode ser um bom começo, mas está longe de oferecer aos trabalhadores um conhecimento científico que possa guiar uma crítica socialista à corrupção. Essa só começa quando se tem claro que a própria ideia de corrupção é uma figura ideológica burguesa e serve, em primeiro lugar, para encobrir o fato de que as instituições, os equipamentos, os bens e os recursos humanos do Estado capitalista não são “públicos”, mas sim recursos a serviço dos interesses gerais da classe dominante (Boito Jr., 2017, p. 15).

Bratsis (2017) reitera esse questionamento sobre a divisão entre público e privado, afirmando que existe uma onipresença dos interesses privados no âmbito público, embora nem tudo seja corrupção. Dessa forma, coube às sociedades capitalistas esclarecer “o que é normal e o que é patológico com relação à presença de autointeresses na esfera política”. Essa é uma perspectiva partilhada inclusive com um autor que trabalha com o paradigma econômico da corrupção, Silva (1997). Este autor questiona o modelo racional-legalista de burocracia de Weber, que tem como características principais a imparcialidade e a separação entre bens públicos e privados, porém parte da justificativa do comportamento dos atores como autointeressados, não de uma construção teórica de Estado capitalista e de classes sociais, como abordado pelos marxistas citados anteriormente. Silva (1997) tem a seguinte linha de pensamento:

Em primeiro lugar, sustento que esta separação (entre *res* pública e *res* privada) é algo questionável *a priori* dentro dos marcos da teoria econômica positiva, já que não existe riqueza pública ou bem público. O governo (exce-

tuando-se o setor produtivo estatal), nas democracias constitucionais, apenas se apropria legalmente de parte da renda nacional para produzir bens públicos e esta renda é administrada pelos burocratas e políticos. Ademais, os políticos, que são teoricamente *public choosers*, tomam as decisões alocativas, de acordo também com suas respectivas funções objetivo. Sendo o mercado político imperfeito, estas decisões tendem a não refletir o que seria, a rigor, uma escolha pública. Logo, os políticos assim como os burocratas, devem ser modelados como agentes com ações autointeressadas (*self-seeking*). A definição de *res* pública somente pode ser feita do ponto de vista estritamente normativo, onde parte-se do princípio segundo o qual os agentes públicos devem zelar por um estoque de recursos que é retirado da sociedade para a realização das atividades públicas (Silva, 1997, p. 174).

Ainda que Silva também comungue teoricamente com a impossibilidade da separação entre o público e o privado, ele escolhe trabalhar com essa visão ideal, moderna e ocidental, como ele mesmo chama, de burocracia e democracia, expandindo muito pouco o que é a definição mais usual da corrupção. Por isso mesmo, seu artigo que era um dos 14 selecionados para a leitura na íntegra nesta revisão foi descartado, embora seja útil para discutir esse ponto em específico, mostrando que até mesmo posicionamentos mais economicistas discordam dessa premissa teórica da separação entre o público e o privado, escolhendo, entretanto, utilizá-la em suas formulações teóricas a respeito da corrupção.

### 3.6. Corrupção política versus burocrática

Bratsis (2017) faz distinção em seu artigo entre “corrupção política” e “corrupção burocrática”. A burocrática tem relação com os desvios na aplicação e cumprimento das leis por funcionários públicos, já a corrupção política envolve a consideração de interesses privados na elaboração das políticas. Essa distinção ajuda a explicar o interesse das organizações financeiras e de comércio no combate à corrupção, uma vez que, a princípio, causaria estranheza pensar que tais organizações pudessem combater seus próprios interesses. Porém, ele explica que o movimento anticorrupção preocupa-se apenas com a corrupção burocrática e não a política, justamente porque o que essas organizações fazem é influenciar políticas para beneficiar a dominação dos economicamente poderosos, ponto já abordado na temática “*Interesse econômico no discurso anticorrupção*”.

Isso reforça a tese do fundamento da concepção da corrupção em Marx. Este fundamento pode ser encontrado em seus *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844, nos quais ele descreveu a maneira pela qual o dinheiro e sua busca distorciam homens e mulheres. Marx descreveu como a riqueza material possui os humanos e transforma suas fraquezas em pontos fortes e ativos em passivos. O dinheiro, para Marx, constituía uma forma profunda, ou instrumento, de inverdade. Era o maior enganador, o maior mentiroso, pois tinha a capacidade de transformar o que é no que não é e vice-versa (Marx, 2004). No caso da corrupção, porém, o dinheiro é o grande instrumento da verdade, pelo menos potencialmente. Isso porque o dinheiro torna aceitável a soberba e a rapina quando se converte no fim explícito (corrupção política); enquanto torna a corrupção condenável quando não é fim explícito (corrupção burocrática).

Cavalcante (2018) cita esse texto de Bratsis (2017) e o aborda como uma distinção pouco desenvolvida com relação à da corrupção política e burocrática. O autor

afirma, porém, que a classe média não percebe a corrupção política, entendendo a corrupção numa perspectiva moral que idealiza a relação entre empresas e Estado de maneira horizontal e passível de mesmo poder na ordem político-econômica, sem fazer outros questionamentos que envolvem o que Bratsis chama de corrupção política.

Procurando na literatura uma explicação melhor sobre essa divisão, encontrou-se o texto de Lambsdorff (2007; Capítulos 3 e 4), que é a fonte citada por Bratsis (2017). Lambsdorff diferencia as duas tipologias de corrupção, mas, sem aprofundar, está mais preocupado em demonstrar o impacto delas utilizando-se de uma perspectiva economicista de *rent-seeking* em sua abordagem. Ele disserta brevemente nesse fragmento sobre a diferença:

Corrupção vem sendo definida como um mal uso do poder público para benefício privado. Mas o termo “mal uso” está aberto para diferentes interpretações. No Capítulo 2, isso envolve as regras criadas por uma autoridade benevolente, que é transgredida por um agente egoísta. Enquanto essa perspectiva era apropriada para corrupção burocrática, ela parece inapropriada para a corrupção política.

[...] O termo corrupção pode ser mal utilizado quando aplicado a um agente desobediente que não é leal às regras que são, elas mesmas, resultado de interesses próprios. Ao contrário, seria talvez mais preciso localizar a corrupção no nível do comportamento egoísta da própria autoridade em questão. Nesse caso o “mal uso” não seria claramente relacionado a transgressão das regras (num sentido legal). Ao contrário, ele estaria relacionado a atos que as pessoas em geral consideram como ilegítimo ou que contrariam o interesse público. Corrupção política pode ser considerada como um comportamento de tomadores de decisões em que tratamento preferencial é dado a indivíduos e em que interesses restritos são promovidos à custa dos interesses de segmentos mais amplos da sociedade. (Lambsdorff, 2007, p. 81-82)

Parece que essa diferenciação entre corrupção política e burocrática ajuda a perceber a manipulação do discurso sobre a corrupção, embora ainda careça de maior desenvolvimento crítico marxista para que seja mais relevante na interpretação de seu papel no sistema capitalista.

### 3.7. Corrupção relacionada a danos de partidos progressistas

Nessa temática tem apenas um estudo centrado em sua temática e ela foi discriminada aqui dialogando com os achados de Vitullo (2022), destacados na introdução, mas acrescentando também a perspectiva de alguns erros dos partidos progressistas de esquerda na América Latina. O artigo em questão é de Valenzuela, Castañeda e Gómez (2020) e ele, através do exemplo chileno principalmente, mas destacando alguns países da América Latina como Argentina e Brasil por suas semelhanças, constata a maior penalização dos partidos de esquerda progressistas quando associados à corrupção. O artigo compara partidos nas eleições para deputados no Chile em 2013 e 2017 após escândalos de corrupção para demonstrar sua tese.

É interessante que criticamente os autores também apontam existir três más práticas naturalizadas desses partidos: a) os vínculos orgânicos com grandes grupos econômicos que forcem estes partidos a minorar as reformas sociais e os fazem administrar modelos econômicos com herança neoliberal; b) o financiamento irregular de

campanhas e partidos por lideranças aburguesadas que provêm de classes médias sem inserção social; e, c) as formas clientelistas, corruptas e autoritárias do manejo do Estado.

Essa associação à corrupção e a consequente penalização dos partidos de esquerda não é uma característica única da América Latina. Por exemplo, Lagoa (2006) destaca outros casos na Europa de partidos na França, Espanha e Itália que alcançaram o governo nos anos 1980 e em 1990 já tinham repulsa da população devido aos casos de corrupção descobertos. Mais especificamente no Brasil, isso ocorreu com o Partido dos Trabalhadores (PT) que tem sido muito relacionado a escândalos de corrupção desde a sua primeira conquista do executivo em 2002, a exemplo do caso conhecido como “mensalão” e mais recentemente da “Operação Lava Jato”. Isso causou um impacto na imagem do partido, descrédito nas instituições, entre outros fatores que impulsionaram o apoio da população a pessoas que se dizem *outsiders* da política, como o caso de Bolsonaro em 2018, tal como mostrado por Mattos (2020).

Alguns pontos de críticas aos partidos progressistas feitas por Valenzuela, Castañeda e Gómez (2020), listados acima como más práticas, aparecem também no texto de Lagoa (2006) com relação ao PT no Brasil. A autora retoma a trajetória desse partido e traz outros elementos históricos, escolhas políticas e táticas que ajudam a explicar a problemática. O que aparece em comum nos textos é o seguinte argumento: o PT também teve que governar em uma política econômica neoliberal, além de apresentar indícios de financiamento de campanha duvidoso. O que Lagoa (2006) soma como problemáticas seriam a institucionalização e burocratização do partido, além da falta de projeto estratégico com consequente taticismo politicista<sup>6</sup>. A autora mostra como isso ocorre no caso do PT analisando sua trajetória, mas ressalta que foi visto na Europa com partidos socialistas em 1980 e 1990. Lagoa (2006) resume e compara os partidos europeus e o PT nesse fragmento:

A grande semelhança entre esses diversos partidos e sua trajetória histórica é que todos desenvolveram uma linha programática muito moderada para ganharem as eleições, chegando até mesmo a fazer concessões à direita uma vez no governo, quando, principalmente, foram atingidos por inúmeras acusações de corrupção.

A proximidade com a trajetória histórico-política do PT é notável. Mas isto não quer dizer, como muitos afirmam, que o PT de repente sofreu uma inversão à direita. Na verdade, os sintomas já podiam ser percebidos ao longo das dificuldades encontradas pelo partido em sua trajetória política. A institucionalização e burocratização do partido, a falta de um projeto estratégico e o consequente favorecimento de uma ação taticista politicista pavimentaram o caminho para a prática da corrupção. A exacerbação do politicismo colocou os interesses parlamentares acima de qualquer compromisso social, e a prática da corrupção se tornou o caminho mais fácil (Lagoa, 2006, p. 169).

---

<sup>6</sup> Lagoa esclarece que entende e usa taticismo como uma política que sobrepõe a tática sobre a estratégia do partido. No caso do PT, as lutas institucionais, as eleições, tornar-se-iam mais importantes que o objetivo até então principal, ou seja, incentivar as lutas dos movimentos sociais.

Dessa forma, percebe-se que à chegada ao governo por partidos progressistas muitas vezes se seguem suspeitas de corrupção que danam sua imagem. Uma temática que está diretamente relacionada a essa questão como mencionado é justamente o financiamento das campanhas eleitorais desses e demais partidos, temática mais aprofundada na sequência.

### 3.8. Financiamento de campanhas eleitorais

Quatro artigos relacionam o financiamento de campanhas eleitorais com a maior probabilidade de corrupção. Valenzuela, Castañeda e Gómez (2020) apenas tangenciam a questão, como antes mencionado, mas em Baia e Couto (2008) o tema principal é o modelo de eleição para Câmara de Deputados no Brasil e seu maior potencial corruptivo em relação a outros. O artigo justifica isso analisando e elencando características como: a extrema individualização das campanhas; a legalidade em apresentar 1,5 a 2 vezes mais candidatos que postos; o tamanho dos distritos brasileiros que são muito grandes geograficamente; e, por fim, o custo da fiscalização das despesas de campanha que se agiganta, dadas essas características, contrastando com a reduzida probabilidade de punição.

González (2005) atribui consequências políticas às mudanças de ordem jurídico-estatal no contexto de globalização. Dentre elas está a transformação das modalidades de financiamento de partidos políticos, que aumentam substancialmente o dinheiro destinado a campanhas políticas, tornando a política contemporânea custosa em termos financeiros, como também o papel da corrupção no financiamento dos partidos e a crise desses.

Por fim, a contribuição mais interessante à temática é a de Fernandes (2020) que aponta uma contradição própria do capitalismo beneficiando àqueles no centro do capital, no caso, os monopólios norte-americanos. O autor explica que em 1977 foi promulgada a Lei de Práticas de Corrupção no Estrangeiro (FCPA), que inicialmente dizia respeito à emissão de oferta pública imobiliária nos EUA bem como tratava do pagamento, por empresas americanas, de propina a agentes públicos estrangeiros. Com o passar do tempo essa lei passou a ser aplicada a qualquer empresa que se relacione com os EUA. Porém:

Segundo a FCPA, atos de corrupção seriam norteados pelo suborno de agentes públicos, candidatos a cargos eletivos e partidos políticos de outras nações, assim como pagamentos a qualquer pessoa, com o fim de influenciar agentes públicos, candidatos e partidos políticos. O que a FCPA considera como crime no exterior, em grande medida, é legalizado nos EUA através do *lobby* de grandes empresas no parlamento e do financiamento privado de campanha (Fernandes, 2020, s/p).

O autor corrobora, portanto, um entendimento da corrupção como forma de dominação que toma ares de legalidade quando convém. É esta compreensão “relativa” da corrupção que parece sempre ditar ao “outro” o caráter deletério da prática corrupta, enquanto a si mesmo isso não se aplica – seja porque está legislado (retirando-lhe a tipificação criminal) ou porque é um caminho (curto ou mais rápido) para o avanço dos negócios, ou seja, para o desenvolvimento do capitalismo. Até mesmo estudos de perspectiva mais economicista há muito entendem essa relação dinheiro-

corrupção-poder-influência. É o que exemplifica Caggiano (2003) ao examinar o caso da corrupção no financiamento de campanhas eleitorais:

Em verdade, falar em dinheiro como fator de corrupção no campo das campanhas eleitorais é mero simbolismo. A luta que nesses domínios é travada constitui pura disputa de poder ou busca de prestígio. Portanto, o dinheiro comparece como algo instrumental, o meio que viabiliza alcançar o poder, o prestígio ou outros objetivos perseguidos. Por isso, relevante é identificar a sua origem, como, ainda, o seu destino, ou seja, como é gasto, pois essa é a trilha que irá desvendar a linha utilizada para a conquista de influência a ser convertida em outras vantagens e recursos próprios da esfera do poder político (Caggiano, 2003, s/p).

Dessa forma, parece que a questão do financiamento das campanhas eleitorais é um ponto importante para pensar a corrupção, em diferentes abordagens, ligando a corrupção à questão do poder (inclusive de ditar o que é ou não corrupção, usando a lei para isso). A diferença é que os marxistas vão pautar a problemática de forma a questionar o sistema capitalista, enquanto que abordagens economicistas não o fazem.

### 3.9. Posição de poder dos sujeitos produtores do conhecimento

Após exame dos artigos, procurou-se entender e explicitar a posição de poder dos sujeitos produtores de conhecimento dessa revisão. Para isso, foi realizada uma busca em *websites* que organizam e divulgam informações profissionais e acadêmicas editados pela própria pessoa, como por exemplo, ORCID, LinkedIn, Lattes, site da instituição em que trabalha. Houve um caso específico que se tratava de uma pessoa pública, de modo que se pôde recorrer ao Wikipedia.

Em sua maioria, os autores e coautores eram professores universitários no momento da elaboração do trabalho e ainda o são: do total de 12 (somando autores e coautores) 7 (58,3%) estão nesse grupo; outros 2 estavam ou tinham acabado de regressar do doutorado, ainda não eram professores universitários no momento da publicação do artigo, mas hoje o são. Por fim, temos um artigo com 3 autores que é o mais diverso: o primeiro autor é jornalista, militante e político chileno; o segundo é doutor em sociologia, mas não foram encontradas maiores informações; e o último é advogado. É interessante perceber que, nesse último artigo, de Valenzuela, Castañeda e Gómez (2020), o primeiro é hoje ministro da Agricultura do Chile, e está vinculado a um partido progressista e ecologista desde 2017, mas já foi membro de partido maior, o PPD (*Partido por la Democracia*) de 1987-2007. No artigo lido, o autor justamente aponta para o dano de partidos progressistas com os casos de corrupção no país. Um dos mencionados é o PPD, sendo ainda apontado o ganho para outros partidos de esquerda, como o seu atual *Federación Regionalista Verde Social* (FRVS), entre outros partidos que emergem nessa reestruturação pós-escândalos de corrupção e que os autores denominam de “esquerda autônoma” do capital. Parece que sua escrita é permeada por uma vivência prática militante e política, o que não desmerece a maneira como o conteúdo é tratado no artigo.

As formações e interesses de pesquisa dos autores são diversos, mas se pode destacar campos como os da sociologia, ciências sociais e política, economia e direito. Alguns autores, como evidenciado por suas linhas de pesquisa, adotam a perspectiva

marxista. São eles: Boito Jr. e Cavalcante, que inclusive participam ou participaram de uma linha de pesquisa juntos. Em outros casos não fica tão explícita a linha marxista de pesquisa, porém é perceptível uma visão progressista, como Recio, que, por exemplo, é editor de uma revista chamada *Mientras Tanto*, a qual se descreve como democrática, antissexista, preocupada com ecologia, emancipação humana e a não violência.

### 3.10. Quadro teórico

Percebeu-se que a perspectiva de análise detectada muitas vezes nas entrelinhas dos textos tem, em sua maioria, uma ligação com a radicalidade do pensamento marxista no posicionamento com relação à corrupção. Os textos mais claramente marxistas, que colocaram o estudo no sentido de aumentar a compreensão totalizante sobre o tema, ou que, de alguma maneira, tratavam de categorias-chave marxistas, como classe, por exemplo, tiveram um posicionamento mais radical. Isso significa que ultrapassam a explicação da corrupção como um fenômeno por dentro do Estado, aproximando-se de uma compreensão da corrupção enquanto ideologia do Estado capitalista, ou como um fenômeno orgânico do sistema capitalista, até mesmo sendo uma ação reguladora das disputas intercapitalistas. A postura mais crítica pode ter relação também com o próprio escopo da revista e com o quanto o autor está apropriado desse escopo ao publicar.

Em contrapartida, os demais estudos que não se reivindicam marxistas ou têm outras mesclas, em sua maioria tem uma perspectiva menos radical (de ir à raiz) do problema da corrupção, restringindo-se a uma explicação do fenômeno da corrupção como algo que ocorre apenas por dentro do Estado. Uma exceção é o estudo de Valenzuela, Castañeda e Gómez (2020) que, embora aparentemente marxista, opta por uma explicação por dentro do Estado. Isto provavelmente se dá justamente pela inserção de um dos autores enquanto político, já que foi deputado, prefeito, ou seja, por ter ocupado esses cargos eletivos, adquirindo uma visão por dentro do Estado. Outra exceção é o estudo de Salama que, embora classificado como marxista, e tenha desenvolvido uma interessante crítica à proposição de mais mercado como saída à corrupção, percebe o tema a partir de uma debilidade/crise do Estado apenas.

Os estudos intitulados como híbridos não extrapolam o entendimento da corrupção para fora do Estado. No caso de Baia e Couto (2008) parece que essa abordagem se coaduna com as linhas de pesquisa de Couto, que perpassam mais os temas do constitucionalismo e da democracia. Também González (2005) parece ir por diferente perspectiva, ficando dentro do Estado, ao pensar e relacionar corrupção com a qualidade democrática.

O Quadro 4 (ver *Anexos*) sintetiza a perspectiva de análise dos autores e ao lado o posicionamento com relação à corrupção que foram aglutinados em quatro principais: “Corrupção explicada por dentro do Estado”; “Refutação da perspectiva moralizante da corrupção”; “Aproximação de uma compreensão enquanto ideologia do sistema capitalista”; “Corrupção enquanto uma organicidade do sistema capitalista”.

### 3.11. Limitações desta revisão

Enquanto limitação do estudo faz-se necessário destacar a busca quase que manual dos artigos dessa revisão. Muitas das revistas marxistas ainda não estão indexadas em bases de dados maiores, por isso a busca se dá entrando no site de cada revista e utilizando seu buscador. Inclusive algumas das revistas estão atreladas a grupos de pesquisa marxistas de universidades, sendo que, por vezes, eles mesmos publicam na revista e são editores, como foi o caso de Armando Boito Junior. A busca em cada revista depende da qualidade do buscador, que muitas vezes não funcionam tão bem. Algumas revistas deram muitos resultados com as palavras-chaves utilizadas, mas após a leitura de títulos viu-se que poucos realmente eram os estudos relacionados ao tema. Em relação aos anais de congressos também houve dificuldade de encontrá-los, sendo que, por vezes, a busca foi realizada apenas nas edições disponíveis ou o site deu algum erro. Isso pode ser que esteja relacionado à falta de financiamento desse tipo de conhecimento, que não por acaso é contra-hegemônico e enfrenta o sistema capitalista.

### 3.12. Avanços desta revisão e a agenda de pesquisa

Essa revisão contribuiu para apontar algumas reflexões e entendimentos do marxismo com relação à temática da corrupção, aglutinando certos questionamentos que os pensadores dessa tradição vêm desenvolvendo, no sentido de melhor entender quais são os usos que o sistema capitalista faz da corrupção. O discurso de combate à corrupção é particularmente adequado para fins político-econômicos imperialistas em países dependentes, para legitimar a dominação, para regular disputas intercapitalistas, entre outros.

A temática da corrupção, como foi possível perceber, é ainda pouco explorada em geral, conforme apontado em revisões destacadas anteriormente, como, mais ainda, no campo marxista. Assim, faz-se necessário um aumento de pesquisas justamente para melhor apontar os usos do capital sobre o tema da corrupção como para propor um entendimento mais radical, que ultrapasse as definições mais comuns de corrupção, considerando que ficou evidente que essas definições partem de premissas claramente contestáveis.

## Considerações finais

Os estudos marxistas brasileiros e latino-americanos das revistas incluídas nesta revisão abordam a corrupção basicamente de quatro modos: (a) como um problema exclusivamente vivenciado por dentro do Estado, destacando o financiamento de campanhas eleitorais, e relacionando com crise política, mudanças de regime político e debilidade do Estado; (b) por meio da refutação da perspectiva moralizante advinda das definições mais comuns da corrupção; (c) desde uma perspectiva mais radical, compreendendo corrupção como uma ideologia do Estado capitalista (declaradamente ou se aproximando da ideia); ou (d) destacando a organicidade da corrupção no sistema capitalista, detendo o papel, inclusive, de regular disputas intercapitalistas.

Foram destacadas dos estudos também 8 temáticas que ajudam a perceber como o tema da corrupção é abordado. Foram elas: “Interesse econômico no discurso

anticorrupção”; “transnacionalização da corrupção”; “crítica à perspectiva moralizante”; “classe média/meritocracia”; “questionamento sobre a diferenciação entre público e privado”; “corrupção política *versus* corrupção burocrática”; “corrupção relacionada a danos de partidos progressistas”; e “financiamento de campanhas eleitorais”. A temática que mais foi abordada foi a primeira, sendo que ela perpassa a compreensão das outras, destacando o uso econômico da temática da corrupção. Ou seja, ligando diretamente a corrupção à dominação político-econômica, imperialista/colonialista.

Essa revisão dialoga com o que Vitullo (2022) chamou de uma “perspectiva heterodoxa” do tema. Assim como ele, reforça-se a necessidade de aumentar os estudos com relação à corrupção, principalmente numa perspectiva crítica mais radical, uma vez que o tema tem sido mais frequentemente debatido em espaços liberais. A literatura brasileira e latino-americana de tradição marxista traz avanços no pensamento sobre a corrupção, faz crítica as suas definições mais comuns e moralizantes que partem de premissas fortemente contestáveis, radicalizam o debate para fora do Estado, de sua burocracia e da classe política, inclusive atrelando político e econômico. Entretanto, essa literatura apresenta lacunas, sendo necessário ainda aprofundar esse entendimento da categoria para fora do vivenciado no Estado, identificar as relações sociais capitalistas corruptas, a fim de que se entenda melhor as relações da corrupção no sistema capitalista.

## Anexos

**Quadro 1. Artigos incluídos na revisão, autores, anos, objetivos, revista e tipo de estudo. Maio, 2023**

<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Revista</b>	<b>Tipo de estudo</b>
Fernandes	2020	Aprofundar a compreensão sobre os elos entre o “combate à corrupção” e a radicalização neoliberal do Brasil contemporâneo.	Anais do Encontro Nacional de Economia Política (SEP)	Caso brasileiro: Operação Lava Jato
Valenzuela, Castañeda, Gómez	2020	Analisar como os escândalos sucessivos de corrupção prejudicam eleitoralmente com mais força setores de centro-esquerda no mundo e na América Latina.	Izquierdas	Caso chileno
Cavalcante	2018	Tratar sobre como o discurso da corrupção se constrói amparado na ideologia meritocrática da classe média.	Crítica Marxista	Teórico
Bratsis	2017	Explicar a transnacionalização da corrupção, ou seja, essa recente abordagem do tema por organizações internacionais.	Crítica Marxista	Teórico
Boito Jr.	2017	Apresentar e argumentar a tese de que a ideia de corrupção é uma ideologia do Estado capitalista.	Crítica Marxista	Teórico
Baia, Couto	2008	Sustentar que o sistema eleitoral brasileiro para Câmara dos Deputados é ineficiente, custoso e com fortes incentivos à corrupção. Faz uma comparação com outros países.	Anais do Encontro Nacional de Economia Política (SEP)	Caso brasileiro: sistema eleitoral legislativo
González	2005	Propor uma variação teórica que permita avançar a análise da corrupção a partir de sua relação com a democracia e com o aumento ou diminuição da chamada qualidade democrática.	Bajo el Volcán. Revista del Postgrado de Sociología BUAP	Teórico
Salama	1995	Relacionar a crise do Estado (crise política, econômica e social) com a corrupção.	Viento Sur	Teórico
Recio	1995	Relacionar a corrupção atual com as mudanças que ocorreram no funcionamento das economias capitalistas	Viento Sur	Teórico

Fonte: elaboração própria

**Quadro 2. Autor, ano, perspectiva teórica, definição de corrupção implícita ou explícita e definição de corrupção. Maio, 2023**

<b>Autor, ano</b>	<b>Perspectiva de análise</b>	<b>Definição explícita ou implícita</b>	<b>Definição de corrupção</b>
Fernandes, 2020	Marxista	Implícita	Não tem uma definição de corrupção, mas defende uma ligação do seu combate com o aumento da lógica neoliberal no país, bem como maior influência do imperialismo no Brasil. Combate à corrupção é visto como uma relação orgânica no capitalismo, como um instrumento das disputas intercapitalistas.
Valenzuela, Castañeda, Gómez, 2020	Marxista	Implícita	Os autores não definem corrupção explicitamente, mas tem uma passagem do texto que vincula corrupção à dominação: as crises dos modelos de desenvolvimento aceleram o processo de decomposição política da burocracia que, ao não poder recorrer ao consenso, apoia-se cada vez mais na corrupção e na violência como dominação política.
Cavalcante, 2018	Marxista	Implícita	Autor cita a compreensão neoclássica de corrupção, como forma distorcida de alcançar remuneração, o que comprometeria o ideal de “justiça econômica”, que deve permear mérito e capacidade. Mas o autor está justamente defendendo a ideia de que não há associação entre mérito e remuneração. Cita Bratsis (2017) sobre diferenciação entre corrupção política e burocrática, mas não a desenvolve.
Bratsis, 2017	Marxista	Explícita	A compreensão mais usual de corrupção é a subversão do bem público por interesses privados, mas agora, com a transnacionalização, também é sinônimo de “ausência de transparência”. Porém, o autor refuta a distinção entre público e privado e também vai fazer uma diferenciação entre “corrupção política” e “corrupção burocrática”. Corrupção burocrática tem relação aos desvios na aplicação e no cumprimento das leis por funcionários públicos, ou seja, sem igualdade. Já a corrupção política envolve a consideração de interesses privados na elaboração das políticas.
Boito Jr., 2017	Marxista	Explícita	A ideia de corrupção é uma criação ideológica (uma representação inconsciente, deformada e interessada) do Estado capitalista. O autor discorre que “a própria ideia de corrupção é uma figura ideológica burguesa e serve, em primeiro lugar, para encobrir o fato de que as instituições, os equipamentos, os bens e os recursos humanos do Estado capitalista não são ‘públicos’, mas sim recursos a serviço dos interesses gerais da classe capitalista” (p. 15). Refuta a percepção ideológica segundo a qual a corrupção é uma prática desviante e anormal promovida por cidadãos inescrupulosos.

Baia, Couto, 2008	Híbrida (liberal-social)	Implícita	Não tem uma definição de corrupção, a vincula com formas de sistemas eleitorais mais individuais, territórios grandes, difíceis de fiscalizar e punir financiamentos ilícitos.
González, 2005	Híbrida (liberal-social eclética)	Explícita	Afirma que a corrupção é definida de formas distintas. Diz que a palavra provém do latim <i>corruptio</i> que significa ação e efeito de corromper ou corromper-se, assim como uma alteração, depravação e/ou vício. Bem como o sufixo ‘-ruptor’, ‘-ruptoris’ conota o autor que rompe, que perturba ou viola. Mas o que defende o artigo é que a corrupção forma parte dos fenômenos de transição política, por isso crê ser uma patologia com forte caráter cíclico, que aparece, desaparece parcialmente e reaparece em momentos específicos de mudanças de regime político.
Salama, 1995	Marxista	Implícita	Não faz uma definição formal, mas justamente faz a relação da corrupção com a “crise do Estado”, com a sua debilidade, opondo-se a uma ideia liberal de que a corrupção estaria ligada a um Estado demasiadamente forte, ainda que o autor admita que regulamentações excessivas e inflexíveis possam estimulá-la.
Recio, 1995	Marxista-keynesiana	Implícita	Vai relacionar um aumento de corrupção com o neoliberalismo e uma larga tradição do capitalismo parasitário. Argumenta utilizando noções próprias desse sistema que promove um pensamento individualista, promove privatizações, além da expansão do capital fictício que gera abertura de novos campos para a corrupção. Ele refuta a ideia de que a corrupção seja um mero problema moral.

Fonte: elaboração própria

**Quadro 3. Autor, ano, tipo de estudo e categorias de análise da corrupção. Maio, 2023**

Autor/Ano	Tipo de estudo		Categorias de análise da corrupção							
	Teórico	Estudo de caso	Classe média / meritocracia	Crítica à perspectiva moralizante	Interesse econômico no discurso anticorrupção	Corrupção política x burocrática	Corrupção relacionada a danos de partidos progressistas	Questionamento sobre a difereciação entre público e privado	Transnacionalização da corrupção	Financiamento de campanhas eleitorais
Fernandes, 2020		X			X				X	X
Valenzuela, Castañeda, Gómez, 2020		X					X			X
Cavalcante, 2018	X		X	X	X	X				
Bratsis, 2017	X			X	X	X		X	X	
Boito Jr., 2017	X		X		X			X		
Baia, Couto, 2008		X								X
González, 2005	X								X	X
Salama, 1995	X									
Recio, 1995	X			X	X					

Fonte: elaboração própria

**Quadro 4. Autor, ano, perspectiva de análise e posicionamento com relação à corrupção. Junho, 2023**

<b>Autor, ano</b>	<b>Perspectiva de análise</b>	<b>Posicionamento com relação à corrupção</b>
Fernandes, 2020	Marxista	Corrupção enquanto uma organicidade do sistema capitalista; Corrupção reguladora de disputas intercapitalistas.
Valenzuela, Castañeda, Gómez, 2020	Marxista	Corrupção explicada por dentro do Estado.
Cavalcante, 2018	Marxista	Refutação da perspectiva moralizante da corrupção. Aproximação de uma compreensão enquanto ideologia do sistema capitalista.
Bratsis, 2017	Marxista	Refutação da perspectiva moralizante da corrupção. Aproximação de uma compreensão enquanto ideologia do sistema capitalista.
Boito Jr., 2017	Marxista	Refutação da perspectiva moralizante da corrupção. Corrupção enquanto uma ideologia do sistema capitalista.
Baia, Couto, 2008	Híbrida (liberal-social)	Corrupção explicada por dentro do Estado.
González, 2005	Híbrida (liberal-social eclética)	Corrupção explicada por dentro do Estado.
Salama, 1995	Marxista	Corrupção explicada por dentro do Estado.
Recio, 1995	Marxista-keynesiana	Refutação da perspectiva moralizante da corrupção. Corrupção enquanto uma organicidade do sistema capitalista.

Fonte: elaboração própria

## Referências

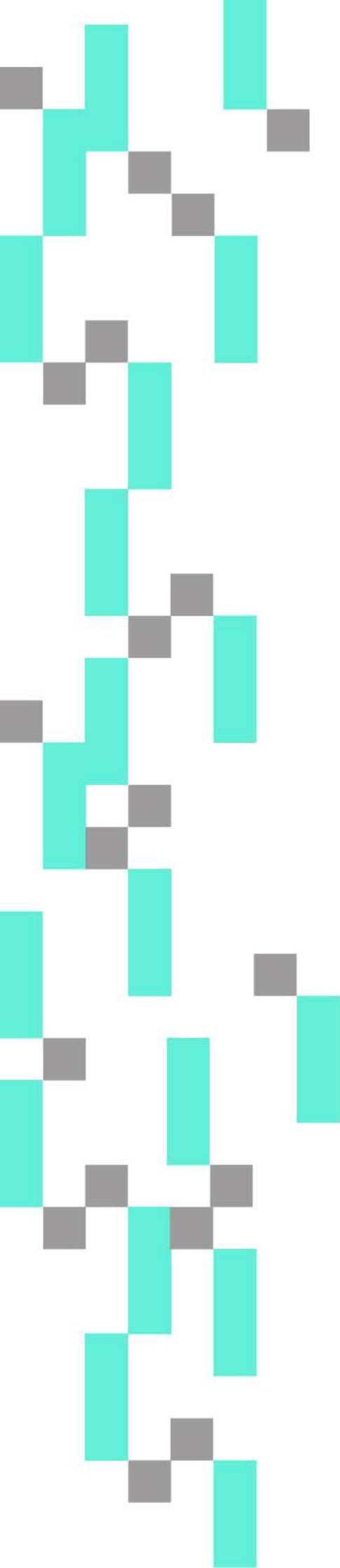
- BAIA, P.; COUTO, C. G. “Electoral systems and economic incentives to corruption: the case of Brazil”. In: Encontro Nacional de Economia Política, XIII, 2008, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2008.
- BAHIA L. “Corrupção e saúde: o dilema do imbricamento entre o público e o privado no Brasil”. In: CARLO L. G., BITTENCOURT M. P., MOHALLEM M. F. (coord.). *Corrupção e saúde*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2021, pp. 73-96.
- BOITO JÚNIOR, A. “Corrupção como ideologia”, *Crítica Marxista*. Campinas, n. 44, pp. 9-20, 2017.
- BRATSIK, P. “A corrupção política na era do capitalismo transnacional”, *Crítica Marxista*. Campinas, n. 44, pp. 21-42, 2017.
- CAGGIANO, M. H. S. “Corrupção e financiamento de campanhas eleitorais”, *Paraná Eleitoral*. Curitiba, n. 43, pp. 25-44, jan./mar. 2002.
- CAVALCANTE, S. “Classe Média, meritocracia e corrupção”, *Crítica Marxista*. Campinas, n. 46, pp. 103-125, 2018.
- FERNANDES, L. E. “Apontamentos iniciais para a crítica da economia política do ‘lavajatismo’: neoliberalismo e a mercantilização do ‘combate à corrupção’”. In: Encontro Nacional de Economia Política, XXV, 2020, Salvador. *Anais...* Salvador: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2020.
- FERRARA, F. A. *Salud y Corrupción Tomo II El discurso de la Medicina*. Buenos Aires: Catálogos Editora, 1998, pp. 81-88.
- GALVÃO, A. “Marxismo e movimentos sociais”, *Crítica Marxista*. Campinas, v. 32, pp. 107-126, 2011.
- GONZÁLEZ, I. C. “La globalización de la corrupción. Un efecto perverso de las transformaciones recientes en la política y la democracia”, *Bajo el Volcán*. Puebla, v. 5, n. 9, pp. 13-39, 2005.
- GLOECKNER, R. J.; SILVEIRA, F. L. “A transnacionalização da corrupção e a instrumentalização política do processo penal”, *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*. Porto Alegre, v. 6, n. 3, pp. 1135-1174, 2020.
- GOUGH, D.; THOMAS, J.; OLIVER, S. “Clarifying differences between review designs and methods”, *Systematic Reviews*, v. 1, n. 28, pp. 1-9. 2012. Disponível em: <<https://systematicreviewsjournal.biomedcentral.com/track/pdf/10.1186/2046-4053-1-28.pdf>>. Acesso em 06 de outubro de 2021.
- GRANT, M. J.; BOOTH, A. “A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies”, *Health Information & Libraries Journal*, v. 26, pp. 91-108, 2009. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/26260835\\_A\\_typology\\_of\\_reviews\\_An\\_analysis\\_of\\_14\\_review\\_types\\_and\\_associated\\_methodologies/link/5ab24e1baca272171000a504/download](https://www.researchgate.net/publication/26260835_A_typology_of_reviews_An_analysis_of_14_review_types_and_associated_methodologies/link/5ab24e1baca272171000a504/download)>. Acesso em 06 de outubro de 2021.
- LAGOA, M. I. “Considerações acerca da crise política do Partido dos Trabalhadores”, *Lutas Sociais*, v.15, n.16, pp.161-170, 2006.
- LAMBSDORFF, J. G. *The institutional economics of corruption and reform: theory, evidence and policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

- MACEDO S. V.; VALADARES, J. L. “A produção acadêmica brasileira sobre corrupção: uma revisão sistemática”, *REAd – Revista Eletrônica de Administração*. Porto Alegre, v. 27, n. 2, pp. 400-429, 2021. Doi: 10.1590/1413-2311.319.101302.
- MARANI S. C. Z.; BRITO, M. J.; SOUSA, G. C.; BRITO, V. G. P. “Os sentidos da pesquisa sobre corrupção”, *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 52, n. 4, pp.712-730, 2018. Doi: 10.1590/0034-7612175197.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos* [1844]. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MATTOS, M. B. *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo: Usina Editorial, 2020.
- RECIO, A. “Corrupción y transformaciones económicas”, *Viento Sur*. Madrid, n. 20, pp. 59-65, 1995.
- SALAMA, P. “Estado y corrupción en El Tercer Mundo”, *Viento Sur*. Madrid, n. 20, pp. 66-71, 1995.
- SILVA, E. D. “Camadas médias e luta política”. In: Seminário Discente da Sociologia/USP, 5º, 2019, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP: 2019, pp. 1-19.
- SILVA, M. F. G. “A economia política da corrupção”. In: Encontro Nacional de Economia Política, II, São Paulo, 1997. *Anais...* São Paulo: Sociedade Brasileira de Economia Política, 1997.
- VALENZUELA, E.; CASTAÑEDA, J.; GÓMEZ, S. “Corrupción y la reconfiguración política em Chile: las izquierdas se autonomizan del gran capital”, *Izquierdas*. Santiago, v. 49, pp. 968-980, 2020.
- VANUCCI, A.; PETRARCA, F. R. “A luta contra corrupção: o estado da arte e perspectivas de análise”, *Civitas*. Rio Grande do Sul, v. 20, n. 3, pp. 305-314, 2020. Doi: 10.15448/1984-7289.2020.3.38421.
- VITULLO, G. E. “O tema ‘corrupção’ na produção acadêmica da Ciência Política brasileira”, *Revista Sul-Americana de Ciência Política*. Pelotas, v. 7, n. 2, pp. 109-135, 2022. Disponível em: <<https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/Sul/article/view/739>>. Acesso em 07 de dezembro de 2023.
- WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1995.

Recebido em 02 de agosto de 2023

Aprovado em 17 de novembro de 2023

# NOTAS CRÍTICAS



## Resenha

Rubbo, Deni. *O labirinto periférico: aventuras de Mariátegui na América Latina*. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

ISBN 9786587233543

## Entre leitores e leituras: a circulação internacional de José Carlos Mariátegui

Matheus de Carvalho Barros\*

A obra do revolucionário peruano José Carlos Mariátegui não é apenas um marco teórico na tradição marxista, mas também um pilar fundamental na conformação do que poderíamos chamar de “pensamento crítico latino-americano”. O jornalista nascido em 1894, na cidade de Moqueguá (sul do Peru), é considerado o primeiro autor a desenvolver uma reflexão original sobre a realidade da América Latina com base no materialismo histórico. Ainda que não seja possível em termos cronológicos dizer que o *Amauta*<sup>1</sup> seja o primeiro marxista do continente, Mariátegui é visto por inúmeros analistas como o mais original e criativo marxista do “Novo Mundo”, e o fundador de um marxismo autenticamente latino-americano.

Apesar do pioneirismo e de existir um número expressivo de pesquisadores interessados na obra de José Carlos Mariátegui, o revolucionário peruano permanece pouco conhecido nas ciências sociais. Esse é justamente um dos debates nos quais podemos inserir o livro intitulado *O labirinto periférico: aventuras de Mariátegui na América Latina*, de autoria de Deni Ireneu Alfaro Rubbo.

Lançado em 2021, pela editora Autonomia Literária, o livro é uma versão modificada da tese de doutorado do autor, defendida em 2018, na Universidade de São Paulo (USP). Como bem destaca o historiador peruano Ricardo Portocarrero na orelha do livro, a obra de Deni Rubbo é a expressão de um momento fundamental nos estudos sobre a vida e a obra de José Carlos Mariátegui – o chamado “giro mariateguiano”. No livro, podemos percorrer o complexo e sinuoso percurso que a obra do jornalista marxista realizou pelo nosso continente.

Nesse sentido, o objetivo central de Rubbo em seu mais novo livro é analisar a recepção de José Carlos Mariátegui nas ciências sociais latino-americanas. O professor e pesquisador da UEMS delineou a difusão e as apropriações das ideias mariateguianas no conjunto da história intelectual das ciências sociais neste continente, inclusive no

---

\* Doutorando em sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). E-mail: carvalho\_barros@id.uff.br.

<sup>1</sup> Forma pela qual Mariátegui passou a ser referenciado especialmente após a sua morte. Na cultura incaica a palavra “Amauta” significa o homem sábio, consciente de si e do mundo (ESCORSIM, 2006).

Brasil, analisando a influência do marxista peruano sobre alguns autores como Florestan Fernandes e Michael Löwy. Sendo assim, a pesquisa empreendida por Deni Rubbo se configura como a primeira tentativa sistemática de reconstruir, de forma minuciosa, a história das múltiplas leituras e interpretações da obra do comunista peruano.

O trabalho realizado por Deni Rubbo está ancorado em uma rigorosa pesquisa teórica e documental que mobilizou desde uma série de entrevistas com intelectuais, militantes e editores ligados ao legado mariateguiano, até consultas de acervos públicos e arquivos particulares em diferentes países. Entre os locais, bibliotecas e acervos consultados por Deni destacam-se a Casa Museo José Carlos Mariátegui em Lima, a Bibliothèque Nationale de France (BNF) em Paris e a Casa de las Américas em Havana. No Brasil, Rubbo utilizou-se de arquivos situados no Fundo Florestan Fernandes (FFF) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), além do Memorial Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília (UNB) e do Centro de documentação e memória (Cedem) da Unesp.

A investigação de Deni Rubbo parte das seguintes indagações: “como, para quem e em quais condições interpretaram Mariátegui?” (Rubbo, 2021, p. 42). A hipótese que estrutura o livro é que o notável empreendimento editorial levado a cabo pelos familiares do jornalista peruano no final dos anos 1950 – com a publicação das *Ediciones Populares de las Obras completas* –, assim como os contextos sociopolíticos e culturais vividos no Peru e na América Latina como um todo, construíram um terreno propício para a circulação das ideias de Mariátegui pelo continente. Consideramos que o empreendimento metodológico de Rubbo a partir de suas hipóteses se configura como um dos pontos fortes de sua pesquisa. O autor concebe que a história da apropriação da obra de José Carlos Mariátegui não pode estar dissociada das conjunturas políticas, sociais, culturais e econômicas nas quais seus receptores estavam inseridos.

*O labirinto periférico*: aventuras de Mariátegui na América Latina está dividido em três partes com seis capítulos ao todo. A primeira parte do livro (“Imagens heterogêneas: difusão do pensamento mariateguiano na América Latina e Europa”) comporta dois capítulos. No primeiro capítulo, Deni Rubbo apresenta o processo de organização e difusão das obras de Mariátegui.

Nesse contexto, Rubbo destaca a recepção do comunista peruano por dois intelectuais latino-americanos fundamentais para o legado mariateguiano. O primeiro é o sociólogo peruano Aníbal Quijano, personagem importantíssimo na difusão de Mariátegui, sobretudo através do Prólogo de *Siete Ensaíos* editado pela biblioteca Ayacucho e publicado em 1979. O segundo intelectual analisado no capítulo é o argentino José Aricó. Em meados dos anos 1970, em seu exílio no México, Aricó realiza novas leituras sobre as especificidades da questão nacional e o marxismo de Mariátegui, construindo inclusive uma aproximação inovadora entre o pensamento do jornalista peruano e o pensamento do comunista italiano Antônio Gramsci. Com essa aproximação, o intelectual argentino contribuiu inclusive para a internacionalização dos estudos sobre Mariátegui, que se iniciaram na Europa nos anos 1960, com destaque para Robert Paris e Antonio Melis.

Rubbo (2021) destaca que a introdução de Quijano aos *Sete ensaios* de 1979 e a coletânea *Mariátegui e las orígenes del marxismo latinoamericano* organizada por José Aricó e publicada em 1980, se configuram como dois empreendimentos de impacto continental na difusão das ideias do *Amauta*. Através da análise da especificidade do

marxismo de Mariátegui, Quijano e Aricó são fundamentais para a consolidação da imagem “heterodoxa” do jornalista peruano.

No segundo capítulo da primeira parte do livro, Rubbo (2021) busca demonstrar como o chamado “estudo decoloniais” da América Latina, sobretudo o famoso Grupo Modernidade/Colonialidade, em seu combate ao pensamento eurocêntrico, utilizou as ideias de Mariátegui como uma importante ferramenta crítica. Nesse contexto, é inevitável que o autor volte suas atenções mais uma vez para Aníbal Quijano, devido à importância que o sociólogo peruano adquiriu neste campo específico.

Deni Rubbo (2021) argumenta que a partir do momento que a produção intelectual de Quijano passa a se concentrar em temas sobre identidade e modernidade latino-americana, o sociólogo peruano realiza um verdadeiro redescobrimento da obra mariateguiana, levado a público por meio de prólogos, congressos e intervenções em jornais e revistas. Desta forma, Quijano acaba estabelecendo uma caracterização “filosófica e epistemológica do legado mariateguiano, visto como arsenal da crítica eurocêntrica, em vista de legitimá-lo como uma referência teórica fundamental da colonialidade do poder” (Rubbo, 2021, p. 55).

Apesar de outros autores contribuírem para o estabelecimento de uma imagem heterodoxa de Mariátegui, como por exemplo, José Aricó, Alberto Flores Galindo e Michael Löwy, provavelmente Aníbal Quijano seja o autor mais importante em firmar o caráter herético do comunista peruano.

O arsenal mariateguiano passa a ser explorado cada vez mais através de suas críticas ao evolucionismo, à ideologia do progresso linear e ao mecanicismo característicos do stalinismo e das teorias da modernização. Nesse processo, Mariátegui é consolidado como um autor que, com base em um uso crítico e criativo do materialismo histórico, construiu uma crítica dialética da modernidade a partir da periferia. Neste contexto, consideramos que essa ótica específica sobre o legado de Mariátegui se configura, inclusive, como uma contribuição fundamental para redescobrir a obra e o legado do próprio Marx. Um Marx marginal, que estava interessado pelas sociedades não-ocidentais em seus últimos anos de vida, e que concebia a dominação colonial como parte constituinte da modernidade.

Assim como a primeira parte, a segunda parte do livro (“As aventuras de Mariátegui no Brasil: contexto e trajetória de uma recepção tardia”) está dividida em dois capítulos. No primeiro deles, Rubbo (2021) empreende uma reconstrução sócio-histórica da relação entre Brasil e a América Latina no campo da institucionalização das ciências sociais. A partir desta reconstrução, o professor da UESM rastreia os indícios e registros de leitura de Mariátegui por parte de intelectuais brasileiros, numa tentativa de fazer, nas palavras do autor, uma espécie de “arqueologia intelectual”.

Na esteira desse processo, o autor faz uma interessante discussão sobre a circulação e difusão das ideias do comunista peruano entre os cientistas sociais brasileiros exilados no Chile durante as décadas de 1960 e 1970, com a intenção de traçar possíveis aproximações entre as formulações teóricas de Mariátegui e os autores da chamada “teoria marxista da dependência”.

A terceira e última parte do livro (“Leitores e leituras de Mariátegui: Florestan Fernandes e Michael Löwy”) também está estruturada em dois capítulos. No primeiro deles, Deni Rubbo faz um levantamento das principais ocorrências da obra do comunista peruano nos textos, intervenções públicas e entrevistas de Florestan Fernandes,

considerado um dos pioneiros e precursores na difusão da obra do Amauta no Brasil. Através de sua consulta aos arquivos do “Fundo Florestan Fernandes” na Universidade de São Carlos, Rubbo faz uma instigante análise dos inúmeros grifos, anotações e questionamentos que estavam inscritos nos livros do revolucionário peruano que Florestan tinha disponíveis em sua biblioteca particular.

Logo após fazer essa incursão nos rascunhos de Fernandes, Rubbo traça linhas de convergências de modelos de análises entre *A Revolução Burguesa no Brasil* (Fernandes, 2020) e os *Sete Ensaios* (Mariátegui, 1975). É possível argumentar que o sociólogo paulistano enxergava nos textos de Mariátegui uma inspiração e uma ferramenta teórica para a construção de um socialismo oxigenado, criativo, flexível e original. Além disso, o pensamento do marxista peruano foi uma referência fundamental para que Florestan Fernandes construísse o conceito de capitalismo dependente e analisasse o processo singular da revolução burguesa no Brasil.

No último capítulo do livro, Deni Rubbo nos apresenta a leitura de Michael Löwy sobre Mariátegui. Para tal empreitada, o autor do livro explora elementos da trajetória do sociólogo franco-brasileiro, desde sua militância política até a consolidação de sua carreira acadêmica. Rubbo destaca que o esforço teórico e político de Löwy estava aliado, sobretudo, na “atualização da teoria do desenvolvimento desigual e combinado e da revolução permanente” (Rubbo, 2021, p. 56).

Com forte reverberação na América Latina, os ensaios de Michael Löwy sobre o pensamento de Mariátegui circulam de forma intensa na maioria das investigações acadêmicas e partidárias sobre o tema do “marxismo latino-americano”. Em alguns de seus textos, como por exemplo, o notável *Nem decalque e nem cópia: o marxismo romântico de José Carlos Mariátegui* (Löwy, 2011) o sociólogo comunista trabalha com a hipótese de que o pensamento do jornalista peruano pertenceria à corrente marxista *romântico-revolucionária*, caracterizada sobretudo por um antidogmatismo e antipositivismo, se constituindo, desta forma, como uma crítica marxista da modernidade capitalista.

Concorde-se ou não com as suas proposições, a verdade é que o sociólogo franco-brasileiro cumpre uma função essencial de difusor da obra mariateguiana no Brasil e no mundo. Como bem ressalta Deni Rubbo (2021), muitos das novas gerações de leitores brasileiros tomam contato pela primeira vez com a obra do revolucionário peruano através das lentes de Michael Löwy.

Isto posto, o livro de Rubbo se configura como o primeiro estudo sistemático sobre a recepção da obra de José Carlos Mariátegui nas ciências sociais latino-americanas. Mesmo sabendo que não é o fulcro sua pesquisa, acreditamos que teria sido interessante também se debruçar um pouco mais sobre as reverberações do pensamento mariateguiano sobre movimentos sociais como o Movimento Zapatista no México e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no Brasil, de forma a visualizarmos mais sistematicamente como o pensamento de Mariátegui está vivo em determinadas organizações e lutas políticas contemporâneas. Entretanto, ao desbravar uma história ainda pouco conhecida sobre o pensamento social latino-americano, o livro de Deni serve como um estímulo a todos aqueles que desejam compreender e, sobretudo, transformar os “labirintos” de “Nuestra América”.

Desta forma, a pioneira pesquisa de Deni Rubbo faz com que seu mais novo livro, *O labirinto periférico: aventuras de Mariátegui na América Latina*, já desponte

como um verdadeiro marco nos estudos mariateguianos. Ao nos fazer redescobrir Mariátegui através das lentes dos seus difusores e intérpretes, Rubbo convida seus leitores a viajar por um importante episódio na história das ciências sociais e do marxismo latino-americano.

## Referências

- ARICÓ, José. “Introdución”. In: ARICÓ, José. (org.) *Mariátegui e las origenes del marxismo latino-americano*. México: Ediciones Pasado y Presente; Siglo Veintiuno Editores, 1980.
- ESCORSIM, Leila. *Mariátegui – vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2006.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.
- LÖWY, Michael. *Nem decalque, nem cópia: o marxismo romântico de José Carlos Mariátegui*. In: LÖWY, Michael. *Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete Ensaio de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Alfa Ômega, 1975.
- MAZZEO, Miguel. “Epílogo”. In: RUBBO, Deni Alfaro. *O labirinto periférico: aventuras de Mariátegui na América Latina*. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.
- QUIANO, Aníbal. “Prólogo”. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1979.
- RUBBO, Deni Alfaro. *O labirinto periférico: aventuras de Mariátegui na América Latina*. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

Recebido em 12 de janeiro de 2022

Aprovado em 12 de julho de 2023

## Resenha

Creaven, Sean. *The pandemic in Britain: COVID-19, British exceptionalism and neoliberalism*. London; New York: Taylor & Francis (Routledge), 2023.  
ISBN 9781032229850

# O gerenciamento neoliberal da pandemia da COVID-19: o caso clássico

Rodrigo Siqueira Rodriguez\*

No prefácio de *O capital*, Marx toma a Inglaterra como a localização clássica do modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e circulação. Naqueles tempos, a Inglaterra representava o que havia de mais complexo do capitalismo no mundo. Em *O imperialismo, etapa superior do capitalismo*, Lênin percebe como o Estado rentista da Inglaterra expressa, no começo do século XX, um caso clássico das tendências fundamentais do imperialismo. Lukács, em 1968, nos presenteia com uma definição sobre o papel do “caso clássico” no marxismo:

Portanto, se quisermos investigar, na própria realidade, o funcionamento mais puro possível de leis econômicas gerais, é preciso descobrir alguma etapa histórica de desenvolvimento, caracterizada pelo fato de circunstâncias particularmente favoráveis terem criado uma configuração dos complexos sociais e das suas relações na qual essas leis gerais puderam se explicitar ao máximo grau, não turvadas por componentes estranhos. [...] a classicidade de uma fase do desenvolvimento econômico é uma caracterização puramente histórica: os componentes entre si heterogêneos do edifício social e de seu desenvolvimento produzem casualmente essas ou outras circunstâncias e condições (Lukács, 2012, p.375-376).

Diante dessa caracterização, o caso clássico nos permite observar com mais clarezas as principais formas de manifestação das tendências do capitalismo. Em *The pandemic in Britain: COVID-19, British exceptionalism and neoliberalism* (2023), o sociólogo marxista Sean Creaven nos coloca diante das tendências neoliberais que se materializam perfeitamente na gestão britânica da pandemia. O país é o sexto do mundo com mais mortes em termos absolutos, atrás somente de Estados Unidos, Brasil, Índia, Rússia e México. Se consideramos as mortes para cada mil habitantes entre as grandes economias, o país fica em segundo lugar<sup>1</sup>, atrás somente dos Estados Unidos. Sendo uma das maiores economias do mundo e contando com um sistema público de saúde

---

\* Professor adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da UERJ (FCE/UERJ).

<sup>1</sup> Considerando países com mais de cinco milhões de habitantes.

famoso mundialmente, o *National Health Service* (NHS), fica difícil compreender, à primeira vista, a ordem das contradições que moveram o Reino Unido em direção a uma catástrofe humanitária durante a pandemia da COVID-19.

A natureza dessas contradições está, na obra do autor, ligada ao processo histórico de consolidação do neoliberalismo no Reino Unido, processo este que tem seu início ao fim dos anos 1970 e resultou em programas de austeridade, privatização e contrários às políticas de provimento de serviços públicos, incluindo a saúde e a assistência social, que vêm sofrendo com faltas de recursos nas últimas quatro décadas. Evidentemente, o Reino Unido não é a única gestão neoliberal durante a pandemia, pois há também uma hegemonia de Estados neoliberais no mundo, mas Creaven argumenta que nenhum desses Estados foi tão absorvido pelo neoliberalismo e pelos interesses do setor privado como o Reino Unido.

É por essas razões que o argumento de Creaven denomina o caso britânico de caso excepcional, singular, o que não deixa de ser um caso clássico, uma forma de manifestação cristalina do capitalismo contemporâneo. As principais características desse caso incluem a inação, evidenciada por *lockdowns* tardios, orientações de saúde pública inconsistentes e difusas, incluindo a relutância e o atraso proposital na adoção das medidas protetivas, como o distanciamento social e uso de máscara.

A particularidade do caso inglês na gestão da pandemia é, no argumento do autor, um fenômeno decorrente da força do neoliberalismo na política britânica. Essa influência se apresenta no predomínio das forças políticas que buscam a realização da lei do valor, colocando a sociedade inglesa (incluindo economia, Estado e ciência) sob pressão contínua para restaurar a lucratividade diante da ameaça de perder competitividade nos mercados globais, mesmo em um contexto de catástrofe humanitária.

Desse modo, Creaven explora os seguintes temas no livro: (1) a peculiaridade do caso britânico; (2) a natureza do neoliberalismo no Reino Unido e sua relação com o capitalismo britânico no contexto da pandemia; (3) o impacto da política neoliberal no NHS, nos serviços sociais e de bem-estar; (4) a mobilização política da ciência e dos especialistas como formas de legitimação das políticas do governo que comprometeram a saúde pública em defesa dos detentores das forças econômicas.

A gestão britânica da pandemia inclui *lockdowns* mal gerenciados; falta de rigor nas políticas sobre o distanciamento social e outras medidas de prevenção; informações de saúde pública inconsistentes e sem clareza que reduziam o compromisso público com as medidas adotadas; subnotificações de mortes e falha de organização estatal na testagem e monitoramento das pessoas infectadas. Também não houve aquisição em larga escala de equipamentos de proteção individual para o NHS e para a assistência social à medida que a pandemia avança.

Uma das estratégias neoliberais discutidas no livro é o argumento da “imunização de rebanho”, que visava sustentar a continuidade do processo de trabalho para a população ativa e minimizar o custo público do combate ao vírus somente aos grupos de risco e pacientes graves. A “imunização de rebanho” foi rechaçada pela comunidade científica e, embora o governo britânico tenha levantado a possibilidade de sua implementação, ela não foi levada adiante com o primeiro *lockdown*, em março de 2020. Vale ressaltar que esse argumento exerceu influência sobre o caso brasileiro, pois foi reproduzido por Bolsonaro durante o primeiro semestre de 2020, visando postergar a aquisição das vacinas.

Outra manifestação da influência neoliberal, conforme abordada no livro, ocorre quando os ingleses se deparam com a crônica escassez de ventiladores mecânicos no NHS, à medida que o número de casos se intensifica. A resposta britânica a essa crise foi uma espécie de “solução de livre mercado”, ao permitir que empresas sem nenhum conhecimento específico produzissem ventiladores, em vez de conferir ênfase à ampliação da produção de ventiladores nas empresas já estabelecidas na indústria médica. O resultado foi um imenso desperdício de dinheiro com ventiladores que não funcionavam.

A crise dos ventiladores é apenas mais uma das evidências das péssimas condições de trabalho dos trabalhadores do NHS que, além da ausência dos equipamentos de proteção individual e da convivência com os danos psicológicos da pandemia, sofreram retaliação de seus superiores para não publicizar a precarização do sistema de saúde.

Os trabalhadores do NHS, diante de uma situação precária e extremamente insalubre que poderia ter sido evitada com uma política de saúde adequada, sofrem com sucessivos cortes desde 2010. Há, ademais, uma crescente massa de trabalhadores temporários e mal remunerados. Creaven apresenta estatísticas que deixam evidente que o Reino Unido é um dos países com mais mortes de profissionais da saúde da linha de frente, em particular grupos étnicos minoritários. Além disso, mais da metade dos trabalhadores da linha de frente não tinham direito a auxílio-doença, colocando-os em uma situação de ter que trabalhar mesmo infectados, caso contrário não receberiam salários. Nesse contexto, o próprio governo neoliberal utiliza os trabalhadores da saúde como escudo humano para seus fracassos na política da saúde, intitulado-os como os guerreiros, heróis da nação ou, nas palavras do primeiro-ministro Boris Johnson, “o coração pulsante desse país”.

Ao mesmo tempo em que exaltava os trabalhadores da saúde pela superação, a estratégia de comunicação do governo para abafar a falta de equipamentos de proteção individual incluía culpar os trabalhadores do NHS pelo desperdício de equipamentos, o que não ocorria. Essa é uma das muitas estratégias de desinformação apresentadas pelo governo e descritas por Creaven. Outra dessas estratégias foi insistir que as crianças possuíam baixo risco de contágio e transmissão do vírus, mesmo não havendo evidência alguma disso. Além disso, o governo britânico apelou para campanhas com *slogans* como “Fique alerta, controle o vírus, salve vidas” que não deixam evidentes o compromisso que a população deve ter, uma vez que “ficar alerta” não é necessariamente “ficar em casa”, ou “controlar o vírus” não é necessariamente “combater o vírus”. Desse modo, o governo atuou para diluir a adesão do público ao *lockdown*.

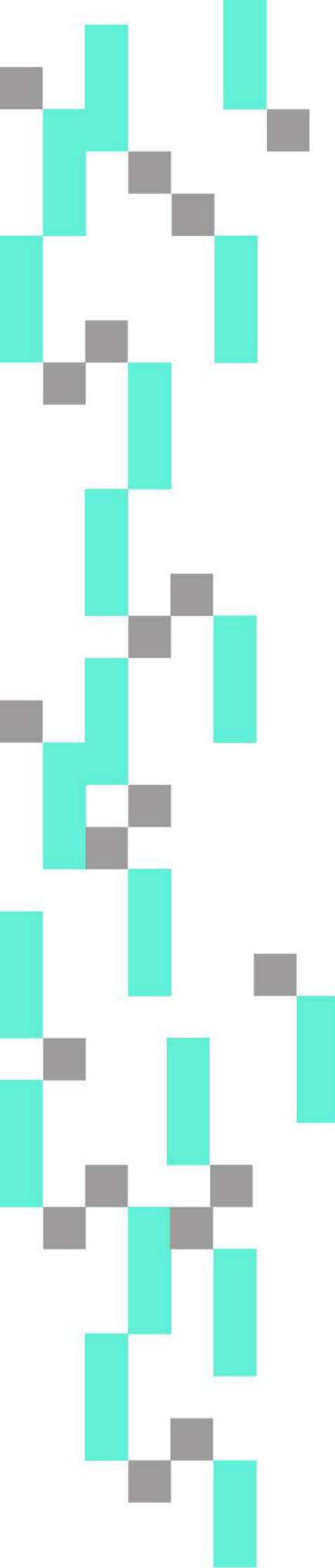
O livro é de particular interesse para os cientistas brasileiros, pois boa parte do que se viveu no Reino Unido foi, infelizmente, semelhante ao que se observou no Brasil. Desde as estratégias de desinformação até a relutância em decretar as políticas de saúde pública, o governo Bolsonaro se amparou, quando lhe foi conveniente, nas medidas adotadas por Boris Johnson no Reino Unido. Creaven nos fornece, com a análise do “caso clássico” inglês, um caminho para a análise da reprodução do neoliberalismo no Brasil no contexto da pandemia.

## Referências

- CREAVEN, Sean. *The pandemic in Britain: COVID-19, British exceptionalism and ne-liberalism*. London; New York: Taylor & Francis (Routledge), 2023.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Campinas: Unicamp, 2011.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social*, volume I. São Paulo, Boitempo, 2012.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da Economia Política, Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo, Boitempo, 2013.

Recebido em 27 de novembro de 2023

Aprovado em 15 de dezembro de 2023



# LUTA e MEMÓRIA

# Há quase cem anos, longe e perto: Lênin, a negatividade e a política da imaginação

Felipe Demier\*

*“Como é que eu posso com este mundo? A vida é ingrata no macio de si; mas transtira a esperança mesmo no meio do fel do desespero. Ao que este mundo é muito misturado... [...] Vida, e guerra, é o que é: esses tontos movimentos, só o contrário do que assim não seja. Mas, para mim, o que vale é o que está por baixo ou por cima – o que parece longe e está perto, ou o que está perto e parece longe”.*

*João Guimarães Rosa, Grande Sertão. Veredas*

No imediato espocar da Primeira Guerra Mundial, quando à destruição sem precedentes da humanidade se somava um refluxo das consciências e lutas dos trabalhadores, Lênin se pôs a estudar a *Lógica* de Hegel (2016). Em seus *Cadernos hegelianos* (Lenin, 2011), rascunhados na Suíça, é possível notar como a leitura sobre aquela dialética de um espírito ensimesmado, aquela saga um tanto fantástica de um conceito que se faz e se conhece a si mesmo, possibilitou com que, “contraditoriamente”, o materialismo histórico de Lenin se tornasse mais materialista porquanto mais histórico – nas palavras do próprio Vladimir: “na obra *mais idealista* de Hegel há *menos* idealismo e *mais* materialismo. É ‘contraditório’, mas é um fato!” (*ibidem*, p. 194). Perto da revolução, então tão longe, aquele Lênin, em busca das fissuras do real em movimento, se movimentava cada vez mais em um sentido dialético. O revolucionário procurava as verdadeiras determinações de uma revolução distante, e o homem da ação encontrava, pelo método de Marx<sup>1</sup>, as premissas teóricas de uma prática que parecia tão impossível quanto urgente e necessária.

Guiada pela perspectiva da totalidade – depois destacada pelo jovem Lukács como o elemento distintivo determinante entre o marxismo e a ciência burguesa (Lukács, 2018a, p. 105) –, a compreensão leniniana das relações entre o particular e o universal, entre a objetividade e a subjetividade, entre a aparência e a essência, entre a forma e o conteúdo, ou, se quisermos, a justa apreensão metodológica das tais “determinações de reflexão”<sup>2</sup> conduziu nosso estudioso exilado à superação do que ainda lhe restava de vícios neokantianos e materialistas mecanicistas<sup>3</sup>. As já conhecidas opo-

---

\* Historiador e professor da faculdade de Serviço Social da UERJ.

<sup>1</sup> Acerca do método em Marx, conferir o sintético e preciso texto de Netto (2009).

<sup>2</sup> Sobre a complexa questão das “determinações da reflexão”, ver Lukács (2018b, pp. 385-387; 2012, pp. 270-280); e Martins (2020). Sobre Hegel e a cena neo-hegeliana com o qual Marx se deparou em seus primeiros anos de juventude, ver, entre outros trabalhos, Heinrich (2018).

<sup>3</sup> Uma sofisticada crítica à presença de uma perspectiva neokantiana (de sabor positivista) e materialista mecanicista no interior do movimento operário – inclusive entre adeptos de Lênin – pode ser vista em Lukács (2015).

sições dicotômicas entre sujeito e objeto, ação e determinação, vontade e possibilidade, liberdade e necessidade, consciência e realidade (ser) puderam, desde então, ser corretamente compreendidas como unidades contraditórias, dialéticas, estruturantes e estruturadas do/e pelo movimento do todo.

Se o “verdadeiro é o vir-a-ser de si mesmo”, nas palavras de Hegel (2013, p. 32), a verdade então, pode-se dizer, já é e ainda será descoberta, ou melhor, feita, realizada. O “dever-ser” já é e ainda o será; é imanente e não um desígnio exterior ao ser (à realidade)<sup>4</sup>. A prática é o critério da verdade, a verdade da realidade e a do pensamento acerca dela. A história, portanto, não tem nada de subjetivista (como para os utópicos e historicistas), tampouco de objetivista (como para o economicismo determinista da velha socialdemocracia e, depois, do deletério estalinismo). A afirmação do primado do objeto sobre o sujeito gnosiológico em nada significa que esse objeto, quando social, possa ser, à maneira da sociologia positivista, tomado como algo simplesmente “dado”<sup>5</sup>, um constructo sem construtores, como no estruturalismo (Coutinho, 2010). O sujeito do conhecimento, assim, se debruça sobre um objeto que, em sendo social, não pode ser dissociado por completo da ação dos sujeitos ontológicos, os quais, a partir de um quadro posto de determinações objetivas, não só os constituíram enquanto objeto, assim como nele atuam permanentemente. O sujeito social é sempre, portanto, ativo, construtor e parte constitutiva de um objeto/realidade social que, com as suas estruturas objetivas – o que inclui a subjetividade (consciência – ideológica ou não) dos sujeitos – sujeita os seus próprios sujeitos, assim como antes sujeitara os seus sujeitos construtores pretéritos.

Tanto no *18 brumário* (Marx, 1978), quanto no afamado *Prefácio de 1859* (Marx, 1999, p. 49-54), Marx assinala que os homens se defrontam (tal qual um sujeito em relação a um objeto) com condições materiais e sociais existentes (e daí o sentido correto – e não positivista – de “condições dadas”, daquilo que é “dado”, do “fato”), porém tampouco deixa de afirmar que tais condições foram, elas mesmas, produzidas ativamente pelos homens das gerações passadas – os quais, por sua vez, se defrontaram com condições materiais e sociais, as quais foram obra das gerações pretéritas, as quais, por sua vez... É por isso que a *práxis*, cuja chave está na categoria de trabalho (Frederico, 1995) – bem destacada por Hegel, embora ainda pelo registro da tal “alienação do Espírito” –, aparece como a superação dialética tanto do idealismo histórico, quanto do materialismo sem história, ou seja, da agência subjetivista da filosofia clássica alemã e da contemplação objetivista ao estilo de Feuerbach/Plekhanov, respectivamente. A história, e isso o Lênin dos *cadernos hegelianos* passa a compreender de modo muito preciso, foi feita, segue sendo feita, e será feita. Deve ser feita. Ela, como os jovens Marx e Engels peremptoriamente afirmaram n’*A sagrada família*, “não faz nada” (Marx e Engels, 2003, p. 111). Ela não é, como expresso por ambos n’*A ideologia alemã* (obra que Lênin não teve a oportunidade de ler),

nada mais é do que o suceder-se de gerações distintas, em que cada uma dela explora os materiais, os capitais, e as forças de produção a ela transmi-

<sup>4</sup> Acerca da perspectiva imanente contida no pensamento de Marx, ver Bensaïd (2013) e Martins (2021).

<sup>5</sup> Sugestivas críticas à concepção positivista referente à teoria do conhecimento podem ser vistas em Lukács (1968), Marcuse (1978), Lefebvre (1979), Löwy (1989) e Carli (2013).

tidas pelas gerações anteriores; portanto, por um lado, ela continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas e, por outro, modifica com uma atividade completamente diferente as antigas condições (Marx e Engels, 2007, p. 40).

Lênin, “contraditoriamente” a partir de seus estudos hegelianos, avança na compreensão de que também o velho materialismo mecanicista se alicerçava numa perspectiva idealista e, em certa medida, subjetivista; se, para aquela escola teórico-política inspirada em Condillac, Helvétius e Holbach, os homens seriam apenas produtos passivos “das circunstâncias e da educação” (Marx, 2007, p. 533), somente então uma intervenção “externa” daqueles que – sabe-se lá como – não teriam sido produzidos por tais “circunstâncias” e “educação” poderia interromper o funcionamento e quebrar o *mecanismo* autômato das engrenagens de reprodução da ordem. Embora alocados no centro explicativo da realidade – no lugar de Deus ou de qualquer outra transcendência “racional” –, os homens, nessa perspectiva materialista de tipo sensualista-empirista, só seriam feitos pelo meio, mas, a rigor, não o fariam – salvo, claro, os “externos”, responsáveis pela atitude disruptiva de mudança do próprio meio.

Apesar de suas particularidades e mesmo contraposições práticas, encontravam-se vertebrados por essa lógica tanto o utopismo tardio de Cabet, quanto o conspiracionismo substitucionista de Blanqui – assim como a filosofia contemplativa de Feuerbach. Como é sabido, não obstante materialistas, tais linhagens “socialistas”, combinando um determinismo naturalista a uma noção abstrata de homem, não compreendiam a materialidade social, o “meio”, como sendo, dialeticamente, uma construção da *atividade* do homem socialmente determinada, e tampouco enxergavam emergir das próprias contradições dessa materialidade histórica (em permanente transformação em função justamente da atividade humana) a *necessidade* de uma transformação radical – equívoco subjetivista que, aliás, pode ser encontrado ainda em Marx antes de seus *manuscritos parisienses* (Marx, 2004), quando iniciou seus esboços de crítica da economia política e enxergou na atividade do trabalho a categoria de mediação precípua entre homem e natureza, entre sujeito e objeto, entre consciência e o ser, entre teoria e prática, isto é, a categoria que, dialeticamente, é ontológica e histórica, e que permite compreender por que a história natural da humanidade se constituiu em história social, ou, se quisermos, em história propriamente dita<sup>6</sup>.

Se, para aquele antigo materialismo, a *necessidade* de transformação da realidade social não advinha, portanto, das contradições desta mesma realidade em movimento, restava, portanto, um gesto “externo”, um golpe de consciência daqueles que, movidos por princípios ético-transcendentais (posto que imanentemente só haveria reprodução da ordem pelas “circunstâncias” e pela “educação”), pudessem promover,

<sup>6</sup> Vale ressaltar que a “descoberta” de uma interpretação materialista histórica do processo social, superando por completo as limitações do materialismo anterior (em especial no que tange ao empirismo determinista do socialismo francês e à perspectiva feuerbachiana de um abstrato “gênero humano”), não se daria de modo imediato em Marx a partir de seus estudos críticos da economia política. Característico disso talvez seja o fato de que tanto nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, quanto em *A sagrada família* (cujos alvos foram os jovens hegelianos de esquerda), constam uma visão pouco crítica em relação ao socialismo materialista francês (visto como uma espécie de resposta *prática* do movimento operário ao idealismo dos *críticos críticos* alemães), assim como ao próprio Feuerbach (em parte, ainda, uma referência teórica nestes trabalhos).

trazendo “de fora” um modelo de sociedade mais justa ou um plano de assalto ao poder, a ruptura com a sociedade burguesa<sup>7</sup>. No final do século XIX, como se sabe, esse materialismo no interior do movimento operário, então sob influência do positivismo e do neokantianismo, rejeitou a dialética e preservou esse “objetivismo” materialista da realidade social, mas então apostando que ela própria, essa realidade cuja ação dos sujeitos em sua constituição e dinâmica seria apenas acessória, conduziria, pela marcha da “economia” e do “progresso” social, ao desfecho socialista, cabendo às organizações dos trabalhadores apenas educar as massas para quando o momento certo chegasse – ou, no máximo, apressá-lo um pouco com sufrágios corretos. Dispensando, então, o desfecho subjetivista anterior, o materialismo anti-histórico e anti-dialético (mas agora falando em nome do marxismo) seguia afastado, na prática e na teoria, da noção de práxis. Se esse materialismo ao estilo de Plekhanov chegou a influenciar em certa medida Lênin, o fato é que depois de seus *cadernos hegelianos* o revolucionário russo já se via distante tanto de um subjetivismo voluntarista quanto de um objetivismo economicista, ambos igualmente idealistas ao fim e ao cabo. “O que é preciso não são ossos sem vida, mas a vida viva”, anotava ele em seus cadernos (Lenin, 2011, p.100) acerca de uma passagem, dotada de metáfora esquelética, contida no prefácio à segunda edição da *Lógica* de Hegel.

A história é justamente o movimento da atividade humana, mas não no abstrato, no vazio, e sim a partir das condições sociais determinadas com as quais a humanidade se defronta em cada situação. Não há nenhuma teleologia na história, nem a subjetivista (do “Espírito”, da “consciência”) nem a objetivista (das forças de produção e relações de produção)<sup>8</sup>. A história real está sempre em aberto e o fazer-se dela, justamente por se dar em meio às certas condições sociais, deve, se quiser de fato atuar rumo à emancipação, captar as suas tendências, a sua *necessidade*, mas uma *necessidade* que, sem a ação justa, isto é, sem a política correta, restará apenas como uma possibilidade que não se efetivou.

Em meio à carnificina que fazia esbarrondar a velha civilização europeia, Lênin compreendia que a *liberdade é a consciência da necessidade*, que o conhecimento

encontra diante de si o verdadeiro como uma realidade dada independente das opiniões (*Setzen*) subjetivas (Isto é materialismo puro!). O querer do homem, sua prática, se opõe ela mesma à realização do seu fim...porque se separa do conhecimento e não reconhece a realidade exterior como o ser verdadeiro (verdade objetiva). É necessária a *unidade da prática e do conhecimento* (Lenin, 2011, p. 181).

A teoria que sabe que seu fundamento teórico é a prática pode e deve conduzir a uma prática consciente, a uma subversão prática que se sabe uma prática subversiva, a uma *práxis*, por assim dizer. Lênin sabia que a razão não era externa ao real e sim a captação cerebral da racionalidade da própria realidade. A negatividade do real, uma

<sup>7</sup> Sobre este recurso – idealista – a algo “externo” à sociedade concreta, do qual lançaram mão tanto o materialismo mecanicista quanto o idealismo propriamente dito, ver o clássico trabalho de Löwy (2012).

<sup>8</sup> Críticas marxistas de qualidade a uma concepção teleológica e historicista da história (que teve lugar em boa parte dos herdeiros de Marx) podem ser encontradas em Bensaid (2013) e Martins (2012).

negatividade prática, mesmo que em estado potencial, deveria ser encontrada, *praticada*, dirigida, para que pudesse ser efetivada. Esta negatividade, inscrita no real, é que deveria enformar a vontade, a ação prática da vanguarda. Diferentemente do blanquismo (do qual foi por várias vezes acusado) e de todo o antigo materialismo, Lênin, não cindindo, como aquele, o sujeito do objeto, sabia que também o *educador precisava ser educado* (Marx, 2007, p. 533).

Mesmo quando todas as possibilidades de ação pareciam bloqueadas, Lênin sabia era necessário investigar a fundo as contradições da totalidade social em movimento, as suas tendências, a sua negatividade, para que uma estratégia de intervenção fosse elaborada e praticada. Era preciso superar, na prática, uma prática política *reboquista* da realidade que teoricamente se apoiava em uma concepção materialista-mecanicista dessa mesma realidade, e que rejeitava o papel da atividade humana em sua construção e transformação, o papel do sujeito, o papel da política revolucionária. Quando operários de diferentes países matavam-se uns aos outros em nome de suas burguesias imperialistas; quando o chauvinismo que grassava nas consciências proletárias fazia troça da sentença final do *Manifesto comunista* (Marx e Engels, 1998); quando muitos das direções “marxistas” como Plekhanov justificavam a guerra capitalista, quando os bolcheviques na Rússia se encontravam mais hostilizados pelas massas do que nunca, e, portanto, quando as chances de uma revolução socialista na terra dos czares pareciam inexistentes sob o ângulo do reduzido horizonte da imediatividade prática, a possibilidade de encontrar, pelo *método da práxis*, uma possibilidade teórica de ação prática aparecia a Lênin como a única e verdadeira prática capaz de conduzir praticamente à realização da verdade. Sua leitura marxista da *lógica hegeliana* o conduziu logicamente à percepção de que uma senda de atuação, um veio de intervenção, um caminho de ação deveria ser, dialeticamente, descoberto e criado<sup>9</sup>. Uma “possibilidade real”, encontrada e arquitetada, seria, parafraseando o Marx (ainda não “marxista”) de 1841, “a explicação da necessidade relativa” (Marx, 2018, p. 51). Era necessário aos trabalhadores fazerem a história, pois ela, afinal, já estava sendo feita, mas pelo capital, com seus bombardeios, amputações e pântanos de sangue.

*Avant la lettre*, o estudioso Lênin do frio suíço sabia que ser realista era precisamente desejar o impossível, encontrar na enevoada realidade a escondida e cálida centelha de possibilidade de realização do que então parecia ser inimaginável. A mediação entre a aparência e a essência, entre o momento de verdade daquele momento e a construção de um posterior momento efetivamente verdadeiro – a saber, entre a derrota e a vitória, entre a alienação e a sublevação, entre o caos e a emancipação, entre a guerra e a revolução – estava, para Lênin, na imaginação da política, ou, se preferirmos, na política da imaginação.

Nos tempos do Brasil pós-Bolsonaro, quando a maioria da esquerda, um pouco assustada com o passado recente, e um tanto acomodada com um presente carente, invoca a apatia social e a impossibilidade de qualquer ação radical para ceder ao possibilismo institucional – acreditando estar nele o caminho para evitar o retorno de todo o mal – talvez venha bem a calhar lembrarmos um pouco do tal Ulianov que nos deixou há quase cem anos.

“Mas faz muito tempo...”, e estamos tão longe. E, talvez, tão perto.

<sup>9</sup> Aliás, a ideia de que já haveria em Hegel uma aposta no sujeito e, mais precisamente, na política, está contida em Barros (2022).

## Referências

- BARROS, Douglas R. *Hegel e o sentido do político*. São Paulo: Lavrapalavra, 2022.
- BENSAÏD, D. *Marx, o intempestivo*. Grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX). Lisboa: Edições Combate, 2013.
- CARLI, Ranieri. *Gyorgy Lukács e as raízes históricas da sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- FREDERICO, Celso. *O jovem Marx (1843-1844): as origens da ontologia do ser social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A ciência da lógica (I): a doutrina do ser*. Petrópolis: Vozes, 2016.
- \_\_\_\_\_. *Fenomenologia do espírito*. 8ª edição. Petrópolis: Vozes; Bragança: Editora Universitária São Francisco, 2013.
- HEINRICH, Michael. *Karl Marx e o nascimento da sociedade burguesa*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- LEFEBVRE, Henry. *Lógica formal/lógica dialética*. 2ª edição. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- LENIN, Vladimir. *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- LÖWY, Michael. *A teoria da revolução no jovem Marx*. 1ª edição atualizada e ampliada. São Paulo: Boitempo: 2012.
- \_\_\_\_\_. *Ideologias e ciências sociais (elementos para uma análise marxista)*. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 1989.
- LUKÁCS, Georg [György]. *História e consciência de classe*. Estudos sobre a dialética marxista. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2018a.
- \_\_\_\_\_. *O jovem Hegel e os problemas da sociedade capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2018b.
- \_\_\_\_\_. *Reboquismo e dialética*. Uma resposta aos críticos de *História e consciência de classe*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Para uma ontologia do ser social (I)*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- \_\_\_\_\_. *El asalto a la razón*. México/Barcelona: Grijalbo, 1968.
- MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução*. Hegel e o surgimento da teoria social. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.
- MARX, Karl. *Diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro*. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2018.
- \_\_\_\_\_. “Teses sobre Feuerbach”. In: Marx, Karl; e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007, pp. 533-535.
- \_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- \_\_\_\_\_. “Prefácio [1859] de *Para a crítica da economia política*”. In: MARX, Karl. *Os pensadores (Marx)*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O 18 brumário de Luís Bonaparte [e Cartas a Kugelmann]*. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- \_\_\_\_\_. *A sagrada família: ou a crítica da crítica crítica: contra Bruno Bauer e consortes*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- \_\_\_\_\_. *O manifesto do partido comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MARTINS, Maurício Vieira. *Marx, Espinosa e Darwin: pensadores da imanência*. 2ª edição. São Paulo: Usina editorial, 2021.
- \_\_\_\_\_. “Hegel: ‘Certamente você me vê’”, *Coluna ANFOP*, 27/10/2020. Disponível em: <<https://www.anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/hegel-certamente-voce-me-ve>>. Acesso em: 05 de dezembro de 2023.
- \_\_\_\_\_. “O marxismo não é um historicismo: acertos e limites de uma tese althusseriana”, *Crítica marxista*. Campinas, n. 34, 2012, pp. 67-85.
- NETTO, José Paulo. “Introdução ao método na teoria social”. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL e ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

Recebido em 31 de maio de 2023

Aprovado em 30 de novembro de 2023

**Marx e o Marxismo** v.11, n.21, jan/jul 2023

nleP  marx

**uff** Universidade  
Federal  
Fluminense